

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Adriena Casini da Silva

**É tudo ou nada? Caminhos da Expansão no Colégio
Pedro II (Anos 2000): da tradição à inovação**

Tese de Doutorado

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-graduação em Educação

**Rio de Janeiro
fevereiro de 2021.**



Adriena Casini da Silva

É tudo ou nada? Caminhos da Expansão no Colégio Pedro II (Anos 2000): da tradição à inovação

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, do Departamento de Educação da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Coelho da Costa

Rio de Janeiro,
Fevereiro de 2021.



Adriena Casini da Silva

“É tudo ou nada? Caminhos da Expansão no Colégio Pedro II (Anos 2000): da tradição à inovação”

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Dr^a. Patrícia Coelho da Costa

Orientadora

Departamento de Educação - PUC-Rio

Prof^a. Dr^a. Alicia Maria Catalano de Bonamino

Departamento de Educação - PUC-Rio

Prof. Dr. Jefferson da Costa Soares

Departamento de Educação - PUC-Rio

Prof. Dr. Norberto Dallabrida

Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Erisson Viana Correa

Colégio Pedro II

Prof^a. Dr^a. Monah Winograd

Coordenadora Setorial do Centro
de Teologia e Ciências Humanas
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 19/02/2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Adriena Casini da Silva

Possui Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2011), Bacharelado e Licenciatura em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2013/2014), Mestrado em Educação (2016) pela UFRJ. Atuou como professora concursada em escolas públicas da Baixada Fluminense (2015-2019) e como tutora presencial de Inglês Instrumental no Polo CEDERJ de Nova Iguaçu (Consórcio Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro), de 2015 a 2020. Atualmente, é Professora de Educação Básica Técnica e Tecnológica do Departamento de Anos Iniciais do Colégio Pedro II (*Campus Realengo I*).

Ficha Catalográfica

Silva, Adriena Casini da

É tudo ou nada? Caminhos da Expansão no Colégio Pedro II (anos 2000) : da tradição à inovação / Adriena Casini da Silva ; orientadora: Patrícia Coelho da Costa. – 2021.

314 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2021.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Ensino médio. 3. Expansão do CPII. 4. História oral. 5. Institutos federais. 6. Reformas educacionais. I. Costa, Patrícia Coelho da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

*A meus pais, Adnéa e João Carlos.
A todos que acreditam em uma Educação pública,
gratuita e de qualidade.
Aos pesquisadores, que em tempos difíceis, resistem
e fazem a pesquisa brasileira.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e à minha família por seu apoio e compreensão nas horas dedicadas à tese! Agradecimento especial ao meu avô Ariovaldo Casini, que na plenitude de seus 80 e poucos anos se empolga de pegar meus livros de História da Educação para ler. Aos meus pais Adnéa Casini da Silva e João Carlos Andrade da Silva pela base e por sempre incentivarem meus sonhos e estudos.

Ao CNPq e à Capes pelos fomentos ao meu Programa de Pós-Graduação (CAPES – Código de Financiamento 001); à Puc-Rio e ao Departamento de Educação pelos auxílios concedidos para participação em congressos.

À minha querida orientadora, Prof^ª. Patrícia Coelho da Costa, pelos incentivos, aprendizagens e conselhos. Muito obrigada por acreditar na minha pesquisa, na expansão do meu objeto e por sua orientação!

Aos professores que colaboraram com a minha pesquisa, em especial: Prof^ª. Alicia Bonamino, Prof. Erisson Viana, Prof. Jefferson Soares, Prof^ª. Jussara Nascimento, Prof^ª. Naira Muylaert, Prof. Norberto Dallabrida, por integrarem minha banca de defesa e compartilharem sua sabedoria e leituras. Aos Professores da Puc-Rio por seus ensinamentos.

À Prof^ª. Ana Waleska Mendonça (*in memoriam*) pela recepção calorosa na Puc-Rio no dia da entrevista e por seu legado, cujos ensinamentos nortearam a escrita do projeto da minha pesquisa. À Prof^ª. Heliana Conde por me apresentar à História Oral, em suas aulas incríveis na UERJ e me auxiliar remotamente, em como conduzir as entrevistas durante a pandemia de Covid-19. À *Oral History Society* pela atenção e pelos materiais compartilhados para a realização das entrevistas remotas.

À minha orientadora do Mestrado na UFRJ, Prof^ª. Miriam Waidenfeld Chaves, que incentivou minha inscrição no Doutorado desde antes da minha defesa, em julho de 2016. Gratidão ao Prof. Claudio Alvarenga Barbosa (UFRRJ) pelas dicas e por torcer muito pela minha classificação na turma de 2017 da Puc-Rio.

Aos meus amigos Doutorandos da turma 171: Adrian Henriques, Aldenira Mota, Elise de Moraes, Ivo Fernandes, Isabel Mendes, Liliane Albuquerque, Luisa Vilardi, Maria Paula Nascentes, Sirlene Souza e Marcus Vitoi pelo companheirismo, que só nos fortaleceu, nas horas mais incertas. Aos colegas do grupo de pesquisa Mídia e Educação (Puc-Rio).

Estendo meu agradecimento aos queridos amigos e pesquisadores Gustavo Motta, Jeimis Nogueira Castro, Angélica Gouvêa, Cristiane Rodrigues Serra, Vanessa Weber e, em especial, à Wânia Balassiano, minha grande amiga, que não me deixou desanimar da pesquisa nesse 2020 conturbado.

Ao meu namorado Rene Freire pela torcida, força e companheirismo. Aos meus amigos, que entenderam minha ausência em muitos compromissos (inclusive *online*).

Um especial agradecimento ao Colégio Pedro II e ao Departamento de Anos Iniciais por

acreditar em meu trabalho, em minha pesquisa e por me conceder afastamento para estudos a partir de março de 2020; gratidão aos meus entrevistados por sua participação e interesse pela minha pesquisa; ao SINDSCOPE e à ADCPII pela colaboração em indicar entrevistados e materiais para análise; à direção de Realengo I e a todos os meus amigos e colegas de trabalho do Colégio Pedro II; à Prof^a Vera Maria Rodrigues e à toda equipe NUDOM 2018-2020 pelas fontes e sabedoria compartilhadas.

Agradeço às diretoras, alunos e responsáveis, colegas de trabalho e equipe pedagógica das escolas em que lecionei em Nilópolis, Nova Iguaçu e do CEDERJ Nova Iguaçu, pela torcida e ajuda com os horários de modo que conseguisse cumprir as disciplinas na Puc-Rio. À prefeitura de Nova Iguaçu, sob a gestão do Prefeito Rogério Lisboa, por ter concedido esse direito a mim e para outros professores, em outubro de 2018.

Gratidão às revisoras Karen de Carvalho e Nicolly de Moraes por seu trabalho.

Estendo esse agradecimento a todos que colaboraram indicando materiais e entrevistados, torcendo pelo sucesso da tese e pela conquista do Doutorado.

Gratidão pela vida, pela saúde e por estar concluindo esse ciclo!

RESUMO

Silva, Adriena Casini da; Costa, Patrícia Coelho da. **É tudo ou nada? Caminhos da Expansão no Colégio Pedro II (Anos 2000): da tradição à inovação.** Rio de Janeiro, 2021. 310 p. Tese de Doutorado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese tem como objetivo o estudo da expansão do Ensino Médio do Colégio Pedro II (CPII) nos anos 2000, partindo da perspectiva da História do Tempo Presente em confluência à análise de Políticas Públicas Educacionais e seus arranjos de implementação à luz do conceito de Federalismo. Essa pesquisa também se debruça ao estudo de movimentos expansionistas do Colégio Pedro II, anteriores aos Anos 2000, bem como a compreender a trajetória do Ensino Médio na instituição diante de recorrentes reformas escolares, desde os Anos 1970. Portanto, considerando as táticas e as estratégias empenhadas em meio às reformas educacionais do Ensino Médio, foram analisadas as reverberações à estrutura e ao funcionamento da instituição, bem como as adaptações realizadas pelo Colégio em seu planejamento, de modo a preservar seu programa institucional e seus objetivos, de ser considerado novamente um padrão à educação básica, por seu ensino e tradição. Por conseguinte, o debate se estende dos tempos de Ditadura à redemocratização do país, analisando a importância do associativismo e do sentimento de pertencimento discente para o CPII, em momentos de resistência e luta para assegurar, da Constituição às ruas, sua condição “*para sempre federal*”. Ao longo da década de 1990, discute-se a relevância do Ensino Médio, como etapa final da educação básica, bem como novos desafios às instituições de ensino. Durante a primeira década dos Anos 2000, em paralelo às políticas de ampliação e interiorização do Ensino Médio e da criação dos institutos federais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), está a expansão do CPII, que culminou na abertura de três novas unidades escolares descentralizadas (UNEDs) – Realengo (2004), Niterói (2006) e Duque de Caxias (2007) –, em meio a uma conjuntura de desafios na redemocratização institucional, dificuldades em implementar as UNEDs com poucos recursos advindos de convênios e tensões internas. Nesta investigação, foram utilizados como metodologia a análise documental de fontes diversas (notícias de jornais, relatórios, documentos oficiais, planejamentos institucionais, entre outros), além da História Oral, cujas entrevistas foram realizadas, de forma remota, com gestores e servidores que atuaram no período da Expansão do CPII nos Anos 2000. Foi possível concluir que a expansão se configura como uma tática da instituição, em vistas a alcançar uma estabilidade enquanto Colégio de educação básica na esfera federal, motivação semelhante a outras táticas e ciclos expansionistas anteriores empenhados pelo CPII. Ademais, a expansão acontece entre a inovação e a tradição, bem como denota um período de rupturas e continuidades: se por um lado, o extensivo programa institucional se faz presente nas UNEDs pela preservação da organicidade histórica e tradicional da comunidade escolar, por outro, o Colégio se lança a inovações como as políticas afirmativas na seleção de alunos, a criação do

Mestrado Profissional em Educação Básica, o PROEJA e o PRONATEC, bem como à equiparação aos institutos federais em 2012, pela Lei nº 12677, aderindo assim, aos desafios e benefícios da RFEPCT. Em uma constante busca por estabilidade institucional e pela sua autopreservação, mesmo diante de tantas reformas, o Colégio Pedro II resiste.

Palavras-chave

Ensino Médio; Expansão do CPEI; História Oral; Institutos Federais; Reformas educacionais.

ABSTRACT

Silva, Adriena Casini da; Costa, Patrícia Coelho da (*Advisor*). **All or nothing? Ways of expansion at Colégio Pedro II (in the 2000s): from tradition to innovation.** Rio de Janeiro, 2021. 310 p. Tese de Doutorado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis aims to investigate the high school expansion at Colégio Pedro II (CPII) along the 2000s, throughout the perspectives of the History of Present Time and the analysis of public educational policies, considering the concept of federalism, besides the impact of implementation arrangements. This research also investigates previous expansion cycles of CPII, besides the high school trajectory in this institution, regarding recurring educational reforms, since the 1970s. Therefore, we study the tactics and strategies which were applied to high school reforms, in addition to their resonance to the institution functioning and structure, we discuss CPII's planning and adaptations, considering their need to preserve its institutional program and aims – such as to be acknowledged for its tradition and teaching, once again, as an educational standard for Brazilian basic schooling. Nevertheless, we debate from Dictatorship period to Brazil's redemocratization, throughout the analysis of the relevance of associativism and the student's feeling of belonging to CPII, in uncertain moments on which the resistance and the fight for the institution took place to ensure – from legal mechanisms, as the Federal Constitution of 1988, to the streets – its remaining as a federal institution. Along the 1990's, it is discussed the relevance of high school, as final step for the conclusion of basic schooling, besides the new challenges implied to the educational institutions. In the next decade, educational policies were designated to promote the interiorization and development of High School and the creation of Federal Institutions of Professional, Scientific and Technological Education (RFEPCT). In parallel to this context and amidst institutional redemocratization challenges, resources and structuring struggles, besides tensions surrounding the expansionist movement, three decentralized school units (UNEDs) of CPII were created: Realengo (2004), Niterói (2006) and Duque de Caxias (2007). Our methodology bases on documental analysis from different sources (such as pieces of news, official documents, institutional planning, among others) and Oral History remote interviews with school leaderships and public servants of CPII, who has experienced this 2000 expansion. We conclude that this expansion movement in the 2000s is comprehended as a tactic for institutional stability, once that Colégio Pedro II offers basic schooling, but it remains at federal level. This motivation encounters similarities upon previous expansion cycles. Furthermore, this movement takes place between tradition and innovation, as far as it denotes a period of ruptures and continuities: if, on the one hand, its extensive institutional program stands by at the new UNEDs for the preservation

of the historical and traditional organicity of the school community; on the other hand, CII presents innovations as affirmative policies at student selections, the creation of its Professional Master's Program in Basic Education, PROEJA, PRONATEC as well as its equalation to federal institutes legislation (12.677/2012), assuming challenges and benefits from being integrated to RFEPT. In conclusion, facing recurring educational reforms symbolizes more than its search for institutional stability and self-preservation, this is CII's resistance.

Keywords

High school; Expansion of CII; Oral History; Federal Institutes; Educational reforms.

SUMÁRIO

Introdução

1.1 “ <i>I watch it expand</i> ”	25
1.2 O Ensino Secundário como vocação	30
1.3 CPII: objeto consagrado da História da Educação brasileira	34
1.4 Pelos campos da história: a História do Tempo Presente	38
1.5 Pelos campos da história: a História Oral	43
1.6 Confluências: fazer História Oral em tempos de pandemia	57
1.7 A estrutura da tese	63

2. Da ditadura das reformas ao soprar da redemocratização: o CPII em resistência

65

2.1 Estranhamentos curriculares: ensino humanista ou técnico?	67
2.2 A crise da “profissionalização” e o Velho Colégio das Humanidades	73
2.3 Pelas vias da redemocratização, o associativismo docente no CPII	87
2.4 Ao soprar da redemocratização, o Colégio na Constituição (1988)	91
2.5 A Reforma do Estado e a ameaça à estadualização: Para sempre federal!	99
2.6 O CPII no governo FHC e o Ensino Médio da LDB 9394/96	107

3. Expandir para conquistar: movimentos expansionistas do Colégio Pedro II

119

3.1 Movimentos expansionistas do CPII	120
3.2 Federalismo e o Ensino Médio nos Anos 2000	123

4. O caso de Realengo: a propulsão de uma comunidade	135
4.1 O prenúncio de políticas afirmativas no CPII	145
4.2 Uma única unidade, vários endereços: a luta comunitária para crescer em seu próprio terreno	152
5. O caso de Niterói: por venturas, do farol à travessia, o Colégio chega do outro lado da Ponte	168
5.1 A problemática da política afirmativa: vagas reservadas, porém ocupadas?	176
5.2 A frágil intercomplementaridade: entre a vontade de se estabelecer e as dificuldades de se manter	179
6. O caso de Duque de Caxias: do Rio à Baixada, uma nova empreitada	201
6.1 Interconexões: aproximações entre o PROEJA e o curso subsequente de Informática de Duque de Caxias	213
6.2 Um triste padrão: a realidade diante da proposta de inclusão	216
6.3 Tudo ou nada: “ <i>Ou ficamos lá até conseguir uma coisa melhor, ou vamos acabar</i> ”	219
7. IF...CPII? Ser ou não ser... eis uma questão!	230
<i>Após tantas reformas, um balanço final</i>	257
Referências bibliográficas	271
Anexos	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBR – Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação
ABESC – Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
ADCPII – Associação de Docentes do Colégio Pedro II
ADUFES – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo
AEC – Associação de Educação Católica
AI-5 – Ato Institucional nº 5
ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ASCOPE – Associação dos Servidores do Colégio Pedro II
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BON – Boletim de Notícias do CPII
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CD – Cargo de Direção
CEB – Câmara da Educação Básica
CEBRACE – Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares
CEDERJ – Consórcio Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEFET-RJ – Escola Técnica Federal “Celso Suckow da Fonseca”
CEFETEQ – Centro Federal de Educação Tecnológica de Química
CEP – Centro de Professores do Rio de Janeiro
CES – Centro de Estudos Supletivos
Cetiqt – Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil
CF – Constituição Federal
Ciee – Centro de Integração Empresa-Escola do Rio de Janeiro
CMDC – Câmara Municipal de Duque de Caxias
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONCEFET – Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica
CONDITEC – Conselho de Diretores das Escolas Técnicas Federais
CONFENEN – Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
COVID-19 – *Corona Virus Disease* (Doença do Coronavírus, 2019)
CPII – Colégio Pedro II
CREIR – Centro de Referência em Educação Infantil Realengo
DEM – Departamento de Ensino Médio
DEMEC-RJ – Delegacia Regional do Ministério da Educação – Rio de Janeiro
DT – Disposições Transitórias
EBTT – Educação Básica Técnica e Tecnológica
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FENASEFE – Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus
FG – Função Gratificada
FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso
FME – Fundação Municipal de Educação de Niterói
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FURB – Universidade Regional de Blumenau
GCAM – Grupo de Companhias de Administração Militar
GT – Grupo de trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano municipal
IF – Instituto Federal
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFET – Instituto Federal de Educação Tecnológica
IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro
INC – Indicação de Proposição
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ines – Instituto de Educação dos Surdos
MAC – Museu de Arte Contemporânea
MEC – Ministério da Educação
MOVETEC – Movimento Pró-Escola Técnica Federal em Realengo
NUDOM – Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS – Organização Mundial da Saúde
PAR – Plano de Ações Articuladas
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Administrativos em Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
Petrobras – Petróleo brasileiro S.A.
PGE – Plano Geral de Ensino
PIC Jr – Programa de Iniciação Científica Júnior
PL – Projeto de Lei
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POC – Programa de Orientação Científica
PPC – Paridades de Poder de Compra
PPP – Projetos Político-Pedagógico
PREMEN – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica
ProEMI – Programa Ensino Médio Inovador
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONILLO – Programa Nilo Peçanha
ProUni – Programa Universidade para Todos

Provoc – Programa de Orientação Científica
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RCE – Revista Contemporânea da Educação (UFRJ)
RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RT – Retribuição por Titulação
SEEDUC – Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPE – Sindicato Estadual de Profissionais da Educação
Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Técnica e Tecnológica
SINDSCOPE – Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU – Tribunal de Contas da União
TPE – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação
UCAM – Universidade Cândido Mendes
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNEDs – Unidades escolares descentralizadas
UNESA – Universidade Estácio de Sá
UNESCO – Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIGRANRIO – Universidade do Grande Rio, instituição de Ensino Superior
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USAID – *United States Agency for International Development*

ANEXOS

I – Produções <i>Stricto Sensu</i> sobre o CPII	286
II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	293
III – Roteiro de Entrevistas (Servidores e gestores)	295
IV – Roteiro de Entrevistas (ADCPII/SINDSCOPE)	296
V – CONVÊNIOS E PROJETOS – ENSINO MÉDIO (PPP 2000)	297
VI – Entrevista com o Diretor Geral (ADCPII, 2006)	299
VII – Edital nº10/2007 – Admissão à Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente ao Ensino Médio	301
VIII – Processo Seletivo Interno 2007-2008 para cursos técnicos subsequentes do CEFET-RJ	302
IX – Processo de seleção a novos alunos	304
X – Um balanço da entrevista, pelos entrevistados	305
XI – Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica	308
XII – Requerimento de Indicação para criação de unidade descentralizada do Colégio Pedro II, para a cidade de Paty do Alferes/RJ (2013)	310
XIII – Anteprojeto de lei do CPII (2010)	311
XIV – A construção do sentimento de pertencimento discente	313

FIGURAS

Figura 1 – Capa do “Anteprojeto de reestruturação do Colégio Pedro II” (1971)	78
Figura 2 – Trecho da página 3 do “Anteprojeto de reestruturação do Colégio Pedro II” (1971)	79
Figura 3 – Voto da Relatora em favor à inovação do Colégio Pedro II – Extraído de “Documento nº 135”, Parecer nº 152/72 (p. 199) - CFE	80
Figura 4 – Capa do Relatório “Implantação das habilitações básicas no Colégio Pedro II” (1976)	81
Figura 5 – Art. 71º, das Disposições Transitórias do projeto de Constituição após as votações, assegurando o CPII na esfera federal	96
Figura 6 – Reportagem comemorativa dos 15 anos da Constituição Federal, publicada no Jornal O Globo, em 05 de outubro de 2003	97
Figura 7 – Portaria nº381, de 29 de agosto de 1988, sobre o Processo de Consulta de Coordenadores Pedagógicos	98
Figura 8 – Movimento estudantil do Colégio Pedro II, em passeata pelo Centro do Rio de Janeiro, nos anos 1990, contra sua estadualização	99
Figura 9 – Reportagem do Jornal O Globo, do dia 8 de setembro de 1991, sobre o final da greve no CPII	103
Figura 10 – Reportagem do Jornal do Brasil, do dia 03 de setembro de 1993, sobre o protesto contra a Estadualização do CPII	104
Figura 11 – BON – Boletim de Notícias do CPII, de maio de 1995, com a resposta do Diretor Geral sobre um boato de estadualização do CPII	104
Figura 12 – Capa do último PGE do Colégio Pedro II, de 1996	110
Figura 13 – Grade do Ensino Médio, 31ª página do PGE de 1996	111
Figura 14A – Memorando Circular nº74/97, da Secretaria de Ensino do CPII ao Corpo Docente, sobre a nova LDB	112

Figura 14 B – Memorando Circular nº74/97, da Secretaria de Ensino do CPII ao Corpo Docente, sobre a nova LDB	112
Figura 15 – Memorando 14/96, da Procuradoria Geral ao Diretor Geral do CPII, publicado no BON de maio de 1996	115
Figura 16 – Organização das áreas e competências disciplinares do Ensino Médio (PPP – 2000)	116
Figura 17 – Destaque do CPII por seus resultados publicados no BON, nº55, de Jan/fev/março de 2001	117
Figura 18 – Reportagem do Jornal O Globo, do dia 13 de janeiro de 2002, sobre a possibilidade de uma nova unidade do CPII na Zona Oeste	136
Figura 19A – Reportagem do Jornal O Globo, do dia 20 de janeiro de 2002, sobre a reivindicação do movimento de moradores da Zona Oeste	137
Figura 19B – Reportagem do Jornal O Globo, do dia 20 de janeiro de 2002, sobre a reivindicação do movimento de moradores da Zona Oeste	137
Figura 20 – Reportagem do Jornal O Globo, do dia 18 de janeiro de 2004, sobre o CPII de Realengo	140
Figura 21 – Reportagem sobre o convênio para a criação do CPII Realengo (Jornal <i>InFocus</i> , abril de 2004)	142
Figura 22 – Reportagem do dia 11 de abril de 2004, do Jornal O Globo, sobre o concurso docente para Realengo	144
Figura 23 – Reportagem sobre ação afirmativa no CPII, do Jornal O Globo, de 25 de setembro de 2004	146
Figura 24 – Edital 2005/2006 do concurso de alunos de Ensino Médio – CPII	149
Figura 25 – Recorte da reportagem do Jornal O Globo, do dia 31 de maio de 2004, sobre a opinião de alunos sobre as cotas	150
Figura 26 – Reportagem sobre a possibilidade de o CPII utilizar a Escola Municipal Gil Vicente, Jornal O Globo, de 13 de janeiro de 2002	152
Figura 27 – Fachada da Escola Municipal Gil Vicente (Google Earth, 2020)	153
Figura 28 – Reportagem sobre a cessão do prédio da antiga Fábrica de Cartuchos, do Jornal O Globo, de 14 de novembro de 2004	158
Figura 29 – Registros do CPII no Centro Comunitário Capelinha	159
Figura 30 – Jornal O Globo sobre a fachada da antiga Fábrica de Cartuchos, de 09 de abril de 2006	161
Figura 31 – Jornal In Focus Rio, de agosto de 2007, sobre a presença do Presidente Lula na inauguração do CPII Realengo	163
Figura 32 – Presença de Fernando Haddad, Wilson Choeri, Sérgio Cabral e Lula na inauguração de Realengo	164
Figura 33A – Biblioteca digital (antes da obra)	165
Figura 33B – Biblioteca digital (antes da obra)	165
Figura 33C – Biblioteca digital (após a obra)	165
Figura 33D – Teatro (antes da obra)	165
Figura 33E – Inauguração do Teatro do CPII Realengo, em 02 de dezembro de 2014	166
Figura 34 – Prédio do Centro Educacional de Niterói	173
Figura 35 – Dados do convênio com Niterói – Relatório de Gestão - Exercício 2006	175
Figura 36 – Fachada do primeiro Prédio da UNED Niterói, o Prof. André Trouche	182

Figura 37 – Fachada do CIEP repassado à UNED Niterói, o Prof. José Roberto da Silveira	184
Figura 38 – Foto demonstra o CIEP alagado	187
Figura 39 – Estrutura da UNED Niterói (CIEP)	190
Figura 40 – Cessão de área no Barreto para construção de sede própria da UNED Niterói	193
Figura 41 – Notícia sobre a sede própria da UNED Niterói	194
Figura 42 – Terreno do <i>Campus</i> Niterói, em construção	195
Figura 43A – Construção do <i>Campus</i> Niterói	196
Figura 43B – Pátio interno do <i>Campus</i> Niterói em construção	196
Figura 43C – Construção do elevador no pátio interno	196
Figura 43D – Construção da quadra de esportes	197
Figura 43E – Obra finalizada do Pátio Interno e de parte da Fachada do <i>Campus</i> Niterói	197
Figura 43F – Quadra de esportes finalizada	197
Figura 43G – Pátio interno e elevador finalizados	197
Figura 43H – Fachada concluída do <i>Campus</i> Niterói	197
Figura 44A – Convite à inauguração, no Blog do <i>Campus</i> Niterói	198
Figura 44B – Autoridades na inauguração do <i>Campus</i> Niterói, da esquerda à direita, estão: Diretor de Niterói, Marcelos Caldeira, Reitor Oscar Halac, Prefeito Rodrigo Neves e Antonio Neto, Secretário de Educação (SEEDUC)	199
Figura 44C – Apresentação do Coral do <i>Campus</i> Niterói, durante a inauguração da nova sede	199
Figura 45 – Ranking dos municípios brasileiros sobre analfabetismo e escolarização	204
Figura 46 – Jornal O Globo de 19 de agosto de 2007, anunciando a chegada do Colégio Pedro II à cidade de Caxias	209
Figura 47 – Turmas do primeiro curso da UNED Caxias, em 2007	211
Figura 48 – Notícia divulgando a inscrição para o curso subsequente de Informática no CPII	212
Figura 49 – Fachada do segundo prédio da UNED CPII Caxias	220
Figura 50 – Terreno cedido no bairro Centenário para a UNED Caxias	224
Figura 51 – Maquete da UNED CPII Caxias	225
Figura 52 – Início da construção da sede Caxias	225
Figura 53 – Visita às instalações de Caxias. Notícia no portal do CPII, de 31 de maio de 2012	225
Figura 54 – Notícia sobre as obras do CPII Caxias, no Boletim FUNDEC, de julho de 2012	226
Figura 55 – Fachada da sede Caxias	227
Figura 56 – Estrutura externa do CPII Caxias	228
Figura 57 – Corredores do CPII Caxias	228
Figura 58 – Autoridades na inauguração do CPII Caxias: da esquerda à direita, identificamos Edite Viana (FUNDEC), Oscar Halac (Diretor fundador de Caxias), Reitora Vera Maria Rodrigues, Deputada Andreia Zito, Wilson Choeri e Artur Nogueira (sucessor de Halac na direção do <i>Campus</i>).	228
Figura 59 – Cerimônia de entrega da sede CPII Caxias	228
Figura 60 – Inauguração do <i>Campus</i> Caxias, <i>site</i> Baixada Fácil (portal de notícias positivas sobre a Baixada), no dia 14 de dezembro de 2012	229

Figura 61 – Mapa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	233
Figura 62 – Condições de trabalho no CPII (ADCPII, 2007)	237
Figura 63A – Força de trabalho em 2006 (CPII, 2009. p. 42)	242
Figura 63B – Força de trabalho em 2006 (CPII, 2009. p. 43)	242
Figura 63C – Força de trabalho em 2006 (CPII, 2009. p. 43)	243
Figura 64 – Folder da ADCPII, de julho de 2010, sobre o novo projeto de lei para o CPII	250
Figura 65 – Emblema do uniforme dos alunos da UNED CPII Caxias	313
Figura 66 – Trecho da postagem blog do CPII Niterói sobre a Aula Inaugural do campus em 2015	312
	314

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produções sobre o CPII 1980-2010	35
Gráfico 2 – CPII em pesquisas <i>Stricto Sensu</i>	36
Gráfico 3 – Tramitação do Art. 242º da CF 1988	95
Gráfico 4 – Taxa líquida de escolarização no Ensino Médio	124
Gráfico 5 – Evolução do número de matrículas, de 1970 a 2007	125

QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – PRODUÇÕES <i>STRICTO SENSU</i> SOBRE O CPII	285
QUADRO 2 – MOVIMENTO SAUNA DE AULA, NÃO!	240
QUADRO 3 – Construção do sentimento de pertencimento nas UNEDs	314
TABELA 1 – Ranking do IDH de municípios brasileiros (2000)	170
TABELA 2 – Criação de instituições federais e presidência	234
TABELA 3 – Problemas gerais das unidades de Ensino Médio (2007)	238

*Ao Pedro II, tudo ou nada?
Tudo!
Então, como é que é?*

(Tabuada – Hino dos Alunos do CPII)

*Nada.
Tudo interstícios,
Tudo aproximações,
(...)
Tudo nada.*

(Álvaro de Campos – Poemas)

1. Introdução

Qualquer menção ao Colégio Pedro II (CPII¹) externaliza sua procedência. Trata-se de uma instituição que carrega em si memórias e narrativas que destacam sua importância histórica para a Educação brasileira e para a cidade do Rio de Janeiro (CAVALCANTI, 2004), bem como para os estudos diversos já realizados sobre/no CPII, que ora buscaram compreender sua organicidade, seus anseios e suas motivações, ora discutem acerca de sua trajetória, de sua comunidade e de suas tradições para além de seus muros.

As políticas educacionais durante os dois mandatos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva² (2003 a 2010) colocaram em destaque a interiorização do Ensino Médio. A presente pesquisa propõe discutir como se dá a mais recente expansão do Colégio Pedro II na etapa do Ensino Médio nesses primeiros anos do Século XXI. Ao traçarmos esse caminho pelos anos 2000, deparamo-nos com um colégio tradicional se lançando a desafios inovadores relacionados ao contexto político e educacional do período.

É inegável que o período traz em si questões de financiamento da Educação, criação e implementação de instituições e programas educacionais. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa, ao nos debruçarmos sobre a expansão do Colégio, é discuti-la como um movimento extensivo, por sua amplitude.

¹ Tomamos a liberdade de utilizar “CPII” e “Colégio” em referência ao Colégio Pedro II, tal como a própria instituição se denomina em seu site: <http://www.cp2.g12.br/index.php>. Acesso em: 22 out. 2020.

² Conforme Oliveira (2009), o Governo Lula priorizou investimentos na Educação Básica e Superior por meio de programas de capacitação a professores e gestores, provimento de diversos recursos, tais como materiais e financeiros, além da instituição de políticas de avaliação, expansão e interiorização da Educação, tais como a Lei nº 11892/2008 que criou as unidades de Institutos Federais por todo o território e ações como o Plano de Ações Articuladas (PAR), Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (TPE), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ademais do próprio Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de 2007. Abordaremos mais sobre o Governo Lula posteriormente.

Para tal, consideramos a leitura e a investigação do termo “expansão” em um sentido mais amplo, propondo um olhar além da implementação do projeto de expansão pela abertura de novas Unidades Escolares Descentralizadas (UNEDs³): Realengo, Niterói e Duque de Caxias.

Certamente, observa-se uma reinvenção, ou melhor, uma dualidade entre rupturas e continuidades: um Colégio que acentua, mais uma vez ao longo de sua história institucional, sua vocação para com o Ensino Médio (etapa da Educação Básica), mas que, ao mesmo tempo, cria unidades em cunho experimental por meio de parcerias com prefeituras, também lança uma política de reserva de 50% de suas vagas para alunos de escolas públicas e adere a novas modalidades de ensino, como cursos pós-médio (ou subsequentes), PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica) e PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Assim, entre chiados e desconfianças quanto à preservação de suas tradições por conta do panorama favorável a uma maior diversificação do perfil discente, pairava a preocupação de agregar valores do Colégio aos alunos fundadores⁴, isto é, difundir o sentimento de pertencimento ao CPEI desde as primeiras turmas das UNEDs oriundas da expansão⁵, construindo uma identidade em conformidade à comunidade escolar Pedro II. Porém o que teria levado a buscar essa nova expansão? Quais forças discutiram como se daria a implantação dessa nova expansão?

Em uma abordagem histórico-política com a metodologia da História Oral e da análise de documentos e registros da época – detalharemos em seguida como dar-se-á metodologicamente este estudo –, objetivamos conduzir uma discussão de modo a atingir à compreensão dessa nova configuração escolar para refletirmos não apenas essa expansão territorial e organizacional

³ As UNEDs foram transformadas em *campi* a partir da Lei nº 12677/2012. Utilizaremos as duas nomenclaturas ao longo do texto.

⁴ O termo “alunos fundadores” nesse contexto se refere aos primeiros alunos das UNEDs criadas na expansão Anos 2000.

⁵ Consideramos quanto à oferta de Educação Básica que Realengo se caracteriza como exceção pelas matrículas em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), visto que Duque de Caxias e Niterói possuem apenas alunos no Ensino Médio. Entretanto, aqui trataremos consideravelmente do Ensino Médio.

do Colégio como também os objetivos, as metas e as aflições do Ensino Médio nesses primeiros anos do século XXI.

Dessa maneira, propomos uma tese que se estruturará em sete capítulos, de modo a embasar a investigação acerca da expansão do Colégio Pedro II nos anos 2000. Em vista das correlações entre o Ensino Médio e o Colégio Pedro II, discutiremos parte da história do Ensino Médio (Ensino Secundário) para compreender seu lugar histórico-educacional na instituição, assim como parte da trajetória institucional do Colégio para compreender o que o lança a empreender uma nova expansão nos anos 2000.

Iniciamos esse percurso da História do Ensino Médio abordando as demandas dessa etapa de ensino (enquanto 2º grau) nas décadas de 1970 e 1980, tendo em paralelo a análise dos documentos produzidos pelo Colégio Pedro II nessa época, em seu planejamento frente às exigências da legislação vigente para formação técnica profissionalizante compulsoriamente.

Em seguida, abordaremos o contexto da redemocratização e o ressurgimento das vozes sindicais, bem como do associativismo e seu papel no CPII do final dos anos 1980. Ademais, analisaremos as Políticas Públicas Educacionais dos anos 1990 e 2000 e como esse cenário político-educacional circunda as demandas de acesso ao Ensino Médio. Subsequente a essas discussões, retomaremos os ciclos expansionistas anteriores do CPII para nos dedicarmos ao cerne desse estudo, isto é, cada movimento da Expansão dos Anos 2000 e suas motivações, negociações, além de avanços, dificuldades e particularidades.

Embora estejamos trazendo a hipótese de uma inovação do Colégio Pedro II, é inerente refletirmos sobre os motivos que o levaram à expansão: estaria o CPII atendendo a demandas do MEC (Ministério da Educação) para pleitear por leis que garantissem mais estabilidade para a instituição e seus servidores⁶? Por fim, todos concordaram imediatamente com a ideia de criar

⁶ Durante a Expansão dos Anos 2000, o Colégio foi incluído na Lei nº 11892/2008, lei de criação dos Institutos Federais do país, além da aprovação de plano de carreira para seus servidores (Lei nº 12772/2012).

outras unidades? E quanto a deslocar o Colégio para outros municípios se, em seus outros ciclos de expansão⁷, isso não aconteceu?

1.1

“I watch it expand”⁸

*(...) What the fissure through
which one sees disaster?
The circle is unbroken;
the harmony complete.
Here is the central rhythm;
here the common mainspring.
I watch it expand, contract;
and then expand again.
Yet I am not included⁹
(WOOLF, 2019, p. 53).*

Peço licença para me debruçar – usando a primeira pessoa do singular – por estas linhas sobre a fluidez do tempo e dos caminhos que tomei enquanto pesquisadora e professora de Educação Básica pública. Admito que tento descrever de forma breve, suscitando a pinçar algumas das várias lembranças que nos marcam pela vida acadêmica e profissional enquanto se expandem pelas palavras nesta escrita.

Ao decidir o que gostaria de pesquisar na minha monografia de conclusão de curso da Licenciatura em Pedagogia pela UERJ (CEDERJ), eu sabia bem o que buscava: realizar uma pesquisa que pudesse contar um pouco da história da minha região. Porém contrastando a formação de professores e a História da Educação dos primeiros institutos de educação do Rio de Janeiro a uma realidade preocupante e atual: a evasão de professores dos sistemas

⁷ De acordo com o site da instituição, o Colégio Pedro II teve três ciclos de expansão, começando pela década de 1950, com a criação de três seções escolares (Norte, Sul e Tijuca); em seguida, na década de 1980, acontece a expansão interna do colégio com a criação das unidades voltadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, os “Pedrinhos”. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/component/content/article/83-cpii/1633-expans%C3%A3o-do-cpii.html>. Acesso em: 30 jul. 2020.

⁸ *Eu o assisto expandir*”, em tradução livre.

⁹ Em tradução livre: *E sobre a fissura pela qual se vê um desastre? / O círculo é inquebrável; / a harmonia, completa. / Aqui é o ritmo central; / aqui está a mola mestra comum; / eu vejo isso se expandir, se contrair; / e depois se expandir novamente. / Ainda assim, não estou incluída.*

municipais de ensino com foco em Mesquita (RJ), município onde sempre morei e estudei minha Educação Básica.

Acredito que foi essa primeira pesquisa, “Motivações sócio históricas da evasão de professores do contexto escolar brasileiro” (SILVA, 2011), que iniciou a minha trajetória como pesquisadora comprometida em refletir sobre questões atuais da Educação, porém relacionadas à História da Educação, especialmente, história do tempo presente.

Após concluir Pedagogia (2011) e o Bacharelado em Letras Português-Inglês (2013), passando por experiências de pesquisa em iniciação científica em Literatura Portuguesa, comunicações em congressos sobre minha monografia e o ensino de Inglês e tecnologia/mídias no ensino de língua estrangeira, decidi retornar à História da Educação ao pleitear uma vaga no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ, na linha de História, Processos e Sujeitos Educacionais.

No Mestrado em Educação, que iniciei em 2014, procurei me desenvolver ainda mais como pesquisadora (publicar em revistas e participar de congressos, seminários e reuniões científicas referentes à minha linha de pesquisa) bem como publiquei artigos na RCE (Revista Contemporânea da Educação) da UFRJ e na Revista Bem Legal (UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Também aprofundei meus estudos sobre a Baixada Fluminense, principalmente, Mesquita (RJ), abordando em minha dissertação – “A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE PROFESSORES DE MESQUITA, NA BAIXADA FLUMINENSE: UMA IDENTIDADE PROFISSIONAL EM CONSTRUÇÃO” – (SILVA, 2016) a formação do seu sistema municipal de educação após sua emancipação de Nova Iguaçu, rememorando uma história do tempo presente que não relatava apenas uma história local da Educação mas também a trajetória da primeira geração de professores das escolas públicas municipais e do desenvolvimento da identidade profissional docente.

Ao longo do mestrado, fui professora concursada de Disciplinas Pedagógicas na SEEDUC-RJ (Secretaria Estadual de Educação) e Professora

II concursada (Anos Iniciais do Ensino Fundamental) no município de Nova Iguaçu. Ser uma professora em escola pública facilitou uma aproximação com alguns de meus sujeitos entrevistados para a pesquisa do mestrado, que em parte continuam atuando em escola pública.

Em 2015, iniciei no CEDERJ de Nova Iguaçu como tutora presencial de Inglês Instrumental dos cursos de Química e Computação, onde lecionei até 2019.1. As oportunidades de trabalho que surgiram durante meu mestrado me proporcionaram novas conexões com minha pesquisa, trouxe à tona novas contribuições para com a mesma e, certamente, contribuíram para minha formação como professora e pesquisadora.

Ao pleitear uma vaga como Doutoranda em Educação na PUC-Rio, escolhi pesquisar o Colégio Pedro II em um contexto mais atual e contrastante das demais pesquisas que havia me deparado até aquele momento. Em outras palavras, esta pesquisa objetiva a possibilidade em investigar a extensão do tradicional colégio – uma instituição, muitas vezes, marcada como um colégio de “elite” – à Baixada Fluminense, atendendo a outros perfis de alunos a partir da criação de novas unidades, como a de Duque de Caxias (em 2007), pelo programa de expansão do Colégio que se iniciou em 2004.

De todo modo, meu propósito era continuar pesquisando, por meio da temática da Expansão dos Anos 2000 no CPII, a História da Educação da Baixada Fluminense no Doutorado. Ademais, segui minha trajetória profissional conciliando os estudos do Doutorado com concursos para Institutos Federais e docência em escolas públicas da Baixada, atuando como Professora II na Prefeitura de Nova Iguaçu, tutora no CEDERJ da mesma cidade e tomando posse como Professora de Inglês na Prefeitura de Nilópolis, havendo exonerado da SEEDUC em 2017.

Em 2018, durante o processo de sondagem de fontes históricas – especialmente em uma conversa com a ex-Reitora, Prof^a Vera Maria Rodrigues, acerca da criação da unidade de Duque de Caxias no NUDOM (Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II) –, foi perceptível que o recorte deste estudo estava engendrado à criação das demais unidades, Realengo e Niterói.

Deste modo, a pesquisa tomou um passo à frente e me levou ao inesperado: ressignificar a expansão na minha própria tese. Assim, *expandindo* seu objeto original para um objeto (e objetivo) mais denso e complexo, isto é, (discutir) o movimento de expansão do Colégio Pedro II nos anos 2000, tomo como base as políticas públicas de implementação e expansão da rede pública de ensino bem como sustento a História Oral como metodologia junto à análise de outras fontes que relatam uma História Pública e Institucional.

Em 2018, inscrevi-me no concurso de professores pela primeira vez, muito empenhada pela pesquisa e pela oportunidade de atuar como docente federal. Com a aprovação, passei a integrar o quadro de docentes concursados no dia 14 de março de 2019 no Departamento de Ensino Fundamental (Anos Iniciais), estando lotada no Campus Realengo I – um dos frutos dessa expansão.

Pude perceber uma maior rede de sociabilidade por trabalhar com colegas que me ajudaram a conhecer entrevistados que atuaram nas unidades de Duque de Caxias, Realengo e Niterói, bem como obter acesso a arquivos e materiais para minha pesquisa; além disso, esta investigação se relaciona com a minha práxis, que nesse ano se fez como colaboradora, no início do projeto de dez anos do Campus Realengo I (interrompido por conta da pandemia de Covid-19¹⁰). Uma das coisas que eu aprendi com os estudos acadêmicos e com minha trajetória profissional até o momento, é que eu sou uma professora pesquisadora, pois sinto que minha pesquisa e minha prática docente são inerentes e complementares.

Elenco como norte, na escrita desta tese, o movimento e a fluidez dos acontecimentos. Um destes, foi esbarrar neste novo viés de pesquisa em uma tarde de 2018, às vésperas de iniciar o semestre para a primeira qualificação da tese. Entre passos à frente e mudanças de rota, vou à contramão de muitos pesquisadores que iniciaram suas teses e dissertações enquanto já eram

¹⁰ As aulas presenciais no Colégio Pedro II foram suspensas, conforme nota emitida pela Reitoria no dia 13 de março de 2020 e seguem sem previsão de retomada enquanto durar a situação da pandemia, conforme a Portaria nº 343, emitida pelo Ministério da Educação, no dia 17 de março de 2020. O ano letivo de 2020 foi retomado por meio de aulas remotas no dia 08 de fevereiro de 2021, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 3075, de 20 de dezembro de 2020. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2020/DEZ/PORTARIA_3075_20.12.20.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

servidores ou ex-alunos da instituição.

Não poderia imaginar viver novamente essa realidade de tomar como objeto de pesquisa o lugar de trabalho, como foi no meu mestrado – em que parte dele trabalhei no município de Nova Iguaçu enquanto pesquisava a emancipação e o surgimento da Secretaria de Educação de Mesquita (seu antigo distrito) bem como as tensões existentes nesta primeira geração de professores.

Ao pensar sobre este momento de rememorar trajetórias, procuro me colocar como uma observadora distante do seu objeto: “*I watch it expand*” – tal como escreveu Virginia Woolf em seu romance mais conhecido pelo caráter experimental, *The Waves* (As Ondas) –, ou seja, “Eu o assisto expandir”, em tradução livre. Como estudante da Educação Básica, nunca houve a oportunidade de pleitear uma vaga no Colégio Pedro II, embora admirasse e defendesse o Colégio pela sua história e tradição.

Como a epígrafe que escolhi para minha tese explícita, o movimento de expansão segue para além de suas fissuras, de seus questionamentos e de seus muros. O CPII se estende a novas localidades e comunidades e, em primeiro lugar, fui uma observadora distante até adentrar em seus meandros pela pesquisa e pelo trabalho docente na instituição.

Embora *Woolf* não fosse uma das minhas leituras preferidas da graduação em Letras enquanto aflorava o processo da escrita junto ao fazer da História Oral, lembrei-me muito do *stream of consciousness* (fluxo de consciência), um conceito que não pude deixar de refletir sobre ao debruçar sobre os escritos de Portelli (1997).

Nesse sentido, a História Oral não deixa de se assemelhar à literatura. Embora a teoria e a crítica literárias realmente se ocupem de conceitos tão transcendentais ao indivíduo, como gênero, estilo, período, escola ou influências literárias, no final, a conclusão é a de que o elemento responsável por fazer com que um trabalho literário produza impacto reside no fato de ele, de maneira inconfundível, aglutinar, transgredir, transcender e transformar gênero, estilo, período e escola (p. 17).

O fluxo de consciência para a literatura explora os processos

sensoriais e de pensamento dos personagens bem como seus pontos de vista em sua individualidade ou com ocorrências externas. No entanto, tal como cada entrevista é significativa para o andamento da pesquisa, cada uma delas se faz única pelo seu intrínseco fluxo de consciência e de possibilidades que transbordam para além de seu gênero e, muitas vezes, seu propósito inicial.

Cada entrevista é um ensaio de reações sensoriais e lembranças, um ponto de vista compartilhado não só com o entrevistador, mas também com o futuro leitor desta tese. A análise das entrevistas procurou não ser somente um cruzamento de fatos e opiniões, mas diálogos de vozes que partilham: versões, dimensões, agradecimentos, percepções... memórias que reconstroem um mosaico por meio da coerência encontrada até mesmo em meio a peças irreconciliáveis (PORTELLI, 1997, p. 16).

Portanto, esta tese se ocupa de levar adiante a discussão do movimento expansionista do CPII nos anos 2000 para a comunidade acadêmica. Dessa forma, também objetiva fomentar a importância da história do tempo presente do (e para o) Colégio Pedro II como objeto de pesquisa, especialmente, acerca dos *campi* novos, os quais também são lugares de memória representativos da configuração escolar e da trajetória institucional do CPII.

1.2 O Ensino Secundário como vocação

Ao lermos Dubet (2011), compreendemos que a escola é uma instituição cujo programa institucional se constitui de ações e valores que emanam uma socialização e subjetivação de modo a contribuir com a construção de uma cidadania e de uma identidade nacional. Considerando o contexto em que o Colégio Pedro II fora criado, uma escola de ensino secundário poderia consolidar um ideal de nação.

Tão logo, fazia-se necessário um colégio padrão na Cidade-capital do Rio de Janeiro (MOTTA, 2009) de modo a oficializar o ensino secundário como etapa de ensino com um programa institucional na educação de jovens

brasileiros (MENDONÇA¹¹ *et al*, 2013). Ou seja, educando para empreender uma socialização de modo a formar um espírito de nação, no (...) *trabalho de uma intelectualidade capaz de organizar um discurso sobre a formação, composição e definição de nação* (RAMA, 1985).

Diante disso, aconteceu a conversão do Seminário de São Joaquim em Imperial *Collegio* de Pedro II – pelo Decreto nº 36979, de 02 de dezembro de 1837 – com fins de oficializar e regularizar a oferta de ensino secundário, assim como oferecer uma educação de qualidade com vistas à formação de uma elite nacional (NUNES, 2000). O antigo seminário-colégio de São Joaquim atendia a meninos desvalidos e, por isso, a sua extinção para a criação do Colégio Pedro II foi motivo de várias discussões e tensões da época (PENNA, 2008).

Ferreira e Vechia (2004) destacam que a criação do colégio (...) *representou a primeira iniciativa do Governo Imperial de estabelecer o ensino secundário público no Município da Corte e de dar alguma uniformização ao ensino secundário* (p. 2). Consistia em um projeto civilizatório nacional, de educar a mocidade e oferecer, em um primeiro momento, cadeiras menores avulsas em um único prédio para depois implementar reformas ao ensino secundário. Cabe destacar que, com sua criação, objetiva-se constituí-lo como etapa de ensino (MASSUNAGA, 1989).

Em primeiro lugar, a instituição serviria de modelo aos demais estabelecimentos secundários brasileiros, um padrão ideal para este ramo de ensino. Em segundo lugar, o Colégio da Corte seria parte de um projeto de formação e recrutamento da elite nacional, local em que os virtuais dirigentes imperiais deveriam aprender mais do que o conhecimento exigido nos preparatórios, mas um amplo conjunto de saberes, vivências e atividades (CUNHA JUNIOR, 2008, p.103).

Petit (1992) destaca que um grupo reduzido almejava mais do que chegar aos estudos superiores, como a aquisição de uma cultura geral. Esses alunos buscavam distinção em relação a outros grupos sociais e viam o colégio

¹¹ Embora o conceito de programa institucional seja de Dubet (2006) e que inspire outros pesquisadores, consideramos a pesquisa de Mendonça *et al* (2013) como nossa maior referência quanto ao programa institucional do Colégio Pedro II por suas contribuições e estudos.

como oportunidade de cursar “verdadeiros estudos secundários”, sem focar no utilitarismo do ensino secundário, mas no contato com a cultura clássica das Belas Artes e na possibilidade de adentrar o círculo imperial pelo conhecimento adquirido.

O programa institucional do colégio se propunha a dar conta do caráter modelar proposto para ele, visando cumprir um projeto civilizatório embasado em ideais e doutrinas morais alinhados à ideia de ser uma nação, de educar para o patriotismo de (...) *projetar um programa institucional para o ensino secundário como um todo* (MENDONÇA *et al*, 2013, p. 988).

Sua identidade institucional se constituiu, portanto, a partir desse contexto de autoafirmação do Império brasileiro e dos objetivos de oficialização do ensino secundário e como seu papel social enquanto instituição reguladora e socializadora era decisivo para amenizar tensões internas durante o Império e promover tal “educação”. O colégio era acompanhado de perto pelo Imperador D. Pedro II, seu patrono:

O Colégio de Pedro II, considerado “a menina dos olhos do Imperador”, contava com o apoio direto de seu patrono, que fazia questão de: inspecionar pessoalmente as instalações físicas e os dormitórios em suas visitas frequentes ao local, acompanhar os exames dos alunos, os processos de seleção de seus profissionais, a produção intelectual de seus professores e ex-alunos, mantendo, inclusive, um de seus netos como aluno regularmente matriculado, quando a regra era educar os descendentes da família imperial na Europa (POLON, 2004, p.87).

Embora seu plano de estudos objetivasse se alinhar a demandas sociais da época e, ao mesmo tempo, cumprir com o propósito de educar a mocidade da nação, além de firmar um padrão oficial de ensino secundário, Massunaga (1989) conclui que o Colégio Pedro II não se desvincilhou das questões do Governo Imperial, agindo como um representante na busca pela unificação do povo brasileiro em nação.

Segundo a autora, o Colégio Pedro II não conseguiu ser um padrão real, uma vez que precisou se adequar várias vezes a exames de preparatórios, evasões, demandas sociais etc. O Colégio não chegou a impor um modelo de ensino secundário, mas se articulou de tal forma que, idealmente, tornou-se um

símbolo de prestígio, tradição e qualidade de ensino – principalmente, quanto ao ensino secundário oficializado pela sua criação como nível de ensino – até os dias de hoje.

Conforme Andrade (1999), ao decorrer dos anos e o advento da República, enquanto se empenhava um apagamento de feitos do Império e, embora tenha sido renomeado¹² por diversas vezes, o colégio sobrevive a essa crise de identidade e a reformas políticas e educacionais, inclusive à ameaça de municipalização na década de 1930. Consideramos relevante discutir por um momento seu propósito de criação e seu currículo inicial para que possamos compreender adiante como o colégio procura se renovar e, ao mesmo tempo, se manter como espaço de memória e tradição.

A autora compreende o colégio como um elo entre passado e presente, como um lugar de memória, enquanto comunidade escolar e patrimônio histórico-educacional na memória nacional. No entanto, nota-se que o colégio surgiu em meio a um período de demanda à educação nacionalista da juventude, isto é, de certo modo, o seu programa institucional procurava empreender por meio de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) de modo a contemplar uma difusão do ideal de nação pela cultura escolar.

A produção de uma cultura escolar própria correlacionada à sua natureza institucional singular foi legitimada pelo papel desempenhado pelo Colégio no projeto civilizador do Império, como instrumento de consolidação do Estado e construção da Nação (ANDRADE, 1999, p.96).

Através dos símbolos, a tradição dessa comunidade é preservada e renovada pelos uniformes, hinos, emblema, bandeira, além dos rituais que o significam enquanto instituição, pois corroboram com uma noção de pertencimento, já que símbolos são (...) *referenciais emblemáticos de representação da memória e afirmação da identidade* (CARDOSO, 2013,

¹² De acordo com a pesquisa de Andrade (1999), desde a sua criação como Imperial *Collegio* de Pedro II, a instituição foi renomeada, como: Imperial Instituto Nacional de Instrução Secundária (1889); Ginásio Nacional (1890); Externato Nacional Pedro II (1909); Internação Nacional Bernardo Pereira de Vasconcellos (1909); Colégio Pedro II (1911).

p.13).

Escragnolle Doria (1997) apresentou em sua obra uma memória institucional do primeiro centenário do colégio, o que veio a se tornar principal fonte memorialística do CPII. Para esse autor, o colégio sempre fora uma casa de tradição e memória, nascida em tempos de crescimento da nacionalidade.

Portanto, o Colégio Pedro II se insere em uma memória institucional que valoriza seu *status* de Colégio padrão do Ensino Secundário e que o leva a buscar a mesma anuência junto ao MEC, diante de diferentes reformas educacionais, com relação ao Ensino Médio. Assim, é a partir da tradição e dos símbolos concernentes ao seu programa institucional que o CPII procura se desvencilhar de demais instituições públicas que ofertam os mesmos segmentos de educação básica bem como inspira temas de pesquisa, como veremos no subcapítulo seguinte.

1.3

CPII: objeto consagrado da História da Educação brasileira

A escolha do objeto de pesquisa está relacionada à ideia de tradição do Colégio Pedro II – que figura como uma das mais renomadas e respeitadas instituições de ensino no país há mais de um século –, fundado em 2 de dezembro de 1837 e ao modo como a história e a memória se confundem com a história da cidade do Rio de Janeiro, como também à história da Educação Brasileira.

Esta revisão bibliográfica se ocupou de investigar produções científicas nas áreas de História e Educação, considerando artigos, dissertações, teses e livros, através da base *Scielo* e no *Scholar Google*, além da investigação de pesquisas do Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e documentos do NUDOM.

Em nossas pesquisas¹³, foram encontrados cerca de quinze mil estudos

¹³ Utilizou-se “Colégio Pedro II” como palavra-chave nas pesquisas realizadas em outubro de 2018 no Banco de Dissertações e Teses da Capes – o qual também denominamos “Portal Capes” –, na base *Scielo*

relacionados ao Colégio Pedro II no Portal CAPES, sendo 4.597 nas áreas de interesse que citamos acima. Na base *Scielo*, foram encontrados 36 títulos; no *Scholar Google*, há 12.500 trabalhos (excluindo citações), sendo cerca de 860 publicados somente em 2018, alguns desses originários do Programa de Mestrado Profissional do CPII e de suas revistas acadêmicas.

Das obras selecionadas para esse levantamento (teses, dissertações e artigos), pudemos observar no gráfico a seguir que há um aumento considerável de pesquisas sobre o colégio entre as décadas de 1980 e 2010. Devido ao número de estudos encontrados e ao crescente interesse pela instituição, compreende-se que pesquisar, atualmente, o Colégio Pedro II é discutir sobre um objeto consagrado, reconhecido pela tradição, história institucional e contribuições à educação brasileira.

Portanto, nesta seção propomos uma discussão teórica a partir do campo da História da Educação, partindo da criação do Colégio Pedro II como uma instituição padronizadora e modelar para o Ensino Secundário brasileiro, até trabalhos com recortes mais atuais, como os desdobramentos da instituição na criação do CPII Realengo.

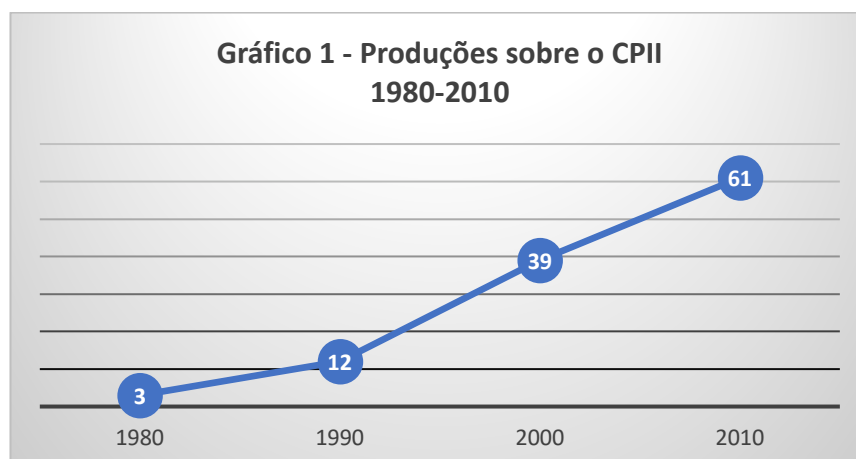
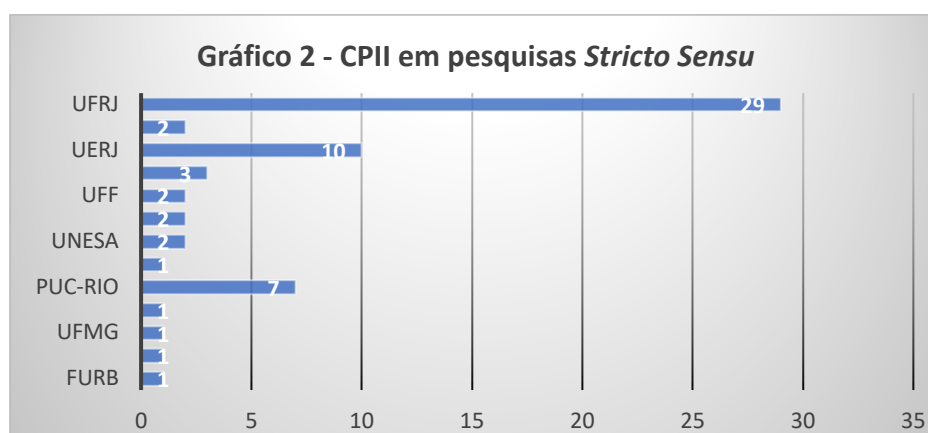


Gráfico produzido pela própria pesquisadora com base nos dados encontrados nas bases pesquisadas.

Para Santos e Andrade (2016), o colégio é um polo cultural da cidade

e no *Scholar Google*. Encontra-se em anexo o levantamento de teses e dissertações, além de alguns artigos pertinentes a pesquisas de História da Educação sobre o CPII. Ademais, discutiremos adiante alguns desses trabalhos e suas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

do Rio de Janeiro, um personagem e um lugar de memória da nossa história. No entanto, como podemos observar na lista a seguir, o grande número de pesquisas *Stricto Sensu* acerca da instituição não se justifica apenas pelo seu estudo historiográfico, tampouco por sua localização geográfica (Estado do Rio de Janeiro).



Gráfico¹⁴ produzido pela própria pesquisadora.

Como vemos no gráfico acima, o Colégio Pedro II é muito pesquisado por instituições de outro estado e a diversidade de temas encontrada nos apresenta o CII como um objeto de estudo multifacetado, rico e complexo, que desperta curiosidade pela tradição, memória e reputação de escola pública de qualidade.

Entre as pesquisas históricas sobre o colégio encontramos os estudos sobre o ensino de diversas disciplinas – Matemática, História, Sociologia, Língua Inglesa, Química, Artes, Filosofia, Português, Educação Física –, bem como trabalhos historiográficos acerca de professores, desde os catedráticos e intelectuais a narrativas de gerações mais atuais sobre trabalho e formação, e de outros funcionários do colégio.

Quanto aos estudos históricos, os períodos mais abordados são os séculos XIX e XX. Esses períodos evidenciam os temas de currículo, cultura escolar e avaliação, tomando a criação do colégio como ponto de partida à discussão de reformas educacionais posteriores – especialmente entre as

¹⁴ Destacamos que “Pesquisas *Stricto Sensu*” se refere ao levantamento de dissertações e teses de Programas de Pós-Graduação do país.

décadas de 1940 e 1990 –, seguindo fatos históricos e políticos proeminentes na sociedade e que reverberam pela Educação durante o século XX.

O quadro de dissertações e teses – que se encontra no Anexo I – mostra-nos que, até o presente momento, as pesquisas relacionadas ao Colégio no século XXI são, em grande maioria, relacionadas ao ensino de disciplinas na instituição com destaque à Informática.

Quanto à História da Educação, há o registro de apenas duas dissertações: SANTOS, 2018; VENDAS, 2017. Ambas investigam este tempo histórico presente, elaboradas por professores concursados do Colégio Pedro II e atuantes no campo de investigação: o *Complexo Escolar de Realengo*, o que de certo modo o prestigia e o diferencia dos demais *campi* novos dessa expansão.

Tomando o Colégio Pedro II como tema de investigação aos olhos da história das instituições, as pesquisas sobre o colégio discorrem sobre diferentes aspectos que o materializam enquanto objeto de estudo, tais como

(...) o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles (NOSELLA; BUFFA, 2008, p.16).

As pesquisas em História da Educação continuam a tradição de estarem localizadas no município do Rio de Janeiro. No entanto, se a expansão leva o CPEI a novos municípios, como Duque de Caxias e Niterói, como não há estudos sobre eles?

Se o Colégio Pedro II teve o compromisso de colocar esses municípios no mapa institucional com a construção de novas unidades, temos o objetivo de colocá-las no mapa das investigações em História da Educação – no que

concerne à História do Tempo Presente – sobre o Colégio. Em outras palavras, objetiva não só motivar novos estudos da área, com as demandas que não poderão ser cumpridas nesta tese – porém, sinalizadas – como também a extensão deste lugar de memória (NORA, 1993) e *locus* de pesquisa aos novos *campi* para várias temáticas.

1.4

Pelos campos da história: a História do Tempo Presente

(...) L'un des problèmes de l'histoire du temps présent réside, en effet, dans l'élaboration d'une méthodologie permettant d'exploiter la très grande diversité des sources disponibles et leur grande hétérogénéité. Ses cadres d'action sont la demande sociale et la coopération avec les autres sciences de l'homme (sociologie, anthropologie, droit...). Confrontés aux acteurs vivants d'une période qu'ils érigent en domaine d'investigation, les historiens du temps présent ont importé de la sociologie, de l'anthropologie et d'autres sciences sociales la pratique de l'entretien, développant les méthodes de l'"histoire orale", ou plutôt une utilisation historique de sources orales¹⁵ (GONÇALVES, 2011, p. 32).

Esta pesquisa se insere no campo da História do Tempo Presente não apenas pelo estudo de um período contemporâneo, mas também por seu caminho metodológico – particularmente pela História Oral – e pela fluidez dos eventos estudados (GONÇALVES, 2011).

A metodologia escolhida para esta pesquisa é qualitativa e terá a análise documental e a história oral como recursos metodológicos. Como propõe Howard Becker (2007) com seus “truques”, a escolha da metodologia deve valorizar o objeto, como também a reflexão sobre a sociedade, como organismo, considerando o diálogo com as narrativas construídas pelos

¹⁵ Em tradução livre, a citação acima: *Um dos problemas da História do Presente reside, com efeito, no desenvolvimento de uma metodologia que permita explorar a grande diversidade de fontes disponíveis e a sua grande heterogeneidade. Seus marcos de ação são a demanda social e a cooperação com outras ciências humanas (sociologia, antropologia, direito, etc.). Diante dos atores vivos de um período que configuraram como campo de investigação, os historiadores da atualidade importaram da sociologia, da antropologia e de outras ciências sociais a prática de entrevistar, desenvolvendo os métodos de “História oral”, ou melhor, um uso histórico de fontes orais.*

entrevistados.

Prost (2008) também destaca a relevância social para a pesquisa histórica, além da contribuição para o campo. Logo, compreende-se que a pesquisa deve ser sensível ao contexto e a suas demandas, visto que as questões de um historiador não são rasas: elas constroem fatos pelas interpretações das fontes e dos documentos, tal como pela escolha dos instrumentos e procedimentos metodológicos adequados.

Ao abordarmos a questão da expansão de uma instituição educacional tão presente na história e memória do Rio de Janeiro, do Brasil e da Educação pública como o Colégio Pedro II, fora necessária a ampliação do nosso próprio saber histórico sobre a instituição, uma vez que não havia vínculo profissional ou acadêmico, a princípio, com a instituição pesquisada.

Se Becker (2007) e Prost (2008) já nos alertavam de não haver a possibilidade de considerarmos questões ingênuas como pesquisa, de fato, Collingwood ratifica tal pensamento ao discutir que nossa investigação se apoia e elabora pela capacidade de aprender (...) *a partir de todo e qualquer fragmento de fontes* (1935, p. 19). Assim, quanto mais se conhece, melhor se torna nosso ofício de historiador.

O conhecimento prévio é uma bússola para compreendermos as questões que se encontram em lacunas e que contemplem o objetivo de pesquisa. É muito comum encontrar servidores e ex-alunos do Colégio Pedro II pesquisando sobre o mesmo, porém se pode dizer que a curiosidade moveu a pesquisa: foram necessárias muitas leituras – inclusive imprescindíveis para esta revisão bibliográfica –, visitas para sondagem ao NUDOM¹⁶ e conversas com amigos que são professores e/ou ex-alunos do Colégio.

No entanto, a busca por ampliação do saber histórico não isenta o estranhamento com o objeto de pesquisa, que nos leva à retórica e a um aprofundamento dialógico do trabalho de investigação:

¹⁶ Para esta pesquisa, o NUDOM é um ponto de centralidade para encontrar fontes históricas do Colégio Pedro II, não só pelo seu acervo histórico e documental sobre o CPEI, mas também pela participação de pessoas que desempenharam importantes papéis durante sua última expansão em sua equipe atual.

Na origem, há sempre um achado proveniente das margens de investigações inteiramente diversas. (...) Em cada circunstância, tive a súbita sensação de ter encontrado alguma coisa, talvez até alguma coisa de relevante; ao mesmo tempo, tinha consciência aguda de minha ignorância. Às vezes, uma resposta relampejava (...). Mas não sabia qual era a pergunta. Somente a pesquisa permitiu formulá-la (GINZBURG, 2004, p. 11-12).

A perspectiva deste estudo encontra ressonância em Ferreira (1992) ao discutir o histórico e o político através do estudo da instituição e de aspectos como tradição e inovação, essa última caracterizada pela expansão. Portanto, compreendemos a possibilidade deste movimento expansionista ter tomado forma em meio à ideologia e aos propósitos próprios de seus atores sociais – tais como governantes, gestores – e do pensamento político educacional nos anos 2000.

Nos canteiros históricos desta pesquisa, podemos considerar a Nova História Política como dimensão, ou seja, modo de ver e interpretar; a História Oral como uma das abordagens – visto que a abordagem política também se faz presente na análise de documentos – em fazer e analisar a pesquisa das fontes históricas e a História da Educação pública, especificamente do Ensino Secundário¹⁷, como domínio.

Elegemos, como dimensão, a Nova História Política que emerge nos anos 1980, conforme Barros (2004), com o interesse de estudar o poder em suas modalidades, isto é, diferentes instâncias e agentes de poder, o que nos leva a pensar na participação política dos gestores e do próprio colégio em relação aos arranjos federativos – União, Estado e municípios – e recursos necessários à criação e construção das novas unidades.

Phillips & Burbules (2000) discutem vários conceitos importantes para o desenvolvimento de uma pesquisa, tais como verdade, neutralidade, falibilidade, objetividade. Segundo os autores, a verdade é uma coleção

¹⁷ Não podemos considerar o Ensino Secundário como correspondente somente ao Ensino Médio. De acordo com a Reforma Capanema, o Ensino Secundário se tratava de quatro anos de estudos ginasiais – em sucessão aos quatro anos de escolaridade primária –, seguidos de três anos de colegial. Além do Ensino Secundário, havia os cursos técnicos (industrial/comercial/agrícola) e Normal.

complexa de proposições, logo que esta não se constrói apenas por um ponto de vista.

De todos os conceitos, a verdade é um conceito primordial no campo da História, uma vez que, conforme Prost (2008), a escrita da história se faz de “verdades”. Recorrer ao nível macro para contextualizar o objeto de estudo e justificar a escolha do recorte é uma das ferramentas utilizadas na escrita de um texto histórico – o que acontece por meio de notas de rodapé explicativas e que deem acesso a outros documentos e leituras.

Um ponto a discutir é o de que a verdade é regulada pelo exercício da memória e que não se intenciona um resgate histórico. Além da impossibilidade de lidar com a totalidade de fatos de um contexto histórico com uma única pesquisa, esse resgate não ocorre porque não há neutralidade: *a produção historiográfica é sempre elaborada pelo pesquisador e que a história não é resgate, mas, sim, (re)construção* (SCOCUGLIA, 2005, p. 12).

Embora a obra de Phillips & Burbules (2000) sugira a neutralidade como um valor da ciência, eles também reconhecem os limites de sua necessidade, visto que a objetividade na ciência não se sustenta sem a subjetividade do pesquisador que escolhe, delimita e, portanto, faz uso de seus próprios juízos de valor. Autores como Prost (2008) e Duby (1993) defendem a não-neutralidade na pesquisa histórica, uma vez que, ao montar um “quebra-cabeças” de fatos, o historiador apresenta uma versão da história, o que muitas vezes implica no uso do conceito de imaginação.

Certeau afirma que *é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente* (1994, p. 34). Logo, a análise de documentos nos permitirá construir um panorama do passado – da história relatada oficialmente pelo governo ou pela instituição, principalmente, ao que tange às ações discutidas e implementadas para a expansão do CPII.

Consideramos como cerne da pesquisa a análise do movimento expansionista do CPII em três dimensões: *territoriais* – como a criação das novas unidades (posteriormente *campi*, conforme inclusão do CPII na lei dos

Institutos Federais, nº 11892, de 29 de dezembro de 2008) –; **organizacionais** – como as conquistas legislativas para o Colégio e seus servidores – e **pedagógicos** – como uma renovação na oferta de modalidades e níveis de ensino.

A escolha da abordagem metodológica pela História Oral se justifica pelo interesse na realização de entrevistas com os atores escolares, isto é, servidores atuantes na instituição – tanto na gestão, na implementação das novas unidades quanto no sindicato/associação – durante o período mais expressivo de expansão, de modo a compreender pontos de coalizão e tensão desse movimento expansionista.

Ademais, trabalhamos com documentos oficiais, legislações do Ensino Secundário (Ensino Médio) e da Educação Brasileira nos anos 2000. Também utilizamos relatos realizados *a priori* por outros pesquisadores transcritos ou gravados de modo a compensar a impossibilidade de realizar certas entrevistas.

Grande parte das figuras no corpo desta tese são ilustrativas, ou seja, não são consideradas como objetos de análise, exceto em caso das imagens que amparam a análise textual de documentos, como notícias de jornais, que aqui compreendemos à luz de Campos (2012) como fragmentos temporais, culturais e ideológicos do seu tempo, que nos levam a refletir acerca da imersão da fonte neste tempo e espaço (LUCA, 2018).

Partindo da ideia de que toda fonte histórica é um monumento (LE GOFF, 2003) e, portanto, todo documento é carregado de intencionalidades, tanto em sua produção quanto preservação e divulgação, pretendemos explorar dados e relatos em contraste por documentos escritos e orais, considerando uma abordagem histórica-política de modo a refletir as condições de produção dessas fontes históricas, uma vez que estão atreladas não só ao discurso de uma instituição, mas também de um governo ou sociedade.

O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, *memória*: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa (FOUCAULT, 2009, p. 8).

Um documento nos revela informações e discursos oficiais que podem ser utilizados como ponto de partida para uma entrevista de modo a contrastar esses dados (MINAYO, 2001). Todos esses instrumentos de captação e análise serão importantes para compreender o movimento de expansão dentro (níveis e modalidades novas de ensino, além dos novos *campi*) e fora (arranjos federativos que possibilitam a expansão e as conquistas legislativas para o Colégio e seus servidores) da instituição.

1.5 Pelos campos da história: a História Oral

A História Oral é uma das abordagens metodológicas em que podemos perceber como o discurso está sempre em disputa, o que nos privilegia a compreender as relações políticas e sociais entre atores e instâncias governamentais nesta pesquisa. Elencamos a história oral como método de investigação, fonte de pesquisa e técnica de tratamento dos relatos (ALBERTI, 2005) de pessoas envolvidas na expansão do CPEI nos anos 2000, ou seja, lideranças, ou melhor, gestores.

Tal como Araújo & Fernandes (2006), percebemos o depoimento oral como construção histórica, sendo este uma fonte que pode acrescentar a fontes tradicionais e fatos, novas versões de uma prática social ou de um acontecimento que podem evocar uma multiplicidade de memórias (PORTELLI, 1998).

Como Le Goff (2003) nos alerta, os documentos históricos possuem uma intencionalidade e, no caso da entrevista de história oral, o relato já vem imbuído de uma memória seletiva (POLLAK, 1992) do próprio sujeito. Ademais, é importante considerar o contexto em que está sendo realizada a entrevista, uma vez que o fato narrado se torna uma reinterpretação do que fora vivenciado pelo entrevistado e do que fora compreendido pelo entrevistador, pela reconstrução que se faz a partir de seu discurso (FRANK, 1992).

De acordo com Ferreira (2002), as relações entre memória e história,

na História Oral, evocam usos políticos do passado, como objetivamos trabalhar, uma vez que não se procura checar informações de outros documentos na elaboração do roteiro e durante a entrevista, considerando que diferentes versões de um mesmo fato nos levam a interpretar a lembrança e o esquecimento, como aponta Bosi (2004).

Ao utilizarmos a entrevista de História Oral, não podemos nos esquecer de seus contratempos, tendo em mente as considerações de Pollak (1992) sobre história e memória. Nora alerta que *a memória se pendura em lugares, como a história em acontecimentos* (1993, p. 19), ou seja, os lugares de memória revelam a fluidez da memória, uma vez que se trata de uma interpretação daquilo que foi vivenciado e no momento da entrevista revisitado, não há como acessar a totalidade, e sim uma leitura específica do contexto histórico.

A memória é fluida, marcada não só por acontecimentos pessoais, como também coletivos. Logo, ao processo de rememoração, podemos considerar as memórias como *flutuações, que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória* (p. 204). Ainda conforme o autor, uma vez que a memória é seletiva, foram formuladas questões específicas referentes ao período de atuação no Colégio.

Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. Cada um de meus entrevistados (...) representou uma surpresa e uma experiência de aprendizado. Cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras (PORTELLI, 1997, p.17).

Partindo de uma reflexão similar à expressa acima por Portelli (1997) e de uma proposta distante do clichê, cabe destacar a importância de cada entrevistado e, portanto, de haver alguns critérios que nos guiem para além de uma lista de possíveis participantes.

Deste modo, conscientes de que cada entrevistado traz em si uma amálgama de possibilidades, memórias e conhecimentos – para serem compartilhados com a pesquisa, com os futuros leitores desta pesquisa, com a comunidade acadêmica –, procuramos elencar alguns critérios.

Entre os critérios de inclusão estavam: a atuação como gestor ou funcionário (preferencialmente, como servidor concursado) na Reitoria ou em um dos *campi* do CPII, por no mínimo seis meses, a partir do período em que se compreende o desenho da expansão; a participação em sindicato (SINDSCOPE – Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II) ou associação da instituição (ADCPII – Associação de Docentes do Colégio Pedro II) em comissões, colegiados, reuniões, conselhos, comitês internos ou convocados pelo MEC ou por outro Ministério Federal, cujas pautas tenham tratado da Expansão nos Anos 2000.

Para exclusão da lista de sujeitos entrevistados, foram considerados a atuação como gestor ou funcionário na Reitoria ou em um dos *campi* do Colégio Pedro II por tempo inferior a seis meses no período estudado; participação esporádica em conselhos, colegiados, comissões e/ou reuniões internas ou convocadas por um dos ministérios.

Considerando o escopo de análise desta pesquisa, excluimos as possibilidades de entrevistas com o público-alvo do CPII, isto é, alunos e seus responsáveis, bem como associações de bairro ou demais sujeitos da comunidade externa. A não-participação em sindicato ou associação não configurou critério para exclusão, embora a participação tenha sido destacada como um dos critérios de inclusão, esse fora um item complementar ao vínculo empregatício.

Por conseguinte, para ser entrevistado, foi necessária uma sondagem prévia dos sujeitos quanto aos itens de inclusão de modo a contribuir, a partir da rememoração de suas vivências na instituição, com o estudo da expansão do Colégio Pedro II sob a ótica de seus servidores e gestores. Ao iniciarmos a entrevista on-line, procuramos conhecer a trajetória do entrevistado no CPII. Apresentamos em seguida um breve panorama acerca dos entrevistados que colaboraram com sua participação nesta pesquisa.

- Prof^a. Vera Maria Ferreira Rodrigues

A Prof^a. Vera Maria foi a primeira convidada a participar da pesquisa e contribuiu com as conversas iniciais de sondagem do objeto de estudo desta pesquisa, enquanto esteve sob a Coordenação do Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (2014-2020). Atualmente aposentada, sua trajetória acadêmica e profissional se deu, em maior parte, no CPII: ex-aluna, ex-professora de Matemática, ex-Diretora Geral (2008 a 2012) e Reitora Pro Tempore (2012 a 2013).

Olha, (minha trajetória) se inicia há quase 60 anos atrás, em 1961, eu ingressei como aluna no colégio, fui aluna do primeiro na seção norte, que hoje é o *Campus* Engenho Novo II, lá eu cursei o antigo ginásio, que é do 6º ao 9º ano atual, e depois eu fui fazendo um ensino médio que era a sede antigamente, é o atual *Campus* Centro. Lá estudei (...) de 1965 até 1967. Aí, ao me formar, eu já tinha sido... desde metade já do ensino fundamental, eu já tinha claro a vocação ‘pra’ magistério, eu sabia que eu queria ser professora. (...) Aí terminei, eu fiz a faculdade; terminada a faculdade, o plano era fazer um curso ‘pra’ voltar ‘pro’ Pedro II. E eu fui presenteada muito mais cedo do que eu imaginava, surgiu a oportunidade. (...) O ano de 1972 era um ano que eu achava que não ia trabalhar. Eu tinha deixado a escola particular que eu tinha trabalhado durante o último ano da faculdade, e pensava só em me dedicar ao filho. Quando foi a minha surpresa quando eu soube, em setembro, que uma colega minha que tinha estado comigo na faculdade, tinha sido... ‘tava’ trabalhando com um professor na época que se chamava solista, era um professor que só ganhava pela hora-aula lá no Engenho Novo até. Tinha havido necessidade de um professor de matemática no Engenho Novo e essa minha colega tinha sido contratada temporária, né. Aí quando soube disso, chegou, meu sonho é dar aula no Pedro II, aí eu fui lá procurar o professor Haroldo. (...) Aí conversou comigo, “(...) Eu podia adivinhar que você estava aqui antes disponível pra dar aula, mas deixa aí o seu telefone, se houver necessidade de outro professor eu faço contato”, aí passa-se uns dias, ele ligou, “Ô moça de sorte. ((riso)) Faleceu um professor”, e justamente no Centro, lá na sede, um professor que infartou. E aí nessa época, na verdade, a contratação era muito mais prática, né, era imediato. Não tinha processo como existe hoje o processo seletivo. Também era assim: se tinha aula você ganhava; se havia feriado e podia enforçar, você não ganhava. Não recebia férias, nada. Mas, de qualquer maneira, minha vontade de dar aula no Pedro II era, poxa, com menos de 1 ano de formada na faculdade já ‘tava’ lá dando aula no colégio que eu tanto sonhava, né, queria... (RODRIGUES, 2020).

- Prof. Miguel Ângelo Villardi

O Prof. Miguel Villardi é professor titular de Biologia no Colégio Pedro II e integra seu quadro docente desde 1984, tendo atuado em outras instituições de ensino anteriormente. Atuou na gestão do *campus* Realengo como Diretor Adjunto do Prof. Diretor Geral Oscar Halac (atualmente Reitor do CPII) a partir de 2004 e assumindo, posteriormente, o cargo de Diretor Geral de 2008 a 2017.

Bom, eh... eu sou filho de ex-aluna, a minha mãe tinha um orgulho danado de ter estudado no Pedro II, eu e meu irmão também estudamos no Pedro II, então eu cheguei no Pedro II na década de 1960 pra fazer o... que hoje é fundamental, era ginásio na época, né. E depois concluí em São Cristóvão porque foi época que separaram, né. O nível médio só existia em São Cristóvão e no centro, e aí eu estudava em São Cristóvão... os meninos estudavam de manhã e as meninas estudavam à tarde ((riso)), porque não tinha diferença... não tinha banheiro preparado pra receber, né, todo mundo. Depois daí fiz a faculdade; em 1982 eu fiz o meu primeiro concurso pro colégio, em que eu fui aprovado, mas não classificado, porque eu perdi na prova de títulos, eu tinha pouco tempo de formado, não tinha praticamente título nenhum, mas em 1984 eu consegui ficar, inclusive, em primeiro lugar no concurso, e o título só era usado em caso de empate, como eu não ‘tava’ empatado com ninguém eu consegui entrar, porque se dependesse de títulos naquela época, de novo eu teria perdido a vaga no colégio. Assim, de interessante da trajetória do Pedro II... eu falo a trajetória assim, eu realizei um sonho que era trabalhar no Pedro II que realmente mudou muito a minha vida, eu que dava aula, manhã, tarde e noite, passei a cada vez reduzir mais, até ficar exclusivamente no colégio. E lembro muito da minha mãe falando assim, ela... a família não aceitava muito a minha escolha de ser professor, mas ‘pra’ ela, quando eu passei a ser professor do Pedro II, aí isso mudou totalmente porque aquele amor de ex-aluna dela fez crescer (VILLARDI, 2020).

- Prof. Marcelos Caldeira

O Prof. Marcelos Caldeira é professor de História no Colégio Pedro II desde 1992 e iniciou sua trajetória no *campus* da Tijuca. A convite do Prof. Oscar Halac, foi coordenador de série e professor da unidade Niterói no início de seu funcionamento. Participou da gestão como Diretor Adjunto da Profª Denise Carvalho de Mattos a partir de 2007 quando o Prof. Halac deixou a

direção para implementar a unidade de Duque de Caxias. Segundo seu relato, em decorrência de problemas de saúde que afastaram a Diretora Geral, assumiu a direção em 2010 e permaneceu até 2017.

Sempre estudei em escola pública, mas nunca tive o privilégio de ser aluno do Pedro II, não. (...) Bom, eu tenho duas matrículas (de História) no colégio, o meu concurso foi em 1992, o segundo em 1994, eu entrei no ano seguinte, e desde aquela época eu trabalhei sempre na Tijuca, Tijuca 2. Teve um breve período, seis meses, que eu trabalhei no Engenho Novo... Engenho Novo 2, isso foi em 1996, por conta de um colega nosso que tinha ficado adoentado, lamentavelmente veio a falecer depois, mas foi um *campus* que eu gostei muito também. E aí eu retornei pra Tijuca e fiquei lá até 2005, quando aí aconteceu o convite ‘pra’ eu ir pra Niterói. A princípio eu até resisti um pouco, né, porque eu ‘tava’ na Tijuca desde o início, tinha muitos amigos lá que entraram no mesmo concurso, gostava demais e tal, mas acabei um pouco pressionado, acabei indo ‘pra’ Niterói e fiquei lá até 2017. Agora ‘tô’ no *campus* Centro em sala de aula (CALDEIRA, 2020).

- Prof. Diretor Artur Nogueira

O Prof. Diretor Artur Nogueira é atualmente o Diretor Geral do *campus* Duque de Caxias (outubro de 2013-2017; 2018-), estando em seu segundo mandato no momento. Iniciou sua trajetória como docente no CPII no próprio *campus* de Duque de Caxias quando tomou posse por meio do concurso público em 2008.

Eu sou ex-aluno, então tem uma trajetória grande. ((riso)) Eu ingressei no Colégio Pedro II eu tinha 10 anos de idade, 10 ‘pra’ 11 anos de idade. Eu sou estudante do *campus*... ex-aluno do *Campus* Centro, na época unidade Centro, eu ingressei em 1991, por um fatídico concurso pra... pra antiga sexta série, seria o sétimo ano, parece que teve lá sobra de vagas e tal, aí decidiram abrir... ampliar o quadro de alunos na época, isso foi em 1991... é isso mesmo, eu tinha 11 anos de idade. E assim eu ingressei, comecei a minha história no Colégio Pedro II, lá na unidade Centro, me formei lá em 1996, fui aluno da então diretora de unidade, da Vera Maria, né, e a atual diretora, a Andreia – ela me mata quando eu falo isso – ela foi minha orientadora no antigo SOE, era SOE e STA, então eu sou... sou mais ou menos dessa época. Saí de lá do Pedro II e entrei direto na UFRJ, né, fiz curso, fiz lá o vestibular, sou fisico, sou licenciado em física pela UFRJ, e em 2008 eu retornei ao Colégio Pedro II pelo concurso, então eu consegui passar aí nessa prova que a gente faz, né, nossa, essa prova quase arranca nosso couro, e consegui ingressar. E estranho, né, obviamente eu escolhi... eu queria ir lá pro

centro, a minha casa e tal, onde eu estudei, mas acabou que tinha vaga pra Caxias, né, uma... uma unidade aí em expansão, ela é unidade escolar descentralizada, né, Duque de Caxias, era UEDC na época. E como eu passei lá em 2008, né, o finalzinho de 2008, eu em 2009 eu comecei na unidade, cuja a direção era do atual reitor, né, do Oscar... do Oscar Halac, então fui professor de física lá, né, em 2009, 2010, 2011 eu já... acredito que em 2011 ou 2012 eu assumi já a coordenação, antigamente tinha uma tal de coordenação de série, né, então já assumi essa coordenação de série; e em 2012 ou 2013 eu fui diretor adjunto do professor Oscar; e em 2014 quando o Oscar ganhou a reitoria, eu fui denominado como diretor-geral pro-tempore (NOGUEIRA, 2020).

- Edmar Marques

O técnico administrativo Edmar Marques aceitou o convite para a entrevista em nome do SINDSCOPE e compartilhou que trabalha no CPII desde 1987 e teve a oportunidade de representá-lo no SINASEFE¹⁸ (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Técnica e Tecnológica¹⁹), inclusive durante o período de expansão da instituição e da proposta de interiorização e ampliação da rede federal EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico).

(...) eu sou técnico administrativo e não sou ex-aluno, não. ((riso)) Eu não sou daqui, sou de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, eu vim em 1975. Eu entrei (no CPII) em 1987 no concurso que teve, aliás o concurso foi até de 1984 e só fomos chamados lá em 1987. Eu acho até que a primeira turma de técnicos concursados do Pedro II. (...) Bom, eu por um acaso era coordenador geral lá do SINASEFE. O SINASEFE é o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Eu era um dos coordenadores, o SINASEFE tem três coordenadores. Eu entrei como coordenador em 2007 (MARQUES, 2020).

¹⁸ “O SINASEFE surgiu a partir da Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus (FENASEFE) no dia 11 de novembro de 1988 – durante o Encontro Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus, realizado em Salvador (BA). O sindicato nasceu logo após a aprovação da Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, que consolidou o direito de sindicalização dos servidores públicos” (SINASEFE, 2020). Trecho extraído do site do próprio SINASEFE. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/sinasefe/historia/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

¹⁹ Nota-se que os entrevistados do SINDSCOPE se referem ao SINASEFE como o Sindicato Nacional, não apenas como uma forma de abreviar seu nome como também de fazer menção ao alcance desse sindicato.

- William Carvalho

O atual Diretor Administrativo de São Cristóvão II e técnico em assuntos educacionais, William Carvalho foi indicado pelo SINDSCOPE para participar da pesquisa por sua atuação junto ao MEC e ao SINASEFE no período da expansão do CPII. Sua trajetória se inicia em 1985 no Colégio e sua participação no sindicato nos remete aos tempos em que este era ainda uma associação (ASCOPE – Associação dos Servidores do Colégio Pedro II) e compartilhou memórias da relação entre a militância sindical e os governos.

Eu trabalho no Colégio Pedro II desde 1985. E aí de lá ‘pra’ cá eu já passei por alguns campi, trabalhei em vários setores, já militei ao longo do tempo também como dirigente sindical durante muito tempo, conheço uma grande parte da rede federal de ensino, e hoje eu sou diretor administrativo do *Campus* São Cristóvão II e substituto do diretor-geral. (...) Na verdade eu comecei na antiga ASCOPE, não era nem SINDSCOPE. Antes de ela se transformar em sindicato tínhamos duas associações: a ADCPII, que organizava os docentes, e a ASCOPE que era uma associação de benefícios que tinha filiação majoritária de técnicos administrativos. Em 1983, teve uma... perdão, em 1993 teve uma grande greve que a escola foi paralisada inicialmente pelos técnicos administrativos, e eu acabei indo pra Brasília participar das atividades, fiquei meio impressionado com tudo o que eu vi, e quando eu voltei pela minha forma de falar, as pessoas disseram que talvez fosse uma boa que eu pudesse militar no sindicato e ajudar a organizar... não no sindicato, na época era ASCOPE. E aí eu me aventurei, a gente disputou uma eleição, eram três chapas, disputamos uma eleição com a chapa da diretoria que organizava a associação, ganhamos, e a partir daí foram várias eleições, né, que eu participei diretamente, indiretamente. Eu fui presidente da ASCOPE, depois fui presidente do SINDSCOPE, depois transformamos em coordenações, não era mais presidencialismo. Eu fui várias vezes coordenador geral do sindicato, além disso fui coordenador geral do sindicato nacional (...) (CARVALHO, 2020).

- Prof^ª. Denise Sayde

Atualmente aposentada, a Prof^ª. Denise Sayde foi entrevistada no início de setembro. Sua trajetória no CPII se inicia em 1984 através do primeiro concurso de professores de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) do mesmo. Além de participar da geração fundadora de professores dos Pedrinhos

(atuando em São Cristóvão em 1984), participou da fundação da ADCPII em 1985, primeira associação do Colégio após a Ditadura, na qual exerceu funções administrativas por várias vezes, inclusive no período da expansão anos 2000.

Eu não sou ex-aluna, eu não conhecia o Colégio Pedro II, eu sou de Niterói, me formei no Instituto de Educação e entrei na Fluminense pra Ciências Sociais em 1976. E fui professora do município do Rio, professora primária, saí, montei uma livraria com umas amigas, não deu certo e fiquei procurando emprego, apareceu concurso no Pedro II em 1984, foi o primeiro concurso pra professoras do primeiro segmento. (...) Eu tinha 25 anos. Tinha passado um período em Sergipe, eu trabalhei lá um tempo numa cidadezinha do interior, fui morar com a minha irmã, mas vi que não ia ter futuro lá. Voltei. Bem, aí pintou o concurso, prefeitura de São Gonçalo e Pedro II. Foi aí que eu conheci Pedro II, realmente eu não conhecia nada de Pedro II. E larguei do... passei em São Gonçalo, mas não fiquei. E entrei no Pedro II em 1984, no grupo das 50 primeiras professoras que começaram o Pedrinho em São Cristóvão I, então tenho boas recordações, muitas recordações, foi um período muito bom. E eu lembro quando fomos recebidos pelo professor Tito Urbano, que ele saiu passeando com a gente pela escola pra mostrar, entramos na sala do xadrez, que ainda tem, eu não sei como é que tá, uma sala de xadrez ali em São Cristóvão III, a sala da congregação. E quando passa em frente ao Pedrinho, São Cristóvão ‘tava’ em obra, aí ele virou e falou assim, “você que vão construir esse colégio”. Então toda a minha militância, todas as minhas lutas ali dentro, eu sempre digo, “o culpado é o professor Tito, ele que disse que a gente ia construir o colégio, eu acreditei nele”, e foi um movimento muito efervescente mesmo. (SAYDE, 2020)

Consonante às análises primárias de suas trajetórias contadas por meio das entrevistas remotas, percebe-se que o grupo é, em sua maioria, composto por servidores ainda ativos – apenas dois aposentados – e que grande parte dos entrevistados foi ex-aluno antes de atuar como docente do Colégio. Nenhum técnico entrevistado foi ex-aluno e ambos estão/estiveram envolvidos com a gestão do SINDSCOPE/SINASEFE.

Tendo em vista suas trajetórias, podemos pensar em três categorias primárias de entrevistados e demais sujeitos nesta pesquisa citados nesse contexto dos anos 2000. O primeiro grupo se refere aos **gestores implementadores/idealizadores** do movimento expansionista, isto é, dos quais partiram ideias e decisões maiores sobre a criação dessas novas unidades.

Nesse grupo estariam Prof. Wilson Choeri²⁰ – Diretor Geral à época do início da expansão, falecido em 2013 – e Prof. Oscar Halac²¹ – atual Reitor do CPII – seu braço direito, que implementou cada unidade, cuja função de Diretor implementador se estendeu por pelo menos o primeiro ano de funcionamento das unidades de Realengo, Niterói e Duque de Caxias.

Neste trabalho, apresentamos relatos de Halac (2011) em seu livro, sobre a sua participação na expansão do Colégio, uma vez que não foi possível entrevistá-lo pessoalmente, devido à impossibilidade de agendar presencialmente este compromisso junto ao Gabinete da Reitoria, em decorrência da pandemia de Covid-19. Não pudemos realizar essa entrevista anteriormente, pela necessidade de seguir o cronograma aprovado pelo Comitê de Ética do CPII²², cujo princípio do campo de pesquisa seria março de 2020 – coincidindo com o início do ano letivo no Colégio –. Contudo, Choeri e Halac não tenham sido sujeitos entrevistados nesta pesquisa, cabe destacar a extensão de suas decisões na implementação da expansão.

²⁰ Wilson Choeri faleceu em 2013, aos 85 anos de idade, quatro anos antes de definir esse tema para o Doutorado. Porém vários servidores relembram seu papel no desenvolvimento dos movimentos expansionistas dos Anos 1980 e Anos 2000. Ex-aluno e ex-Diretor do Colégio Pedro II, a instituição publicou uma nota no dia 15 de agosto de 2013 em sua homenagem, destacando que: (...) *como primeiro Secretário de Ensino, foi responsável, junto com o Diretor-Geral, Professor Tito Urbano da Silveira, pelo renascimento do Colégio Pedro II, que em 1978 contava com apenas 3.800 alunos. Ao longo da década de 80, graças a seu espírito empreendedor e inovador, foram criadas quatro novas Unidades Escolares – carinhosamente batizadas de PEDRINHOS – trazendo para nossa tradicionalíssima Instituição de Educação Secundária, a alegria das crianças, promovendo uma salutar renovação. Em 1989, quando Professor Tito faleceu, o Colégio contava com cerca de 13.000 alunos, em suas nove Unidades Escolares. Na gestão que se seguiu, do Professor Antonio José Chediak, de 1989 a 1993, Professor Choeri prosseguiu à frente da Secretaria de Ensino. Em 1994, na primeira eleição para Diretor-Geral, foi o escolhido por docentes, técnico-administrativos e discentes, tendo ocupado o cargo ininterruptamente até janeiro de 2008, uma vez que foi reconduzido em 1998, pelo Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza e novamente eleito em 2003, em consulta à Comunidade Escolar, na qual, pela primeira vez, ocorreu também a participação de pais e responsáveis por alunos. Ao longo de seu último mandato, empreendeu uma nova expansão do Colégio Pedro II em direção à Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, com a criação da Unidade Escolar Realengo, em 2004, seguida de duas outras nos municípios de Niterói, em 2006, e de Duque de Caxias, em 2007.* Disponível em: https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/114-not%C3%ADcias2013/751-professor-wilson-choeri-pequena-biografia-de-um-grande-homem.html#:~:text=Um%20homem%20que%20dedicou%20toda,contava%20com%20apenas%203.800%20alunos. Acesso em: 22 dez. 2020.

²¹ Não foi possível realizar a entrevista com o Prof. Reitor Oscar, uma vez que seria necessário marcar um horário no Gabinete da Reitoria para realizá-la, o que não foi possível pela suspensão das aulas em virtude da pandemia de Covid-19.

²² Em parte, precisamos pontuar que o parecer favorável à pesquisa fora publicado na Plataforma Brasil somente no dia 20 de dezembro de 2019, ainda que o projeto tenha sido submetido no dia 26 de junho do mesmo ano.

Em nossa lista de entrevistados, a trajetória da Prof^a Vera Maria Rodrigues a destaca também como idealizadora e implementadora da expansão, no entanto suas ações na execução das obras de Realengo e dos terrenos de Niterói e Duque de Caxias nos levam a compreender que também foi uma gestora executora do que já havia sido idealizado pela gestão de Direção Geral anterior (Choeri). Por isso, consideramo-la como um sujeito pertencente ao segundo grupo de entrevistados, *gestores executores*, logo que sua função no CPII, ao longo dos primeiros anos de expansão, confere-a uma articulação entre o planejar e o executar.

Levando em consideração a função como gestor executor dos projetos deixados pela Direção anterior, dando continuidade ao funcionamento da unidade de atuação – em boa parte, sucedendo ao Prof. Oscar Halac – e por assumirem essa função devido a uma rede de sociabilidade com o primeiro grupo, compreendemos que estão neste grupo, os *gestores executores* Prof. Miguel Villardi (Realengo), Prof. Marcelos Caldeira (Niterói) e Prof. Artur Nogueira (Duque de Caxias), além da Prof^a Vera Maria Rodrigues (Reitoria), como mencionado anteriormente.

O terceiro e último grupo – *servidores sindicalizados* – denota a voz do associativismo no Colégio Pedro II, cuja atuação não se refere apenas a pautas acerca da expansão, mas também a uma preocupação pela busca de recursos e congruências junto ao Ministério da Educação ou a outras instâncias sindicais para garantir que todas as unidades funcionassem com mais recursos. Estão neste grupo a Prof^a Denise Sayde (ADCPII) e os Servidores Técnicos William Carvalho (SINDSCOPE/SINASEFE) e Edmar Marques (SINSCOPE/SINASEFE).

À vista disso, a reflexão acerca das trajetórias dos sujeitos entrevistados nos leva aos estudos de Dubar (1998), uma vez que as trajetórias também podem ser (...) *marcadas pela continuidade inter e intrarrelacional, (...) por rupturas de qualquer natureza que implicam o retomar de identidades anteriormente adquiridas ou construídas* (p. 90).

A história oral, em decorrência, é um processo de recordação realizado por um sujeito individual, mas socialmente integrado. Os relatos e os testemunhos contêm em si um amálgama maior, o da inserção em uma comunidade específica (DELGADO, 2017, p. 49).

Portanto, à luz da análise das entrevistas de História Oral, podemos perceber como as memórias se entrelaçam com a atuação profissional/acadêmica de cada sujeito, bem como podemos considerar o modo e o porquê de se envolverem com esse movimento de expansão. Deste modo, questionamo-nos: como idealizadores, executores ou sindicalizados, por quais motivos e como naquele momento participaram dessa expansão?

Os estudos de Soares (2014) e Maciel (2016) – que tiveram o Colégio Pedro II e o Instituto Benjamin Constant, respectivamente, como *loci* de suas pesquisas –, destacam o retorno de professores ex-alunos às suas instituições de origem, como uma das nuances de análise da identidade profissional docente (DUBAR, 2005). Conforme Azevedo (2005, p. 80), o orgulho e o ufanismo dos ex-alunos e ex-professores corroboram para a preservação institucional, em diferentes esferas, graças a um programa institucional fortalecido.

Tendo em vista as diferentes formas de construção identitária (DUBAR, 2005) e sua relação para com o exercício de sua profissão docente como um dos pontos de análise da trajetória dos entrevistados, à medida que realizamos as entrevistas, percebemos a possibilidade de intercâmbio entre as análises de história oral e sociológica.

Partindo dessa reflexão, a memória evoca leituras de suas vivências em *framing*, isto é, uma memória enquadrada (POLLAK, 1989). Consideramos que, durante as entrevistas, os sujeitos rememoram momentos de sua história enquanto aluno e/ou servidor em paralelo às histórias institucional e pública, operando pelas margens das fronteiras sociais – referências advindas de suas socializações –, bem como de seus sentimentos (tais como, o de pertencimento), o que nos levou a considerar um itinerário pelas reestruturações e modificações relatadas pelos documentos que nos contam a história institucional do Colégio, paralelamente, às reformas educacionais brasileiras e ao contexto social e político à época.

Quanto ao *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (TCLE), a pesquisa possui danos possíveis, como invasão de privacidade; constrangimentos por questões sensíveis ou ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados confidenciais e de imagem.

Cabe destacar que os benefícios em participar como sujeito entrevistado não são diretos, porém contribuem à história institucional do Colégio Pedro II no tempo presente – fomentando a relevância desta pesquisa para a própria instituição em questão –, ademais, para com este estudo, fornecendo mais informações sobre o objeto de estudo e sua periodização.

Contudo, antecipamos algumas medidas para amenizar tais danos como: a) garantir o acesso aos resultados da pesquisa, o qual compreendemos como um direito do participante da pesquisa; b) minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras e atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; c) assegurar a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras) bem como a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro; d) oferecer serviços de apoio psicológico e assistência integral, caso necessário; e) suspender a pesquisa em caso de dano à saúde do sujeito participante causado por sua participação.

A fim de traçar um perfil dos sujeitos entrevistados, as primeiras perguntas se dirigem ao levantamento de dados necessários para a construção do quadro de perfis entrevistados, considerando aspectos da sua trajetória acadêmica e profissional (anos de atuação na profissão e no Colégio Pedro II).

Considerando que o resultado da entrevista é o produto do narrador e do pesquisador, segundo Portelli (1997). O que faz a história oral essencial para esta pesquisa é a necessidade de problematizar o que não foi ainda problematizado por outros estudos, mesmo que a lista de entrevistados seja de servidores que foram agentes na expansão do colégio, à frente de decisões e de arranjos federativos.

What makes institutional biography distinctive is that it is inspired by the collective oral histories and employs secondary sources and archival materials to create the framework rather than depending in the first instance upon secondary and archival materials for content and then mining the oral histories for summaries quotations²³ (CLARK, 2019, p. 80).

A partir da metodologia da História Oral, propomos uma análise cruzada de fontes – orais (entrevistas e relatos) e escritas (documentos produzidos pela instituição/pelo MEC). Portanto, as questões propostas no roteiro de entrevistas²⁴ corroboram para que os participantes rememorem acontecimentos nos quais participaram ou foram testemunhas, estimulando-os a memória à conjuntura que se pretende investigar²⁵.

Ademais à transcrição do áudio das entrevistas, tem-se a atenção aos aspectos ditos e não-ditos (POLLAK, 1989) a fim de evocar particularidades de prováveis memórias mais seletivas, como as subterrâneas. Portanto, o que se propõe é um esforço de utilizar a tecnologia em prol de realizar a entrevista em vídeo, em um momento oportuno para o entrevistado colaborar com a pesquisa, sem pressões externas (MINAYO, 2001) e em segurança.

A presente pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética das instituições envolvidas neste estudo – Parecer nº 49/2019, do Projeto nº 33/2019 (com aprovação pelo Comitê de Ética da PUC-Rio em 02/05/2019) e Parecer nº 3.772.312/2019 (aprovado em sua segunda versão pelo Comitê de Ética do CPII, em 15/12/2019) –, com início das atividades de campo para março de 2020, conforme o cronograma aprovado.

Entretanto, a eminência da pandemia do *Coronavírus* (COVID-19) em todo o mundo levou a um estado de quarentena em todo o país e a suspensão das atividades letivas nas instituições de ensino (inclusive o CPII, cuja suspensão foi anunciada pela Reitoria no dia 16 de março de 2020) a partir do

²³ Em tradução livre: *O que faz a biografia institucional distinta é a sua inspiração em histórias orais coletivas, bem como o emprego de fontes secundárias e o arquivamento de materiais para conteúdo, para então extrair as histórias orais para citações.*

²⁴ Destacamos que o roteiro de entrevistas, bem como o TCLE, encontra-se em anexo. Houve a necessidade de adaptação do roteiro para as entrevistas com servidores indicados pela ADCPII e pelo SINDSCOPE, uma vez que o roteiro previamente estabelecido não conduzia a questões específicas dessas entrevistas.

²⁵ Apresentamos, em anexo, o roteiro norteador às entrevistas a servidores e gestores que trabalharam na instituição durante o período da última expansão do Colégio.

dia 13 de março de 2020, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), devido à letalidade do vírus.

Esse período de quarentena impactou não somente o cronograma, pela impossibilidade de realizar as entrevistas agendadas de forma presencial, bem como a vida de todos. Das etapas de pesquisa propostas no cronograma aprovado em dezembro de 2019 pelo Comitê de Ética do Colégio Pedro II, a pesquisa documental *in loco* fora realizada em março de 2020, em um período anterior ao início da pandemia e pode seguir nos meses seguintes pelos acervos digitais e demais documentos de pesquisa. Também se seguiram a escrita da tese visando à segunda qualificação (obrigatória da tese) e a análise de dados já obtidos.

Por conseguinte, para que as entrevistas fossem viabilizadas, buscamos nos adaptar às circunstâncias e obter depoimentos orais por áudios de *WhatsApp* dos entrevistados que não puderem participar por videoconferência, seja por meio do *Zoom*, *Skype*, seja por demais ferramentas e aplicativos de comunicação, como veremos no item a seguir.

1.6

Confluências: fazer História Oral em tempos de pandemia

Como anteriormente mencionado, em decorrência do isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, desde 14 de março de 2020 (aulas suspensas pela Reitoria do CPEI no dia 16 de março de 2020), não houve a possibilidade de fazer as entrevistas pessoalmente, uma vez que esse isolamento continua até o momento, para as instituições de ensino públicas no Estado do Rio de Janeiro.

Em respeito à faixa etária do grupo de servidores entrevistados (em sua maioria, acima de 50 anos de idade) e de sua adequação ao grupo de risco de contágio por Covid-19, bem como sua disponibilidade em tempos de pandemia, procurou-se adaptar a metodologia à situação sanitária/social do país, de modo a cumprir parte do cronograma apresentado aos respectivos

comitês de ética da PUC-Rio e do Colégio Pedro II, com a realização de algumas entrevistas.

Após alguns estudos e testes sobre quais aplicativos e *softwares* seriam utilizados, consultamos os entrevistados para ciência de sua situação no momento e se haveria disponibilidade para participar de uma entrevista on-line. Dos cinco entrevistados contatados nos meses de maio e junho de 2020, dois apresentaram dificuldades em participar no momento, devido à adaptação ao trabalho remoto no CPII e à preocupação com familiares acometidos pela Covid-19.

Três entrevistados se colocaram à disposição: a Prof^ª. Vera Maria Rodrigues (ex-Reitora e professora do CPII, atualmente aposentada), o Prof. Marcelos Caldeira (ex-Diretor Geral do *campus* Niterói e professor do CPII) e o Prof. Miguel Villardi (ex-Diretor do *campus* Realengo II e professor do CPII).

No mês de junho de 2020, foram realizadas essas entrevistas por meio dos aplicativos *Zoom* (Prof. Marcelos Caldeira e Prof. Miguel Villardi) e videoconferência pelo *WhatsApp* (Prof^ª. Vera Maria), aplicativos esses escolhidos com os entrevistados para facilitar o seu acesso. Ressaltamos que os aplicativos *Google Meet*, *Google Hangout*, *Skype*, *Zoom* e *WhatsApp* foram disponibilizados.

Em seguida, mais três entrevistados foram contatados no mês de julho: o Prof. Diretor do *campus* Duque de Caxias, Artur Nogueira, e dois servidores indicados pela Diretoria do SINDSCOPE, os técnicos Edmar Marques e William do Nascimento Carvalho (que representaram o CPII no SINASEFE no período da expansão).

No início de setembro, foi realizada uma entrevista com a Prof^ª Denise Sayde, atuante na ADCPII durante o período de expansão, pelo aplicativo *Zoom*. Essa entrevista ocorreu sem maiores interferências tecnológicas²⁶ e por

²⁶ Entre os imprevistos que se sucedem em uma entrevista remota com maior frequência está a qualidade da conexão/do áudio da videoconferência. Portanto, notamos durante a transcrição que algumas perguntas e respostas precisaram ser repetidas ou foram interrompidas, devido a esse problema. Considerando que tais interferências não aconteceriam frequentemente em uma entrevista presencial, a não ser que por uma

isso não discorremos muito sobre quando tratamos dos desafios em fazer entrevistas no formato remoto.

Ao serem convidados a participar da entrevista, os entrevistados foram informados dos danos e benefícios, bem como da metodologia de História Oral, além do objetivo da tese e da leitura do TCLE. Também foram informados os aplicativos disponíveis para que a entrevista fosse viabilizada e acordado o melhor dia e horário para que fosse compatível à sua agenda. Ademais, colocamo-nos à disposição para eventuais dúvidas tecnológicas e sobre a entrevista, seu TCLE ou a pesquisa.

À luz do estudo de Archibald *et al* (2019), cuja discussão se faz acerca da escolha da plataforma *Zoom* como um meio de captação de dados para pesquisas qualitativas, apresentamos algumas considerações sobre a experiência do fazer entrevista de História Oral de forma remota.

Em consonância com os autores, pudemos observar que o aplicativo *Zoom* foi o mais vantajoso em sua utilização pela facilidade de acesso ao entrevistador à função de gravação do vídeo, além da conversão do vídeo em áudio *mp3* com ótima qualidade, o que possibilita uma transcrição mais precisa.

Compreendemos como uma vantagem a familiaridade da maioria dos entrevistados com o aplicativo, uma vez que os servidores do Colégio Pedro II estão participando de reuniões de planejamento durante esse período de trabalho remoto. Porém o *Zoom* foi o aplicativo que se demonstrou mais sensível às oscilações da internet com a interrupção da entrevista do Prof. Miguel Villardi, por exemplo, por três vezes, devido à baixa conectividade.

Todavia, destacamos como a maior dificuldade a utilização da videoconferência do *WhatsApp* pela impossibilidade de gravação/captura de tela no período em que a mesma ocorre, o que nos levou a quase perder todo o conteúdo de áudio de uma entrevista de quatro horas.

Diferentemente das entrevistas pelo *Zoom*, a entrevista com a Prof^a

falha na comunicação. Como também uma experiência prévia com entrevistas realizadas presencialmente, pudemos concluir que as entrevistas remotas acabam se tornando mais longas e repetitivas para a análise de dados.

Vera Maria aconteceu por videoconferência no *WhatsApp*. Cientes de que o aplicativo não grava o áudio, nem mesmo o vídeo de ligações, optamos por utilizar o aplicativo *Vrecorder* para obter o áudio da entrevista para garantir uma gravação de qualidade para sua transcrição.

Contudo, o gravador do notebook também foi utilizado durante a entrevista para garantir a entrevista se o aplicativo *Vrecorder* não funcionasse – de algum modo acabou acontecendo. Apenas por causa da gravação do notebook, as horas de entrevista não foram perdidas, embora não se tenha a mesma qualidade do áudio das entrevistas gravadas pelo *Zoom*. A entrevista do servidor Edmar Marques ocorreu também pela videoconferência do *WhatsApp* e foi necessário gravá-la, paralelamente, utilizando o gravador do notebook, como fora com a Prof^a. Vera Maria.

Quanto às demais entrevistas pelo *Zoom*: a entrevista com o servidor William do Nascimento Carvalho aconteceu sem problemas maiores do que um pequeno atraso na conexão. Em contrapartida, a que aconteceu com Prof. Diretor Artur Nogueira trouxe mais um contratempo técnico que comprometeu a qualidade de vídeo, porém sem prejudicar a qualidade do áudio que fora transcrito. A câmera do entrevistador foi bloqueada pelo antivírus do computador, por um modo de proteção automático de imagem, sem que houvesse solicitação para tal.

Portanto, essa experiência nos ensina que, mesmo que estejamos gravando pelo *Zoom* ou por outro aplicativo que tenha a função de gravação, precisamos sempre colocar algum dispositivo tecnológico por perto ou um gravador a postos, pois muitos erros podem acontecer e desencadear na perda dos dados (tais como HD corrompido, memória cheia, problemas no desempenho do aplicativo, entre outros). Por causa disso, todos os documentos TCLE assinados, áudios e vídeos da entrevista, assim como as transcrições já realizadas, foram arquivados em HD externo e em nuvem (*Dropbox*, *Google Drive*) para preservação segura dos dados.

Os entrevistados receberam o TCLE pelos aplicativos *DocuSign* *D4sign* para assinatura eletrônica. Porém também fora disponibilizado o TCLE por e-mail para os entrevistados que preferiram imprimir, assinar e retornar o

TCLE assinado escaneado por e-mail.

A utilização dessas ferramentas tecnológicas para as entrevistas trouxe muitos desafios e adaptações para sua realização, como conexão baixa da internet durante a entrevista, disponibilidade e compatibilidade do dispositivo tecnológico (celular/computador) para uso do aplicativo, entre outros.

Entretanto, os entrevistados que aceitaram o convite de participar desse modo, encararam com boa vontade e bom humor frente às oscilações dos aplicativos (especificamente, o *Zoom*) e avaliaram bem a experiência, bem como se sentiram à vontade durante a entrevista.

Em comparação à experiência da entrevista de História Oral por meio digital e à entrevista presencial, podemos apreender que mesmo que os sujeitos estejam em ambientes confortáveis e considerados seguros neste momento pandêmico que estamos vivenciando, há imprevistos advindos do uso da tecnologia e do acesso a dispositivos tecnológicos, como a oscilação da internet, falas entrecortadas ou justapostas, além da presença de barulhos adversos que dificultam a escuta do interlocutor, bem como a transcrição. Na entrevista presencial, é possível um controle maior do ambiente, sem maiores interrupções.

De modo a informar o Comitê de Ética do Colégio Pedro II pela Plataforma Brasil sobre o andamento da pesquisa, um relatório parcial sobre essa primeira etapa das entrevistas foi enviado, juntamente, a um novo cronograma com as devidas modificações acerca das atividades realizadas no primeiro semestre e previstas para o segundo semestre de 2020, considerando as implicações causadas pela pandemia de COVID-19.

Para além de ter se tornado uma única via de continuar cumprindo as atividades de pesquisa, a entrevista on-line²⁷ e seus desafios, que contribuem

²⁷ Por conta da pandemia de COVID-19 e suas implicações aqui já expostas, algumas entrevistas que seriam realizadas somente de forma presencial não puderam ser marcadas nesse contexto. Entre tais entrevistas presenciais, que seriam agendadas e realizadas ainda no primeiro semestre de 2020 conforme o cronograma previsto entregue ao Comitê de Ética na última versão submetida pela Plataforma Brasil do projeto desta pesquisa, estavam as entrevistas com o atual Reitor do CPII, Prof. Oscar Halac e com o Sr. Antonio Palmeira (cuja atuação levou à possibilidade de concessão do terreno militar para a construção do CPII de Realengo). Por conta da impossibilidade de entrevistar o atual reitor, consideramos como fonte, o livro publicado por Halac (2011).

não somente para esta pesquisa de Doutorado, agregam conhecimentos tecnológicos à formação que podem assistir à atuação profissional/acadêmica em contextos semelhantes.

Considerando que a História do Tempo Presente pode contar com outras fontes, além dos documentos públicos ou da História Oral, que se encontraram indisponíveis durante a pandemia, contamos com a pesquisa pela internet e com a colaboração de colegas de trabalho e dos futuros entrevistados para conseguir documentos de arquivos pessoais, como fotos e vídeos, entre outros materiais.

Esta investigação pretende discorrer sobre uma história institucional de forma não-linear e fluida, tratando como objeto de estudo, a expansão de uma instituição de ensino centenária, como o Colégio Pedro II, indo de encontro ao século XXI e às modificações e reivindicações internas e externas ao mesmo tempo. Destarte, delimitar uma linha do tempo com início e fim sobre esse movimento de expansão é uma tarefa quase impossível, até mesmo para uma tese, neste momento.

(...) Le temps présent forme un espace de temps infime, furtif qui, par définition échappe à toute appréhension puisqu'il disparaît au moment même où il commence à exister. Au sens strict, c'est un non-sens que de vouloir faire de l'histoire du temps présent, puisqu'il suffit de parler de ce qui apparaît pour qu'on soit déjà dans le passé. La question du temps est ainsi posée dans toute son étendue, avec sa trilogie – passé, présent, futur²⁸ (GONÇALVES, 2011, p. 35).

Deste modo, buscamos destacar a criação e a implementação das novas unidades do CPPII como arcos temporais, que simbolizam o período mais expressivo da expansão, remetendo assim ao foco do objeto estudado. Todavia, não esgotamos as possibilidades de estudos futuros sobre a expansão dos Anos

²⁸ Em tradução livre: *O tempo presente forma um espaço de tempo ínfimo e furtivo que, por definição, escapa a qualquer apreensão, pois desaparece no momento em que começa a existir. A rigor, não faz sentido querer fazer a história do tempo presente, uma vez que basta falar do que já parece estar no passado. A questão do tempo é assim colocada em toda sua extensão, dentro de sua trilogia –passado, presente e futuro.*

2000, uma vez que não compreendemos que este movimento expansionista chegou ao seu fim, pelos desdobramentos mais atuais no Pedro II, os quais discorreremos ao longo deste trabalho.

1.7

A estrutura da tese

Esta tese se organiza em um primeiro momento seguindo os percursos do Ensino Médio brasileiro, levando em consideração como o Colégio Pedro II foi respondendo às reformas educacionais impostas por legislações, suas propostas de planejamento desde meados da década de 1970 até os anos 2000.

Portanto, o capítulo 2 aborda como se caracterizou o Ensino Médio na ditadura, acompanhando os PGEs (Planos Gerais de Ensino) elaborados pelo CPII em meados da década de 1970 e 1980. Os desafios enfrentados pelo Colégio não só se limitavam à aplicação de um currículo compulsoriamente técnico, mas também a questões internas, como esvaziamento do número de alunos, convênios e uma nova expansão centrada em oferecer o Ensino Fundamental I com a criação dos Pedrinhos.

Em seguida, tratamos de um panorama de transição política após a fragilização da ditadura, bem como os movimentos de associativismo e suas reverberações dentro do CPII. Acerca dos anos 1990, discutimos como a promulgação de uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional – Lei nº 9394/96 –, além de sugestões pedagógicas e parâmetros curriculares, impactam no Ensino Médio da instituição. O Colégio Pedro II inicia seus PPP (Projeto Político-Pedagógico) em substituição aos PGEs (sendo o de 1996, sua última edição).

No terceiro capítulo, discorreremos sobre os movimentos expansionistas do CPII e como o Ensino Médio se configura para a sociedade brasileira, no início dos anos 2000, cada vez mais interessada em “ranqueamentos” e políticas de avaliação, enquanto a ênfase do governo federal na interiorização de acesso ao Ensino Médio e às políticas afirmativas cresce. O Colégio enfrenta novos desafios, postos em paralelo, a vontade de crescer de alguns e a

demandas e reivindicações de outros.

Nos capítulos seguintes, nos dedicamos à discussão da Expansão dos Anos 2000, cerne desta pesquisa, considerando as dimensões – territorial, organizacional e pedagógica – da ampliação da instituição. Destinamos um capítulo a cada UNED – Realengo (Cap. 4), Niterói (Cap. 5) e Duque de Caxias (Cap. 6) –, considerando o contexto de sua criação, as particularidades de cada unidade, bem como os desafios à implementação.

Portanto, nesses capítulos, investigaremos o desenrolar dessa expansão, bem como seu destaque em relação aos demais momentos expansionistas anteriores. Ademais, trazemos os convênios e motivos para a implementação de cada unidade e os seus respectivos desafios para que os *campi* que conhecemos, atualmente, começassem a funcionar.

Partimos para o sétimo capítulo, cujo tópico principal emerge da inclusão do CPII à Lei dos Institutos Federais e do seu significado para a comunidade escolar. Deste modo, tratamos das negociações nos sindicatos e no MEC para encontrar meios de consolidar o movimento expansionista empreendido. Concluimos esta tese com as considerações acerca deste estudo, considerando a extensão do movimento expansionista do Pedro II, tal como a busca de um equilíbrio entre permanências e rupturas no tradicional Colégio Pedro II.

2. Da ditadura das reformas ao soprar da redemocratização: o CPII em resistência

Neste capítulo, abordamos como se caracterizou o Ensino Médio na ditadura, analisando os documentos²⁹ elaborados pelo CPII em meados da década de 1970 e 1980. Contudo, procuramos compreender como o Colégio Pedro II se ressignifica conforme os desafios e as demandas frente às reformas educacionais do Ensino Médio nas décadas destacadas acima, considerando sua oferta de ensino durante a Ditadura (anos 1970 e 1980).

Ademais, discorreremos sobre o período de redemocratização e a inclusão do Colégio na Constituição de 1988. Se, por um lado, o associativismo docente retornava ao CPII por meio da associação e sindicalização de servidores, por outro, a instituição passava por fases de prestígio e ameaças de estadualização. Encerramos este capítulo debatendo as mudanças do Ensino Médio e como as reformas escolares ressoam no Colégio Pedro II nos anos 1990, especialmente, após a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9394/96.

Nesta primeira parte, que se refere ao Colégio nos tempos da Ditadura, analisaremos documentos de meados de 1970 e os PGEs (Planos Gerais de Ensino) de 1981 e 1983. Como citado alhures, os desafios enfrentados pelo Colégio não se limitavam apenas à aplicação de um currículo compulsoriamente técnico, mas também a questões internas como esvaziamento do número de alunos, convênios e uma nova expansão centrada em oferecer o Ensino Fundamental I com a criação dos “Pedrinhos”.

O Colégio Pedro II nascera com o propósito de ser a escola capaz de ofertar à ‘mocidade brasileira’ uma formação intelectual comparável aos colégios europeus, ofertando um ensino de humanidades em seus currículos (PENNA, 2008), desde sua fundação. Como todas as instituições de ensino

²⁹ Analisamos, neste capítulo, os PGEs (Planos Gerais de Ensino) de 1981 e 1983, o Anteprojeto de reestruturação do Colégio Pedro II (1971), o documento “Implantação das habilitações básicas no Colégio Pedro II” (1976) e o “Plano Global de Implantação Progressiva nas Habilitações Básicas no Colégio Pedro II (1977).

brasileiras, os ecos das reformas educacionais propostas no país ressoam entre os muros da escola.

Por isso, para um colégio vocacionado para humanidades, cumprir a legislação educacional vigente durante a Ditadura fora um desafio que contou com muitos passos bem distantes das demandas assumidas alguns anos depois, como o PROEJA (2005) e o PRONATEC (2011), programas profissionalizantes federais mais atuais.

Portanto, ao investigarmos a legislação brasileira durante a Ditadura Militar (1964 a 1985), indagamo-nos como o colégio conseguiu se adequar, especificamente, à Lei nº 5692/71 que sancionou a profissionalização universal e compulsória no 2º grau (atual Ensino Médio).

Neste capítulo, discutimos como o Colégio Pedro II se planeja para cumprir a profissionalização compulsória no 2º grau, em um recorte que perpassa pelas táticas da instituição após a Lei nº 5692/71, até que a profissionalização não fosse mais compulsória com a Lei n.º 7.044/82.

Para um colégio que priorizava um currículo de humanidades aos moldes europeus, ofertar o ensino profissionalizante no 2º grau significaria uma crise em seu programa institucional. Ainda assim, a instituição lança propostas de modo a cumprir a lei e disponibilizar algumas habilitações básicas profissionais em suas unidades.

Portanto, o Colégio se depara com a pressão por adequação às mudanças. Sobre esse momento, tais documentos registram esforços em apresentar propostas e direções consonantes à lei da Reforma do 2º grau, porém não demonstram sua implementação de fato.

Pode-se considerar, hipoteticamente, a possibilidade de ter havido certa resistência pela preservação de seu currículo e programa institucional de colégio de humanidades. Porém isso nos leva a questionarmos sobre a necessidade ou motivação em se adequar à reforma de 1971: o Colégio – criado como colégio padrão a nível de Ensino Secundário – teria encontrado uma forma de se recuperar de uma grande crise enfrentada com os cortes de repasse de verbas da União ou estaria à procura da sua (re)afirmação como uma

instituição modelo às demais?

2.1

Estranhamentos curriculares: ensino humanista ou técnico?

A oferta de Ensino Médio a todos é um desafio para a Educação brasileira. Isso porque, como já discutido anteriormente, seu acesso e alcance à grande parte da população foi tardio, tal como sua gratuidade. Durante os períodos jesuítico e Imperial, o ensino secundário acentuava a desigualdade social entre as camadas populares e a elite na diferença curricular e de atendimento, sendo uma etapa de ensino propedêutica ao Ensino Superior.

Conforme Nunes (2000), a compreensão do Ensino Secundário como curso regular e subsequente ao primário se institui pela Reforma Rocha Vaz³⁰ em 1925, definindo seis anos seriados de estudos para o curso secundário com o intuito de oferecer um preparo geral e fundamental para a vida. A Reforma Francisco Campos, de 1931, reafirmou esse propósito educativo, porém sem menção alguma à universalização do ensino.

No entanto, com a Lei nº 4244/42 – a Lei Orgânica do Ensino Secundário (assinada por Gustavo Capanema), e a Constituição de 1946, os ramos do ensino médio (Colegial) – Normal, Secundário e Técnico – ratificavam tal desigualdade e não asseguravam a gratuidade plena do ensino, uma vez que apenas os concluintes do Secundário poderiam chegar ao Ensino Superior, o que minava as possibilidades dos demais alunos (SAVIANI, 2011).

Durante os anos 1960, a LDB nº 4024 de 1961 mantém certa seletividade quanto à demanda educacional com exames de admissão ao Ensino Secundário. Porém, por pressão popular, há certo crescimento de matrículas e escolas, especificamente, na região Sudeste.

³⁰ Segundo Soares (2014), a Reforma Rocha Vaz trouxe uma equiparação do CPII às instituições universitárias devido à sua estrutura. A composição do corpo docente (bem como a atuação dos professores catedráticos) e a estrutura do Colégio foram algumas das motivações para que fosse reconhecido como um colégio modelo de Ensino Secundário. Para mais informações sobre a Reforma Rocha Vaz e seu impacto no Colégio Pedro II, recomenda-se a leitura de sua tese.

A região sudeste, em comparação com as demais regiões do país, era a mais beneficiada em termos de educação secundária. Assim é que essa região possuía, em 1960, 60% da matrícula total do ensino secundário, 56,4% do total de estabelecimentos do país, 43,76% da população total, 13,36% de matrícula média em relação à população adolescente (NUNES, 2000, p. 46).

O plano de estudos do Colégio Pedro II destacava um ensino de formação geral e humanista, embora também buscasse atender a demandas sociais por um ensino mais pragmático ou menos “livresco” (POLON, 2004). Para Ferreira e Vechia (2004), o Colégio tinha o objetivo de levar o aluno aos estudos superiores e de elevar os estudos de Humanidades, especialmente, em línguas³¹ no Brasil com cerca de 62% da carga horária focada em Humanidades, além do ensino de outras disciplinas, como Matemática, Ciências e até Música.

Embora seu histórico humanístico, o Colégio procurou se adequar, às pressas, a uma proposta divergente de sua natureza: o ensino profissional sinalizado pelas tendências de mercado. A Lei nº 5692/71 foi a culminância de iniciativas tomadas pelo MEC desde a década de 1960 com a implantação de vários projetos de ginásios denominados “modernos”, “polivalentes” e “orientados para o trabalho” (CUNHA, 2014, p. 915-916).

Posteriormente, em 1965 e 1968, o MEC estabeleceu convênios com a agência norte-americana USAID (*United States Agency for International Development*) para fins de financiamento à implantação de escolas técnicas e para formar uma equipe de assistência técnica aos Estados de modo a viabilizar uma educação profissional.

A característica polivalente da educação profissional (KUENZER, 1988; 2010; CUNHA e GÓES, 1996, CUNHA, 1995) se distancia muito de um

³¹ Desde o primeiro plano de estudos, observou-se uma preocupação quanto à oferta de línguas estrangeiras, como uma centralidade no estudo de línguas. Primeiro, enfatizou-se o estudo da língua latina, reafirmando o caráter humanista e classista da educação do colégio imperial. Entre 1841 e 1849, debates entre professores e reitor marcaram a centralidade do ensino de línguas como uma das características do Colégio Pedro II. Contudo, em 1849, atualizou-se novamente o plano de estudos e o colégio passou a oferecer mais cursos de línguas “vivas” e úteis naquele momento em relações internacionais, como o francês e o inglês. Nesse ponto, também identificamos um utilitarismo no ensino das línguas estrangeiras modernas (como o francês e o inglês) como aponta Cunha Junior (2008).

currículo de função humanística. As relações entre trabalho e educação (FRIGOTTO, 1985; 2010) ainda eram muito tênues e os cursos técnicos eram encarados como uma formação supletiva.

Os artigos 81º, 85º e 86º da LDB de 1961 destacam a manutenção de instituições de ensino público (inclusive superior) por meio de fundações, associações e até autarquias. Embora o governo empreendesse a construção de uma rede de apoio de universidades e escolas superiores e a federalização como um fortalecimento dessas instituições, anos depois, mais precisamente em 1965, cabe dizer que surgiu um projeto em trâmite que tornaria o CPII uma fundação³², alegando razões financeiras para tal.

Em vista disso, desde o início da década de 1960, é sabido que a Educação brasileira vinha sofrendo reduções expressivas de verbas, o que afetou muitas instituições públicas de ensino que não tinham caráter profissionalizante, inclusive o Colégio Pedro II³³. Contudo, cabe discutirmos o peso que a instauração da ditadura (1964-1985) teve para a Educação pública nesse período:

A Constituição de 24 de janeiro de 1967, baixada pelo regime militar, eliminou a vinculação orçamentária constante das Constituições de 1934 e de 1946, que obrigava a União, os estados e os municípios a destinar um percentual mínimo de recursos para a educação. A Constituição de 1934 havia fixado 10% para a União e 20% para estados e municípios; a Constituição de 1946 manteve os 20% para estados e municípios e elevou o percentual da União para 12% (SAVIANI, 2008, p. 298).

Ainda em 1967, o Colégio Pedro II passa a ser uma autarquia pelo Decreto-lei nº 245 de 28 de fevereiro de 1967, embora esse decreto-lei tenha passado por modificações em seus dispositivos no que diz respeito aos artigos

³² Conforme Hauer (2007), os movimentos estudantis de universidades e do CPII se posicionavam contra as Fundações Educacionais, de modo a assegurar a autonomia de suas instituições e reivindicar mais verbas à Educação, sobretudo pública.

³³ Esse cenário não atingiu tão somente ao Colégio Pedro II, e sim todas as boas escolas públicas estaduais e coincidiu com o sucateamento dos melhores hospitais públicos e com o “boom” indiscriminado das escolas privadas (HALAC, 2011, p. 15).

referentes aos mandatos do Diretor-Geral e ao funcionamento da Congregação (citando professores catedráticos³⁴ inclusive), anualmente, até 1971³⁵. Ao ser reconhecido como autarquia, o Colégio adquire uma autonomia administrativa, financeira, pedagógica, didática e disciplinar (conforme o presente Decreto-Lei).

Santos *et al* (2018) aponta um episódio (em 1967) referente à Congregação³⁶ do Colégio, no qual a mesma (...) *se valeu de sua força política e acadêmica*³⁷ para vetar o projeto e fazer prevalecer sua proposta de autonomia para o Colégio Pedro II (p. 85), refutando uma reforma administrativa cuja proposta subordinaria o Colégio à Diretoria de Ensino Secundário, o que significaria um “rebaixamento” da instituição.

Pela visão de ex-alunos entrevistados por Hauer (2007) e pelo movimento estudantil ainda presente no início de 1967 no Colégio, o projeto vetado se tratava de transformar o CPII em uma fundação, o que retiraria sua autonomia pedagógica e traria possíveis consequências a longo prazo, como a perda de catedráticos para universidades, dificuldades financeiras, privatização, entre outras. Assim, os alunos vinham se manifestando, inclusive nas ruas do Centro do Rio desde 1965, reivindicando mais verbas para a Educação e contra a cobrança de anuidades.

Quando o governo federal quis transformar o Pedro II numa fundação – o único ensino médio de responsabilidade federal, porque nos outros estados todos são estaduais –, logicamente sabíamos que perderiam a qualidade, os professores, os funcionários e os alunos. E fizemos algumas manifestações, inclusive uma assembleia geral na Marechal

³⁴ De acordo com Soares (2014), os professores catedráticos, em grande parte, eram professores concursados, nomeados por decreto. Nesse contexto, eles eram responsáveis por orientar o ensino da cadeira acadêmica que ocupavam, isto é, da disciplina pela qual defendeu duas teses em seu concurso.

³⁵ Dispositivos do Decreto-Lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967, que transforma o Colégio Pedro II em autarquia, foram alterados pela Lei nº 5.490, de 3 de setembro de 1968, pelo Decreto-Lei nº 530, de 15 de abril de 1969 e, posteriormente, pela Lei nº 5.758, de 3 de dezembro de 1971 (conforme redação desta última legislação). Abordaremos o contexto de expansão posterior ao Decreto-Lei de 1967 no Capítulo 4.

³⁶ Ata da Congregação do CPII, de 23 de fevereiro de 1967.

³⁷ Para além da força institucional do CPII impulsionada por sua história e tradição, conforme Freixo e Coelho (2015), (...) *seu corpo docente reunia um conjunto de intelectuais de diferentes formações e ramos de saber, mas que adquiriram prestígio e se distinguiram como detentores de notório saber pelo fato de terem ingressado naquela instituição de referência nacional. Estes se legitimaram socialmente, pois, como indivíduos qualificados para a formação discente ‘e docente’, para a composição de bancas de exames e concursos, para a elaboração de programas oficiais, para a redação de artigos em periódicos e jornais, para a publicação de compêndios e para a participação em cargos da administração pública* (p. 268).

Florianópolis, na sede, em que levamos muitos alunos de todas as seções. Foi muito noticiado na época, Correio da Manhã, Jornal do Brasil, os principais jornais da época, e não vou ser arrogante e dizer que foi só o movimento que conseguiu barrar, mas fizemos muito barulho. E a ideia foi afastada, apesar de estarmos já em plena ditadura, em 66. (...) Na luta contra a fundação éramos todos de acordo, participamos, estávamos juntos com a Associação. Tentaram mexer primeiro com o Pedro II, porque realmente era tradicional. Mas a reação, a força dos alunos do grêmio barrou tudo isso. Mexer com as universidades, talvez fosse mais difícil. Eles, então tentaram mexer lá, mas felizmente não conseguiram (RABELO³⁸, 2007, p. 145).

Se, por um lado, sua condição suspendeu o terror de se tornar uma fundação educacional, por outro, colocou em destaque a força que possuía nesse momento: o movimento dos discentes da instituição. Acordos como MEC-USAID, que embasavam a criação da fundação, haviam sido questionados pelos alunos que se expressavam contra a política educacional, ainda no início da Ditadura, o que viria a ter consequências para a continuação do movimento estudantil, especificamente, após a promulgação do AI-5 (Ato Institucional nº 5) em 1968.

Consonante a sua condição autárquica, o Colégio manteve-se como um órgão da administração pública³⁹ indireta da União, o que muitos denotam como uma conquista e/ou uma sensação de que o Colégio possuía certo respeito por parte do governo.

Quanto a intervenções no CPII durante a Ditadura, embora isso não tenha sido citado como frequente pelos professores entrevistados por Santos (2011) – se comparado a outras instituições de ensino secundário da cidade do Rio de Janeiro –, segundo Hauer (2008),

Na lógica da repressão baseada na doutrina de segurança nacional vigente, naquele período, juntamente com as posições específicas do grupo que dirigiu o Colégio Pedro II, entre 1964 e 1979, verificou-se uma confluência nas formulações e nas práticas repressivas, que são resultado da estrutura de vigilância e controle formada pelos governos

³⁸ Trecho de entrevista a Almir Rabelo, publicada na dissertação de Hauer (2007), pesquisa essa que traz outras entrevistas muito relevantes para compreendermos o alcance do movimento estudantil do CPII antes do AI-5, cuja participação não se limitava somente nos grêmios das Seções. Os discentes participavam de/organizavam greves, assembleias e passeatas para reivindicar pautas internas e externas ao Colégio, porém sempre relacionadas à Educação pública.

³⁹ Conferir o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para compreender a Reforma Administrativa do país nesse período.

ditatoriais, mas que não podem ser entendidas sem levar-se em conta a adesão local, nos círculos interiores do CPII, às políticas e ações da ditadura militar. O controle político e ideológico, no Colégio, realizou-se por interferências diretas no setor administrativo, e, de forma indireta, nas relações interpessoais e nas concepções pedagógicas. Várias foram as formas de exercício do controle, os métodos de vigilância e a repressão aos servidores e alunos que se opunham ao regime militar ou se engajavam nas diversas lutas organizadas pelos movimentos contra a ditadura e pelo movimento estudantil (p. 265).

Por outro lado, ao analisarmos o advento do CPII à condição autárquica, é possível notar uma correlação com ações de federalização de universidades nesse período em meados de 1960 (VASCONCELOS, 2007), o que pode se justificar não somente pela estrutura do CPII similar à estrutura universitária como também a influência política e social que seu corpo docente exercia.

Em linguagem administrativa, o advento da federalização transforma as instituições – seja a transformação de instituições federais em uma universidade federal, seja a transformação mista pela junção de instituições federais, estaduais e privadas, ou seja, pela federalização em si, de escolas ou faculdades privadas, estaduais ou municipais – em órgãos da administração pública indireta (...) (p.44).

Analiticamente, não há como descartar uma hipótese de que tornar-se uma autarquia implica mais do que simpatia ou afeição à tradição do Colégio, e que isso também se relaciona a questões governamentais do período que visavam uma maior centralização possível de poder nas mãos da União (ABRUCIO e FRANZESE, 2007), além de delegar às instituições de ensino (tanto superior quanto as de educação básica) um projeto desenvolvimentista de formação técnica com base no convênio MEC-USAID, cuja culminância está expressa na Reforma Universitária, com a promulgação da Lei nº 5540/1968.

À luz desse propósito, reformas também foram empenhadas nas estruturas administrativas das instituições pertencentes à rede federal, como as universidades e o Colégio Pedro II. Uma demonstração disso foi a Reforma

Universitária que extinguiu o cargo de professor catedrático⁴⁰ e levou à implementação de um modelo Departamental, à semelhança do modelo estadunidense de educação superior (CUNHA, 2007c).

Segundo Vieira *et al* (2013), os Catedráticos continuaram a exercer suas funções no CPII, sendo substituídos pelos Chefes de Departamento à medida que se aposentassem ou falecessem, ou seja, participavam junto aos Chefes de Departamento das reuniões e da Congregação do Colégio e mantinham, segundo os autores, seu prestígio e influência, além de seus direitos preservados enquanto ocupantes da cátedra: (...) *definiam programas de ensino, livros didáticos a serem adotados e acompanhavam, por meio dos coordenadores pedagógicos da disciplina, o andamento do ensino* (SANTOS, 2011, p. 204).

2.2

A crise da “profissionalização” e o Velho Colégio das Humanidades

A educação nos anos da ditadura militar sofreu o estrangulamento interno da economia com altas taxas inflacionárias, com o endividamento externo, com queda na qualidade de ensino motivada por baixos salários e investimentos públicos, com grande índice de evasão escolar e conseqüente crescimento da escola privada e com preferência ao ensino profissionalizante em detrimento do ensino médio. A crise estrutural do capital, que se abateu no conjunto das economias capitalistas, a partir especialmente do início dos anos 70 (Séc. XX), levou o capital a desenvolver sua lógica destrutiva (PIANA, 2009, p.68).

Os anos 1970 se iniciam com uma Educação em crise, uma vez que além da Reforma Universitária (1968) – que de certa forma trouxe uma reforma abrupta com a extinção da estrutura catedrática das universidades e do CPII

⁴⁰ De acordo com Fávero (2000), o cargo de professor catedrático já era citado em documentos dos tempos de criação do Colégio Pedro II, isto é, do Império. No entanto, essa categoria esteve explicitamente citada em documentos de reformas educacionais posteriores na Velha República (como a Reforma Carlos Maximiliano de 1915 e a Rocha Vaz de 1925, tendo o concurso público como forma de posse e nomeação). Todavia, com a Reforma Francisco Campos (1931), surge a nomeação pelas contribuições no seu campo de pesquisa e atuação, concedendo posse ao (...) *candidato insigne que tenha realizado invento ou descoberta de alta relevância, ou tenha 3 publicado obra doutrinária de excepcional valor* (p. 2-3).

colateralmente –, uma nova reforma educacional voltada para as escolas de 1º (atual Ensino Fundamental) e 2º graus (atual Ensino Médio) – a Lei nº 5692/1971 é imposta às instituições de ensino, combinando o autoritarismo e a profissionalização como se fosse a panaceia para a Educação naquele momento (CUBAN, 1990).

Nesse cenário de endurecimento político-social⁴¹, (...) *political liberals and conservatives have favored state-driven reforms that have made some state legislatures super school boards mandating tightly worded rules for students and teachers*⁴² (CUBAN, 1990, p. 8). Portanto, as reformas educacionais do período, marcadas pelo conservadorismo e enrijecimento do exercício docente e da formação discente, não significaram apenas a importação de modelos alinhados ao mercado.

As reformas implantadas de cima para baixo (*topdown*⁴³) – ou seja, decisões que partem da pasta ministerial da Educação aos sistemas de ensino, chegando às instituições de ensino –, levam a uma somatização de crises de ordem financeira e identitária, uma vez que coadunadas às dificuldades enfrentadas pelos estabelecimentos de ensino, tais como cortes de verbas e mudanças ocasionadas pela reforma de 1971, também intensificam problemas do cotidiano escolar, como a evasão discente.

De acordo com Saviani (2008), o legado educacional da Ditadura no Brasil foi a vinculação da educação pública aos interesses do mercado, além da privatização do ensino. Isto é, paralelamente à ideologia mercantil pela formação compulsória de quadros profissionais técnicos a nível de 2º grau, a Educação pública continuou sofrendo cortes substanciais e, conseqüentemente, escolas públicas viviam um período de incertezas, como relatado abaixo.

⁴¹ Esse endurecimento vinha sendo delineado desde 1967 (GERMANO, 2005), atingindo, em dezembro de 1968, seu apogeu com a promulgação do AI-5 e suas implicações.

⁴² Em tradução livre: (...) *políticos liberais e conservadores têm favorecido reformas dirigidas pelo estado, que fizeram com que algumas legislações estaduais superassem conselhos escolares, exigindo regras rígidas para alunos e professores.*

⁴³ A abordagem "de cima para baixo" tem muito em comum com o modelo racional de formulação de políticas, incluída aqui a preocupação com a conformidade a metas definidas de forma autoritária. Passando por críticas desse modelo, há um reconhecimento de que ou os jogos implícitos na política pluralista ou o viés dentro da estrutura de poder continuará a se manifestar durante a implementação (HILL, 2006, p. 87 *apud* PASSONE, 2013, p. 600).

É sabido que os sucessivos Governos Federais a partir da mudança da capital brasileira para Brasília, não deram ao tradicional Colégio o tratamento que este merecia e seus gestores não tiveram a necessária visão prospectiva exigiram que viesse a ser criada, no Distrito Federal, uma Seção (termo utilizado à época) do Colégio Pedro II, fato é que, na década de 70, entrou em uma penumbra que se adensava celeremente e parecia não ter fim. Por sucumbir ou ser incorporado às redes estadual e municipal de educação, devido aos olhares míopes de administradores zanagas das esferas governamental e do CPII. Vivia uma situação de penúria fruto de um quadro nacional político, social e econômico conturbado. Sendo dependente de verbas orçamentárias públicas e não tendo peso político suficiente para modificar as decisões tomadas no âmbito do governo federal, apresentava um quadro docente e técnico extremamente desfalcado, com rubricas de custeios vazias e total desaparelhamento de sua estrutura organizacional. Seus prédios deterioravam-se, seus mobiliários eram deprimentes, retrato de sua situação de abandono e da falta de recursos para mínimos serviços de manutenção. Talvez, o pior momento vivido por este gigante educacional vítima do descaso e da incúria das autoridades governamentais, do abandono, da falência da educação pública e da falta de dimensões políticas dos seus dirigentes, época, em modificar tal cenário. Parecia o fim do Imperial Colégio (HALAC, 2011, p. 15).

Tal penumbra se refere à implementação da Reforma Educacional imposta: os cursos primário e ginásial foram ajuntados, criando assim um curso de 1º grau (atual Ensino Fundamental) com duração de oito anos, bem como a extinção do exame de admissão à quinta série do antigo ginásio. Devido à descontinuidade da tradição de seguir o curso ginásial e colegial no Colégio, muitos alunos evadiram, (...) *o que provocou um esvaziamento do número de alunos no Colégio ao longo da década de 1970* (VIEIRA ET AL, 2013, p. 98).

Segundo a nova reforma educacional, a prova de ingresso passaria a acontecer somente no primeiro ano do 2º grau (o atual 1º ano do Ensino Médio), a partir de 1971 e a parte ginásial do 1º grau passou a ser competência do Estado. Mesmo o Colégio tendo mantido, por alguns anos, o exame de admissão da 5ª série (atual 6º Ano do Ensino Fundamental), as turmas vazias traziam um panorama crítico ao CPII, especificamente, no final da década, como relata a Profª Vera Maria Rodrigues em entrevista:

(...) Final dos anos 1970, né, 1979, e esse período, foram períodos... Começou ótimo o colégio, vivi o declínio do colégio. Muito triste, e em função da lei 5.692/71, o Pedro II ‘tava’ em um impasse perante o Ministério da Educação. Porque eles continuaram fazendo exame de

admissão pra 5ª série, e a lei não previa mais a existência desse exame de admissão, então eles viviam nesse impasse, mas a mentalidade do colégio nessa ocasião é que o Pedro II não teria perfil pra ter os anos iniciais. No primeiro segmento eles acharam... era inimaginável para a direção daquela época. Então o que o colégio fez foi de extinguir um 1º grau. Eles mantiveram os alunos que já estavam na casa, institucionalizando. E assim a coisa foi gradativamente, até que em 1978 não havia mais 1º grau no colégio. A gente ficou reduzindo. ‘Pra’ você ter uma ideia, o Pedro II em 1979, quando começou o ano letivo, nós estávamos com 3.800 alunos, mais cinco casas – nessa época eram cinco casas, né. Era São Cristóvão, o Centro e as três seções – Norte, Sul e Tijuca. Então, realmente, era uma situação assim melancólica. Eu, nesse período, em 1978, eu cheguei a dar aula. Eu só tinha três turmas, a maior tinha só 16 alunos. Eu dava aula ‘pra’ uma turma de sete alunos, lá no Pedro II uma série com sete alunos; a de 1º ano com 16, e foi uma coisa assim, o colégio ‘tava’ se extinguindo (RODRIGUES, 2020).

Além disso, a Reforma obrigava que todas as instituições de ensino formassem seus alunos em habilitações profissionais de forma compulsória ao final do 2º grau. Para tal, o Colégio elaborou alguns planejamentos ao longo da década, entre eles: o “Anteprojeto de reestruturação do Colégio Pedro II” (1971), o Relatório “Implantação das habilitações básicas no Colégio Pedro II” (1976) e o “Plano Global de Implantação Progressiva nas Habilitações Básicas no Colégio Pedro II” (1977), que nos ilustram esse momento e nos convidam a refletir sobre as estratégias e táticas (CERTEAU, 1994) que seriam necessárias para a implantação das habilitações profissionais.

Compreendemos que o movimento de estratégia parte do governo, uma vez que as legislações vigentes apresentavam a profissionalização compulsória como meta, o que não se alinhava apenas às necessidades do mercado, e sim a um projeto de redução do acesso ao 3º grau (Ensino Superior), embora as universidades também já estivessem sob uma reforma (Lei nº 5540/1968) cuja ideia era de uma (...) *universidade operacional (...), uma universidade mais voltada à técnica e à ciência instrumental, pouco afeita ao pensamento* (GERMANO, 2008. p.327). Desse modo, instituições como o Colégio Pedro II – cujo ensino tinha certo viés propedêutico ao 3º grau – buscaram táticas para se adequar e resistir.

A partir do entendimento de que toda fonte histórica é um monumento (LE GOFF, 1996) e, portanto, todo documento é carregado de

intencionalidades tanto em sua produção quanto preservação e divulgação, observamos pelo modo como cada um dos documentos fora escrito carrega propostas e intenções, vozes que permeiam por meio desses documentos e nos provocam a pensar em estratégias que o Colégio se lançava por meio das táticas que se propunha a aplicar.

Quanto à tática, compreendemos que ela (...) *não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza uma lei de uma força estranha* (CERTEAU, 1994, p. 100). Aqui pensaremos o conjunto de ações tomadas pelo Colégio durante esse período para que conseguisse sobreviver às novas demandas do Ministério da Educação e da Cultura.

Uma delas foi o convênio estabelecido pelo Colégio Pedro II e escolas técnicas profissionalizantes, como a Escola Técnica Federal “Celso Suckow da Fonseca” (CEFET), de 1971 a 1973 para atender à demanda profissional, mesmo que não dispusesse de recursos para isso (HALAC, 2011).

Como toda pesquisa com fontes históricas escritas, acreditamos que os silêncios que os documentos carregam nos levam a momentos diferentes no processo de análise e interpretação dos dados obtidos. Ainda que o silêncio que carrega o registro da escrita nos leve a uma dificuldade pela impossibilidade de encontro com fontes orais desse momento, percebemos uma multiplicidade de enfrentamentos, decisões e reflexões por parte da instituição ao longo da análise das documentações produzidas, publicadas e arquivadas.

(...) os silêncios entram no processo de produção da história em quatro momentos cruciais: o momento da criação do fato (produção das fontes); o momento da reunião do fato (produção dos arquivos); o momento da recuperação dos fatos (produção das narrativas); e o momento da significância retrospectiva (produção da história em última instância) (TROUILLOT, 1995, p.26).

No primeiro documento investigado no NUDOM, o “Anteprojeto de reestruturação do Colégio Pedro II’ de 1971, o Colégio apresenta um tom animador por ter sido reconhecido como autarquia federal pelo Decreto-Lei nº

245 de 1967.

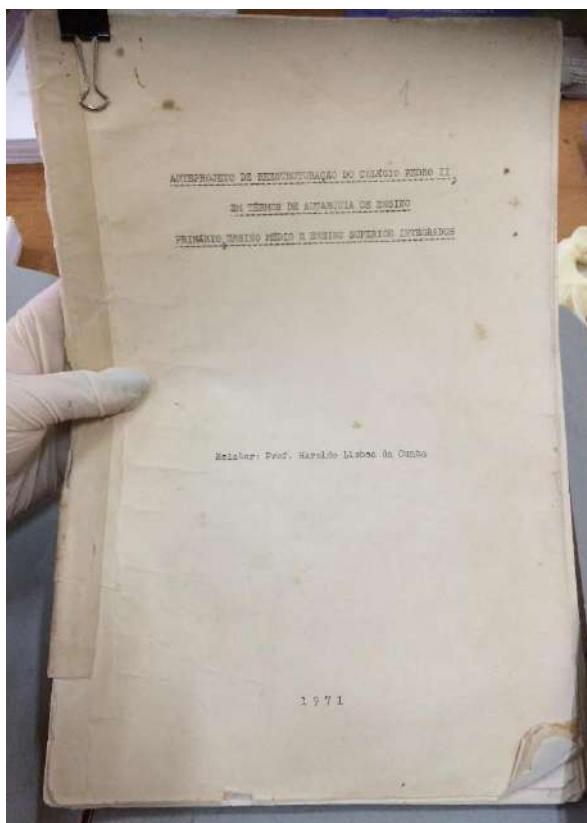


Figura 1 – Capa do “Anteprojeto de reestruturação do Colégio Pedro II” (1971). Foto retirada pela pesquisadora no arquivo NUDOM (2018).

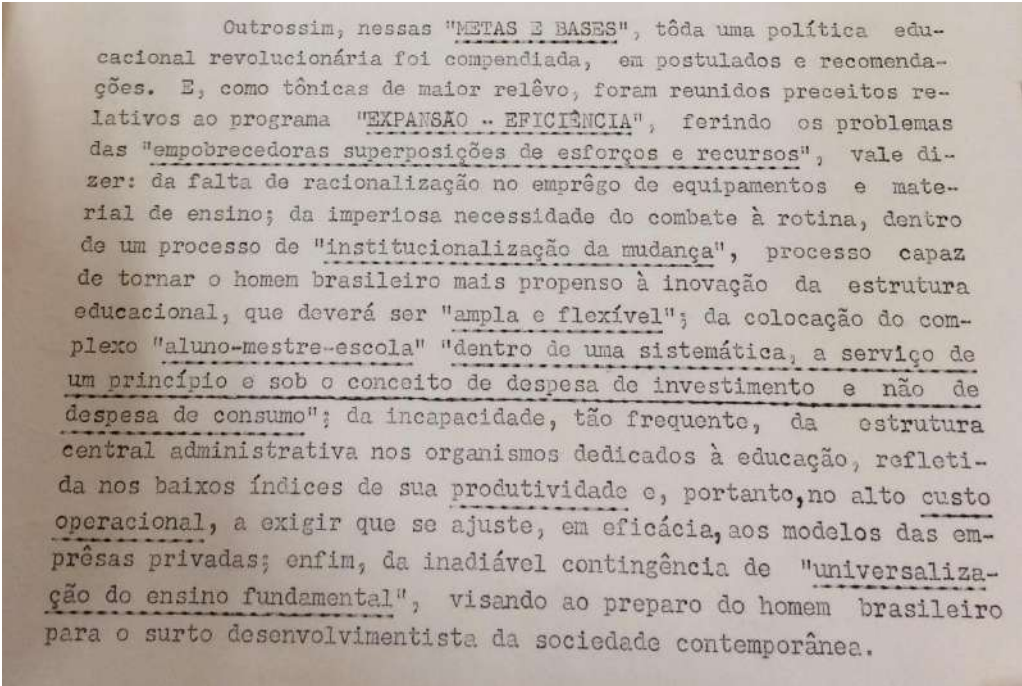
Nesse documento, o CPII retoma o *status* de autarquia como uma conquista e a associa às suas contribuições na formação de professores do ensino secundário na década de 1920, como também a formação de militares, o que pode ser interpretado como uma tática (CERTEAU, 1994) em prol de autopreservação institucional, visto o contexto político-educacional do momento.

O Anteprojeto de 1971 aponta que o planejamento e as etapas de execução para que a oferta de habilitações profissionais já iniciasse no ano letivo de 1972, de modo a promover uma “educação renovadora e ação concentrada” para uma aliança entre Escola-Governo-Empresa, ou melhor, um currículo humanista e tecnológico.

Embora o documento mencione “Metas e Bases” para uma expansão

eficaz do ensino, ainda há pouco aporte didático e pedagógico para detalhar como isso se materializaria em ações na (e tomadas pela) instituição, uma vez que seu currículo, frente à legislação vigente, precisaria de ajustes.

Ainda em 1971, novas regulamentações acerca do núcleo-comum do currículo do 2º grau e da formação do professor de habilitações profissionais foram publicadas – Portaria nº 853/71, Resolução nº 8 de 1º de dezembro de 1971 e Portaria nº 432-BSB, de 19 de julho de 1971, respectivamente.



Outrossim, nessas "METAS E BASES", tóda uma política educacional revolucionária foi compendiada, em postulados e recomendações. E, como tónicas de maior relêvo, foram reunidos preceitos relativos ao programa "EXPANSÃO - EFICIÊNCIA", ferindo os problemas das "empobrecedoras superposições de esforços e recursos", vale dizer: da falta de racionalização no emprêgo de equipamentos e material de ensino; da imperiosa necessidade do combate à rotina, dentro de um processo de "institucionalização da mudança", processo capaz de tornar o homem brasileiro mais propenso à inovação da estrutura educacional, que deverá ser "ampla e flexível"; da colocação do complexo "aluno-mestre-escola" "dentro de uma sistemática, a serviço de um princípio e sob o conceito de despesa de investimento e não de despesa de consumo"; da incapacidade, tão frequente, da estrutura central administrativa nos organismos dedicados à educação, refletida nos baixos índices de sua produtividade e, portanto, no alto custo operacional, a exigir que se ajuste, em eficácia, aos modelos das empresas privadas; enfim, da inadiável contingência de "universalização do ensino fundamental", visando ao preparo do homem brasileiro para o surto desenvolvimentista da sociedade contemporânea.

Figura 2 – Trecho da página 3 do “Anteprojeto de reestruturação do Colégio Pedro II” (1971). Foto retirada pela pesquisadora no arquivo NUDOM (2018).

No entanto, como propor uma modificação tão radical quanto à formação dos alunos de 2º grau sem mensurar os impactos dessas implementações? Além de táticas tomadas, como o convênio com as escolas técnicas, o próximo documento trata de abordar, mais especificamente, como se inicia essa reformulação do 2º grau no CPII e a avaliação de algumas decisões já implementadas.

Em 1972, novas legislações buscam tratar da formação do professor de ensino técnico, como o Parecer nº45/72, que estabeleceu a qualificação para

o trabalho no ensino de 2º grau; a Resolução nº 2, de 27 de janeiro de 1972, que aborda os mínimos exigidos para cada habilitação e o conjunto de habilitações que se integram; a Indicação nº 22/72, que versa sobre professores polivalentes para o ensino de habilitações profissionais especiais.

Enquanto isso, o Colégio iniciava as seguintes habilitações profissionais em suas unidades (Frei de Guadalupe e Bernardo de Vasconcellos): Técnico em Mecânica, Laboratorialista em Análises Clínicas, Técnico em Contabilidade e Tradutor e Intérprete. Essa iniciativa em iniciar no ano seguinte à reforma, rende elogios do Conselho Federal de Educação ao Colégio no Relatório do Parecer nº 152/72 (p. 199).

O Colégio Pedro II, confirmando o conceito de estabelecimento de tradição secular e de alto padrão, que vem dando a este País nomes que ilustram e engrandecem o Brasil, em todos os setores da vida pública e privada, vem a este Conselho, já no início do primeiro ano letivo, após a vigência da Lei 5.692, introduzindo no seu currículo pleno algumas das novas diretrizes emanadas da referida Lei.

Estabelecimento tradicionalmente voltado para o humanismo clássico, dá uma demonstração extraordinária de abertura as renovações, sem temer o impacto das mudanças, atendendo a um dos objetivos da nova Lei, que é o de profissionalização a nível de 2º grau, numa atitude ao mesmo tempo prudente, mas segura e decisiva, colocando-se entre os pioneiros que vão aplicar, dentro de suas possibilidades e atendendo às necessidades do mercado de trabalho, os preceitos da nova Lei.

Há que se registrar, ainda, o tempo mínimo de que dispôs o estabelecimento para tal adaptação.

Figura 3 – Voto da Relatora em favor à inovação do Colégio Pedro II. Extraído de “Documento nº 135”, Parecer nº 152/72 (p. 199), Conselho Federal de Educação (NUDOM, 2018).

Posteriormente, com base no princípio da intercomplementaridade⁴⁴, o CPEI se articulou com outras instituições, como a Escola Técnica Federal

⁴⁴Para tornar viável a oferta (...) que visasse à educação geral e à educação profissional, seria necessário congregiar os recursos oferecidos pelos vários estabelecimentos do sistema educacional, com os parques instalados das empresas, com os equipamentos existentes nas escolas técnicas federais e algumas estaduais ainda existentes. Um outro caminho era a construção e equipamento de centros interescolares, que poderiam receber alunos de vários estabelecimentos de sua proximidade, oferecendo a parte profissionalizante. SARAIVA, Terezinha. Educação integral viável. Folha Dirigida, 2011. Disponível em: http://www.udemo.org.br/2011/Leituras11_0011_Educacaointegralviavel.html. Acesso em: 24 ago. 2020.

“Celso Suckow da Fonseca” para oferecer os cursos técnicos de Eletrônica, Eletrotécnica e Edificações. As dificuldades em ofertar as habilitações profissionais começaram a minar as possibilidades da formação técnica compulsória a nível médio (2º grau).

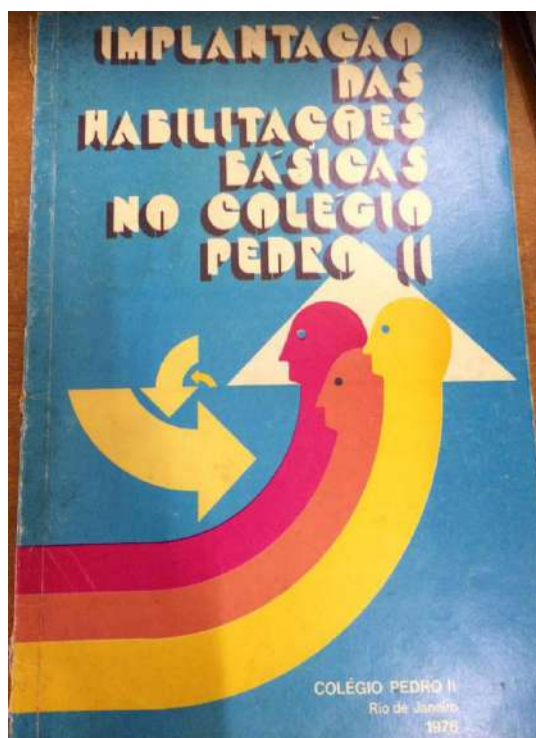


Figura 4 – Capa do Relatório “Implantação das habilitações básicas no Colégio Pedro II” (1976). Foto retirada pela pesquisadora, no arquivo NUDOM (2018).

O ensino profissionalizante foi um fracasso, de um modo geral, na educação brasileira, durante a década de 1970. Mas seus efeitos foram desastrosos no caso do CPII, pois correspondia à negação de sua tradição humanista. O resultado foi o esvaziamento progressivo, combinado com o desânimo e o medo generalizado, que só era compensado pela resistência sem visibilidade, porém obstinada e paciente, de professores, funcionários técnicos e alunos (HAUER, 2008, p. 269).

Partindo dessa leitura que iniciamos a análise do Relatório “Implantação das habilitações básicas no Colégio Pedro II” publicado em 1976. Nesse documento, já aparecem as dificuldades na implantação das habilitações básicas no CPII, como as barreiras em conseguir recursos humanos (especificamente professores formados para o ensino na área técnica) e

financeiros, além da dissolução do convênio com a CEFET, que acontece até 1973, sem haver maiores explicações acerca da motivação dessa descontinuação.

Segundo o documento, foram estabelecidos convênios DEM (Departamento de Ensino Médio) / PREMEN (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino), já em 1975, com o Colégio Pedro II para a implantação do projeto de Habilitações Básicas.

Um cronograma de etapas planejadas de 1975 até 1981 destaca a aquisição de equipamentos, a implantação de currículo a partir de 1977, a previsão de reformas e construções, além de convênios com instituições de 3º grau e encaminhamento e acompanhamento de egressos.

O CPII também procurou outras instituições, como o PREMEN, o CEBRACE (Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares⁴⁵), a Escola Técnica Federal “Celso Suckow da Fonseca” (CEFET) e o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), para discutir os próximos passos e possíveis convênios.

De acordo com Cunha (2014), o Parecer nº76/1975 trouxe uma reinterpretação da Lei nº 5692/71 e, com a dificuldade em implantar todas as habilitações desejadas, com sucesso e todos os recursos necessários, o Colégio precisou modificar novamente sua proposta curricular.

No documento de 1977, “Plano Global de Implantação Progressiva nas Habilitações Básicas no Colégio Pedro II”, o Colégio reafirma sua formação global e integral e planeja ações até 1983. Entendia-se que o ensino não deveria ser focalizado mais no âmbito da formação profissional, mas da formação básica.

Desde o documento de 1976, o Colégio se compromete a implantar Habilitações Básicas a partir de 1977 – Construção Civil, Eletricidade,

⁴⁵ Órgão vinculado ao Ministério de Educação e Cultura criado pelo Decreto nº 72.532, de 26 de julho de 1973. Um de seus objetivos era o planejamento em nível nacional das instalações físicas e de equipamentos que atendam às especificações dos ensinos de 1º e de 2º graus. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/60927-cria-o-centro-brasileiro-de-construues-e-equipamentos-escolares-cebrace-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 29 mar. 2020.

Eletrônica, além de Mecânica e Saúde que iniciariam em 1978 –, descontinuando quaisquer outras habilitações profissionais anteriores.

Para isso, um convênio foi firmado entre DEM/PREMEN e o CPII/CEBRACE, aproveitando componentes curriculares, como Física e Cálculo para habilitações de Eletrônica, Eletricidade e Construção Civil, além de oferecer as disciplinas especiais inerentes à habilitação. Essa possibilidade de aproveitamento de disciplinas da área de formação geral nos deixa a possibilidade de estudos posteriores e entrevistas com ex-alunos desse período da década de 1970 sobre o caráter real da implementação dessas habilitações.

A Lei nº 5692/71 com sua obrigatoriedade de formação profissional no 2º grau já havia perdido a força com os pareceres emitidos pelo MEC em vista das dificuldades em implementar, em todo o território nacional, tal projeto. Por conta desse fracasso (CUNHA, 1995; 2014) e por não haver um projeto de sensibilidade às relações de trabalho e educação e às particularidades do ensino profissional (FRIGOTTO, 2010), o Decreto nº 7044/82 encerra essa tentativa hegemônica de implantação sob escolas de formação geral e esse turbilhão de idas e vindas da Reforma do 2º grau, restaurando a obrigatoriedade de formação geral nas escolas de Ensino Médio.

Para um colégio que priorizou, desde sua fundação, um currículo de humanidades aos moldes europeus, ofertar o ensino profissionalizante no 2º grau significaria uma crise identitária para a instituição, além das dificuldades inerentes ao reestruturar todo o currículo e toda a estrutura para atender à legislação vigente.

Além da profissionalização compulsória no 2º grau cobrada pela Pasta de Educação e Cultura e dos cortes de financiamento, segundo Ferreira (2007), o Colégio passa por um esvaziamento de alunos ao longo da década de 1970, o que poderia ser acentuado caso a reforma do 2º grau não fosse planejada com cautela para não comprometer o ensino e a instituição, que já enfrentava muitos problemas estruturais e um quadro crônico de desprestígio.

O Parecer nº 76/75 abre a possibilidade para o enfraquecimento da demanda de ensino profissional – o que acontece de fato com a Lei nº 7044, de

18 de outubro de 1982 –, embora o Colégio ainda tenha se planejado até os anos seguintes para o início das atividades de algumas habilitações.

Ainda assim, o Colégio busca se respaldar em seus documentos, discutindo a oferta e a implementação de habilitações básicas, de 1977 a 1983, por convênio com o DEM/PREMEN e o CEBRACE, embora tivesse o convênio anterior com o CEFET, em 1971, para ofertar habilitações profissionais.

Ademais, o Colégio empenhou inúmeros planejamentos, como um mecanismo para se adequar à reforma de 1971, que trouxe alterações inerentes à formação no Ensino Médio (2º grau) – de generalista para profissionalizante/técnica –, pois, considerando o imediatismo do caráter técnico compulsório imprimido às instituições de ensino de 2º grau, nenhuma escola (pública ou privada) estava preparada para atender à obrigatoriedade prevista na legislação, tendo em vista seus recursos e a reorganização de toda sua estrutura para tal.

De fato, a elaboração da reforma do ensino do 2º grau não levou em conta a realidade objetiva de carência de recursos humanos e materiais das escolas, especialmente a das escolas públicas. A não ser algumas concessões a essa realidade (implantação gradativa e alguma permissibilidade na titulação dos professores), não se levou em consideração o fato de que grande número de escolas tinha prédios adaptados (...). Essa carência de recursos obrigou os administradores educacionais a improvisar cursos profissionais visando procedimentos semelhantes aos das escolas privadas, as quais escolhiam aqueles cursos que não desviavam os alunos de seus objetivos imediatos, nem aumentavam muito as despesas (CUNHA, 2007a, p. 195).

De acordo com Santos *et al* (2018), ao longo da década de 1980, o Colégio procurou consolidar, pedagogicamente, seus programas de ensino com uma reforma departamental e planejamentos gerais de ensino anuais (PGEs) a partir de 1981, reagindo assim, à crise que se instaurou no CPII em meados da década de 1970.

A partir do Primeiro Encontro Pedagógico⁴⁶ (1979), evento com os docentes e seus Chefes de Departamentos junto à Divisão de Educação e Ensino, de modo a planejar o primeiro PGE (Plano Geral de Ensino) do CPII, surge a expressão “Novo Velho Colégio Pedro II” como uma representação da (...) *permanência de um modelo de escola que, apesar das mudanças implementadas, expressa o desejo de não abandonar sua configuração* (SANTOS *et al*, 2018, p.106).

Ademais, o Conselho Departamental funcionaria como articulador às discussões das práticas de ensino, isto é, houve um projeto que buscou uma modernização à instituição, pela primeira vez em que aconteceu um intercâmbio de ideias entre professores e administração.

O ano de 1981 marca a publicação do primeiro PGE, que foi elaborado por grupos de professores junto a seu Chefe de Departamento, após o evento (1979), seguindo assim por meio de um Plano Diretor circular que leva à criação da Secretaria de Ensino (1982) – uma das táticas (CERTEAU, 1994) da instituição para que pudesse retornar a um modelo de escola de massa, gratuita e de excelência, de modo a assessorar demais instituições no contexto educacional brasileiro (VIEIRA *et al*, 2013) – e de PGEs anuais.

Entre os PGEs que estavam disponíveis para estudo no NUDOM⁴⁷, destacamos o de 1983 que já expressa, em suas primeiras páginas, um ensejo de sincronia entre a tradição e a modernidade, as permanências e as mudanças, o passado e o futuro de novas gerações no Colégio.

As palavras do Diretor-Geral Tito Urbano da Silveira anunciam um CPII vanguardista a respeito da oferta de Ensino Fundamental, especialmente, pelo crescimento de alunos matriculados – em vista do esvaziamento discente que ocorrera na década anterior –, sendo em parte um efeito colateral do

⁴⁶ O Primeiro Encontro Pedagógico ou I Encontro Pedagógico aconteceu entre os dias 30 de julho e 4 de agosto de 1979. O evento foi realizado pela Divisão de Ensino e Educação com o intuito de reunir sugestões do Corpo Docente às diretrizes administrativas, bem como avaliar a situação didático-pedagógica do CPII (VIEIRA *et al*, 2013; SANTOS *et al*, 2018).

⁴⁷ Os PGEs estudados e disponíveis para consulta durante o período de pesquisa no NUDOM foram os documentos de 1983, 1989 e 1996. A introdução do PGE de 1981 foi acessada pelo livro Memória Histórica do Colégio Pedro II (SANTOS *et al*, 2018).

convênio⁴⁸ firmado com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, para a admissão de alunos de escolas municipais na 5ª série (6º Ano) do CPII.

Esse documento se direciona, em maior parte, à discussão do Ensino Fundamental, o que *a priori* se atribui à consonância com os projetos do Governo Federal para a Pasta da Educação⁴⁹. O enfoque posto ao atendimento a alunos oriundos das escolas municipais do Rio de Janeiro tem seu destaque não apenas pelas palavras do Diretor-Geral, que frisa o ensino (...) *àqueles que precisam do amparo do Estado para a plena realização de suas potencialidades* (CPII, 1983, p. 01), como também pela presença de uma pesquisa realizada com docentes e discentes sobre o perfil dos alunos ingressantes e sua relação com o ensino no CPII, muitas vezes, apontando a falta de uma anterior escolarização humanista à adaptação mais abrupta ao Pedro II.

Esse PGE também se destaca pelas portarias publicadas e pelo que estas representam: uma reestruturação do Colégio por meio do Regimento Interno – Portaria nº 717, de 23 de dezembro de 1981 (que veio a ser revogado em 1987, quando foi publicado o Regimento Interno atual) –, e uma regulamentação para servidores docentes e alunos – pela publicação das Normas de Conduta do Discente e Docente, Portaria nº 49, de 15 de março de 1982.

Em contrapartida à essa última portaria, a introdução do referente PGE situa a construção do documento, de ano a ano, como um planejamento feito (...) *dentro da liberdade e flexibilidade agora permitidas aos educadores* (COLÉGIO PEDRO II, 1983, p.1), embora essa liberdade encontrasse orientações e limites presentes nas páginas seguintes pela portaria referente tanto aos seus direitos quanto aos seus deveres e conduta profissional.

⁴⁸ Retomaremos sobre o convênio com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro no Capítulo 3.

⁴⁹ Conforme o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980), o acesso à educação básica ainda estava restrito à parte “abastada” da população, uma vez que cerca de 25% da população em idade escolar (1º grau) sequer se encontrava matriculada, havendo assim, um abismo à universalização da educação de 1º e 2º graus, embora se constituísse como uma das maiores metas no momento.

Compreende-se que a instituição procura se adaptar conforme as orientações do Governo Federal durante o período da Ditadura e perpassa pelas resoluções, portarias e decretos, demonstrando em seus planejamentos uma exteriorização de concordância com a esfera a qual pertence sem perder sua identidade de Colégio humanista.

Para além de problemas com o convênio e considerando toda a adaptação para atender ao alunado, os desafios ao Colégio de humanidades frente à democratização do país e à busca do progresso – sem obliterar sua identidade institucional e tradição – pautam-se na busca do cumprimento de um Plano Piloto para reerguer o Colégio Pedro II.

2.3

Pelas vias da redemocratização: o associativismo docente no CPII

As relações entre o associativismo e a democracia extrapolam, de acordo com importante vertente da literatura, o reconhecimento do princípio básico democrático da liberdade associativa, pois são vistas como constitutivas de processos de fortalecimento mútuo e interdependente. Com efeito, as assertivas a respeito da importância democrática das práticas associativas estão ancoradas na compreensão de que, para além do direito individual de associação, o associativismo preencheria de forma substantiva uma boa quantidade de requisitos considerados fundamentais para estabelecer uma sociedade democrática (LÜCHMANN, 2014, p. 162).

A eclosão de assembleias de professores no final da década de 1970, no Rio de Janeiro, enunciava a importância do associativismo para o reestabelecimento de direitos. Embora o Colégio Pedro II não tenha participado da primeira grande greve da Educação (de 1979) nesse período, estava posto o caminho: fundar uma associação que levaria os professores a uma liberdade de discutir sua carreira e que extrapolava sua condição naquele momento.

Embora as greves de funcionários públicos e movimentos sindicais ainda estivessem proibidos à época, conforme Xavier (2013), a greve de professores organizada pelo CEP (Centro de Professores do Rio de Janeiro, que mais tarde viria a ser o Sindicato Estadual de Profissionais da Educação –

SEPE⁵⁰) em 1979 não só denunciou as precárias condições de trabalho e desvalorização salarial, bem como o pouco investimento por parte do governo à Educação pública, mas também abriu campo para que a mobilização popular reconduzisse o país à redemocratização⁵¹.

Para o CPII, o ano de 1984 significou muito mais do que o início de um novo ciclo expansionista, com a inauguração da primeira unidade Pedrinho (São Cristóvão – 29 de março de 1984), pois os grêmios estudantis e as associações – proibidos desde 1968 (HAUER, 2007) – começaram a ser reabertos, o que se alinhava à abertura gradativa do país.

A campanha “Diretas Já” evocava essa insatisfação que pairava no ar desde o início dos anos 1980 e marcava o contínuo de uma democrática. Um dos eventos mais marcantes de 1984, o grande Comício da Candelária (10 de abril de 1984) – a favor da aprovação da Emenda Dante de Oliveira⁵² que visava o reestabelecimento das eleições diretas no Brasil – levou milhares de pessoas, entre elas professores, alunos e demais funcionários do CPII, às ruas, como relata a Prof^a Denise Sayde em entrevista:

O colégio sempre muito tradicional, muito “*manda quem pode, obedece quem tem juízo*”, mas nós vivemos em um país em que as pessoas ‘tavam’ muito naquela... naquele anseio de abertura democrática, né. Por isso que eu ‘tô’ associando aí a questão também das Diretas Já. Então você... nós vivenciamos aquele período, uma... uma efervescência, uma discussão, uma assembleia, uma coisa... Era lotado, as pessoas vinham, discutiam... Eu me lembro até hoje quando nós acabamos de trabalhar, e fomos pra Candelária, ‘pro’ comício das Diretas Já. Aquele famoso comício de 1 milhão de pessoas, nós ficamos bem longe, porque chegamos já ‘tava’ o povo pra caramba lá na frente (SAYDE, 2020).

⁵⁰ Recomendamos a leitura dos relatos publicados na Revista SEPE de dezembro de 2019, comemorativa aos 40 anos da primeira grande greve da Educação (SEPE, 2019). Disponível em: <http://seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim3434.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

⁵¹ As reconfigurações no sistema político apresentam-se, assim, como oportunidades para ensaiar mudanças, experimentar alianças, conquistar direitos. Deve-se levar em conta, contudo, os mecanismos identitários que desencadeiam esse processo, já que estes dependem da capacidade de os atores e suas lideranças identificarem os acontecimentos que indicam uma possível oportunidade. Tal identificação pode derivar de uma declaração da autoridade de governo ou da manifestação de outros grupos que apontam para a existência das oportunidades políticas, promovendo-se um jogo de leituras e desencadeando uma bola de neve de movimentos e manifestações coletivas (XAVIER, 2019, p. 11).

⁵² Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, proposta pelo Deputado Dante de Oliveira. A emenda não obteve êxito em sua votação (25 de abril de 1984).

Nesse contexto, alguns professores começaram a se reunir para criar uma associação que os representasse, como já existia em outras instituições. Com isso, a ADCPII⁵³ foi fundada em 13 de dezembro daquele ano e assumiu pautas internas referentes à carreira e sua estrutura, bem como a realização de eleições para cargos de gestão (Chefes de Departamento, Coordenação, Diretor de Unidade).

(...) Um dia nós recebemos um papelzinho convidando ‘pra’ fundação... por exemplo, é uma assembleia de fundação da associação. E fomos três colegas. Mas eu sei que eu fui ali porque foi a primeira entidade a ser criada dentro do colégio. Era proibido ter sindicato, as universidades ‘tavam’ criando as associações de docentes. Então foi feito lá a associação aos moldes, mais ou menos, das outras. E aí a história da associação é outra história, que a gente nunca conseguiu sair disso, porque a dificuldade de mexer no estatuto, de ter uma associação nacional. Já teve, mas essa associação não foi ‘pra’ frente. Então foi um ano bem marcante, 1984 (SAYDE, 2020).

Contudo, a criação da associação não ocorreu sem dificuldades, uma vez que, para o Colégio Pedro II, uma associação como a ADCPII conferia aos docentes uma atuação política para além da pedagógica que seguia dentro dos limites estimados pela própria administração.

Dificuldades existiram. A primeira, sempre presente quando se pretende modificar um *status quo* (sobretudo coletivo) é a “reação à mudança”. Segue-se a não aceitação de um órgão de classe que, eventualmente, iria opor-se a interesses pessoais e a concepções de natureza política. A legislação, à época, proibia a sindicalização dos funcionários públicos, e a criação da Associação seria uma maneira de burlar a lei. Embora voltado para o ensino e a educação, o movimento chegou a ser taxado não só de ilegítimo, mas também de espúrio – mera redundância, pois, segundo Aurélio Buarque de Holanda, espúrio = não genuíno = ilegítimo = ilegal (CALP⁵⁴, 2014, p.3).

⁵³ Fundada em 13 de dezembro de 1984, em uma assembleia realizada no prédio da antiga Rua Larga, hoje Marechal Floriano, na qual aprovava seu Estatuto, a fundação da Associação de Docentes do Colégio Pedro II – ADCPII – coroava o esforço de professores e professoras no contexto de redemocratização que o país vivia depois de duas décadas de ditadura militar (ADCPII, 2020). Trecho extraído do site da associação ADCPII: <http://adcpii.com.br/index.php/historico/>. Acesso em: 02 set. 2020.

⁵⁴ Entrevista realizada pela associação com uma de suas fundadoras, a Professora Diocea Calp, publicada na Revista “Educação em Pauta” em dezembro de 2014.

Não obstante, a constituição de uma identidade para o associativismo docente⁵⁵, segundo Xavier (2019), é complexa e envolve uma confluência de interesses, como citado acima por Calp (2014), que relata reações contrárias e apáticas por parte do corpo docente à criação da ADCPII.

Em contrapartida, a criação da ADCPII motivou a criação, por parte dos servidores técnico-administrativos da ASCOPE (Associação dos Servidores do Colégio Pedro II), em 15 de maio de 1985, que posteriormente gerou o SINDSCOPE⁵⁶ em 15 de março de 1995, cuja representação se estende a todos os servidores – docentes e técnicos – da instituição.

Ambas entidades se diferenciam pelo modo de atuação, embora os temas e as reivindicações tratados como pauta se assemelhem (como carreira, carga horária e estrutura dos Departamentos, por exemplo). De acordo com Sayde (2020), Marques (2020) e Carvalho (2020), pudemos compreender que a ADCPII costuma buscar soluções internas, representando os docentes, enquanto o SINDSCOPE atua por servidores técnicos e docentes. Embora ambos já tenham enviado representantes a Brasília ou a reuniões com o MEC para tratativas no período da expansão, considerando a atuação em discussões sindicais (como no SINASEFE), o SINDSCOPE se diferencia um pouco por ter um maior alcance externo, atualmente, pela participação nesses espaços.

Em conclusão, por um lado, a criação da primeira associação do CPII, após as décadas de Ditadura, alinha-se às aspirações de democracia que rondavam o país e de certo modo contribuiu para que servidores técnicos também buscassem instituir sua própria associação – que vem a constituir o sindicato que representa o CPII no SINASEFE no final dos anos 1990.

A representação institucional tornou-se mais uma modalidade de atuação política que foi incorporada, ou rotinizada, por um expressivo conjunto de associações e movimentos sociais. Certamente, (...) há um

⁵⁵ O termo se refere (...) à toda forma de organização coletiva dos professores na defesa de seus interesses em diversas esferas da vida social, englobando as dimensões de âmbito profissional, político, social e cultural. Também pode englobar o estudo das organizações sindicais ou das associações docentes de caráter profissional e científico, assim como pode se referir a associações de caráter diverso, tais como aquelas de natureza filantrópica, religiosa ou política, de caráter emancipatório, assistencialista ou reprodutora do status dominante (XAVIER, 2019, p.3).

⁵⁶ Para mais informações, acesse o site: <http://sindscope.org.br/>. Acesso em: 03 set. 2020.

bom número de grupos, associações e movimentos que questionam o caráter institucional e acusam as dimensões instrumentais destas práticas, adotando posturas mais ativistas e/ou anti-institucionais (LÜCHMANN, 2011, p. 147).

Por outro, a resistência de docentes à aceitação de um órgão que atende aos interesses da sua própria profissão coincide com o receio ao caráter de atuação desse associativismo dentro da instituição, bem como ao contexto sociopolítico de repressão dos últimos anos e dialoga com um estranhamento inerente a (...) *um desequilíbrio de controle social e o desejo de mudança* (XAVIER, 2019. p. 3). Isto é, era preciso compreender o que significava ter uma associação nesse período em que entre perspectivas de esperança havia também frustrações para com o cenário político nacional.

2.4

Ao soprar da redemocratização, o Colégio na Constituição (1988)

Neste subcapítulo, damos continuidade à análise do contexto de redemocratização do país, com o fim da Ditadura Militar (em 1985), o retorno do funcionamento de grêmios e associações, bem como seu papel nessa redemocratização, a atuação no CPII e algumas lutas e travadas. Discorreremos como se encaminha o processo de sua inserção no Art. 242º da Constituição Federal de 1988, além do seu significado para a instituição.

A década de 1980 se inicia em meio a anseio pela redemocratização. As reformas educacionais das décadas anteriores representaram não só respingos da agenda política e social às instituições de ensino (CUBAN, 1990). A meta do Colégio Pedro II – de se reestabelecer como escola pública de qualidade e de massa – permanece em seus planejamentos desde o I Encontro Pedagógico de 1979, no qual o Colégio empenha uma Reforma Institucional compreendida como um projeto de modernização junto a seus professores e administração, considerando tais planos para os dois próximos decênios (respectivamente, 1980-1990 e 1990-2000).

Partindo de relatos de nossos entrevistados e dos Relatórios da Assembleia Constituinte (1987-1988), podemos interpretar que o projeto iniciado pelos deputados do Rio de Janeiro se sustentou durante as votações – que aconteceram em dois turnos diferentes e que contou com debates para sistematizações, registrados em diários e demais publicações⁵⁷ – devido à articulação política, deputados esses que votaram a favor do CPII por razões diversas, entre as quais foram sua tradição, seu ensino e sua qualidade, citadas em alguns dos seus discursos.

O que nós sabemos, é que na época da Assembleia Constituinte, o Jamil Haddad foi tão hábil nas articulações dele lá no congresso, e aí por isso que é legal você ter uma escola cujos estudantes têm tanta identidade com ela, né? Porque o Jamil Haddad conseguiu até que o Roberto Campos, que na época era constituinte também, então você imagina, Roberto Campos que era o ícone do liberalismo, ou seja, contra qualquer participação estatal em qualquer coisa, ele conseguiu que até o Roberto Campos votasse a favor de que o Pedro II fosse colocado na constituição lá como escola federal e tal, já na época da constituinte, então foi um trabalho importante, eu acho que é uma dívida grande que a gente tem lá com o Jamil Haddad, com outros parlamentares do Rio na época também, que brigaram pelo colégio (CALDEIRA, 2020).

Embora o nome do Constituinte Jamil Haddad (PSB-RJ) seja mencionado como o político que propôs a inserção do CPII na Constituição de 1988, é relevante destacar que o Constituinte Bernardo Cabral (PMDB-AM), ex-aluno do Pedro II, fora votado como o Relator na fase de Sistematizações das propostas apresentadas. Segundo os documentos elaborados pela Assembleia de Constituintes, essa fase foi responsável por sistematizar o resultado da votação das propostas enviadas pela população, por políticos e por associações/organizações sociais, de modo a definir o texto final da Constituição Federal de 1988.

O discurso do Constituinte Bernardo Cabral em abril de 1987, na

⁵⁷ Os documentos da elaboração referentes aos trabalhos da Assembleia Constituinte bem como seus Relatórios, Diários, Atas de Comissões e Subcomissões e Votações podem ser consultados no portal https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp, nos Anais da Assembleia Constituinte. Acesso em: 09 nov. 2020.

abertura da fase de Sistematizações dos projetos propostos para votação, rememora seus tempos de estudante do Colégio Pedro II: (...) *já se vai longe o tempo em que, rapazola do Pedro II, eu me metia em tertúlia de oratória* (BRASIL⁵⁸, 1987, p.784).

Essa memória, em meio às discussões dos projetos propostos e votados, apresenta não somente um dos motivos para o Colégio ser considerado como um inciso ou artigo na CF de 1988, mas também como um exemplo considerável de um dos maiores legados que um fortalecido programa institucional (DUBET, 2006; 2011) pode perpetuar. Ou seja, um *continuum* no vínculo com a instituição e com a percepção de si mesmo como um aluno, imbuída de uma construção identitária forjada (DUBAR, 2005) por símbolos, representações, tradições e ritos de socialização dessa comunidade (ANDERSON, 2008).

Teve o fim da ditadura, mas que teve um presidente que não era eleito, o Sarney né. Mas, antes teve aquele movimento das Diretas Já, teve a Constituinte de 1988. A gente teve participação até em passeatas pra que o Pedro II continuasse como federal, porque nessa época tinha uma ameaça a estadualizar, a virar uma escola estadual, antes da Constituição. Por isso que entrou na Constituição... "ah, o Pedro II é a única escola que está na Constituição como uma instituição federal"... porque teve essa ameaça de que ele não seria federal, então, por isso que teve mobilização, passeata dos alunos, professores, pra que o Pedro II continuasse sendo uma instituição federal e aí ficou na Constituição (AMADOR⁵⁹, 2018, p. 29).

A partir do relato de Amador (2018), podemos observar como a mobilização da comunidade interna da instituição teve seu impacto para que fosse apelidado de Colégio da Constituição. Portanto, é importante destacar que

⁵⁸ BRASIL, Assembleia Nacional de Constituintes. Ata da Reunião de Instalação da Comissão de Sistematização, de 07 de abril de 1987, p. 784. Os relatórios, diários e atas das comissões elaborados pela Assembleia Constituinte podem ser acessados no portal do Senado Federal. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp. Acesso em: 09 nov. 2020.

⁵⁹ André Amador, ex-aluno do CPII Humaitá nos Anos 1980-90 – fundador do jornal estudantil O Cordel e presidente do Grêmio estudantil da unidade em 1989. Sua entrevista foi publicada na Revista Perspectiva Sociológica, n.º 21, 1º sem. 2018, p. 21-40, no artigo produzido pela Profª Clarissa Tagliari Santos (Departamento de Sociologia – CPII), em parceria com seus alunos do Ensino Médio, Francisco Trope da Silva Porto e Bernardo Bandoli Vargas da Costa. Consideramos a entrevista de AMADOR (2018) uma relevante fonte para discutir a oxigenação da instituição nesse cenário de redemocratização, bem como o redescobrimto da força motriz discente.

uma articulação – ou por um movimento de *lobby*⁶⁰ – política foi capaz de propor a inclusão de sua condição como instituição pertencente ao nível federal no texto da Constituição de 1988, bem como lograr votos favoráveis a tal projeto.

Penso que a autoridade de um Relator – e aí vejo a responsabilidade do Relator Bernardo Cabral como homem público – diante de todos os Constituintes, não pode ou não poderia ser considerada uma função de poder, pelo que está determinado no Regimento Interno da Constituinte. Mas ao nos impor a sua vontade ou a do seu seletivo e restrito grupo, sua autoridade identificou-se com a desigualdade política em que se funda. (...) Ao institucionalizar-se a pressão individual sobre o Relator, foi artificializada a força de determinadas emendas e foi diminuída a força de outras tantas emendas, particularmente as de origem popular. (...) O Conselho Federal de Educação vai definir todo o projeto de educação no Brasil. Aliás, nas Disposições Transitórias, como já previsto no art. 479 do projeto da Comissão de Sistematização, introduziu-se uma benesse aos professores adjuntos IV, que poderão passar a titular sem concurso, contrariamente e quão que nós, professores, queremos. Da mesma forma, isso se reproduz agora, não para aquele professor adjunto IV, provavelmente amigo do Relator, mas para os professores do Colégio Pedro II, provavelmente também amigos do Relator, que conseguiram colocar no texto constitucional aspectos de interesse do Colégio Pedro II (DELGADO⁶¹, 1987, p. 245).

Então, conseguiram, né. Conseguiram botar o colégio na Constituição. É porque naquela época você tinha muitas pessoas influentes no Colégio Pedro II, assim como os deputados, e fizeram mesmo um lobby (SAYDE, 2020).

Considerando o discurso do Constituinte Paulo Delgado no qual menciona o Relator Bernardo Cabral e o artigo do Colégio Pedro II, podemos compreender essa defesa a favor do Colégio como um *lobby* interno e externo (OLIVEIRA, 2005). Isto é, que partiu da iniciativa do interesse de Constituintes e demais pessoas influentes, conforme Sayde (2020).

Ademais, a articulação do Relator em defesa de sua instituição de formação secundária simboliza o sentimento de pertencimento dos alunos (e

⁶⁰ Conforme Oliveira (2005), o *lobby*, *lobbying* ou lobismo é (...) o processo pelo qual os grupos de pressão buscam participar do processo estatal de tomada de decisões, contribuindo para a elaboração das políticas públicas de cada país (p. 29). Entende-se que essa influência nas decisões possa ser externa – por meio de associações, organizações ou demais cidadãos interessados no tema – ou interna – advinda de pessoas, partidos ou grupos que participam do ambiente de elaboração das políticas públicas.

⁶¹ Discurso do Constituinte Paulo Delgado, durante a Ata da 153ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, em 2 de setembro de 1987, registrado em Ata publicada no Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento "C"),

ex-alunos) do CPII. Destarte, é um exemplo de como a socialização escolar se desenvolve por meio de um (...) *processo de identificação, de construção da identidade, ou seja, de pertencimento e de relação* (DUBAR, 2005, p. 23).

**Gráfico 3 – Tramitação do Art. 242º da CF 1988
(Assembleia Constituinte)**

CONSTITUIÇÃO República Federativa do Brasil (1988)	Projeto "C"	Projeto "B"	Nº Votação (2º turno)	Projeto "A"	Nº Votação (1º turno)	Sistematização			
						2º Substitutivo	Nº Votação	1º Substitutivo	Nº Votação
até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.									
§ 4º O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.		Art. 240, § 4º	<u>968</u>	Art. 58, § 3º, DT	<u>700</u>	Art. 272, § 3º, DT	<u>288</u>	—	—
Art. 240. Ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.	CR – CC p. 180	Art. 241,	<u>966</u>	Art. 231, § 1º, I (parte)	<u>547</u>	Art. 224, § 1º, I	<u>287</u>	—	—
Art. 241. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição.	CR – CC p. 181	Art. 26, DT		(adição)	<u>717</u>	—	—	—	—
Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.		<u>Art. 242.</u>		(adição)	<u>573</u>	—	—	—	—
§ 1º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.		Art. 217, § único		Art. 24,	<u>670</u>	Art. 35, caput DT	<u>288</u>	—	—
§ 2º O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal.		Art. 242, § único		Art. 57, DT	(718)	Art. 71, DT	288	—	—
Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem		Art. 243, caput		<u>Art. 60, DT</u>	(689)	(adição)	525	—	—

Gráfico extraído do Volume I do documento “O PROCESSO HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO TEXTO CONSTITUCIONAL” de 1993 (p. 195).

(...) Colégio Pedro II nas Disposições Transitórias, é banalizar demais; Zona Franca de Manaus nas Disposições Transitórias, é banalizar; art. 14, §§ 3º e 4º, "trem da alegria" nas Disposições Transitórias, não dá; arts. 59 e 61, outro "trenção da alegria", não dá. Nós estamos fazendo uma carta constitucional, estamos discutindo Ordem Econômica, Ordem Política, o Estado, sistema de Governo, as relações de propriedade; estamos discutindo direitos individuais e direitos coletivos, quando chegamos nas Disposições Transitórias, caímos numa certa banalização (GENUÍNO, 1987, p. 487⁶²).

A votação para inserir o Colégio na Constituição obteve muitos votos

⁶² Fala do Constituinte José Genuíno (PT-SP) que, em resposta a uma emenda do Constituinte Adolfo Oliveira, utiliza do espaço para discursar projetos que não deveriam estar nas Disposições Transitórias e sim, já situados no texto principal da CF. Trecho extraído do Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento "C"), p. 418, referente à Ata da 32 Reunião Extraordinária, em 6 de novembro de 1987.

favoráveis, no entanto o atual Art. 242º quase foi publicado como um dos artigos das Disposições Transitórias (DT), como o Art. 71º na fase de sistematizações. Portanto, as discussões foram extensas sobre as disposições transitórias e a inclusão do CPII como um colégio que permaneceria federal foi um dos tópicos debatidos pelos Constituintes.

5624	Quinta-feira 29	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE	Outubro de 1987
<p>§ 2º - O novo partido perderá, automaticamente, seu registro provisório se, no prazo de vinte e quatro meses, contados de sua formação, não obtiver registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral, na forma que a lei dispuser.</p>			
<p>Art. 63 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a compatibilização de seus quadros de pessoal às necessidades do serviço público, cumprindo-lhes, no prazo de deztois meses, a partir da data da promulgação da presente Constituição, remanejar cargos e lotações dos seus respectivos servidores.</p>			
<p>Parágrafo único - Os servidores atingidos pelo remanejamento de que trata este artigo, desde que contem com dez anos de serviço público, e o requeriram até vinte meses após a data de promulgação da presente Constituição, poderão, a juízo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ser aposentados com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço prestado.</p>			
<p>Art. 64 - A ampliação dos benefícios garantida no capítulo da Seguridade Social far-se-á conforme o estabelecido em plano a ser elaborado pelo Poder Executivo, num prazo máximo de seis meses após a promulgação desta Constituição.</p>			
<p>Parágrafo único - O plano referido no "caput" deste artigo deverá definir, além dos critérios de concessão dos benefícios, as fontes de custeio correspondentes e os prazos de adoção das medidas, que não poderão ultrapassar cinco anos.</p>			
<p>Art. 65 - Ficam reconhecidos e homologados os atuais limites territoriais do Estado do Acre com os Estados do Amazonas e de Rondônia, conforme levantamentos cartográfico e geodésico realizados pela Comissão Tripartite integrada por representantes dos Estados e dos serviços técnico-especializados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.</p>			
<p>Art. 66 - Tornar-se-ão sem efeito, na data da promulgação desta Constituição, as autorizações de pesquisa, as concessões de lavra e os demais títulos atributivos de direitos minerários que estejam inativos ou sem produção, ou cujos trabalhos exploratórios ou extrativos não hajam sido comprovadamente iniciados nos prazos legais, a juízo do poder concedente.</p>			
<p>Art. 67 - O Congresso Nacional, no prazo de cento e oitenta dias, a contar da promulgação desta Constituição, regulamentará o inciso II do § 1º do artigo 249.</p>			
<p>Art. 68 - Quando não houver juiz federal que conte com o tempo mínimo de exercício previsto no artigo 126, inciso II, desta Constituição, a promoção poderá contemplar juiz com pelo menos cinco anos.</p>			
<p>Art. 69 - Para efeito do cumprimento das disposições desta Constituição que importem em variações de despesas e receitas da União, após a promulgação da Constituição, o Poder Executivo Federal deverá elaborar e o Congresso Nacional aprovar projeto revendo a lei orçamentária referente ao exercício financeiro de 1988.</p>			
<p>Parágrafo único - No mesmo prazo observado para o projeto mencionado no "caput", o Congresso Nacional deverá aprovar a lei complementar a que se refere o inciso II do artigo 193.</p>			
<p>Art. 70 - Fica extinto o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR), criado pelo Decreto nº 77.354, de 31 de março de 1976.</p>			
<p>Parágrafo único - A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos mesmos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAEC).</p>			
<p>Art. 71 - O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal.</p>			
<p>Art. 72 - A lei que regular o seguro-desemprego disporá que o produto das arrecadações para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8 de 3 de dezembro de 1970, passará a financiar prioritariamente o programa do referido seguro.</p>			
<p>§ 1º - Os recursos mencionados no "caput" deste artigo serão aplicados em financiamento de programa de desenvolvimento, com critérios de remuneração que lhes preserve o valor.</p>			
<p>§ 2º - Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis aplicáveis, com exceção do pagamento do abono salarial.</p>			
<p>§ 3º - O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio de rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.</p>			

Figura 5 – Art. 71º, das Disposições Transitórias do projeto de Constituição após as votações, assegurando o CPII na esfera federal (extraído do Diário da Assembleia Constituinte de outubro de 1987).

Com o Colégio Pedro II mencionado no 242º Artigo da Constituição Federal de 1988, nas Disposições Constitucionais Gerais, como uma instituição a ser mantida na esfera federal, instaura-se uma sensação de segurança temporária, que duraria muito pouco por conta dos temores de estadualização que se sucedem nos anos seguintes.



Figura 6 – Reportagem comemorativa dos 15 anos da Constituição Federal publicada no Jornal O Globo em 05 de outubro de 2003.

Diante disso e dos direitos adquiridos, sobretudo pelos jovens de dezesseis anos que começariam a votar a partir desse ano, pautas internas pela participação na escolha dos coordenadores pedagógicos começaram a ser reivindicadas pelo movimento estudantil, como relatado por Amador (2018).

Na constituição de 1988 teve também a questão da eleição direta para presidente e o voto para maiores de 16 anos. Então, assim, em 1989 eu votei pra presidente, mas a gente não votava pra diretor. Tanto é que veio essa campanha: "Diretor e presidente quem escolhe é a gente". Quer dizer, a gente vota pra presidente, mas não vota pra diretor da escola, como assim?! (AMADOR, 2018, p. 29).

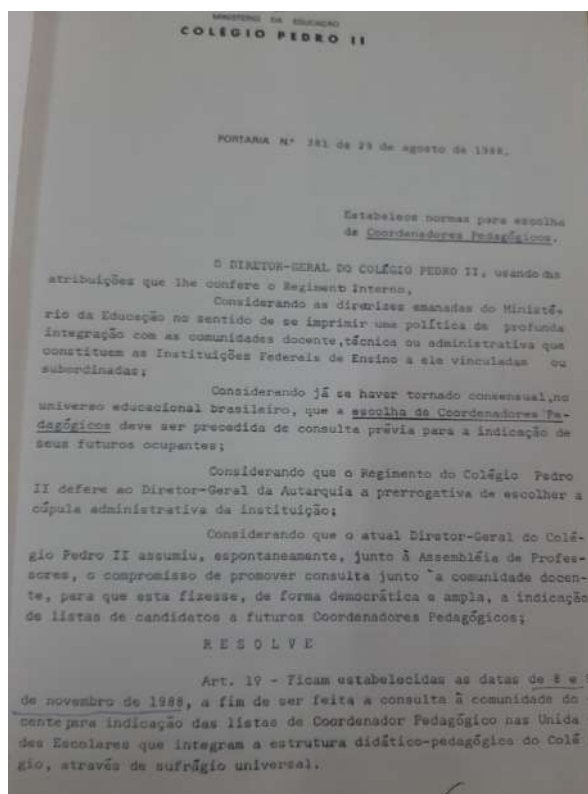


Figura 7 – Portaria nº 381, de 29 de agosto de 1988, sobre o Processo de Consulta de Coordenadores Pedagógicos (Arquivo Nudom).

No entanto, a Portaria nº 381, de 29 de agosto de 1988, não considerou as reivindicações do movimento estudantil, delegando aos docentes a consulta da lista de indicados aos cargos e o voto aos servidores do CPII. O voto do corpo discente (para maiores de 16 anos) só passa a ser uma realidade em 1994⁶³, que fora a primeira eleição para Diretor Geral que conta com a participação dos alunos, professores e técnicos do CPII.

Neste subcapítulo, discutimos como o Colégio buscou se firmar na esfera federal por meio de um *lobby*, formado inclusive, por constituintes ex-alunos do CPII. Se por um lado, o sentimento de pertencimento traz esta conquista à instituição, por outro, a falta de participação dos discentes do 2º grau na escolha de Coordenadores Pedagógicos em 1988 – reivindicação do seu movimento estudantil – demonstra como a democratização do Colégio

⁶³ Para a primeira eleição de um Diretor-Geral pelos três segmentos que compõem a Comunidade Escolar, apresentaram-se como candidatos os professores Gilson Puppim, José Rodrigues Lavos, Maurício dos Santos Guimarães, Roberto Wagner e Wilson Choeri. Após intensa campanha, encerrada por debate realizado no Teatro Pedro II com a participação dos cinco concorrentes, o candidato mais votado foi o professor Wilson Choeri (SANTOS *et al.*, 2018, p. 156).

ainda se encontrava em desenvolvimento e o modo como sua inclusão na Constituição de 1988, se caracteriza como uma tática empenhada por uma estabilidade institucional e uma retomada do seu *status* de colégio padrão no país. No entanto, estaria o Pedro II seguro de sua condição federal diante dos desdobramentos da Reforma do Estado ao longo da próxima década? Discutiremos este tópico no próximo subcapítulo.

2.5

Reforma do Estado e a ameaça de estadualização: Para sempre federal!

*'Aqui se respira o oxigênio da História'*⁶⁴



Figura 8 – Movimento estudantil do Colégio Pedro II em passeata pelo Centro do Rio de Janeiro nos anos 1990 contra sua estadualização⁶⁵.

Neste subcapítulo, seguiremos pela década de 1990 e o seu significado para o Ensino Médio e, por conseguinte, apresentaremos uma análise do panorama dos impactos da descentralização impulsionada pelo federalismo brasileiro, bem como as tentativas de estadualização do Colégio Pedro II que figurava como um colégio federal, embora sua oferta se restringisse apenas ao

⁶⁴ Declaração do Ministro da Educação, Eduardo Portella, publicada na FACTA n° 68, de 1987.

⁶⁵ Imagem retirada do site do CPII. Disponível em: http://cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/223-noticias2017/6811-cpii-180-anos-trajet%C3%B3ria-que-se-confunde-com-a-hist%C3%B3ria-do-ensino-no-brasil.html. Acesso em: 05 nov. 2020.

Ensino Fundamental e Ensino Médio, segmentos esses ofertados, geralmente, por municípios e estados, respectivamente.

Conforme Abrucio & Franzese (2007), a reforma do Estado na década de 1980 e os regimes de colaboração entre os entes federados, bem como a descentralização de recursos e suas atribuições já presente na Constituição de 1988, trazem em si um federalismo que causa impacto nas políticas públicas brasileiras, em geral, como também nas escolas.

Isocronicamente, conforme Artexes (2016) pontua, ao longo da década de 1980, a redemocratização do país desencadeia em uma agenda pautada na política educacional do Ensino Médio, ocorrendo (...) *uma grande expansão quantitativa alcançando mais de nove milhões de matriculados no ensino da rede estadual pública* (p. 1), embora o Ensino Médio ainda fosse compreendido como uma terminalidade – mesmo após a Lei nº 7.044/82 – sem incentivos maiores à progressão aos estudos superiores.

Assim, o papel da União na coordenação de entes federados de modo a combater desigualdades educacionais territoriais fomenta a criação de Conselhos, Delegações e Programas Federais – atendendo a demandas de financiamento⁶⁶, formação continuada de professores, gestores e profissionalização a nível de Ensino Médio⁶⁷ – nas décadas seguintes, anos 1990 e 2000.

Os anseios de mudança e a vontade de trazer sua voz à tona: desse modo que os anos 1980 foram se encerrando para o Colégio. Em decorrência disso, a reabertura dos movimentos e grêmios estudantis e a criação da ADCPII e da ASCOPE, além das Resoluções nº 1 e nº3/85 possibilitaram estes mesmos ensejos na instituição, por meio da consulta à comunidade de servidores (docentes e técnicos) para Chefes de Departamento e Coordenadores

⁶⁶ O FUNDEB foi criado em 2007, atendendo ao Financiamento da Educação Básica, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado em 1997, voltado apenas ao Ensino Fundamental.

⁶⁷ O Relatório Todos Pela Educação (2000-2015) destaca os seguintes programas para o Ensino Médio: Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio; Formação Continuada dos Professores do Ensino Médio; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), entre outros.

Pedagógicos e a indicação para cargos de diretor das unidades. Para o Colégio, tais ações trazem um oxigênio à instituição, coerente ao cenário de redemocratização do país.

As comemorações do Sesquicentenário do CPII em 1987 trouxeram à luz seu destaque na imprensa como um (...) *lugar da tradição, distinção e prestígio, digno de ser visto pela sociedade como uma joia preciosa, num lugar de destaque na 'Vitrine da Educação Brasileira'* (SANTOS *et al*, 2018. p. 121). Esses tipos de evento celebram o CPII como instituição, além de ressoá-lo como um lugar de memória, ressonante de vínculos pelas histórias e narrativas de pessoas e lugares.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

No entanto, até esse momento, nada garantia uma situação estável ao Colégio, uma autarquia da Educação que pouco compartilhava semelhanças com a maioria das autarquias-irmãs por serem, em sua maioria, universidades. Com os primeiros debates das propostas apresentadas na Assembleia Constituinte de 1987-1988, como um Colégio de 1º e 2º graus – inclusive Classes de Alfabetização, a partir de 1985 – poderia se manter na esfera federal se o Art. 208º da Constituição Federal faz menção ao nível básico de Educação como um dever do Estado, sem especificações maiores? O que poderia resguardar o CPII de ser estadualizado?

Com o início dos anos 1990, novamente, retorna o medo de estadualização do Colégio e as reivindicações de posturas mais democráticas, alinhadas ao movimento civil por maior participação da sociedade na tomada de decisões. A efervescência das passeatas de caras pintadas, das quais muitos servidores, pais e estudantes participaram nas ruas do Centro do Rio de Janeiro, ressoa pelos muros do Colégio por meio de reivindicações internas, como a participação de estudantes, servidores e responsáveis nos processos de consulta

e votação para cargos de Chefes de Departamento, Coordenadores e Diretores de Unidade/Diretor Geral.

Em 11 de dezembro de 1990, foi sancionado o Estatuto do Servidor Público pela Lei nº 8112. De acordo com Santos *et al* (2018), os servidores docentes e técnicos do CPII passaram do regime celetista para o estatutário. Porém as disputas no campo político e as medidas governamentais justificadas por uma crise econômica culminam em perdas salariais e insatisfações, cujo ápice se denota à primeira greve geral que o Colégio Pedro II participa em 1991. Segundo informações da ADUFES (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo), a greve geral de 1991 durou 107 dias (de 05 de junho a 20 de setembro). Entre as reivindicações, estavam:

(...) recomposição dos salários aos valores reais de abr./90, implicando numa reposição de 44,38%; incorporação aos vencimentos dos docentes das perdas salariais provocadas pelos planos econômicos "Bresser" (26,06%), "Verão" (26,05%) e "Collor 1" (93,54%); (Reajuste total reivindicado: 640,39%); repasse para as IFES⁶⁸ do saldo das verbas previstas no orçamento/90 e dos recursos estabelecidos no orçamento/91, em valores reais; abertura de concurso público para preencher vagas existentes nas IFES e para expansão do quadro de pessoal, com a imediata contratação dos selecionados; escolha dos dirigentes das IFES por processo de eleições diretas e democráticas, esgotando-se o processo no interior das IFES; garantia de repasse para a ANDES-SN⁶⁹ das contribuições dos docentes por ela representados (direitos sindicais), conforme a Constituição Federal (ADUFES, 2013⁷⁰).

Ainda que tenha sido a primeira greve da Educação em que houve a adesão do Colégio e que tenha reivindicado melhores condições salariais, de trabalho e a recomposição da carreira do servidor público, as tensões afloravam entre os servidores por buscarem diferentes formas de lidar com a greve, como o apoio de políticos ex-alunos ou simpatizantes do CPII.

E aí as pessoas nessa greve de 1991 tinha muitos professores que subiam lá no teatro, hoje Mário Lago, eu acho que na época não sei nem

⁶⁸ IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

⁶⁹ ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior).

⁷⁰ Informações extraídas da aba Histórico de greves das instituições federais de ensino, conteúdo publicado no site da ADUFES, no dia 12 de junho de 2013. Disponível em: <http://adufes.org.br/portal/noticias/33-gerais/87-historico-de-gresves.html>. Acesso em: 11 nov. 2020.

se tinha esse nome, e subiam lá e falavam, “não precisamos fazer greve, eu conheço o deputado tal, ele vai resolver...” (SAYDE, 2020).

No entanto, o que significaria para o Colégio essa nova legislação educacional se este se via abalado por diversas ameaças de estadualização poucos anos após sua menção no Artigo 242º da Constituição Federal? O que poderia manter o Colégio no âmbito federal?

A formação de Nível Médio nos anos 1990 antes da LDB nº 9394/96 ainda encontrava distorções entre a visão tecnicista e humanista de Educação, isto é, não havia uma sistematização clara acerca da oferta e demanda nessa etapa de ensino no Brasil. Além disso, a Educação passava por momentos complicados em que as condições das escolas e do ensino apresentadas pelos jornais ora denunciavam a falta de recursos e a crise na Educação, ora destinavam críticas à formação dos docentes e à carreira do Magistério.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712385/CA

14 • LEOPOLDINA • Domingo 8 de setembro de 1991

SOS para o tradicional Pedro II

REZINA LOPKARSKA

O Colégio Pedro II, um dos mais tradicionais do Brasil, vive a pior situação de sua história. Há mais de um mês, a escola não funciona. Os professores não recebem salários há meses. A situação é crítica. O diretor, Celso Martins Viana, pede ajuda para manter a escola aberta. O governo federal precisa se envolver, e o salário dos professores, mesmo depois do aumento convenciado em 1987, não chegou a ser pago. A situação é crítica. O diretor, Celso Martins Viana, pede ajuda para manter a escola aberta. O governo federal precisa se envolver, e o salário dos professores, mesmo depois do aumento convenciado em 1987, não chegou a ser pago.

de Craxi, verbas para as atividades e eleições locais. As atividades foram suspensas. O diretor Celso Martins Viana pede ajuda para manter a escola aberta. O governo federal precisa se envolver, e o salário dos professores, mesmo depois do aumento convenciado em 1987, não chegou a ser pago.

Para Diniz, o problema não é só o salário. É a falta de recursos para manter a escola aberta. O diretor Celso Martins Viana pede ajuda para manter a escola aberta. O governo federal precisa se envolver, e o salário dos professores, mesmo depois do aumento convenciado em 1987, não chegou a ser pago.



Uma sala do Colégio Pedro II, em condições precárias.

Condições de aprendizado e de ensino são as piores possíveis

No Pedro II de São Cristóvão, o abandono é total. Os funcionários não recebem salários há meses. A situação é crítica. O diretor, Celso Martins Viana, pede ajuda para manter a escola aberta. O governo federal precisa se envolver, e o salário dos professores, mesmo depois do aumento convenciado em 1987, não chegou a ser pago.

Dirigente considerou normal a recente greve de solidariedade

Antônio José Chedak, diretor do Colégio Pedro II, vive a pior situação de sua história. Há mais de um mês, a escola não funciona. Os professores não recebem salários há meses. A situação é crítica. O diretor, Celso Martins Viana, pede ajuda para manter a escola aberta. O governo federal precisa se envolver, e o salário dos professores, mesmo depois do aumento convenciado em 1987, não chegou a ser pago.

Figura 9 – Reportagem do Jornal O Globo do dia 8 de setembro de 1991 sobre o final da greve no CPII.

Durante esse período, destacando o *impeachment* de Fernando Collor (1990-1992), sucedido por Itamar Franco (seu vice que governou até 1995), e a transição para o governo de Fernando Henrique Cardoso (dois mandatos: 1995 a 2003), pode-se afirmar que a relação entre o MEC (em consonância, com o próprio governo federal) e o CPII – ainda compreendido como um apêndice do Ministério da Educação – mostrou-se conturbada pelas ameaças de estadualização, falta de recursos e dificuldades em se estabelecer um diálogo. Tudo isso devido a pautas governamentais inclinadas a ideais privatistas e imbuídas pela crise econômica em que se encontrava o país.

Os rumores de estadualização do Colégio Pedro II provocaram um novo protesto da comunidade escolar, o “Para Sempre Federal” (SANTOS *et al*, 2018), organizado por servidores, alunos, ex-alunos e pais, cuja inserção no âmbito estadual poderia descaracterizá-lo ou não possibilitar a oferta do ensino que defendiam como um diferencial.



Figura 10 – Reportagem do Jornal do Brasil do dia 03 de setembro de 1993 sobre o protesto contra a Estadualização do CPII.

(...) E teve um momento grande dentro do colégio onde foi feita uma campanha de não estadualização do Colégio Pedro II. É isso o que te falei. Eu me lembro que quem puxou muito foram os professores do Campus Centro. E nós tivemos um abraço ao colégio, abraçamos muita gente ali na Unidade Centro. Porque diziam que queriam estadualizar o

colégio. (...) E fizeram muita campanha disso. E volta e meia isso vinha. Até o Pedro II entrar na legislação dos institutos federais, essa ameaça sempre ficou pairando (SAYDE, 2020).

Segundo Goldemberg (1993), o movimento de estadualizar as instituições federais poderia acontecer devido a uma descentralização acelerada da União – ao destinar verbas para Estados e Municípios, conforme a Constituição de 1988 – e, por decorrência, o prejuízo à manutenção da sua rede de ensino federal. Embora os jornais da época dissertem sobre a falta de recursos e questionem, inclusive, a qualidade de ensino frente tais dificuldades, não houve indícios nem confirmações de outras instituições federais em risco por causa da retração econômica.

O avanço da descentralização encontrou a União em uma postura defensiva. Ao perder recursos tributários na Constituição e responsabilizar-se integralmente, em um primeiro momento, pela estabilidade econômica, o governo federal procurou transformar a descentralização em um jogo de mero repasse de funções, intitulado à época de “operação desmonte” (ABRUCIO, 2005, p.49).

Conforme Arretche (2002), os governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco foram caracterizados por uma elevada instabilidade ministerial, o que denotava *uma baixa capacidade de iniciativa para adotar reformas, quaisquer que fossem elas* (p. 45). Por isso, o governo de Fernando Henrique Cardoso buscou a sua reestruturação, no entanto, vários serviços e instituições públicos foram entregues à iniciativa privada, o que corroborava para com o temor de ocorrer o mesmo – ou sua cessão ao Estado – com o CPII.

Primeiro, [o CPII] só foi mantido (na Rede Federal) porque tá na Constituição, tem um parágrafo que o Pedro II é nível federal, mas a gente já era um apêndice que já no Governo Fernando Henrique ele tentou passar o Pedro II pro Estado. (...) Uma escola de ensino fundamental e médio, que é da alçada do município e do estado, mas que ‘tava’ sobre o holofote e a manutenção do governo federal. Então a gente corria muito risco de não ter os investimentos que acabou tendo no Colégio também, (...) tinha que assegurar (...) uma condição de permanecer na esfera federal (VILLARDI, 2020).

Ainda assim, o receio do Colégio Pedro II em ser delegado ao Estado desvelava que, após tantas táticas (CERTEAU, 1994) empunhadas em prol de autopreservação institucional – como se tornar uma autarquia ao invés de uma fundação educacional e integrar a rede federal por meio de um artigo na CF de 1988 que o respaldava –, havia muitas incertezas sobre seu vínculo e sua estabilidade na esfera federal, corroborando assim os boatos sobre uma possível estadualização, como podemos observar no seguinte registro.

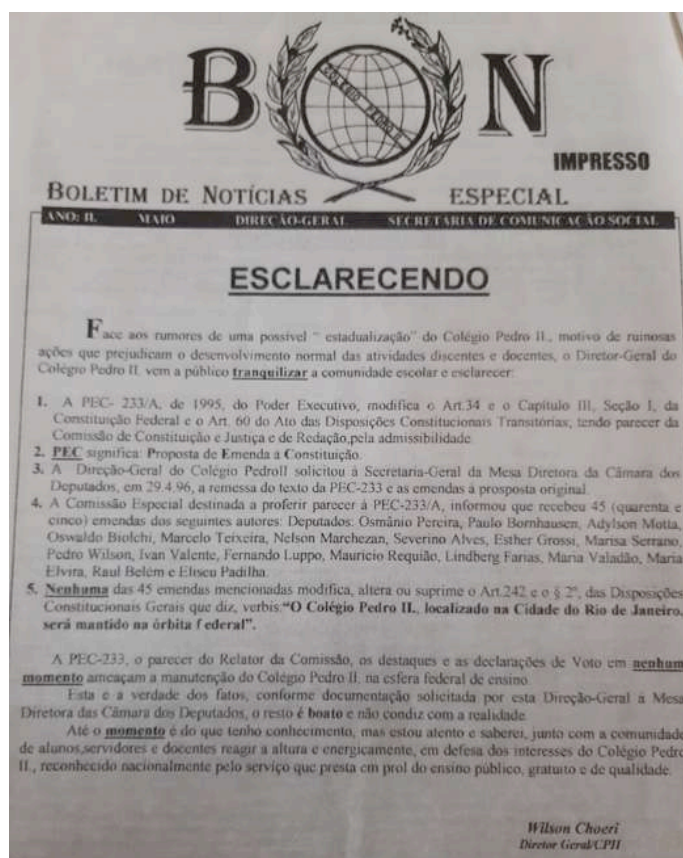


Figura 11 – BON – Boletim de Notícias do CPII de maio de 1995 com a resposta do Diretor Geral sobre um boato de estadualização do CPII (registro feito pela pesquisadora – Arquivo Nudom).

Todavia, as próximas mudanças no panorama educacional brasileiro colocam em questão, novamente, as razões para que o Colégio se mantenha no âmbito federal. Ademais, a LDB nº9394/96 organiza os níveis e as etapas da Educação, colocando em voga os entraves ao acesso na perspectiva da pretendente universalização do Ensino Médio no país. A partir daí, quais seriam os desafios do CPII enquanto instituição padrão?

2.6

O CPEI no governo FHC e o Ensino Médio da LDB nº9394/96

A reforma dos anos 90 surge em um ambiente de crise educacional, onde diversos fatores são reivindicados. Somado aos anseios da política neoliberal instaurada no país e ao envolvimento dos organismos internacionais, a educação passa a ser objeto de discussão e reestruturação e surge como meio capaz de converter a situação vigente e inserir o país no cenário econômico mundial (DAMBROS; MUSSIO, 2014, p. 13).

Neste subcapítulo, procuramos compreender como se deu a oferta do Ensino Médio no CPEI por meio do PGE de 1996 – o último planejado pelo Colégio, que passou a produzir PPPs (Projetos Político-Pedagógicos) no início dos anos 2000 –, bem como a partir da LDB nº 9394/96 – em vista da promulgação da nova legislação educacional do país –, e quais os próximos passos do Colégio Pedro II frente a uma nova reforma escolar que promoveu uma transformação na Educação por meio de diretrizes curriculares que passaram a motivar o debate.

Durante o governo do Fernando Henrique Cardoso, uma reforma educacional para dar forma à Educação básica, principalmente o Ensino Médio, fazia-se necessária. Considerando a descentralização proposta pela CF 1988, bem como a garantia de acesso à Educação, o governo de FHC, a partir de 1995, coloca em pauta a incorporação do MEC à agenda internacional e do setor empresarial a respeito do financiamento e das diretrizes de avaliação para uma reforma educacional.

Neste continente, portanto, as reformas educacionais vão ocorrer sobre forte impacto de diagnósticos, relatórios e receiptários, empregados como paradigmas por essas tecnocracias governamentais, cunhados no âmbito de órgãos multilaterais de financiamento, como as agências do Banco Mundial (BM) – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) –, e de instituições voltados para a cooperação técnica, como o Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo das Nações Unidas para a Infância

(UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outras (SOUZA; FARIA, 2004, p. 947).

Entre as medidas a serem implementadas na Educação durante seu governo, Cardoso (2008) previa a reforma do seu Ministério para agregar uma diminuição de responsabilidades executoras ao MEC, cooperando com demais entes federados, de modo a promover a coordenação e articulação com Estados e municípios.

Ademais, no relatório “Mãos à obra”, em que discorre sobre seu projeto de governo, destaca-se que o Ensino Médio, bem como a Educação básica, não é da competência da União, delegando aos Estados e municípios a oferta e o atendimento da demanda, cabendo à esfera federal a avaliação e os instrumentos necessários⁷¹ para complementar a ação de tais entes.

No entanto, o documento afirma que a prioridade da política educacional no momento buscava promover a universalização de acesso ao 1º grau, buscando a qualidade do atendimento escolar e a garantia de (...) *que as crianças tenham efetivamente a oportunidade de, pelo menos, completar as oito séries do ensino obrigatório. No entanto, não cabe à União a responsabilidade direta pelo Ensino básico* (CARDOSO, 2008, p. 49).

Portanto, pode-se considerar que não se entendia muito bem o motivo do Colégio Pedro II receber um tratamento diferenciado dos demais estabelecimentos de Ensino básico, uma vez que oferecia somente turmas de 1º e 2º graus. Por meio da análise de notícias do Jornal O Globo, bem como de registros produzidos por servidores em obras, como Santos *et al* (2018), pudemos compreender uma postura ambígua do Ministério da Educação – representado por seu Ministro, Paulo Renato de Souza – a respeito da instituição.

Se, por um lado, havia uma postura favorável e atribuindo ao Colégio um papel precursor na construção de uma identidade do Ensino Médio

⁷¹ A política federal, por isso mesmo, consistirá em fornecer estímulos e instrumentos aos estados e municípios para que eles possam desempenhar a tarefa que lhes cabe, que é estabelecer um sistema capaz de atender a todas as crianças em boas escolas públicas (CARDOSO, 2010, p. 49).

brasileiro por sua tradição e história, por outro, comentários do próprio Ministro⁷² apresentavam certa dúvida sobre mantê-lo na esfera federal, vista sua condição de oferta como instituição de ensino. Isto é, embora o CPII estivesse na mais nova Constituição Federal de 1988, novos temores por sua estadualização não estavam descartados.

A atual LDB nº 9394/96 surgiu, inicialmente, de um projeto de lei proposto pelo Deputado Octavio Elisio⁷³ (ainda em 1988) passando por uma tramitação movimentada (PILETTI & PILETTI, 2016) no Congresso até sua aprovação, ora pelos conflitos entre a Educação pública e grupos da Educação privada⁷⁴, ora devido ao panorama político à época do início do processo pelo *impeachment* do Presidente Collor.

Após uma tensa tramitação em que debates pela definição do Sistema Nacional de Educação desvelavam conflitos entre partidos de direita e de esquerda, além da apresentação e votação de relatórios da Comissão de Educação, bem como outros relatórios e projetos de lei propostos por deputados e senadores, somente em 1996, quando Darcy Ribeiro esteve à frente como relator do PL (Projeto de Lei), que a lei fora promulgada com apoio do próprio MEC.

Na 50ª legislatura, a situação da LDB altera-se quando o senador Darcy Ribeiro (PDT/RJ) como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, rejeita em seu parecer o PL nº 101/93, argumentando inconstitucionalidades e apresenta o seu substitutivo ao projeto, que teve o apoio explícito do governo, por intermédio do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Após a apresentação de várias versões, o substitutivo é aprovado pela referida Comissão e pela

⁷² Conferir Figura 12A na página 124.

⁷³ Projeto de Lei nº1258, apresentado em 28 de novembro de 1988 pelo Deputado Octavio Elisio (PSDB/MG) de modo a assegurar o cumprimento dos artigos 205º, 206º, 207º, 208º, 209º, 210º, 211º, 212º, 213º, 214º da CF 1988, bem como o artigo 60º das Disposições Constitucionais Transitórias. Ficha de Tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=189757>. Acesso em: 28 nov. 2020.

⁷⁴ O embate político se coloca entre o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB (FNDEP) formado por 26 entidades (científicas, sindicais e estudantis, de especialistas de educação, de secretários estaduais de educação e de dirigentes municipais de educação) e as entidades que representam o ensino privado, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN), do lado do grupo empresarial, e do lado do grupo confessional, a Associação de Educação Católica (AEC), congregando escolas e professores do ensino fundamental e médio e a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC), congregando educadores e escolas superiores católicas (OLIVEIRA, 2002, p. 1).

Comissão de Educação e, finalmente, no plenário é aprovado em 8.2.96, com 92 artigos (Parecer nº 30/96) e, em 29.2.96 sua redação final (Parecer nº 72/96). Ao retornar à Câmara dos Deputados o projeto, após 10 meses sem discussão, é aprovado em plenário no dia 17.12.96. Em 20.12.96 é sancionada, sem vetos pelo presidente da república, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) (OLIVEIRA, 2002, p.9).

Considerando que a última LDB que havia sido promulgada foi a de 1961, o último PGE do Colégio Pedro II (do mesmo ano) ainda não incorporava características do novo Ensino Médio em seu planejamento, uma vez que a promulgação da LDB nº 9394/96 ocorre somente no dia 20 de dezembro de 1996, cabendo o cumprimento da nova legislação educacional pelas instituições de ensino a partir de 1997.

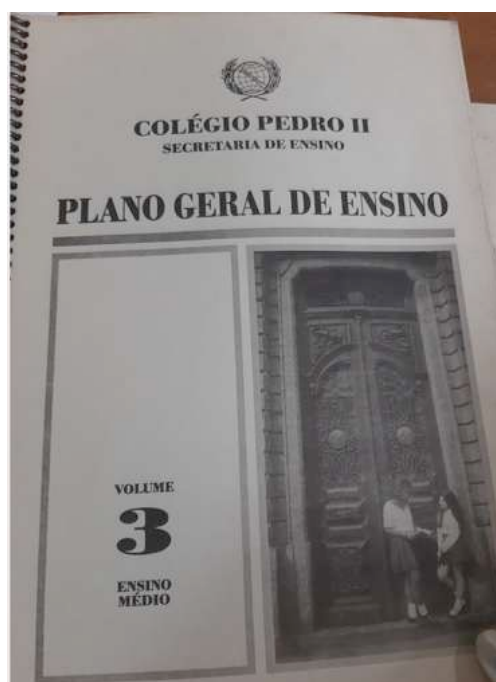


Figura 12 – Capa do último PGE do Colégio Pedro II de 1996 (registro feito pela pesquisadora – Arquivo NUDOM).

Impõe-se ao Colégio movimentar sua infraestrutura e, através de um planejamento curricular, horário de atividades e calendário racionais, associados a essas novas técnicas pedagógicas, possibilitar o melhor rendimento do aluno e permitir-lhe, no decorrer do processo educativo, alternar a assimilação e a fixação da aprendizagem. Não é mais aconselhável o tipo de aula totalmente expositiva em que o aluno seja mero ouvinte. Já ninguém pode concentrar a atenção, por longo tempo,

em aprendizagem passiva. O objetivo de um sistema educacional é a formação de cidadãos responsáveis (COLÉGIO PEDRO II, 1996, p. 3).

Na introdução do PGE de 1996, estabelece-se um ensino movido por uma pedagogia dinâmica na qual se compreende que a formação geral na Educação básica colabora para um melhor desenvolvimento da profissionalização ou da vida acadêmica. Portanto, objetivava-se uma formação geral que pode ser (ou não) articulada/integrada à politécnica.

Seu plano curricular elenca a quebra do compartimento de disciplinas com a proposta de um ensino interdisciplinar adequado às necessidades da sociedade. Colocada em pauta desde 1995 por meio de reuniões com Chefes de Setores e de Departamentos, Direções das Unidades Escolares e Coordenações Pedagógicas, a interdisciplinaridade surge como um projeto institucional a ser desenvolvido no âmbito pedagógico e administrativo do Colégio.

GRADE CURRICULAR
Ensino Médio Regular

Nº	DISCIPLINAS	SEMANTAL			ANUAL			TOTAL
		1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	
NÚCLEO COMUM								
1	Português e Literatura	05	05	05	170	170	170	510
2	Língua Estrangeira	03	03	03	090	090	090	270
2.A	Inglês							
2.B	Francês ou							
2.C	Espanhol							
3	Educação Física	02	02	02	66	66	66	198
4	História	03	03	03	090	090	090	270
5	Geografia	03	03	03	090	090	090	270
6	Matemática	04	04	04	132	132	132	396
7	Biologia	04	04	04	132	132	132	396
8	Física	04	04	04	132	132	132	396
9	Química	04	04	04	132	132	132	396
TOTAL PARCIAL		32	32	36	1088	1088	1088	3264
ENRIQUECIMENTO								
10	Desenho	03	03	-	090	090	-	180
11	Filosofia	02	02	-	66	66	-	132
12	Sociologia	-	-	03	-	-	090	090
TOTAL		37	37	39	1298	1298	1190	3796
OPTATIVAS								
13	Alemão							

A grade curricular oferecida supera as exigências legais, sobretudo em Português e Literatura, que somam uma carga semanal de cinco tempos, e nas Ciências Exatas, que ministram 12 horas-aula em Matemática, Física e Química, sendo a carga de Biologia também idêntica.

O currículo médio é enriquecido com Desenho Geométrico e Filosofia, nas duas primeiras séries, e com Sociologia na 3ª série e, a partir de 1997, também na 2ª.

O Colégio oferece ainda disciplinas optativas, como o Alemão.

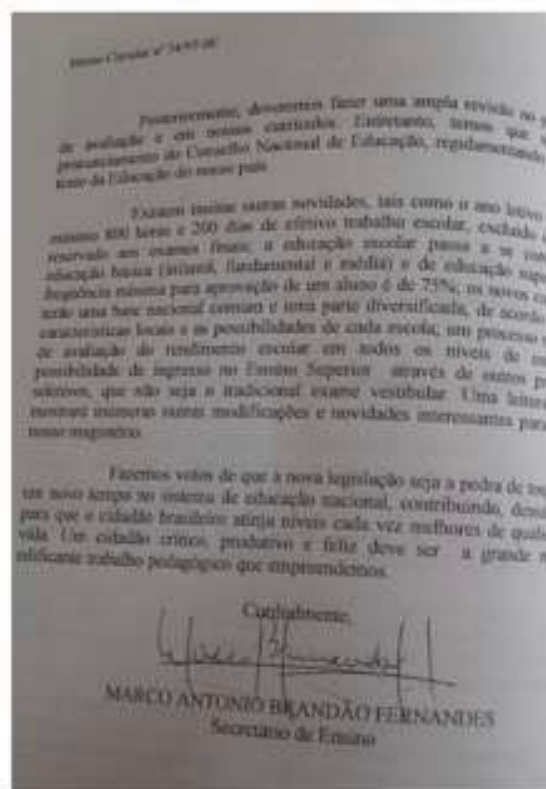
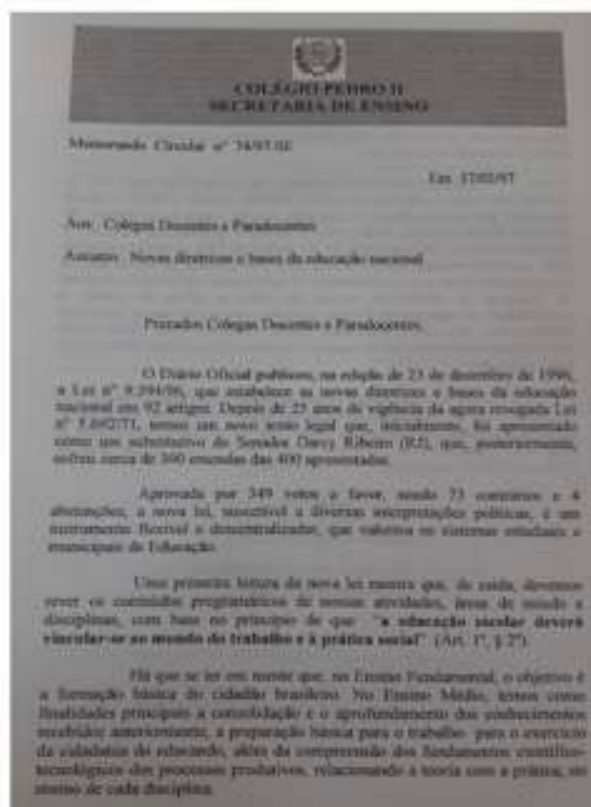
XXXI

Figura 13 – Grade do Ensino Médio, 31ª página do PGE de 1996 (registro feito pela pesquisadora – Arquivo NUDOM).

No entanto, o documento frisa quanto ao currículo que não se trata de um “pacote” curricular interdisciplinar, e sim de um processo contínuo de

trabalho coletivo, cuja sustentação maior se dá pelo engajamento em sua construção. Isso denota uma busca por uma educação mais democrática e alinhada à nova LDB, embora o PGE de 1996 tenha sido publicado antes de dezembro daquele ano.

A última edição do PGE data de 1996, o documento foi elaborado em três volumes: vol. 1 - Ensino Fundamental 1º Segmento, vol. 2 - Ensino Fundamental 2º Segmento e vol. 3 - Ensino Médio. "[...] o Colégio Pedro II procura se instrumentalizar na interdisciplinaridade, na avaliação e na revisão curricular, preparando-se não somente para reforma do MEC e o Congresso Nacional organizam o ano vindouro, mas também para a Educação que o novo milênio exigirá (SALGADO *et al*, 2016, p. 6).



Figuras 14A e 14B – Memorando Circular nº74/97 da Secretaria de Ensino do CPII ao Corpo Docente sobre a nova LDB (registro feito pela pesquisadora – Arquivo NUDOM – Pasta 99).

Nessa primeira circular, a Secretaria de Ensino do Colégio informa ao corpo docente sobre a promulgação da LDB e como as diretrizes e bases da Educação trouxeram novidades, especialmente ao Ensino Médio que não

passava por uma reforma desde a Lei nº 5692/71 (na qual o 2º grau se tornou compulsoriamente profissionalizante).

Contudo, o Ensino Médio passa a ser compreendido como um aprofundamento dos conteúdos do Ensino Fundamental e da formação básica do cidadão, vinculando a teoria à prática, tal como o mundo do trabalho à prática social e, portanto, nesse documento já se coloca a possibilidade de discussões sobre as mudanças curriculares.

Por meio do Aviso nº 307, de 7 de julho de 1997, o MEC encaminhou uma proposta de diretrizes curriculares para deliberação na Câmara da Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), em conformidade à Lei nº 9394/96. Em consequência desse aviso, o debate acerca da proposta foi fomentado, o que levou o CPEI a elaborar o documento “Propostas de Regulamentação da Base Curricular Nacional e de Organização do Ensino Médio” em 1997.

Esse documento retoma a intenção de se estabelecer uma diretriz para o trabalho pedagógico na instituição em conformidade com as propostas do MEC e por meio de uma ampla revisão da nova legislação. O grande destaque para esse novo Ensino Médio está para a criação de uma base comum – na qual se destaca o ensino de Sociologia e Filosofia – e a oferta de uma parte diversificada de acordo com a comunidade escolar, além do destaque para o ensino profissionalizante.

Como referência para as mudanças que se propõe, é necessário caracterizar o quadro do Ensino Médio no país. No período compreendido entre 1985 e 1994 foi este o nível de ensino em que constatou a maior taxa de crescimento – 68,2%. (...) O crescimento, de matrículas no Ensino Médio, entretanto, ainda não permitiu que superássemos o reduzido índice de 16,6% de jovens, na faixa etária de 16 a 19 anos, com acesso à escola (...). Os dados revelam ainda que diminuem as taxas de evasão no Ensino Médio entre 1991 e 1992 em todas as três séries, porém cresce a repetência (COLÉGIO PEDRO II, 1997, p.9).

Considerando esse panorama acerca das dificuldades de matrícula e formação de alunos no Ensino Médio em todo o país, o estudo da nova LDB

aponta para uma proposta que objetiva estabelecer uma identidade coerente às transformações tecnológicas, entre outras demandas da sociedade.

Assim, corroborando para que as transformações no mundo do trabalho se alinhem a uma formação educacional, que possibilite a terminalidade dos estudos da Educação básica e tendo a profissionalização como uma das opções, bem como o ingresso à universidade para a progressão dos estudos no Ensino Superior.

No ano seguinte, no Painele “A Reforma e as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio”, que aconteceu na DEMEC/RJ (Delegacia Regional do Ministério da Educação – Rio de Janeiro) no dia 25 de agosto de 1998, no qual se discutiu o novo Ensino Médio, fizeram-se presentes as Professoras Silvia Becher e Angela Cruz como representantes do CPEI.

Através da síntese elaborada pelas professoras, podemos compreender que as Diretrizes Curriculares tinham como proposta dar uma identidade ao Ensino Médio sem engessar essa estrutura, isto é, possibilitar sua diversificação dentro da própria escola respeitando seu desenho curricular e perfil do corpo discente.

Para construir um Ensino Médio orgânico, articulado, de caráter universal e geral, faz-se necessário mesclar a formação de competências básicas à preparação para o mercado de trabalho, de modo a promover a importância de se concluir esse segmento da Educação básica para sua formação cidadã. Portanto, a avaliação proposta pela LDB e pelas Diretrizes discutidas considerava habilidades e competências do discente – o que se seguiu, posteriormente, como proposta para o Enem (Exame Nacional de Ensino Médio) a partir de 1999 e para concursos vestibulares de acesso à universidade pública.

Podemos assim intuir que o Colégio Pedro II se fez presente nas discussões sobre esse novo Ensino Médio e encontrou nele algumas de suas empreitadas, como a democratização da instituição e a preservação de sua autonomia. No entanto, cabe ressaltar que, embora muito destacado por seu ensino, o Colégio passou por dificuldades durante o governo FHC pelos cortes

de verbas direcionadas à Educação e ao seu servidor, além das ameaças e dos boatos constantes de sua estadualização.

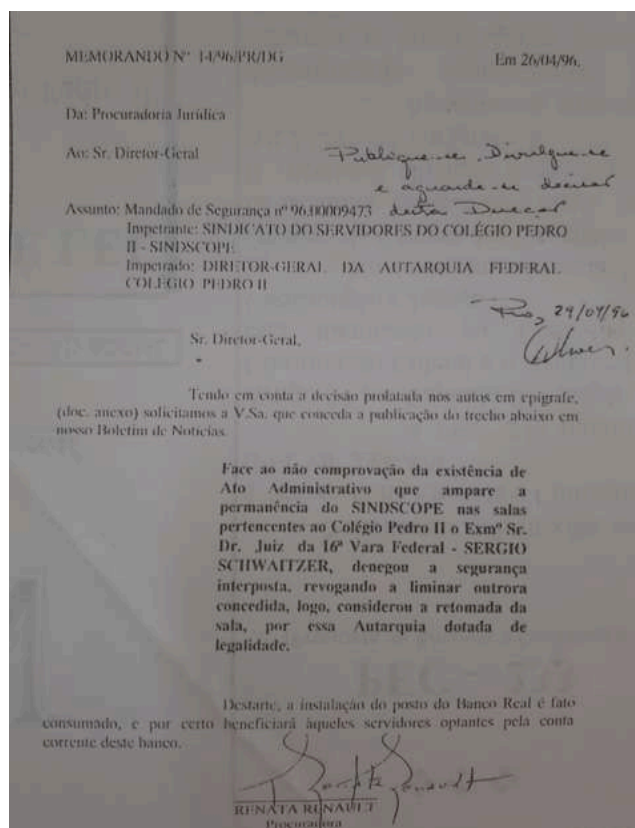


Figura 15 – Memorando 14/96 da Procuradoria Geral ao Diretor Geral do CPII publicado no BON de maio de 1996 (registro feito pela pesquisadora – Arquivo Nudom).

Todavia, cabe destacar que o associativismo⁷⁵ – ainda que em um cenário desfavorável para o servidor de instituição pública – passava por complicações e pontos de tensão, principalmente, por parte do sindicato SINDSCOPE, que chega a ser convidado a se retirar do seu local de sede na unidade de São Cristóvão por meio de ação legal.

Outro ponto a ser considerado está na fala de Marques (2020), na qual representa como estava a participação sindical nesse contexto. Se, por um lado, a LDB trazia relevância à democracia nas instituições de ensino, de modo a

⁷⁵ (...) a experiência dos movimentos sociais está inextricavelmente ligada à expressão pública de um conflito social. A ação coletiva não somente se orienta para o trato de problemas coletivos, para corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais; ela o faz identificando alvos para os esforços coletivos, especificamente articulados em termos sociais ou políticos (DIANI & BISON, 2010, p. 221).

promover maior autonomia, por outro, os sindicatos e as associações – que tinham permissão para funcionar desde a redemocratização – tinham pouco alcance nas decisões governamentais, isto é, pouco poder de discussão e reivindicação junto ao governo FHC.

Pra te dizer, na época nós passamos 8 anos de Governo FHC, muito ruim por sinal pro servidor público, nesses 8 anos não teve sequer 1% de aumento. Nessas mesas realmente pra valer, não só os GTs (Grupos de Trabalho) que às vezes tinha no Governo Fernando Henrique, o sindicato passou a ter peso, passou a ter voz, passou a ser ouvido. Isso foi com a introdução da gestão do Lula. E aí houve um peso maior dos sindicatos, tantos que a gente passou... não é que a gente não tivesse antes, até que tinha, mas principalmente pra negociação de política salarial, era ali que o sindicato era chamado. E com o advento do Governo Lula, a gente passou a ter... a ser ouvido também em outras áreas, como por exemplo, na implementação da rede como um todo, na expansão da rede, na discussão da carreira dos técnicos, na discussão da carreira dos docentes. E aí tanto nós quanto antes passamos a ter voz ativa e a discutir dentro de mesas que poderíamos até não ter a maior autoridade na mesa, mas estariam ali pessoas representativas e de peso, pelo menos o secretário executivo estaria ali. E sempre que se fechava qualquer tipo de negociação, invariavelmente o Haddad se fazia presente também (MARQUES, 2020).

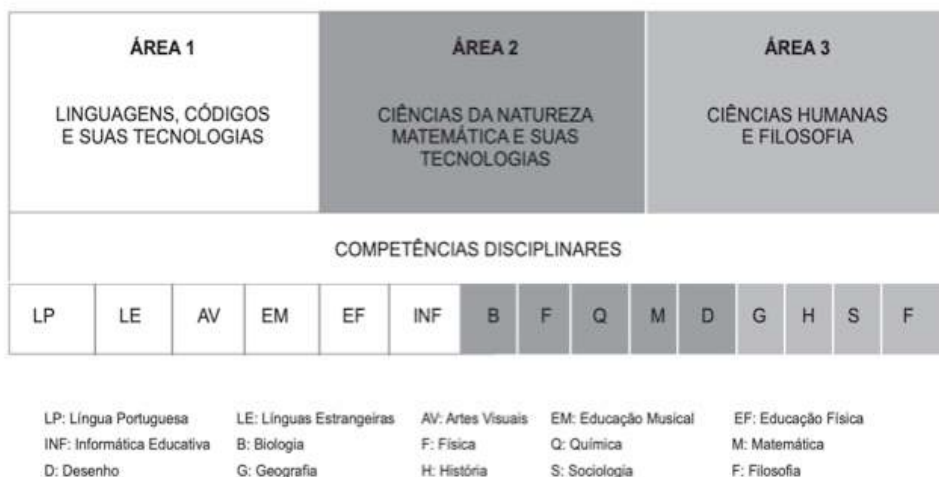


Figura 16 – Organização das áreas e competências disciplinares do Ensino Médio (PPP – 2000)

Com a reforma que a LDB trouxe ao Ensino Médio, um novo planejamento foi traçado para 2000: o primeiro Projeto Político Pedagógico da instituição que veio a substituir os Planos Gerais de Ensino. Nesse documento,

o Colégio apresenta seu planejamento metodológico e pedagógico, considerando uma principal questão: “Que alunos queremos formar?”⁷⁶”

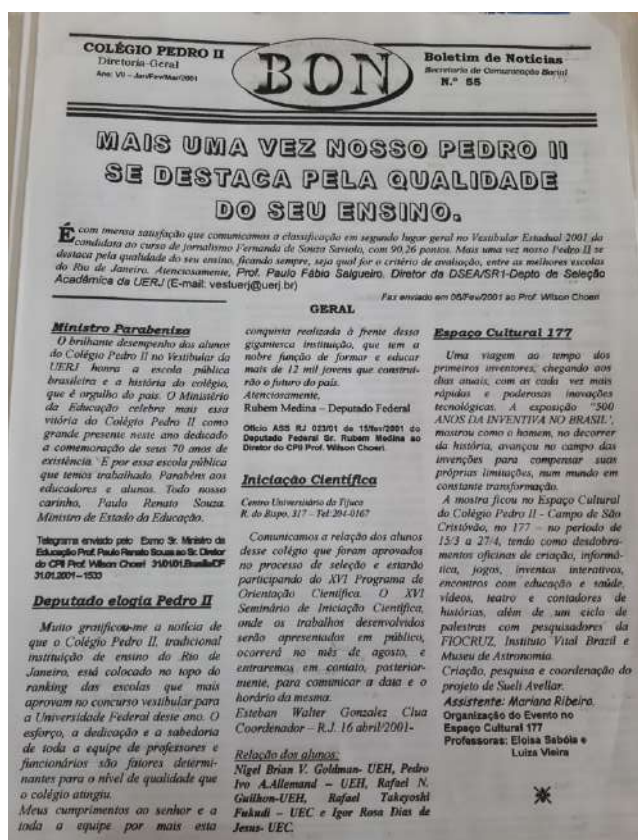


Figura 17 – Destaque do CPII por seus resultados publicados no BON, nº55, de Jan/fev/março de 2001 (registro feito pela pesquisadora – Arquivo Nudom).

Considerando os Convênios e Projetos⁷⁷ que o Colégio Pedro II oferece aos alunos de Ensino Médio nos anos 2000, bem como a grade de competências curriculares e as possibilidades de prática científica e profissional alinhadas à formação geral, além dos elogios encaminhados à instituição, colocam em destaque o termo *democratização*, um dos princípios do movimento expansionista do início do século XXI, como veremos nos capítulos

⁷⁶ O efetivo discente, em 2000, foi de 12.327 alunos, sendo 4.811 do ensino médio. No ensino médio, além das disciplinas regulares, são oferecidas aulas de Sociologia, Filosofia, Desenho, Espanhol e Arte. Como atividades extracurriculares, desenvolvem-se Alemão, Teatro, Dança, Coral e Introdução à Informática. O CP II implantou o Ensino Técnico em Informática e o Pós-Secundário, também nessa área. Ambos funcionam no 3º turno das UEs de São Cristóvão III e Engenho Novo II. Por suas características tão peculiares e por ministrar ensino público de qualidade, o CP II torna-se altamente disputado pelas famílias de crianças e jovens de diversas localidades da cidade do Rio de Janeiro e, até mesmo, de municípios vizinhos (COLÉGIO PEDRO II, 2000, p. 33 e 34).

⁷⁷ Os Convênios e Projetos oferecidos aos alunos de Ensino Médio estão explicitados na tabela do Anexo V.

seguintes. A LDB 9394/96 expressa a importância da educação básica e destaca o Ensino Médio como etapa final deste nível.

Ao longo deste capítulo, compreendemos que as reformas escolares recorrentes desvencilham como as ressignificações do Ensino Médio reverberam de modo contido no interior do Colégio se comparadas às negociações em busca da sua preservação institucional, reafirmando seu programa institucional de colégio de excelência e tradição no Ensino Médio.

Ademais, é importante destacar como o associativismo e os grêmios estudantis ressurgem no CPII após a redemocratização do país, o que leva à inserção do Pedro II em movimentos de reivindicação e de greve geral, buscando melhores condições para o funcionalismo público e a sua permanência de sua condição federal, como acontecera no início dos Anos 1990. Porém, este avanço não criou oportunidades imediatas e iguais de participação na escolha de gestores, com a exclusão dos discentes nestas votações, mesmo que tivessem a idade mínima para obter título de eleitor e participarem de eleições fora dos muros da escola. Portanto, “democratizar” ainda seria um verbo a ser muito conjugado pelo Colégio, nos anos seguintes.

Todavia, o *lobby* de ex-alunos constituintes a favor da manutenção federal do Colégio Pedro II, expressa na Constituição de 1988, nos leva a refletir como o sentimento de pertencimento a esta comunidade escolar corrobora para que, mesmo em contextos de crise institucional e política, o Colégio encontre mecanismo, ou seja, táticas para sobreviver a tantas reformas educacionais. Além disso, concluímos que a oportunidade para se colocar como um colégio padrão à Educação básica ressoa como uma questão relevante para a instituição e para a garantia de sua estabilidade institucional.

3. Expandir para conquistar: movimentos expansionistas do Colégio Pedro II

Neste capítulo objetivamos discutir o federalismo e os acordos federativos – bem como os arranjos entre o Colégio e os entes federados diferentes (União, Estado e Município) – para a ampliação da Rede Federal brasileira. Isto é, hipoteticamente, viabiliza a criação das novas unidades de ensino do CPII: Realengo (2004), Niterói (2006) e Duque de Caxias (2007).

Ademais, procuramos compreender, através das entrevistas realizadas com gestores do período da expansão, como se deu esse movimento no CPII pela análise interpretativa das vivências rememoradas desses gestores e dos registros documentais do período.

Propomos essa reflexão tendo em vista que o MEC de meados dos anos 2000 se caracteriza por um ministério pró-oferta e interiorização do Ensino Médio e, conseqüentemente, na modificação inerente da Rede Federal de ensino, que passa a ser composta também por Institutos Federais (Lei nº11892, de 29 de dezembro de 2008), na qual o Colégio Pedro II, posteriormente, também fora incluído.

O Colégio Pedro II já passou por três ciclos de expansão, no entanto não se tratava apenas de expandir o Colégio e suas dependências, e sim de conquistar outros territórios e democratizar a instituição pelas vias da expansão, promovendo a ampliação de sua atuação no Estado do Rio de Janeiro, por sua chegada a dois novos municípios da Região Metropolitana, que se encontram em núcleos nunca antes atendidos diretamente pelo Colégio.

Assim, impulsionado por razões próprias, que, posteriormente, corrobora com a interiorização da Educação Básica e Superior durante o governo Lula (2003 a 2010), o colégio inaugura as unidades de Realengo (2004), Niterói (2006) e Duque de Caxias (2007).

Considerando a tradição do Colégio que remonta à oferta do Ensino Secundário e que os novos *campi* se iniciam com turmas fundadoras de Ensino Médio, propomos a discussão acerca da expansão do Colégio nos anos 2000 à luz dos arranjos de implementação (PIRES, 2016) necessários entre entes federados diferentes para viabilizar caminhos à expansão do Ensino Médio e da instituição.

3.1 Movimentos expansionistas do CPII

De acordo com Halac (2011) e com o site da instituição⁷⁸, o Colégio Pedro II teve três ciclos de expansão de meados do século XX ao início do século XXI. A primeira expansão deu-se pela criação de três seções escolares (Norte, Sul e Tijuca) na década de 1950.

Santos *et al* (2018) considera que esse momento foi fomentado pela reconfiguração administrativa da instituição, iniciada nos anos 1940 devido a intervenções diretas do Estado na educação, com as Reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942).

Conforme sua pesquisa, a participação de professores do Colégio nessas reformas pode ter contribuído para que o ensino secundário do Colégio Pedro II não tivesse alterações maiores em seu currículo após a promulgação das leis. Junto às reformas educacionais, cresciam movimentos internos em busca de autonomia institucional de modo a se proteger das ameaças de municipalização, tal como ocorrera em 1934. Outro aspecto importante que deve ser destacado aqui é que a própria criação do Ministério da Educação, na década de 1930, representou uma grande perda de poder do Colégio, que antes regulamentava o ensino secundário.

Com a efetivação dos Decretos-Lei nº 20522, de 24 de janeiro de 1946, e nº 27279, de 30 de setembro de 1949, o Colégio pode empreender sua expansão territorial pela desapropriação e incorporação de imóveis ao seu

⁷⁸ Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/component/content/article/83-cpii/1633-expans%C3%A3o-do-cpii.html>. Acesso em: 30 jul. 2020.

patrimônio. Isso permitiu a ampliação de suas instalações do Externato, o que corroborou para a inauguração das seções Norte (criada em 1952, atualmente, *Campus Engenho novo*) e Sul (criada em 1952, atualmente, *Campus Humaitá*), bem como o Anexo Tijuca (criado em 1957, foi transformado em seção pelo Decreto nº 632, de 27 de fevereiro de 1962, atualmente, *Campus II da Tijuca*).

Esse primeiro ciclo de expansão do século XX teve a duração de cerca de dez anos (isto é, até meados dos anos 1960) com a conclusão das obras do novo prédio do Internato e das obras de expansão do Externato. Coelho e Soares (2020) destacam que a criação das três seções do Externato (Norte, Sul e Tijuca) impactou no número de matrículas – de 3.556 alunos em 1945 a 10.269, em 1960 –, tal como na procura pelo exame de admissão. Além disso, o Colégio passou a trabalhar em três turnos por conta do aumento expressivo de alunos.

Os princípios que nortearam esse primeiro ciclo de expansão foram: a autonomia pedagógica e administrativa para o Colégio Pedro II, a reestruturação jurídica e administrativa, além da expansão do seu patrimônio e território na cidade do Rio de Janeiro – cuja maioria de estabelecimentos de Ensino Secundário se concentrava nas regiões da Zona Sul e do Centro.

As demandas de moradores pela construção de escolas que atendessem outras regiões da cidade, bem como a dificuldade de alunos que residiam longe da região central em se locomover, podem ser compreendidos como fatores para a escolha dos bairros onde a expansão aconteceria. Em 1969, com o Decreto-Lei nº 419, de 10 de janeiro de 1969, o regime de Internato foi descontinuado, transformando o Internato que funcionava em São Cristóvão em Externato Frei de Guadalupe.

Art. 1º O artigo 3º do Decreto-Lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação: O Colégio Pedro II terá como sede e foro a cidade do Rio de Janeiro e é constituído de duas unidades:
1- Externato Bernardo de Vasconcelos;
2- Externato Frei de Guadalupe".

Art. 2º Ao atual externato do Colégio Pedro II, que passará a denominar-se Externato Bernardo de Vasconcelos, ficarão subordinadas as Seções Sul e Tijuca.

Art. 3º Ao atual internato do Colégio Pedro II, que passará a denominar-se Externato Frei de Guadalupe, será subordinada a Seção

Norte.

Art. 4º Nos Externatos Bernardo de Vasconcelos e Frei de Guadalupe será ministrado curso de ciclo colegial; e nas Secções, o ensino do ciclo ginásial (BRASIL/MEC, 1969).

Em seguida, na década de 1980, devido ao esvaziamento de alunos no Colégio pelas modificações impostas pela reforma educacional do 2º grau (atual Ensino Médio) com a compulsória profissionalização sustentada pela Lei nº 5692/71, o Colégio assinou um convênio com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro para solucionar a crise de falta de alunos no segundo segmento do 1º grau, iniciando turmas de 5ª série (atual 6º Ano do Ensino Fundamental) com alunos que se destacavam nas escolas municipais cariocas.

Também conhecido como uma ação de “Seleção para prosseguimento de estudos no CPII” (SANTOS *et al*, 2018. p. 107) a fim de impulsionar o Colégio como escola de educação básica de massa, mais uma vez, com o aumento de matrículas,

(...) impunha-se imediatamente colocar os professores ociosos ministrando aulas. Teve-se também o cuidado de acrescer significativamente a carga curricular semanal das múltiplas disciplinas a serem ministradas, passando de 20h para 32h ou 36h semanais. O Colégio voltou a funcionar em três turnos das 7 às 22horas. (...) Os alunos vindos das Escolas Municipais passaram durante seis meses tendo aulas de revisão de conteúdo, em Aritmética e Português, para não terem quaisquer dificuldades e se permitir-lhes acompanhar as aulas sem dificuldade (VIEIRA *et al*, 2013, p. 107).

Problemas com o convênio⁷⁹ levaram o Diretor Geral a autorizar “o primeiro segmento completo”, tendo como meta aumentar a duração do 1º grau para nove anos, sem autorização prévia do MEC. Por conseguinte, resolve iniciar seu segundo ciclo de expansões com a inauguração de unidades voltadas

⁷⁹ Foram realizadas denúncias acerca do Convênio sobre indicações de políticos e pressões a diretores e Secretaria Municipal de Educação para que listas fossem elaboradas de modo a atender sua clientela eleitoral (conforme VIEIRA *et al*, 2013; SANTOS *et al*, 2018).

para as séries iniciais do 1º grau. E assim, acontecera o segundo ciclo expansionista do Colégio.

Dessa vez, focado em ampliar a oferta de etapas de Educação básica com a criação das unidades de primeiro segmento (Anos Iniciais) do Ensino Fundamental – conhecidas popularmente como “Pedrinhos”⁸⁰ – devido à reforma educacional da lei nº 5692/71. A criação de cada unidade se sucede por ano: São Cristóvão (1984), Humaitá (1985), Engenho Novo (1986) e Tijuca (1987).

Posteriormente, nos anos 2000, autoridades do Executivo e do Legislativo, além do movimento de associações de moradores de Realengo (SANTOS *et al*, 2018), procuram o Colégio Pedro II solicitando atendimento a seu bairro/município. Esses anseios se alinharam, mais tarde, aos ideais federalistas do Governo Lula e à proposta de interiorização da Educação Básica – especificamente a nível de Ensino Médio –, assim como a outros interesses pela possível ampliação do Colégio, culminaram na criação das unidades de Realengo (2004), Niterói (2006) e Duque de Caxias (2007).

Todavia, o que teria impulsionado o Colégio Pedro II em ampliar seu número de unidades e a atender aos pedidos da comunidade e dos políticos antes mesmo de uma política expansionista do Ensino Médio proveniente do MEC? Como o CPII definiu que esse seria o momento ideal para expandir?

3.2 Federalismo⁸¹ e o Ensino Médio nos Anos 2000

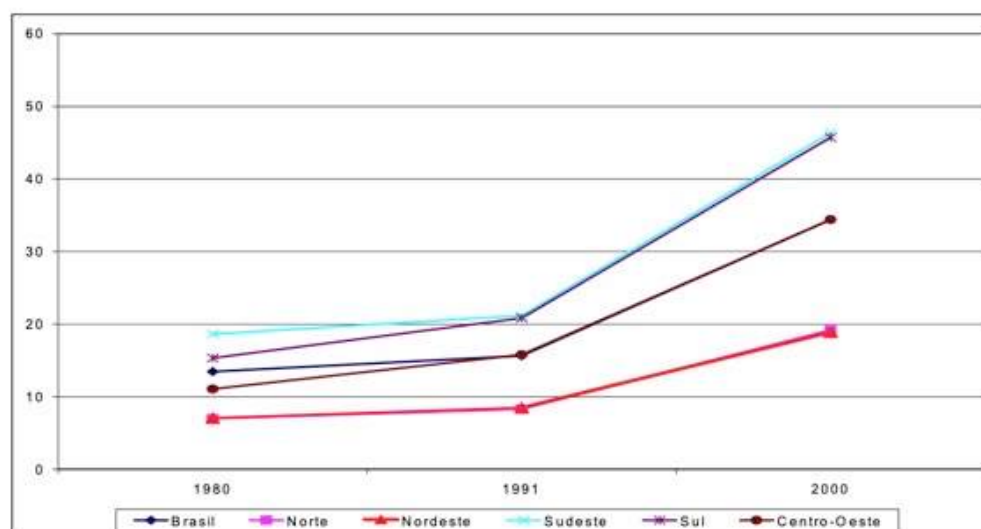
Segundo dados coletados nos Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1980 até o início dos anos

⁸⁰ Para mais informações sobre as unidades de Ensino Fundamental I (Anos Iniciais), os “Pedrinhos”, recomenda-se a leitura de Carvalho (2012).

⁸¹ Segundo Abrucio & Franzese (2007), trata-se de um processo de descentralização de poder viabilizado pelo princípio de autonomia, gerando interdependência entre as partes, resultando numa divisão de funções e poderes entre os níveis de governo (União, Estados e Municípios). No caso da Educação, podemos citar o FUNDEF e o FUNDEB como políticas de Federalismo, bem como projetos e ações coordenadas entre níveis de governo de modo a garantir o atendimento à população.

2000, de acordo com o Gráfico 3⁸² (que se encontra abaixo), o acesso ao Ensino Médio está em um movimento crescente no Brasil (bem como em suas regiões).

Gráfico 4 – Taxa líquida de escolarização (Brasil e suas regiões), de 1980 a 2000.
Dados do Censo Demográfico do IBGE (1980, 1991, 2000).



No entanto, caracteriza-se como uma ascensão muito lenta durante os anos 1980 e 1990, alcançando menos de 50% de escolarização nessa etapa de ensino. Ao contrário do Ensino Fundamental, cujo aumento no número de matrículas se concentra nas décadas de 1970 e 1980 nas primeiras séries e, na década de 1990, nas séries finais (DURHAM, 2010), conforme o gráfico abaixo, que apresenta a evolução do número de matrículas de 1970 a 2007⁸³.

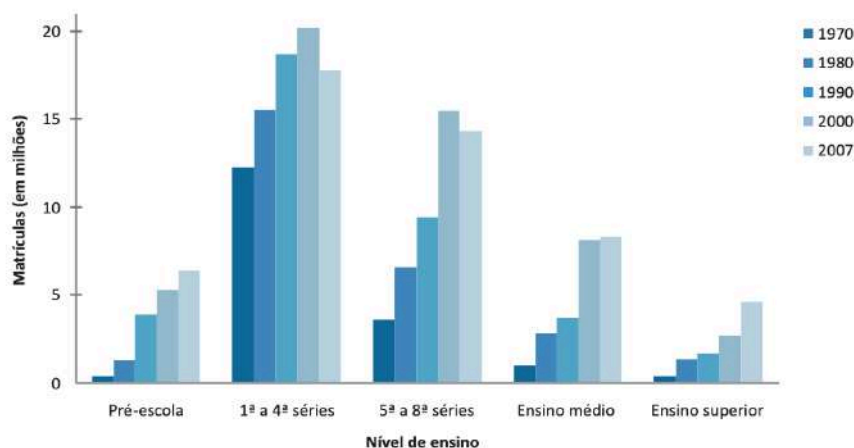
Por conseguinte, compreende-se que o Ensino Médio brasileiro tem uma trajetória complexa e de desigualdades no acesso e em sua oferta e, além de não ter sido expressivamente incluído como uma etapa obrigatória da Educação básica até o texto da LDB nº 9394/96, conforme Perez (1999), o crescimento no número de matrículas cursando o Ensino Médio depende de um trabalho intensivo pelo aumento de escolarização no Ensino Fundamental, uma

⁸² Gráfico extraído de RIOS-NETO (2005, p.22). Disponível em: <http://www.ernestoamaral.com/docs/IndSoc/biblio/relatorioINEP-CEDEPLAR.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

⁸³ Gráfico elaborado pela Fundação Lemann e publicado em seu Relatório “Saindo da Inércia – Boletim da Educação no Brasil” (2009).

vez que a conclusão dos anos finais viabiliza o prosseguimento nos estudos (DURHAM, 2010).

Gráfico 5 – Evolução do número de matrículas, de 1970 a 2007.



Portanto, o termo *universalização*, quando relacionado à educação básica até meados dos anos 1990, frisava o Ensino Fundamental e, em especial, a alfabetização. Até nossa atual LDB ser promulgada, o Ensino Médio se encontrava em situação de exclusão, passando por reformas aos moldes do mercado, sem políticas de extensão de acesso à população e sem incentivo a seu acesso.

A partir de ações e programas voltados para promover o acesso ao Ensino Médio, bem como a produção de parâmetros e diretrizes curriculares ao final dessa década, a taxa de escolarização ascende no início dos anos 2000, alcançando uma média de cerca de 70% da população de sua faixa etária (15 a 17 anos) no Brasil. Esse resultado também pode ser compreendido pela crescente oferta de matrículas no Ensino Fundamental no período anterior, correspondente aos anos 1990.

Durante o governo Lula, a educação se preocupou com a qualificação de mão-de-obra por vias do Ensino Médio regular e técnico, além do Ensino Superior. Com vistas a isso e ao protagonismo juvenil como demanda desse momento, vários programas incentivaram e procuraram substanciar e facilitar

o acesso e a democratização ao Ensino Médio e ao Ensino Superior. Portanto, entre os programas voltados para o Ensino Médio no início do século XXI, o Relatório Todos pela Educação (2000 a 2015) destaca os seguintes⁸⁴:

- Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio;
- Formação Continuada dos Professores do Ensino Médio;
- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja);
- Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI;
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), entre outros.

Quanto ao Ensino Médio, a preocupação por sua expansão regular e profissionalizante motivou a abertura de novas instituições tendo em vista sua interiorização, bem como a criação de leis sobre a etapa de ensino, não apenas para sua garantia de acesso como também a respeito de sua identidade. Com o Decreto Federal nº 5154/2004, fica estabelecido que a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio deve ser realizada de forma integrada, concomitante ou subsequente.

Em 2008, são criados os Institutos Federais (IFs) por meio da Lei nº 11892, o que permite uma interiorização em maior alcance de cursos superiores e de nível médio pelo país. Como a legislação fora um meio de reorganizar a Rede Federal de Ensino, o Colégio Pedro II foi incluído nessa lei e equiparado aos Institutos Federais, embora já reconhecido desde a Constituição de 1988 como uma autarquia pertencente à esfera federal.

A expansão do acesso ao Ensino Médio em nosso país é algo muito recente, simbolizada pela Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009, que garante o acesso gratuito e público de todos os interessados em cursá-lo. Além disso, posteriormente, é assegurada a obrigatoriedade da Educação Básica dos quatro

⁸⁴ Dada a quantidade de programas criados para o Ensino Médio entre os anos de 2003 e 2016, consideramos que houve um investimento na etapa de ensino durante os governos Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2016).

aos 17 anos através da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Há uma centralidade do Ensino Médio nos pontos em questão na Educação atualmente. Saltam, aos nossos olhos, notícias e projetos que nos pedem reflexão sobre o Ensino Médio e seu papel tanto na vida e na formação do aluno como também da sociedade.

Não é coincidência que a expansão do Colégio Pedro II se ocupe, prioritariamente, da oferta do Ensino Médio e demande uma rede de colaboração para que fosse implementada. A escolha do Ensino Médio para inaugurar as unidades não aconteceu apenas pelo Colégio ter um entrelaçamento histórico para com a etapa de ensino, desde os tempos do Império. Afinal, o Colégio sempre teve o propósito de se distinguir de demais instituições de ensino na oferta do Ensino Médio.

Encarado como um desafio pela sua expansão muito tardia à grande parte da população, o Ensino Médio – etapa da Educação Básica que se destacou como ponto convergente na inauguração das unidades de Duque de Caxias, Niterói e Realengo – foi compreendido como a demanda educacional do momento, o que se refletiu em políticas públicas educacionais do período, as quais já destacamos no item anterior. Entre as unidades que surgiram com essa nova expansão, é importante salientar o contexto em que se inserem e como lideranças locais e da equipe da Direção Geral do Colégio Pedro II tomaram partido para que os planos se culminassem na inauguração de cada *campus*, ou seja,

Se levarmos em conta que existe uma relação entre o plano e sua execução, parece aceitável pensar que a análise da implementação deve contemplá-la. Analisar como algo é feito inevitavelmente criará a necessidade de entender a ideia executada e como ela se conformou (LIMA E D’ASCENZI, 2013, p. 105).

De acordo com Gomide & Pires (2014), a abordagem analítica dos arranjos institucionais de implementação permite compreender a implementação de políticas públicas em ambientes complexos como instituições educacionais, por exemplo, de modo a mapear atores, processos e instrumentos necessários para essa implementação.

Embora o regime de colaboração entre União, Estados e municípios tenha se manifestado na Constituição de 1988 (SAVIANI, 2011), o Colégio Pedro II já havia empreendido convênios com outras instituições públicas federais de ensino e também com entes federados durante sua história por meio de convênios, o que foi bastante expressivo na década de 1980. Durante a Ditadura, o Colégio procurou ofertar habilitações profissionais para o Ensino Médio em convênio com instituições, como o CEFET e o SENAC⁸⁵,

Para que os *campi* de Duque de Caxias e Niterói fossem criados, também fora necessário estabelecer convênios. No entanto, não há como se equivococar quanto ao envolvimento político desses acordos, pois é bem distante da realidade do que fora a criação dos “Pedrinhos”, que se deu em decorrência de um convênio necessário para resolver uma crise institucional por esvaziamento de alunos.

Os convênios de Caxias e Niterói instituem a criação desses colégios enquanto meta e objetivo e encontram, nos arranjos e nas articulações entre entes federados, a forma de concretizá-los. Motivados pela criação da unidade de Realengo e pela atenção da imprensa na construção de mais um colégio,

A Secretaria Municipal de Educação de Niterói, na figura de seu titular, Professor Waldeck Carneiro de Sá, solicitou, em meados de 2005, uma audiência com o Diretor-Geral com o propósito de requerer uma Unidade do Colégio Pedro II naquela localidade e para servir aos municípios vizinhos como São Gonçalo e outros localizados na Região Oceânica. (...) Niterói já contava com o ensino superior federal, através da UFF – Universidade Federal Fluminense, porém, carecia de Instituições de Ensino Médio nesta esfera. Esta realidade obrigava niteroienses e munícipes dos arredores a enfrentarem a travessia da baía, buscando o diferencial em termos de educação básica pública. Desta forma, o Colégio Pedro II recebia em seu concurso de admissão alunos advindos de Niterói, matriculados em especial nas Unidades Centro, São Cristóvão e Tijuca. (...) Em dezembro de 2005, foi firmado o Convênio Intercomplementar dos Sistemas Federal e Municipal de Educação em uma cerimônia com muita pompa na Prefeitura de Niterói, com a presença de políticos e autoridades da educação municipal (HALAC, 2011, p. 56-57).

Seguindo os mesmos anseios e as mesmas estratégias, o Prefeito de Duque de Caxias procurou trazer o Colégio Pedro II para seu município. No

⁸⁵ Plano Global de Implantação Progressiva nas Habilitações Básicas no Colégio Pedro II (1977).

entanto, é notável a diferença quanto aos atores envolvidos nessa solicitação. A Deputada Estadual Andreia Zito⁸⁶ propôs em 2002 que o colégio, sua diretoria e seu corpo docente recebessem a Medalha Tiradentes⁸⁷. A partir desse momento e de visitas constantes de prefeitos da Baixada Fluminense⁸⁸, ficou claro que uma próxima unidade na região seria de interesses mútuos.

Ao analisarmos os arranjos político-institucionais conforme Gomide e Pires (2014) dessa implementação, devemos levar em consideração as dimensões políticas (relações com o poder executivo) e técnico-administrativas (relações com as burocracias), ou seja, como cada ente federado age dentro dessas dimensões, segundo suas capacidades estatais.

As ações das prefeituras de Duque de Caxias e Niterói, para que uma unidade do Colégio se estabelecesse em sua cidade, mostram como tais entes federados disponibilizam recursos humanos, financeiros e tecnológicos adequados como contrapartida para tal implementação:

- a) Na cessão de servidores administrativos para que o colégio conseguisse funcionar com um mínimo de funcionários de apoio;
- b) Articulação com outras instituições para que o colégio pudesse funcionar: em Duque de Caxias, houve divisão do mesmo prédio onde ficava o

⁸⁶ Projeto de Resolução nº 1513/2002.

⁸⁷ A Medalha Tiradentes é uma honraria concedida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e destinada a premiar pessoas que prestaram serviços à causa pública. Coincidência ou não, o atual Reitor do Colégio Pedro II, Prof. Oscar Halac, recebeu uma Medalha Tiradentes em sua homenagem esse ano (27 de setembro de 2018), proposta pelos Deputados André Ceciliano, Jânio Mendes e Waldeck Carneiro (ex-prefeito de Niterói que assina o convênio com o CPII). Disponível em: https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/224-not%C3%ADcias-2018/8535-reitor-do-cpii-recebe-medalha-tiradentes.html. Acesso em: 30 out. 2019.

⁸⁸ A Baixada Fluminense é uma área do entorno do município do Rio de Janeiro, na qual estão situados mais catorze municípios: Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belfort Roxo, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim. Conforme Rocha (2009), as cidades da Baixada fazem parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a denominação “Baixada Fluminense” não é reconhecida oficialmente, pelo IBGE, como uma região política ou geográfica. Aqui, tomamos a liberdade de nos referirmos à “região da Baixada Fluminense”, no entanto, destacamos que embora esse termo leve a uma rápida compreensão da região de cidades vizinhas periféricas ao Rio, trata-se também de uma denominação muitas vezes estereotipada, atrelada a uma visão enviesada pelas dificuldades de infraestrutura, muitas notícias sobre violência, bem como pelos baixos índices de escolarização e desenvolvimento humano. Trata-se de uma região de riquezas que cada vez mais estão sendo investigadas pela História da Educação, corroborando para rememorar trajetórias docentes e discentes, instituições de ensino, movimentos sociais e culturais, além de histórias que se confundem com a História do Brasil.

CEFET de Química (atual campus Duque de Caxias do IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro) e, em seguida, o aluguel de um prédio comercial na Av. Presidente Kennedy até que suas instalações ficassem prontas no bairro Centenário; em Niterói, a cessão de um antigo prédio escolar municipal no qual funcionava um depósito, até o repasse de um CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) – Governador Roberto Silveira –, junto à Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) para suas instalações futuras, no bairro Barreto).

c) Em seu livro, Halac (2011) relata que todos os gastos com energia, água e aluguel da unidade Caxias foram pagos pela Prefeitura. Em seu convênio ficava explícito que o Colégio Pedro II arcaria com recursos humanos e pedagógicos, especificamente, docentes que eram contratados por processo seletivo ou concursados⁸⁹ emprestados de outras unidades até a realização de concurso docente para as novas unidades.

d) As prefeituras não conseguiram construir as novas instalações com recursos próprios. Coube ao Colégio Pedro II buscar junto ao Ministério da Educação (MEC), depois da expansão já iniciada, tal verba. Faz-se válido saber que a expansão dos anos 2000 se iniciou como um movimento interno do colégio, liderado pelo Diretor Geral Professor Wilson Choeri, sem autorização e verba inicial do MEC, e que enfrentou resistência e tensões em reuniões internas do CPII.

A segunda dimensão de Gomide e Pires (2014) nos leva a refletir sobre aspectos políticos da implementação dessas unidades. Nesse caso, ao ouvir e atender a políticos locais, o Colégio Pedro II toma uma postura diferente da expansão anterior – “Pedrinhos” – por enxergar uma tentativa de melhora social de cidades da Região Metropolitana que concentravam possíveis alunos sem escolas federais, ofertando o Ensino Médio em maior demanda.

⁸⁹ Neste momento, gostaria de destacar que há uma cooperação entre unidades do Colégio Pedro II, especificamente, São Cristóvão e Realengo para com a formação do quadro docente e pedagógico das unidades Duque de Caxias e Niterói, havendo assim uma colaboração intrainstitucional. Considerando a cessão de servidores municipais para o grupo de funcionários de apoio técnico, também podemos notar um nível de colaboração interinstitucional.

Acerca das interações do Executivo com os agentes do sistema político-representativo, as premiações direcionadas ao Colégio simbolizam mais que admiração à instituição e colocam em xeque as articulações e os interesses políticos. Um exemplo disso foi o projeto da Deputada Estadual Andreia Zito, em 2002, para conferir a Medalha Tiradentes ao CPII; posteriormente, como deputada federal, a mesma obtém aprovação junto ao MEC de uma proposta para abrir uma UNED em Duque de Caxias e se articula junto ao prefeito da cidade para estabelecer um convênio com o Pedro II.

Entretanto, firmar um convênio municipal nem sempre fora suficiente para que as demandas do Colégio conseguissem ser atendidas. Logo, além de um arranjo entre União e município, fora necessário, em ambos os casos, recorrer à instância estadual para cessão de imóveis e/ou colaboração entre entes federados, Colégio Pedro II e MEC, como fora em Duque de Caxias, cuja implementação se desdobra pela Prefeitura e pelas ações da Deputada Federal Andreia Zito.

À medida que o apelo dos políticos se entrelaçava com as demandas educacionais da época ou até mesmo com a missão da gestão da instituição, buscava-se atender a uma comunidade local. No entanto, ainda que o CPII buscasse pela manutenção da sua condição federal e de colégio padrão para a educação básica, este se encontrava em condições precárias para o funcionamento das unidades já existentes, problema este que persiste durante a primeira década dos Anos 2000. Deste modo, nos questionamos: como se define que este era o momento ideal para a expansão?

Assim, quanto aos resultados, Halac (2011) nos leva a considerar que o Colégio Pedro II só consegue se inserir nos planos e nas políticas de larga escala do MEC conforme vai ampliando seu alcance no Estado do Rio de Janeiro. A partir dessas leituras, traçamos a seguinte hipótese de que a expansão dos anos 2000 encaminha a equiparação do CPII aos Institutos Federais pela Lei nº 11892/2008, vista como um reconhecimento de sua tentativa de democratização de acesso ao seu Ensino Médio a outras populações do Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, nos capítulos seguintes, ao abordar a expansão, pensaremos se este movimento se demonstra como uma oportunidade de interiorização do Ensino Médio que para o Colégio viria a firmar uma segurança institucional, conseqüentemente, afastando novos temores de estadualizações. Seguimos analisando nos próximos capítulos – referentes à criação e implementação das novas unidades – a possibilidade de ter havido (ou não) arranjos entre entes federados para que a expansão do CPII nos anos 2000 tomasse forma, isto é, por meio de acordos envolvendo políticas públicas, governos e sociedade (SARAVIA, 2006).

Não bastava somente a vontade de um servidor do Pedro II ou de um prefeito para que o CPII se estabelecesse em uma localidade nova, no entanto, consideramos a busca pela estabilidade institucional como um dos motivos do Colégio para se lançar a esse desafio de criar e implementar novas unidades, mesmo sem debatê-lo com a comunidade escolar e em meio a ruídos e chiados que conferiam às novas UNEDs, um caráter experimental ou temporário.

Para tal, fora necessário pensar essa expansão em escala local – o impacto que a presença do Colégio poderia agregar na região em termos de Educação pública, de massa e gratuita –, bem como em escala nacional – em sua relação para com o MEC e posição para com as demais instituições federais criadas.

Ao compreender o Ensino Médio em seu percurso histórico e como este se configura conforme a legislação brasileira avança, leva-nos a pensar em como as instituições educacionais mais tradicionais, como o Colégio Pedro II, buscam inovar para reafirmar seu espaço e sua posição de prestígio e também reafirmar seu propósito institucional inicial.

O federalismo expresso na Constituição de 1988 e em atos que desvelam a descentralização do poder, tais como acordos de cooperação entre entes federados, fazem-nos refletir como comunidades locais – nesse caso, a região da Zona Oeste/o bairro Realengo, além das cidades de Duque de Caxias e Niterói – agem para atingir uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) de modo a modificarem seu panorama local.

Impulsionadas por tais anseios e por polos tecnológicos e educacionais a sua população, a oportunidade e a presença de um Colégio (ao longo de seus 183 anos já fora considerada uma escola de Ensino Secundário de “elite”), que busca democratizar o seu acesso de forma mais significativa, passam a desvelar os compassos de uma tradição aliada à inovação da instituição e da nova pauta proposta pelo Ministério da Educação à interiorização e à expansão do Ensino Médio brasileiro.

Após tempos de retração econômica e crise na educação pública e ameaças de estadualização (mesmo durante o governo FHC), culminando na falta de recursos e de professores (inclusive noticiada pelos jornais), empenhar uma expansão aparentava ser mais um boato do que uma realidade.

Por se tratar de um movimento de ampliação em diferentes sentidos e dimensões, cria-se a expectativa de que há um projeto inicial que permeie as decisões tomadas em seguida, bem como a discussão da ideia e/ou busca de apoio para que a expansão se concretize. No entanto, a expansão se delinea sem debates, votações ou aprovação da maioria da comunidade escolar, sendo assim, parte das decisões que partiram da Direção Geral.

A respeito dessa expansão, a maioria dos entrevistados relatou que não houve debate sobre a possibilidade de se fazer uma expansão, tampouco houve uma consulta com a comunidade escolar para definir onde seriam as novas unidades do CPII, nem mesmo a escolha dos locais partiu de consensos internos. Assim, podemos considerar que por um lado, houve influências externas também por meio de comunidades locais ou de Prefeituras/forças políticas locais interessadas em ter um Colégio Pedro II em suas cidades. Por outro lado, um balaio de tensões rondava a expansão do Pedro II, pela falha ao princípio da democratização, ao excluir a comunidade escolar de refletir e decidir sobre expandir naquele momento ou não.

Portanto, compreendemos que a abertura das unidades de Realengo, Niterói e Duque de Caxias, a princípio, não parte de um projeto interno da comunidade escolar do CPII e sim, referente à gestão Wilson Choeri, e que a congruência de diferentes agentes e contextos levaram a tal ampliação, que se inicia com muitos desafios e dificuldades, bem como chiados e incertezas sobre

o que essas novas unidades (em meio à crise de recursos presente nas unidades mais antigas) significariam para o Colégio naquele momento. Nos próximos capítulos, trataremos dos primeiros passos e questionamentos em relação à expansão, bem como os boatos e chiados reverberados pelos corredores da instituição e/ou pelos jornais do período.

4.

O caso Realengo⁹⁰: a propulsão de uma comunidade

*O fato ainda não acabou de acontecer
e já a mão nervosa do repórter
o transforma em notícia (...)
(DRUMMOND, 2012).*

Neste capítulo, discutimos os primeiros passos do movimento mais recente de expansão do CPEI nos anos 2000, que se inicia pela criação da unidade de Realengo. Rastros dos (não tão velhos) jornais e apressadas reportagens e manchetes se proliferavam junto aos burburinhos pelos corredores da instituição, rondando uma provável expansão do Colégio.

Através da investigação por jornais O Globo de 2000 a 2008, abordaremos, neste e nos subcapítulos que se sucedem, como se deu o processo de ampliação das unidades do Colégio. Ainda que tendo em vista que os jornais são fragmentos temporais (CAMPOS, 2012) e que representam a cultura e a sociedade do período, consideramos as notícias como fontes documentais da escrita da história. Por isso, algumas destas notícias selecionadas serão analisadas frente a outras fontes (como entrevistas e legislações) neste e nos próximos capítulos.

Trabalhar com jornais antigos para a escrita da história da educação significa compreendê-los, portanto, muito mais como fragmentos verossímeis da cultura de um tempo e de um espaço do que pensá-los como provas fidedignas do passado. Significa levar em conta além do já mencionado repertório cultural dos envolvidos na sua leitura/escrita, também os interesses econômicos e ideológicos envolvidos na sua

⁹⁰ Realengo é um bairro suburbano, localizado na Zona Oeste, cortado pela linha do trem do Ramal Santa Cruz, que o liga ao Centro da cidade do Rio de Janeiro. Eternizado na música de Gilberto Gil, “Aquele abraço” (1969), pelo verso “*Alô, alô Realengo, aquele abraço*”, no qual o artista se refere ao tempo em que esteve detido em prisões militares em Realengo durante a ditadura, o bairro se destaca por abrigar fábricas e instalações militares no Século XX, entre elas, a antiga Escola Militar de Realengo e a Fábrica de Cartuchos de Realengo, pertencente ao Comando do Exército (antiga Fábrica de Cartuchos de Infantaria). Atualmente, o Complexo Escolar do CPEI Realengo se localiza em parte da área desta antiga fábrica. Recomendamos a leitura dos sites em seguida para mais informações sobre a música “Aquele abraço” e sobre a Fábrica de Cartuchos de Realengo: <https://biblioteca.pucrs.br/curiosidades-literarias/conheca-a-inspiracao-de-gilberto-gil-para-a-musica-aquele-abraco/>; http://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2016/06/47-Revista-Simonsen_N4-Claudius-Viana.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

edição. Significa reconhecer e problematizar o espaço gráfico dado para esta ou aquela crônica, propaganda, notícia ou artigo (p. 66).

Assim como o poema de Carlos Drummond de Andrade (2012), a novidade de uma expansão do Colégio Pedro II estampou, nervosamente, as páginas dos jornais O Globo tanto em cadernos locais (Zona Oeste, Baixada Fluminense/Niterói) quanto cadernos principais.

Tais notícias nos brindam com os avanços e retrocessos – como convênios e rejeições à abertura de novas unidades –, bem como o tempo e o espaço em que a fonte está imersa (LUCA⁹¹, 2018). Ou seja, as fontes selecionadas denotam a ideia de circulação da notícia e de fluidez do movimento de expansão.

No primeiro registro sobre o CPII chegar a Realengo, podemos compreender que o Colégio já havia se organizado para viabilizar um convênio junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, que concederia o espaço, enquanto o MEC se encargaria das aulas, uma vez que o CPII pertencia diretamente ao Ministério como autarquia.

Realengo pode ganhar unidade do Pedro II

■ Prefeitura prepara convênio com o MEC para que colégio seja inaugurado ainda este ano

Claudio Morita

- O Ministério da Educação e a prefeitura começaram a preparar um convênio para inaugurar este ano, em Realengo, na Zona Oeste, a sexta unidade do Colégio Pedro II na cidade. O acordo prevê que a Secretaria municipal de Educação providencie um prédio com capacidade para pelo menos 400 estudantes. A administração da escola e as aulas ficarão sob responsabilidade do MEC.
- O Pedro II de Realengo deverá reservar dois terços das vagas para alunos da rede municipal e funcionar em três turnos. A minuta do acordo precisa ser homologada pelo MEC, que ainda não aprovou a contratação de professores temporários. O professor Wilson Choerl, diretor-geral do Pedro II, diz que o governo federal está empenhado em criar mais vagas.

— A comunidade de Realengo e o Movimento Pró-Escola Técnica são dinâmicos e se mobilizaram com o deputado Ronaldo Cezar Coelho para que o MEC fizesse uma extensão do colégio no bairro. O prefeito Cesar Maia se interessou em dar a estrutura e a verba.

Ex-aluno do Pedro II e deputado licenciado, o secretário municipal de Saúde, Ronaldo Cezar Coelho, é um dos articuladores do movimento para levar o Pedro II à Zona Oeste. Segundo ele, só falta o MEC aprovar a contratação temporária de professores e a Secretaria de Educação escolher o local, que pode ser o prédio de uma faculdade privada da Zona Oeste ou de uma escola da própria rede municipal, como a Gil Vicente, em Realengo. ■

■ ESTA REPORTAGEM TAMBÉM ESTÁ PUBLICADA HOJE NO GLOBO-ZONA OESTE

Figura 18 – Reportagem do Jornal O Globo do dia 13 de janeiro de 2002 sobre a possibilidade de uma nova unidade do CPII na Zona Oeste.

⁹¹ Em outras palavras, as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação (p. 132).

Outro ponto interessante é que já previam uma ação de inclusão social no processo seletivo de alunos, como cotas para alunos de escolas públicas – o que, nesse momento, era novidade nos processos seletivos estudantis de instituições federais de Ensino Básico.

A notícia traz consigo muitas novidades, como um novo formato de unidade para o CPII. Portanto, leva-nos a crer que, a partir dessa estrutura, o Colégio já estaria a ponto de assinar um convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro e de conseguir o aval do Ministério da Educação, representado por Paulo Renato.

Realengo não terá Pedro II, diz ministro

Paulo Renato alega que a responsabilidade pelo ensino médio é dos governos estaduais

Claudio Motta e Lisandra Paraguassu

• BRASÍLIA e RIO. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, negou que o governo federal vá instalar uma nova unidade do Colégio Pedro II em Realengo. Segundo o ministro, o MEC não pretende ampliar o

atendimento de ensino médio em escolas federais. Ele alegou que este nível de educação é responsabilidade dos governos estaduais.

— Eu considero uma excrescência que a Constituição tenha mantido o Colégio Pedro II como escola federal. Não há por que agora ampliá-la — afirmou Paulo Renato.

A declaração do ministro contradiz informações do secretário municipal de Saúde e deputado federal licenciado, Ronaldo Cezar Coelho, que tratava do assunto com Paulo Renato em Brasília e intermediava as negociações para a criação de mais uma unidade

do colégio na Zona Oeste.

— Falei com Paulo Renato e faltava apenas acertar a contratação de professores temporários. Há um déficit grande de vagas na região e o governo federal, quer o MEC queira ou não, tem responsabilidade constitucional — disse.

Paulo Renato explicou que

recebeu na segunda-feira um telefonema de Ronaldo Cezar e deixou claro que o ministério não instalaria a unidade da escola em Realengo.

Certo mesmo só está a instalação da Escola Técnica de Química em Realengo, que também terá aulas de ensino médio. ■

Figura 19A – Reportagem do Jornal O Globo do dia 20 de janeiro de 2002 sobre a reivindicação do movimento de moradores da Zona Oeste.

EDUCAÇÃO: Prefeito planejava mais unidades do colégio e critica a posição de Paulo Renato

Movimento diz que faltam vagas

• BRASÍLIA e RIO. O secretário de ensino médio do MEC, Iliu Berger, também descartou a instalação de uma nova unidade do Pedro II em Realengo mas estuda uma forma de o colégio dar assistência a escolas públicas da Zona Oeste, com apoio didático.

— O Pedro II é uma escola pública de qualidade e tem uma missão social também. Pode colaborar com outras escolas — disse.

No entanto, o MEC ainda não tem nenhum estudo sobre essa colaboração.

O prefeito Cesar Maia, que planejava mais dez unidades do colégio no Rio, afirmou que a Zona Oeste deveria ser priorizada.

— Acho que o ministro Paulo Renato deveria conhecer os números de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da Zona Oeste e os trabalhos feitos e publicados em 2001 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) que tratam de mostrar as relações entre escolaridade, renda e pobreza, para não to-

mar decisões precipitadas — disse o prefeito.

A prefeitura interrompeu a procura de um prédio para a instalação do colégio. Os diretores do Pedro II, que anunciaram aulas na região já neste ano letivo, aguardam alguma orientação do MEC.

A notícia deixou desanimados os integrantes do Movimento Pró-Escola Técnica. Antônio Palmeira, coordenador do grupo, disse ter ficado surpreso.

— Para nós, todos estavam mobilizados para a instalação do Pedro II em Realengo. Temos 35 mil alunos que só encontram 15 mil vagas. Quero saber onde a gente vai colocar esses alunos. Os moradores da Zona Oeste já estavam esperando o colégio e será uma decepção saber que não podemos contar com o governo federal.

Segundo a Constituição, os municípios são responsáveis pela educação infantil e fundamental (até a 8ª série). Aos estados, cabe o ensino médio, podendo também manter o ensino fundamental.

E a União fica com a educação superior. As exceções são o Pedro II e as escolas técnicas federais. ■



O MOVIMENTO PRÓ-ESCOLA Técnica: decepção após o anúncio de que Realengo não vai ter o Pedro II

Figura 19B – Reportagem do Jornal O Globo do dia 20 de janeiro de 2002 sobre a reivindicação do movimento de moradores da Zona Oeste.

Levando em conta a reportagem anterior como uma fonte histórica, bem como a materialidade dos impressos (LUCA, 2018) e suas funções sociais, podemos considerar alguns trechos interessantes como peças-chave para compreender as peculiaridades desse panorama.

Por exemplo, a citação referente ao prefeito do Rio de Janeiro à época – César Maia – causa estranheza, uma vez que o mesmo afirma ter a intenção de “abrir mais unidades do Colégio Pedro II”, como se o CPE fosse uma escola municipal, porém desvela um jogo de interesses políticos, que respinga na formulação de plataformas e políticas públicas.

Tendo em vista essa fala do Prefeito César Maia, um convênio entre o CPE e a prefeitura do Rio de Janeiro seria viabilizado e apoiado pelo prefeito após as próximas eleições municipais em 2004, em que buscaria a continuação de seu mandato, que se iniciou em 2001?

Ainda assim, o próprio texto da reportagem traz a informação da Constituição e da atual LDB e fica clara a posição do Colégio como uma das escolas federais que se distinguem pela oferta de Ensino Médio e Ensino Fundamental que são, respectivamente, atribuição dos estados e municípios.

Outro aspecto considerável é o MEC ter, por um lado, negado o atendimento ao pedido do movimento de moradores da Zona Oeste, afirmando não ter a possibilidade de abrir outra unidade do CPE, embora todos os argumentos sobre a necessidade de se investir na Educação para que o país se desenvolva um IDH⁹² melhor.

Por outro lado, o MEC ter posto como possibilidade oferecer assistência do Colégio a outras escolas da região, como uma compensação para os moradores, embora não tenha realizado nenhum estudo para que pudesse fazê-lo, levanta outra questão: para o governo, o receio de expandir o CPE seria

⁹² Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2001, encomendado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mede os progressos globais de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – longevidade, conhecimento e nível de vida digno. É medido pela esperança de vida, nível educacional (alfabetização de adultos e escolarização combinada do primário, secundário e superior) e rendimento per capita ajustado em paridades de poder de compra (PPC) (PNUD, 2001, p. 14).

por questões financeiras ou por evitar dúvidas sobre sua qualidade? Ao rejeitar esse pedido por um CPII em Realengo, o Ministro da Educação ainda declara que o considera uma anomalia na Constituição de 1988.

Como trata Santos em sua dissertação (2018), a movimentação do CPII a Realengo encontra um ponto em comum entre anseios: as ações empenhadas pelo MOVETEC (Movimento Pró-Escola Técnica Federal em Realengo), desde 1983, moviam campanhas pela instalação de uma escola técnica em Realengo – fomentando a profissionalização de jovens da Zona Oeste, conforme respingos latentes da Lei nº 5692/71 (embora a profissionalização compulsória não valesse mais para as escolas de 2º grau) – à visão de Educação da década de origem desse movimento (anos 1980).

A primeira pessoa contatada foi o Oscar. Oscar era o diretor de São Cristóvão quando um grupo de Realengo foi procurá-lo. Esse grupo era um pequeno Movimento Pró-Escola Técnica Federal em Realengo. Esse movimento foi criado em 1983. Eles queriam a escola técnica e procuraram o CEFET de química. Só que o CEFET de química não se interessou, porque nessa ocasião o CEFET de química ‘tava’ abrindo Nilópolis. Que durante, inclusive, a sede deles foi Nilópolis, porque havia uma reclamação da lei que não podia ter dois CEFETs, no mesmo município. Então como já tinha o Celso Suckow, que é o CEFET antigão, centenário, aí de química teve que ficar com a sede dele em Nilópolis, e eles ‘tavam’ enfrentando dificuldades pra implantar Nilópolis e não fizeram, (...) eles não quiseram abrir Realengo. E aí o pessoal começou a cercar o Professor Choeri. E ele lá em 2001, foi quando houve esse primeiro contato, ele também não podia nem se arvorar em concordar porque o governo ‘tava’ contingenciando, como é que ele ia querer expandir? Então o primeiro ano foi ruim. Só que quando... a virada de 2003, quer dizer: mudou a política do país, mudou a política educacional e ele (Choeri) foi eleito, e foi eleito muito bem, porque essa eleição de 1994 ele teve 55% dos votos e ele foi o candidato mais votado nos quatro segmentos, meu pai votou nele também. Era aluno, era professor técnico, aluno e pai de aluno, e ele ganhou nos quatro segmentos. Então, quer dizer, ele ‘tava’ forte, tinha o apoio da comunidade. ‘Aí’ ele topou o desafio lá do pessoal de Realengo, o pessoal foi se mexendo, foram ao Ministério da Educação, tiveram, vamos dizer, uma boa vontade por parte do ministro dessa ocasião, coincidiu que no governo dos... né, aqui do município do Rio. Era prefeito o César Maia, que ‘tava’ querendo se reeleger. ‘Aí’ entrou numa negociação (RODRIGUES, 2020).

Após várias reportagens mostrando a postura negativa do MEC à abertura de uma unidade nova e denunciando a falta de professores no CPII,

bem como a crise enfrentada pelos outros colégios federais, anunciam a abertura de duas escolas federais em 2004: o CEFETEQ (Centro Federal de Educação Tecnológica de Química) e o CPII Realengo, já anunciando que em breve aconteceriam as inscrições de alunos.

Realengo ganhará mais duas escolas

MEC destina R\$ 5,2 milhões para Cefeteq e pede terreno de fábrica de cartucho para filial do Pedro II

Dois terrenos de propriedade do Exército, em Realengo, serão usados para pôr um ponto final numa luta iniciada em agosto de 1953. No fim do ano passado, o governo federal incluiu no orçamento de 2004 verbas para a construção do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (Cefeteq). Além disso, o Ministério da Educação encaminhou um pedido ao Ministério da Defesa para a liberação da área da antiga fábrica de cartuchos a fim de ali instalar uma filial do Colégio Pedro II. As notícias foram motivo de comemoração para o Movimento Pró-Escola Técnica.

— Lutamos por isso há muito tempo e parece que finalmente teremos êxito. O bairro será muito beneficiado quando as duas escolas estiverem prontas — afirma Antônio Palmeira, coordenador do movimento.

Ele lembra que 72 associações de moradores de Realengo e bairros próximos já participaram do movimento, que hoje, porém, conta com apenas 15 comunidades envolvidas. A maioria desistiu ao longo dos anos.

Depois de uma pesquisa de bancada, o Ministério da Educação destinou R\$ 5,2 milhões para a construção do Cefeteq



O TERRENO DA antiga fábrica de cartuchos deve ser usado para a construção do Colégio Pedro II



ANTÔNIO PALMEIRA, aqui em frente ao portão do terreno onde será erguido o prédio

na Rua Oliveira Braga. Com 178 mil metros quadrados, a área terá laboratórios de enfermagem e segurança do trabalho, análise química, informática, manipulação e produção farmacêutica, microbiologia e análises clínicas e histologia.

A expectativa é que a obra comece até o fim do ano, com prazo de conclusão de oito meses, aproximadamente. Quando estiver pronta, a escola abrigará, inicialmente,

cerca de 2.400 vagas, mas há possibilidade de chegar a dez mil por meio de parcerias com centrais sindicais.

— Os projetos de engenharia e pedagógico já estão prontos e dependentes apenas da liberação da verba para que a obra seja iniciada. Precisaremos, ainda, contratar 60 professores e 70 técnicos administrativos para funcionar perfeitamente — explica o diretor-geral do Cefeteq, Luiz

Efrundo Vargas Aguiar.

O Colégio Pedro II deve abandonar mais para sair do papel. Segundo Oscar Hilar, diretor da unidade da Tijuca e um dos responsáveis pelo projeto, assim que o terreno for liberado pelo Exército, as negociações de captação de recursos serão iniciadas.

— O objetivo é buscar entendimentos para a construção do prédio o mais rapidamente possível. Vamos levar

o projeto para o MEC e para os governos municipal e estadual e ver de onde os recursos saem com mais facilidade.

Enquanto isso não acontece, a direção do colégio quer montar a partir de abril um campus no bairro e iniciar contatos com os moradores. A opção deve ser a Escola Municipal Gil Vicente, próximo à fábrica de cartuchos, que não funciona à noite. Depende só da prefeitura. ■

Figura 20 – Reportagem do Jornal O Globo do dia 18 de janeiro de 2004 sobre o CPII de Realengo.

Essa nova postura do MEC marca também a transição de governos (FHC – Lula) e a mudança de Ministro da Educação, que passou a ser comandado por Cristovam Buarque (01/01/2003 – 27/01/2004), sucedido por Tarso Genro (27/01/2004 – 29/07/2005) e, posteriormente, Fernando Haddad (29/07/2005 – 01/01/2011; 01/01/2011 – 23/01/2012) cuja atuação se estende até 2012, atuando até o fim do segundo mandato do governo Lula e durante o primeiro ano do governo Dilma (2011-2016). Ainda assim, anuncia que seria aberta uma nova unidade do CEFETEQ, visto que o Ensino Médio seria responsabilidade do Estado e não de ordem federal e que, mesmo assim, o CEFETEQ abriria turmas de Ensino Médio.

Os termos se baseavam na geração de Convênio de Cooperação Técnica com governos municipais de modo propiciar ao Colégio as condições físicas e materiais necessárias para a implantação de uma Unidade Escolar. Ato contínuo e contando com o apoio entusiasmado e técnico da sua Secretaria de Ensino, Professora Vera Maria Ferreira Rodrigues, solicitou uma audiência com o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro – Cesar Epitácio Maia, para obter dele a parceria necessária para a implantação provisória da Unidade Escolar Realengo, através dos termos de Inter complementaridade dos sistemas federal e municipal. A reunião foi extremamente informal e o Prefeito denotou durante o encontro a admiração que nutria pelo trabalho do velho professor, desde a construção e implantação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O ano de 2003 antecedia o ano eleitoral e a proposta do velho Choeri pareceu simpática a todos os segmentos políticos do município que dela tomou ciência e ao próprio Prefeito. Todos os seus pleitos foram rapidamente viabilizados, mas confesso que penso que se a ação fosse desenvolvida em outro período que não o considerado, talvez o resultado da reunião fosse outro, como mais a frente mostrarei. O Convênio foi celebrado em apenas uma semana e dele constavam cláusulas em que a prefeitura se obrigava a construir um prédio escolar para o Colégio Pedro II nas dependências da antiga Fábrica de Cartuchos do Exército e ressarcir ao Colégio Pedro II despesas de custeio com a manutenção da Unidade. Em contrapartida, o Colégio Pedro II se obrigava a transferir sua tecnologia educacional para as Escolas Municipais da região (HALAC, 2011, p. 36).

Esse tipo de convênio estava previsto como uma colaboração típica do Federalismo, no Art. 241º da Constituição Federal de 1988, que autorizou convênios e consórcios públicos entre os entes como acordos de cooperação, bem como (...) *a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços* (BRASIL, 1988).

Como expresso na primeira notícia (Jornal O Globo, do dia 13 de janeiro de 2002 – Fig. 11) que apontava Realengo como o primeiro local em que aconteceria o novo movimento expansionista do Colégio, algumas peculiaridades do Convênio estabelecido pela Prefeitura do Rio e o CPII se confirmaram e outras se adaptaram à realidade de oferta.

Realengo ganha Colégio Pedro II

Depois de anos de espera, a Zona Oeste terá uma escola de excelência no Ensino Médio. O início das aulas foi no dia 12 de abril, na unidade do Colégio Pedro II em Realengo. A filial funciona dentro da Escola Municipal Gil Vicente no turno da noite. São 196 vagas para 1ª série, divididos em seis turnos.

Convênio com a Prefeitura

A inauguração da unidade do Colégio Pedro II em Realengo só foi possível graças a um convênio com a Prefeitura do Rio, que cedeu o espaço da Escola Gil Vicente para o funcionamento do Colégio, que é de esfera federal. Porém, em 2005, a

nova sede do Pedro II estará construída, numa área de 45 mil metros quadrados, na antiga fábrica de cartuchos de Realengo. No ano que vem serão oferecidas aulas nos três turnos (manhã, tarde e noite), podendo acolher três mil alunos da Região.

A população da Zona Oeste está irradiante com a inauguração da unidade do Colégio Pedro II, embora, ainda, de uma maneira deficitária, funcionando dentro da Escola Municipal Gil Vicente, localizada na Rua Bernardo de Vasconcelos, nº 1.680.

O Colégio Pedro II é um dos mais tradicionais do Rio de Janeiro, fundado em 1837, já formou quatro presidentes da República: Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes da



Prefeito César Maia assina convênio cedendo espaço da Escola Municipal Gil Vicente para inauguração do Colégio Pedro II, em realengo.

Fonseca e Washington Luís.

Outros estudantes conhecidos do Pedro II foram Barão do Rio

Branco, o dramaturgo Dias

Gomes e o ator e compositor Mário Lago. No quadro de professores, Aurélio

Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, Manuel Bandeira e Joaquim Manoel de Macedo.

Figura 21 – Reportagem sobre o convênio para a criação do CPEI Realengo (Jornal In Focus, abril de 2004). Disponível em: cp2.g12.br/blog/re2/rii-em-imagens/. Acesso em: 24 nov. 2020.

Quando em 8 de agosto de 1983 surgiu o “Movimento Pró Escola Técnica Federal em Realengo”, não devia fazer parte de seus planos a criação de uma Unidade Escolar do Colégio Pedro II na região. Como também não eram esses os planos da Direção-Geral do Colégio Pedro II. Naquela ocasião, o Colégio contava com 5 Unidades Escolares, estava iniciando uma fase de retomada de sua trajetória de qualidade e começava a planejar a criação de sua primeira Unidade Escolar do então denominado 1º Segmento do 1º Grau, o que por nós veio a ser carinhosamente denominado de Pedrinho. Passaram-se duas décadas até que nossas histórias se encontraram, quando um grupo de representantes do referido movimento, liderado pelo Sr. Antonio Palmeira, aqui presente, procurou meu estimado antecessor, Professor Wilson Choeri, apresentando-lhe a proposta de criar uma Unidade do Colégio neste local. Desafio aceito e com a intermediação do Ministério da Educação, em 6 de abril de 2004, iniciamos as atividades escolares, com 6 turmas de 1ª série do Ensino Médio, contando com 194 alunos e cerca de duas dezenas de professores e técnicos, no turno noturno, funcionando provisoriamente na Escola Municipal Gil Vicente, que só nos foi cedida naquele ano (RODRIGUES, 2012⁹³).

⁹³ Discurso da Profª Reitora Vera Maria Rodrigues na inauguração do Complexo Escolar do *Campus* Realengo em seu novo terreno (04/05/2012). Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/98-atos->

Conforme os entrevistados (RODRIGUES, 2012; 2020; VILLARDI, 2020) e os registros de Halac (2011), o convênio firmado – previsto na Constituição e compreendido aqui como uma expressão inerente ao federalismo pela colaboração entre entes (ABRUCIO, 2005) –, a interesse expresso do Prefeito César Maia, assegurava à nova unidade do CPII uma estrutura e verbas de manutenção oferecidas pelo ente municipal. Halac (2011) destaca que o prefeito usou a chegada do CPII como plataforma para sua reeleição, (...) *veiculando imagens dos alunos chegando ao prédio cedido pela prefeitura, em seus vídeos de propaganda eleitoral* (p.43).

Quando houve o período de consulta eleitoral para provimento do cargo de Diretor de Unidade Escolar, optei pela interinidade da Direção da Unidade Realengo, mesmo sem o ressarcimento pelo cargo. A Professora Denise Mattos, dona de um espírito elevado de ‘cooperatividade’ e entusiástica por projetos de cunho social, acompanhou-me na empreitada de implantação da Unidade Experimental, acumulando a Direção Adjunta com a Ouvidoria, assim como o Professor Miguel Ângelo Villardi antigo companheiro e amigo desde longa data, que atuou como Coordenador de Série. O Corpo Técnico foi constituído por apenas dois Servidores oriundos da Unidade Tijuca. O primeiro chefe da Secretaria Acadêmica e seu único membro foi o prestimoso e eficiente Fernando Antonio Galindo e o enérgico e simpático Josiel Bezerra do Nascimento foi o primeiro inspetor de alunos. Cito, também, da Presidente da Associação de Pais da Unidade Tijuca, senhora Lady Godiva Santana da Silva que nos apoiou de forma inestimável, providenciando os primeiros uniformes e emblemas e a assistência aos alunos carentes que recebemos em 2004 e ocupávamos todos nós o mesmo banheiro que foi reservado pela Diretora da Escola Municipal. Obtive junto ao então Diretor da Unidade Escolar Engenho Novo II – Professor Jorge Luís Dimuro, o empréstimo de três jogos de mesas e cadeiras. A Professora Vera Maria Ferreira Rodrigues cedeu-me o seu próprio computador e o retroprojeter (nunca os devolvi), do mobiliário inservível do Prédio da Direção-Geral levei uma estante de metal (que depois de pintada ficou como nova) e da sala do Diretor-Geral obtive um antigo aparelho de tele fax (HALAC, 2011, p. 38).

O convite a gestores, como o Prof. Miguel Villardi, feito pelo Prof. Oscar Halac se deu pela rede de sociabilidade do grupo do mesmo. E, em meio aos preparativos dessa nova expansão, o Prof. Choeri conseguiu reeleição no

administrativos/comunicacaodestaques/destaques2012/192-discurso-da-professora-vera-maria-ferreira-rodrigues,-diretora-geral-do-col%C3%A9gio-pedro-ii.html. Acesso em: 25 nov. 2020.

cargo de Diretor Geral do CPII com a participação inédita dos pais nesse processo eleitoral (em 2003).

Pedro II abre concurso e inicia aulas

Colégio, com unidade em Realengo, contratará professores temporários

As aulas na nova unidade Realengo do Colégio Pedro II começarão amanhã. Inaugurada semana passada, a Instituição funcionará em horário noturno na Escola Municipal Gil Vicente, que fica na Rua Bernardo de Vasconcelos 1.680. A instituição abriu 196 vagas de ensino médio, com viés de formação para o trabalho, por meio da criação da 4ª série opcional, dirigida ao setor terciário da economia. Os alunos serão distribuídos em seis turmas.

Também amanhã, o Pedro II abrirá inscrições para o concurso de seleção de professores temporários para toda a rede. Os interessados serão atendidos até quinta-feira na unidade do Campo de São Cristóvão 177, das 9 às 16h.

Há vagas nas seguintes disciplinas: artes visuais, desenho, espanhol, francês, geografia, história, matemática, química e sociologia. O edital

foi divulgado no último dia 29.

A seleção será por meio de análise de currículo, de redação e de entrevistas. A relação dos candidatos aprovados na análise curricular e convocados para as entrevistas será afixada no local de inscrição e divulgada na página do Colégio Pedro II (<http://www.cp2.g12.br>) no próximo dia 20, a partir das 14h. As entrevistas serão realizadas a partir do dia 26.

Os professores contratados receberão remuneração conforme a titulação, variando de R\$ 880 a R\$ 1.651,85.

De acordo com o edital, para se candidatar, é preciso ser brasileiro nato ou naturalizado ou ainda estrangeiro em situação legal no país; estar em dia com as obrigações eleitorais e militares; ter concluído curso reconhecido de licenciatura plena na disciplina a que concorre; e não ter impedimentos para assumir con-

trato com órgão público federal.

É preciso ainda apresentar documento oficial de identidade; duas fotografias 3x4 recentes; comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 15, a ser quitada no local da inscrição; currículo, acompanhado de fotocópia de documentos comprobatórios de todas as informações prestadas (inclusive a experiência profissional) além de apresentação dos originais para fins de autenticação; e fotocópia do diploma correspondente à exigência de sua disciplina, com apresentação do original para autenticação.

Os candidatos que ainda não têm diploma devem apresentar declaração de conclusão da licenciatura plena, com a data da colação de grau.

A instalação de uma unidade do Colégio Pedro II em Realengo era uma antiga reivindicação dos moradores. ■

Figura 22 – Reportagem do dia 11 de abril de 2004 do Jornal O Globo sobre o concurso docente para Realengo.

Pela mesma via, o convite feito a funcionários concursados para que ajudassem na implementação de Realengo também se estendeu pela rede de sociabilidade de Halac (2011) e Villardi (2020). Para compor sua estrutura de força de trabalho, houve também a necessidade de professores contratados, como podemos ver acima. No entanto, destacamos, no tópico seguinte, uma particularidade que surgiu com a criação da UNED Realengo em 2004: a reserva de 50% das vagas no processo seletivo discente do Colégio – tal medida afirmativa segue até os dias de hoje e sua proposta se alinha à investida de democratização do CPII.

4.1

O prenúncio de políticas afirmativas no CPII

A seleção de alunos para a nova unidade – que aconteceu ainda no mesmo ano e em um edital único, por ter ocorrido em período diferente da seleção para vagas em outras unidades – trouxe uma novidade, para além da expansão territorial do CPII, ao chegar à Zona Oeste da cidade: 50% de vagas foram reservadas para alunos de escola pública, pretendendo inculcar um aspecto de inclusão social e de maior democracia ao Colégio.

Surgia, a partir deste Convênio, a mais democrática forma de acesso de estudantes às Escolas Federais de excelência que foi a destinação de 50% das vagas do Concurso de Seleção para alunos oriundos de Escolas Públicas. Proposto pelo Diretor-Geral à Professora Vera Maria Ferreira Rodrigues, por ocasião da confecção do Edital do primeiro Concurso de Seleção, acreditando que estes fossem os alunos que necessitavam ser inseridos socialmente e atendiam *in totum* os princípios de cotas de vagas que o Ministério de Educação contemplava em sua proposta de inserção social de jovens e adultos. Não foi um sistema baseado em renda familiar ou na concentração de melanina na pele, como os demais praticados. Foi inovador e importante fator de inserção social. Antes dele, mostram as estatísticas internas do Colégio Pedro II, o índice de aprovação de alunos oriundos da Rede Pública de Ensino, nos seus Concursos de Seleção, era ínfimo. Realmente a medida tomada pelo Professor Choeri e pela Professora Vera Maria socializou o ingresso de alunos no velho Colégio, como em nenhum momento de sua gloriosa história ocorreu face à natureza anterior dos Editais dos Concursos de Seleção de Alunos (HALAC, 2011, p. 37).

(...) Comecei em início de fevereiro como Secretária de Ensino, e estava com uma negociação toda correndo forte pra abrir em Realengo, pra começar a funcionar. E aí foi logo meu primeiro desafio, que foi a gente organizar a seleção pra começar a funcionar, como de fato começou – no dia do aniversário da minha filha – ou seja, em abril de 2004 foi assinado lá o convênio lá em Realengo. As condições, né, do terreno, não davam nem pra se imaginar indo pra lá. Então foi graças ao convênio com a prefeitura que a gente pôde começar a funcionar, era à noite, né, na escola municipal. Só seis turmas. É difícil preencher, porque primeiro na época em que o ano que a prova foi: ela foi separada do concurso regular. As aulas já iniciadas, depois – isso dito por pessoas foram lá divulgar pros alunos fazer propaganda –, disse que os alunos quase que se assustavam, diziam, “nós não temos condições de estudar no Pedro II, nós não temos base pro Pedro II”. E quando vem um convênio com a prefeitura, graças a esse convênio foi a gente que garantiu 50% das vagas pra alunos de escola municipal, pra vir pro Pedro II, período de experiência. E aí, quer dizer, a gente teve que fazer

uma seleção bem simples, e praticamente só entrou... só não entrou porque não tinha mesmo condição, mas entravam muitos fracos. Então isso criou um mal estar muito grande interno porque foi um momento assim, “vai baixar o nível”, “e esses alunos não são bons pro Pedro II”. Houve muita oposição interna. E além de que, nós tivemos um complicador. O colégio resistiu muito a ter a figura do professor substituto (RODRIGUES, 2020).

Sábado, 25 de setembro de 2004

O GLOBO

Pedro II reservará metade das vagas para alunos vindos da rede pública

Segundo secretário-geral, objetivo é democratizar o acesso ao colégio

Ruben Berta

• Nem só de ensino superior vivem as cotas. Depois da Uerj, este ano será a vez de o Colégio Pedro II implantar um sistema de reserva para alunos vindos de outras escolas públicas. O edital do concurso, que já está disponível na internet, prevê que metade das vagas disponíveis para a 1ª série do ensino médio e a 5ª série do ensino fundamental se encaixe no novo critério de seleção. Segundo o secretário-geral do Pedro II, Oscar Halac, a decisão foi tomada para democratizar o acesso à escola.

— Temos uma média de 50 alunos por vaga em nossos concursos. A maioria dos estudantes que passa para o Pedro II precisa apelar para um curso particular preparatório. Queremos dar oportunidades a jovens de camadas sociais mais baixas. Estamos dando um voto de confiança ao novo sistema.

Ainda de acordo com Halac,

não é a primeira vez que o colégio vai utilizar o sistema de cotas. Na década de 80, chegou a ser feito um convênio com a prefeitura para beneficiar alunos de escolas municipais de baixa renda. No ano passado, a reserva de vagas foi testada apenas para a mais nova unidade, em Realengo.

— Foi uma decisão tomada pela secretaria da escola. Não tem nada a ver com as decisões tomadas pelo Ministério da Educação — garantiu o secretário-geral.

Representante do MEC elogia iniciativa do colégio

Em maio deste ano, o governo Lula enviou ao Congresso um projeto de lei que reserva 50% das vagas de todas as universidades federais para alunos da rede pública, beneficiando também negros e índios. A proposta continua em discussão. Na última segunda-feira, o representante do Ministério da Educação (MEC) no Rio, Wil-

liam Campos, esteve numa das unidades do Pedro II conversando com representantes da associação de pais.

— É uma proposta que tem tudo para dar certo. Está sendo democratizado o acesso à melhor escola pública de ensino médio do Rio. O ministério vai acompanhar todo o processo de entrada desses novos alunos para que não haja prejuízo para a qualidade do colégio — afirmou Campos.

As inscrições para o concurso estarão abertas de 4 a 29 de outubro, mas alguns pais já reagem à divulgação do novo sistema de seleção na internet. O cirurgião-dentista Luiz Antonio Relvas da Silva, de 39 anos, já está pensando duas vezes na transferência do filho de uma escola particular para a 5ª série do ensino fundamental do Colégio Pedro II:

— O que me entristece é essa onda de quebra de regras. Os pais que se esforçaram para dar condições para que o filho pudesse entrar no colégio

são surpreendidos, de repente, com uma decisão dessas.

Para a 1ª série do ensino médio, em cada unidade será reservada a metade das vagas disponíveis para os candidatos que cursaram no mínimo 75% (seis das oito séries) do ensino fundamental em escolas da rede pública, o que deve ser comprovado na matrícula com a apresentação do histórico escolar. Há 430 vagas disponíveis.

Escola tem cerca de 11 mil alunos em 11 unidades

Para a 5ª série do ensino fundamental, a metade das 270 vagas também está reservada para alunos da rede pública. Será exigido dos candidatos, no ato da pré-matricula, documento oficial comprovando que cursaram no mínimo a 3ª e a 4ª séries do ensino fundamental em escolas da rede municipal ou estadual. Hoje, o colégio tem cerca de 11 mil estudantes espalhados por 11 unidades. ■

Figura 23 – Reportagem sobre ação afirmativa no CPII do Jornal O Globo de 25 de setembro de 2004.

Todavia, as ações afirmativas surgiram no Colégio Pedro II em um momento em que instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro começaram a promover as cotas raciais e sociais em seus vestibulares – tais como a UERJ (2003) e a UFRJ (2004), universidades cariocas pioneiras nessa oferta de vagas universitárias na rede estadual e federal de Ensino Superior no Rio de Janeiro – bem como a fomentar debates sobre sua viabilidade.

A ação afirmativa, cuja principal expressão no país são as cotas, fundamenta-se na compreensão de que pessoas negras sofreram historicamente maior discriminação na sociedade brasileira e, portanto, precisam, devem e merecem ser apoiadas a fim de ampliar suas oportunidades, como no acesso à educação. O mesmo entendimento foi estendido aos indígenas, às pessoas com deficiência, aos estudantes que vêm de escolas públicas no ensino médio e aos estudantes de famílias mais pobres (HERINGER, 2018b⁹⁴).

O Estado do Rio de Janeiro já havia tramitado legislações acerca da oferta de vagas por cotas em suas universidades, como a Lei nº 3524, de 28 de dezembro de 2000 (acerca dos critérios de seleção e admissão de alunos provenientes de escola pública em universidades públicas estaduais), a Lei nº 3708, de 09 de novembro de 2001 e o Decreto nº 30766, de 04 de março de 2002 (sobre o sistema de cotas de até 40% para as populações negra e parda no acesso a UERJ e UENF). Os critérios para a seleção de alunos por ações afirmativas eram definidos pela universidade de acordo com a legislação vigente.

A partir dos anos 2000, o governo brasileiro deu início a algumas políticas para ampliar o número de estudantes no ensino superior. As políticas envolveram diferentes medidas, tais como: • Expansão do sistema universitário público, com a criação de 18 universidades federais entre 2003 e 2014); • Expansão das universidades federais já existentes, incluindo novos prédios, novos cursos e novos campi • Criação em 2004 do ProUni⁹⁵, programa de bolsas do governo federal para estudantes em instituições privadas, com a concessão de 1,2 milhões de bolsas entre 2004 e 2010 (Santos, 2011) • Ampliação do FIES (Financiamento estudantil) • Expansão e criação de institutos federais de educação técnica e tecnológica • Políticas de ação afirmativa, beneficiando diferentes públicos (HERINGER, 2018a, p. 9).

O Edital do primeiro Concurso de Seleção previa o dia 05 de abril para a realização do exame. Foi um Edital ímpar e adaptado às circunstâncias. O exame constou de vinte questões objetivas de Português e Matemática, foi realizado nas dependências da Unidade São Cristóvão III e contou apenas com duzentas e setenta e cinco inscrições. Foram disponibilizadas duzentas e dez vagas distribuídas por seis turmas de trinta e cinco alunos e destas cento e noventa e cinco vagas foram ocupadas pelos aprovados e classificados, sendo que destes matricularam-se cento e oitenta e seis alunos. As provas foram

⁹⁴ Extraído de um artigo publicado pela Prof^a Dr^a Rosana Heringer, no site Ciência Hoje, no dia 31 de outubro de 2018. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/um-balanco-da-politica-de-cotas/> – Acesso em 28 nov. 2020.

⁹⁵ ProUni (Programa Universidade para Todos) programa criado em 2004 que oferece bolsas de estudo parciais e integrais para a matrícula de estudantes em instituições de ensino superior privadas.

corrigidas na Secretaria de Ensino no mesmo dia após o seu término, pela Professora Vera Maria Ferreira Rodrigues, Professora Denise Carvalho de Mattos e pelo Professor Miguel Ângelo Villardi. Ao final da correção verificamos que obtiveram a média exigida igual a 50% de acertos apenas cento e quarenta candidatos. Foi visível minha decepção, minha tristeza ante tanto esforço despendido e a possibilidade de não completar sequer o número de vagas. Vera Maria, sempre sensível, prestimosa e zeladora das boas causas do Colégio Pedro II, percebendo minha expressão dirigiu-se carinhosamente e disse-me: “Oscar, tranquilize-se porque vou propor ao Diretor-Geral uma redução da média mínima de cinco para quatro de modo completemos as vagas, afinal trata-se de um Concurso extemporâneo e especial. Ele vai entender...” E assim fez. Com a média mínima igual a quatro conseguimos aproveitar cento e noventa e seis candidatos para matrícula e destes matriculamos efetivamente cento e noventa e quatro alunos (HALAC, 2011, p. 38).

Colocamos aqui um adendo acerca da citação de Heringer (2018b), uma vez que essa remonta às políticas afirmativas no Ensino Superior. Entretanto, essa citação se faz pertinente para compreendermos tanto o pioneirismo do Colégio Pedro II ao propor a mesma política de inclusão em sua seleção discente para o Ensino Médio quanto para o contexto em que a empreitada se insere: se, por um lado, a inovação poderia sugerir a outros colégios de Educação básica a aderirem à reserva de vagas, por outro, é mais uma medida que aproxima o CPII das instituições de ensino superior brasileiras, que já estavam aderindo ou discutindo a adesão à medida em seus processos seletivos.

Foi a conquista, foi o Pedro II atingir a partir de Realengo, tendo concurso com cotas, uma comunidade que não tinha a oportunidade de ter acesso ao Pedro II, era muito difícil, a não ser pelo sorteio do Pedrinho; e que a gente ainda tem até hoje um preconceito interno que diz que o aluno do Pedrinho não é tão bom quanto o aluno do concurso – isso é óbvio, porque o cara foi super selecionado, pô. 5 mil, 6 mil pra 30 vagas, você não pode comparar com o outro, né. ‘Eh’... enfim, acabou-se um pouquinho alguns limites que o Pedro II não ultrapassava, né. A escola ter um público mais condizente com uma escola pública, né. E a gente poder mostrar também, eu acho que um outro ganho... ‘eh’... é nós termos alunos oriundos sempre de escola pública, né, passando, por exemplo, teve um menino que foi o primeiro lugar na UERJ, ele fez medicina depois, mas naquele primeiro exame de seleção da UERJ ele foi o primeiro colocado, os cursinhos ficaram desesperados atrás dele pra poder botar o nome (VILLARDI, 2020).

A criação da unidade se encontra bastante pautada pelo discurso de devolutiva às solicitações de moradores da região. Porém é preciso reconhecer também uma das demandas da instituição e uma palavra recorrente nos discursos das gestões (Direções Gerais) desde o final da década de 1980: democratização.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ENSINO

EDITAL Nº 13/2005

ADMISSÃO À 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

* 2005/2006 *

O DIRETOR-GERAL DO COLÉGIO PEDRO II determina e a SECRETARIA DE ENSINO torna públicos, nos termos deste Edital, as normas e os procedimentos necessários para a realização do Concurso de Seleção e Classificação de Candidatos à matrícula, exclusivamente, na 1ª Série do Ensino Médio, para o ano letivo de 2006.

I - DAS VAGAS

Art. 1º São oferecidas **546 vagas**, assim distribuídas pelos turnos de aulas:

a) No 2º turno:

• Unidade Escolar Centro.....	50 vagas
Rua Marechal Floriano, 80	
• Unidade Escolar Engenho Novo II.....	46 vagas
Rua Barão do Bom Retiro, 726	
• Unidade Escolar Humaitá II.....	40 vagas
Rua Humaitá, 80	
• Unidade Escolar Realengo.....	126 vagas
Rua Carinhonha, 178	
• Unidade Escolar São Cristóvão III.....	100 vagas
Campo de São Cristóvão, 177	

b) No 3º turno:

• Unidade Escolar Humaitá II.....	50 vagas
Rua Humaitá, 80	
• Unidade Escolar Realengo.....	34 vagas
Rua Carinhonha, 178	
• Unidade Escolar Tijuca II.....	100 vagas
Rua São Francisco Xavier, 204	

Parágrafo único. É terminantemente vedada a matrícula, em outra série, de candidato aprovado na forma deste Edital.

Art. 2º O total das vagas disponíveis a serem oferecidas, em cada Unidade Escolar, será preenchido conforme o seguinte critério:

Grupo I – Cinquenta por cento (50%) por candidatos oriundos das escolas que integram a **Rede Pública de Ensino Fundamental**, mantida pelos **Governos Municipais e Estaduais (a ser comprovado no ato da matrícula, através do Histórico Escolar)**;

Grupo II – Cinquenta por cento (50%) por candidatos que **não cumpriram** o critério exigido no Parágrafo primeiro deste Artigo.

Figura 24 – Edital 2005/2006 do concurso de alunos de Ensino Médio – CPII

No edital de seleção de alunos para o ano de 2006, estavam previstas 160 vagas para novos alunos e o funcionamento de dois turnos (tarde: 126 vagas; noite: 34 vagas), considerando as ações afirmativas que o Colégio

propôs desde a primeira seleção discente em 2004 (em Realengo) 50% das vagas de todas as unidades continuaram a ser reservadas para alunos.

No entanto, desde a primeira seleção de alunos para o CP II, em que o edital reservou estudantes de escola pública (o que foi noticiado mais de uma vez no *Jornal O Globo*), que há dissonância em relação à implementação das ações afirmativas por conta da manutenção desses alunos para que alcançassem o segundo ano do Ensino Médio e do espectro receso de queda de rendimento do Colégio, em uma época em que os jornais noticiavam *rankings* das escolas de Ensino Médio.



Figura 25 – Recorte da reportagem do *Jornal O Globo* do dia 31 de maio de 2004 sobre a opinião de alunos sobre as cotas.

A reportagem anterior, de 31 de maio de 2004, ainda apresenta um ponto de vista polêmico por parte da comunidade discente acerca da admissão de alunos de escolas públicas por cotas sociais nas universidades, embora o

Colégio tenha realizado sua primeira experiência de seleção com cotas sociais ainda em 2004 para a unidade de Realengo.

As divergências acerca dessa política afirmativa se baseavam na carência de uma política de assistência que assegurasse a permanência do aluno, além de argumentos que se baseiam na perpetuação do preconceito ao discente por sua origem. Considerando, em um panorama geral, os desafios enfrentados por alunos admitidos por cotas sociais em instituições públicas de ensino, como universidades e o Colégio Pedro II,

(...) podemos dizer que há um desafio para as instituições de ensino superior públicas, especialmente as de maior prestígio, para considerar efetivamente como parte de suas tarefas e responsabilidades a necessidade de lidar com a emergência deste novo perfil de estudante universitário, que chega com diferentes necessidades e requer atenção especial por parte das instituições. É importante destacar que muitos destes estudantes pertencem à primeira geração das suas famílias a ingressar no ensino superior. Vários estudantes que conseguiram ingressar numa universidade pública nos anos recentes experimentam dificuldades em termos econômicos e também em termos do acesso a diferentes oportunidades de inclusão em atividades oferecidas pelas universidades (HERINGER, 2018a, p. 13).

Todavia, podemos perceber que embora a proposta seja interessante para promover uma diversificação do perfil discente da instituição, a viabilidade se põe diante do maior obstáculo: a aprovação desses alunos dentro da nota de corte e, por decorrência disso, a dificuldade da matrícula de alunos oriundos da rede pública em todas as vagas reservadas. Observaremos essa problemática em outros processos seletivos, os quais discorreremos nos demais capítulos das UNEDs.

4.2

Uma única unidade, vários endereços: a luta comunitária para crescer em seu próprio terreno

Neste subcapítulo, retomamos o caminho pela primeira etapa da expansão anos 2000 do Colégio Pedro II: a implantação da UNED Realengo, por meio de um convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro, assinado durante a gestão do prefeito César Maia, como visto anteriormente.

Embora a euforia de toda comunidade local por conseguir levar um colégio federal para a Zona Oeste, além da extensiva divulgação da mídia sobre o feito, adiantamos que, ao longo de sua implementação, a unidade passa por dois prédios, portanto dois endereços até que um terreno fosse cedido para a construção de sua sede.

Domingo, 13 de janeiro de 2002 O GLOBO ZONA OESTE • 3

Realengo ganhará unidade do Pedro II

Convênio com MEC prevê que prefeitura ceda espaço para colégio funcionar com 400 alunos

Claudio Motta

Realengo terá uma unidade do Colégio Pedro II, provavelmente ainda este ano. Ninguém garante prazos mas a prefeitura, que será responsável pelo prédio onde serão dadas as aulas, e o Ministério da Educação já estão elaborando o convênio que possibilitará o início das atividades.

Entre os pontos abordados na minuta do convênio estão a implantação da unidade em três turnos; a destinação de dois terços das vagas da escola para alunos da rede municipal; a cessão por parte da prefeitura de um prédio com capacidade para pelo menos 400 estudantes, além de sua manutenção física; seguir a grade curricular do Pedro II; e a permanência do ensino técnico em computação.

O documento ainda precisa ser homologado pelo MEC, que ainda não aprovou a contratação de professores temporários. E a prefeitura deve escolher o local de funcionamento da escola.

O professor Wilson Choeri, diretor-geral do Pedro II, diz que o governo federal está empenhado em criar mais vagas. De acordo com ele, isso favorece a criação do colégio na região já no início do ano.

— A comunidade de Realengo e o Movimento Pró-Escola Técnica são dinâmicos. Eles se mobilizaram com o deputado Ronaldo Cezar Coelho para que o MEC fizesse uma extensão do colégio no bairro. O prefeito Cesar Maia se interessou em dar toda a estrutura e a verba de custeio. A idéia do prefeito, caso essa experiência dê certo, é abrir dez unidades do nosso colégio no Rio — diz.

A intenção da prefeitura de contribuir com a ampliação da rede federal de ensino é confirmada por Rojane Calife Jubram, subsecretária de Educação. A prefeitura está buscando convênios com faculdades da região e analisando escolas como a Gil Vicente, em Realengo:

— Estamos buscando, o mais rapidamente possível, o campus na Zona Oeste, que poderá ser em Realengo. Este programa pode ser ampliado.

Oscar Halac, diretor da unidade Tijuca, está otimista:

— Penso que as probabilidades são muito grandes para que as aulas comecem neste ano. A idéia foi bem aceita em Brasília, o prefeito também ficou entusiasmado e temos o apoio da comunidade. Com as pendências resolvidas, precisamos de apenas 30 dias para nos instalarmos. ■

Mônica Inverniz



A ESCOLA MUNICIPAL Gil Vicente, em Realengo, pode abrigar a filial do Colégio Pedro II já no início do ano

25º lugar CEFET 2001

Parabéns Julie Rosa F. Matinha
(8ª série)

Centro Educacional Orion Mas uma vez aprovando diretu.
"Isto é ensino de qualidade".

Rua Coronel Corte Real, 55, 55 + 119 - Bangu
Tels.: 2401-6228 / 2401-5461

Figura 26 – Reportagem sobre a possibilidade de o CPEI utilizar a Escola Municipal Gil Vicente
Jornal O Globo de 13 de janeiro de 2002.

No entanto, adiantamos que essas mudanças repentinas de endereço se tornam um infeliz padrão, porque se repete na criação das demais unidades e coloca em evidência uma incerteza na consolidação do movimento expansionista. Visto isso, as unidades chegam a duplicar seu corpo discente, porém encontram caminhos sinuosos até alcançar a estabilidade em sua estrutura.

No caso de Realengo, algumas peculiaridades dessa parceria entre a Prefeitura do Rio e o Colégio Pedro II (que já haviam sido antecipadas em uma publicação do Jornal O Globo em 2002, dois anos antes da primeira etapa da expansão tomar forma) se confirmaram, como a cessão do espaço de uma instituição municipal da região – no caso, a Escola Municipal Gil Vicente durante o primeiro ano de funcionamento (2004).

A princípio, não foi possível cumprir com o objetivo de oferecer 400 vagas para alunos e três turnos, porque a capacidade das salas oferecidas para o funcionamento no horário noturno, que acomodou 194 alunos da 1ª série do Ensino Médio, foi distribuída em seis turmas (SANTOS *et al*, 2018).

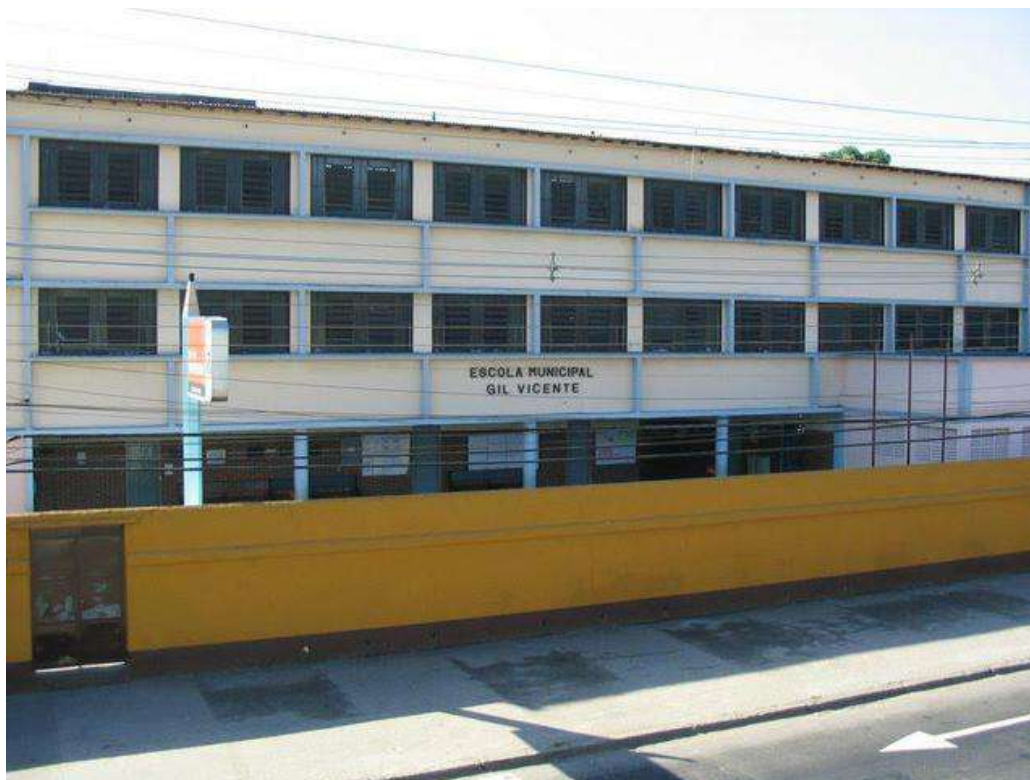


Figura 27 – Fachada da Escola Municipal Gil Vicente (Google Earth, 2020).

A Diretora da Escola Municipal, em minha visita, reservou para instalarmos as dependências administrativas da Unidade Experimental de Realengo do Colégio Pedro II as dez salas de aula que existiam na Escola e um banheiro desativado que, após rápida reforma, abrigou a Direção, a Secretaria Acadêmica e o SESOP (Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica). (...) 06 de abril de 2004, marcou a solenidade de inauguração da Unidade Experimental Realengo. O bairro estava em festa e centenas de pessoas acotovelavam-se no pequeno pátio da Escola Municipal Gil Vicente. Em seu discurso o Prefeito reiterou que em seu mandato ergueria o prédio da Unidade Escolar Realengo na área da antiga Fábrica de Cartuchos e solicitou ao Pároco da região, John Cribbin, chamado carinhosamente de Padre João, que abençoasse a Unidade que ora se inaugurava. Foi meu primeiro contato com esta maravilhosa figura, apaixonante diria eu, que se dirigiu ao Prefeito respondendo-lhe: (...) *uma escola, seja qual for, assim como um orfanato, asilo, hospital ou qualquer outro local de amparo à alma humana, já nascem abençoadas pelo Cristo, Ele e seu Pai estão sempre presentes nestes locais. Rogo, sim, que estejam sempre presentes nos corações e mentes dos nossos governantes para que iniciativas como esta de hoje sejam tomadas com mais frequência...* Ali, em nove metros quadrados, funcionou por um ano letivo a Unidade Experimental Realengo (HALAC, 2011, p. 38-39).

Em comparação entre esse convênio para viabilizar a unidade de Realengo e ao que fora firmado entre a Prefeitura do Rio e o CPEI para resolver os problemas de esvaziamento de alunos no início dos anos 1980 (que culminou, posteriormente, no segundo movimento de expansão da instituição com a criação dos “Pedrinhos” a partir de 1984) pode-se notar uma diferença essencial na natureza do acordo.

No momento em que o primeiro acordo foi concretizado, os alunos eram os recursos que o Colégio buscava, pois foram selecionados de escolas municipais do Rio para cursar os anos finais do Ensino Fundamental em diante, solucionando assim o transtorno de turmas vazias. Nos anos 2000, os recursos necessários estão relacionados à estrutura necessária para o funcionamento da nova unidade.

A contrapartida foi a criação que nós fizemos, criação de cotas, tá. E... na verdade, a contrapartida que acredito que o César Maia queria era a popularidade que ele ganhou com isso e os votos na região da Zona Oeste que era um colégio eleitoral enorme, né. Então esse era o interesse dele. Mas a Secretária (de Educação, Sonia Mograbi) na época – não sei nem o nome dela – de Educação começou a criar problemas

com o convênio, o... a própria direção do Gil Vicente, ela não era muito satisfeita com esse convênio, né, porque a gente usava à noite, a moradora queria que terminasse às 22h e às 22h não terminava, porque tinha aula até 22h30. Enfim, era uma... era uma dificuldade, né. E você morar na casa dos outros é sempre um problema, né ((acha graça)) (VILLARDI, 2020).

Em semelhança à origem da criação dos Pedrinhos, os recursos provenientes são as instalações de uma das escolas municipais da região e que, em contrapartida, aguarda a chegada do CPII e a cessão de um terreno em Realengo para sua construção. Por parte do Colégio, a seleção de alunos contou com a reserva de metade das vagas para alunos oriundos de escolas públicas, bem como estava previsto nesse convênio um assessoramento do CPII a escolas da região.

Eu lembro uma vez que teve uma... um debate lá no Colégio em que foi o Freixo, Marcelo Freixo; foi o... o cara chefe da comunicação social da PM, era um debate assim sobre violência, sobre educação, e quando terminou, o Freixo falou assim pros alunos, a aula lotada, aquele auditório, eh... “O Pedro II é uma ilha na educação brasileira”, aí os alunos vibraram, aplaudiram. E eu como diretor encerrava o evento, eu falei, “deputado, eu agradeço até, porque eu sei que a sua intenção é um elogio, mas eu não fico feliz em achar que o Pedro II é uma ilha dentro da educação. Eu acho que vocês podiam fazer um movimento grande pela educação pra que o Pedro II, né, as escolas federais, estaduais e municipais formassem um continente da educação brasileira”, porque eu sei que a gente é uma ilha, mas não me deixa feliz isso, não. E aí os alunos vieram, fizeram a maior algazarra, vibraram e tal (VILLARDI, 2020).

Partindo do ponto de vista institucional, em um primeiro momento, ser um espaço propulsor, para além dos limites de uma ilha de excelência como frisado por Villardi (2020), foi um dos argumentos para empreender essa expansão com a abertura das novas unidades – embora cada inauguração traga em si as particularidades e demandas locais.

No entanto, ponderemos que a busca por uma segurança institucional para evitar “rebaixamentos” (como ser entregue a outras esferas de governo) e demais desprestígios, aliada à defesa do CPII como uma instituição padrão de ensino público, gratuito e de qualidade, impulsionaram movimentos expansionistas anteriores e que, por detrás de políticas de desenvolvimento da

Educação básica ou de alinhamentos políticos, há também motivos e projetos próprios de um grupo ou de uma gestão.

Compreendemos como segurança institucional neste estudo a manutenção de um *status* prestigioso, bem como a estabilidade da instituição, vinculada pelo pertencimento a uma esfera governamental e/ou pela socialização mediada por seu programa institucional.

À luz do conceito de segurança de Giddens (1991), essa é *uma situação na qual um conjunto específico de perigos está neutralizado ou minimizado. A experiência de segurança baseia-se geralmente num equilíbrio de confiança e risco aceitável* (p. 37).

(...) Foi feito um convênio ainda quando o prefeito era o... era ... era o César Maia, o prefeito César Maia que cedeu lá o espaço da escola municipal a noite, e isso era ano de eleição, né. E o César Maia reeleito, deu assim, cortou o convênio logo no início do segundo ano. É uma história que tem que ser contada, né (VILLARDI, 2020).

Entre os riscos aceitáveis da nova expansão demandar muito mais investimentos do que o que se imaginava ou da nova unidade não dar certo, havia o receio maior de colocar em risco sua condição privilegiada de colégio federal, embora dedicado à Educação básica. Para que esses riscos fossem reduzidos ou controlados, seria imprescindível manter o convênio com a Prefeitura do Rio, pelo menos enquanto não estava acertada a cessão do terreno do Exército.

Assim que se encerra o primeiro ano de funcionamento da unidade Realengo, a prefeitura do Rio encerra o convênio, alegando que não teria condições em emprestar a escola municipal novamente – o que coincide com a reeleição do Prefeito César Maia e com problemas com a escola cedida.

Mas o professor Choeri, que ‘tava’ travando uma dura batalha pra conseguir implantar Realengo, ele se comprometeu que não iria abrir uma outra unidade enquanto não resolvesse a situação de Realengo, que por enquanto a gente ‘tava’ na escola municipal, 2004 foi municipal. Quando virou o ano pra 2005, o município disse que não podia mais. Passadas as eleições, coincidentemente, ((acha graça)) o prefeito

reeleito, a Secretária de Educação... olha, eles não disfarçaram... ali eu fui testemunha, eu fui testemunha ocular não, mas auditiva, nós estávamos almoçando. Ela telefonou pro professor Choeri na primeira semana do ano pra dizer que não podia mais emprestar, ceder a escola enquanto o colégio estava funcionando (RODRIGUES, 2020).

O desafio de encontrar um novo local para a unidade de Realengo, uma vez que a doação do terreno da antiga Fábrica de Cartuchos do Exército ainda não estava acertada, colocou à prova a possibilidade de continuar a unidade. A dissolução da unidade levaria ao desmembramento das turmas de Ensino Médio pelas demais unidades do CPII e ao fim do sonho daquela comunidade, uma escola federal em Realengo, como relata Halac (2011).

A convivência da Unidade Escolar Realengo com a Escola Municipal se tornava a cada dia mais difícil e aumentava a pressão da comunidade para a existência de um curso diurno que atendesse aos alunos em faixa escolar não compatível com o turno da noite. Sem o prometido apoio da Prefeitura e sem verbas orçamentárias para investimento em obras, encontrávamos em situação complicada. A Unidade não poderia continuar onde estava e por outro lado não era a proposta do Colégio Pedro II a abertura de um Curso de Ensino Médio Regular exclusivamente noturno, além de não ser o anseio daquela comunidade. Procurei o professor Choeri e relatei a minha angústia. Zeloso, acima de tudo, pelo Colégio Pedro II e decepcionado pela falta de condições para a manutenção da Unidade, determinou-me o encerramento das nossas atividades em Realengo e a transferência dos alunos para as Unidades já existentes, a partir de 2005. O respeito e a admiração que nutria (e nutro) pelo Choeri jamais, em trinta anos, me permitiram a contrariedade de suas decisões. Mas naquele momento ocorreu pela primeira vez e última vez. Disse-lhe que não poderíamos, como tantos outros fizeram, decepcionar aquela gente esperançosa de boa educação para seus filhos, disse-lhe que nunca havia assistindo-o desistir tão rápido de um projeto, logo ele que resistiu contra tudo e contra todos pela construção do Campus (Maracanã) da UERJ⁹⁶ (HALAC, 2011, p. 43).

Considerando que a unidade de Realengo foi a precursora dessa expansão, essa situação é muito difícil de imaginar. Para que a unidade desse

⁹⁶ De acordo com Cazes (2017), a partir de 1967, o Prof. Choeri atuou como Secretário-geral junto ao Reitor João Lyra Filho. Posteriormente, foi sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, momento em que se destaca seu protagonismo junto ao processo de reforma da universidade e da construção do campus Maracanã.

certo, o apoio da comunidade foi muito necessário, principalmente, antes da garantia de cessão e construção do prédio da antiga Fábrica de Cartuchos do Exército.

Pedro II vai ter mais 140 vagas

Cessão de prédio permite aumentar o número de alunos em Realengo

Rafael Pinna

A antiga Fábrica de Cartuchos do Exército na Rua Bernardo Vasconcelos 941, em Realengo, foi cedida para a prefeitura para a instalação de uma unidade do Colégio Pedro II no bairro. O imóvel fica em frente à Praça do Canhão e precisará ser reformado. Hoje, 196 alunos estudam provisoriamente no prédio da Escola Gil Vicente, localizada próximo ao local, e outras 140 vagas serão abertas com a inauguração da nova filial, ainda sem previsão.

A liberação gratuita do imóvel foi divulgada numa portaria do Diário Oficial da União no dia 29 de outubro. Nos próximos dias serão assinados os últimos trâmites burocráticos que permitirão a utilização do local pela prefeitura. A reforma do espaço depende da liberação de recursos do Ministério da Educação (MEC) e do governo municipal. A fachada histórica do prédio será mantida.

Uma grade curricular fora dos padrões está sendo estudada para a filial do Pedro II em Realengo. No fim do segundo ano do ensino médio, o

estudante escolherá se quer terminar o curso com a grade normal, voltado para o a disputa do vestibular, ou se preferir mais dois anos de estudo profissionalizante. Estão previstas aulas de enfermagem, gestão de petróleo, turismo e informática.

A notícia da cessão do imóvel trouxe grande alegria para um grupo que há mais de 20 anos luta por melhorias na área de educação na Zona Oeste: o Movimento Pró-Escola Técnica.

— Nós lutamos há muito tempo para reduzir um déficit de cerca de 20 mil vagas no ensino médio na Zona Oeste. Nossos alunos ficam sem aulas ou são obrigados a estudar em colégios distantes, em outras regiões da cidade. A cessão do imóvel é mais um passo importante e esperamos que tudo dê certo o mais rapidamente possível — afirma Antônio Palmeira, integrante do movimento.

Palmeira lembra que 72 associações de moradores de Realengo e bairros próximos já participaram do movimento. Hoje, no entanto, esse número não passa de 15 comunidades envolvidas. ■



A ANTIGA FÁBRICA de Cartuchos do Exército da Rua Bernardo Vasconcelos será reformada para a instalação de uma filial do colégio Pedro II em Realengo

Figura 28 – Reportagem sobre a cessão do prédio da antiga Fábrica de Cartuchos do Jornal O Globo de 14 de novembro de 2004.

Terminava o ano de 2004 e a... a doação da área do exército não tinha saído, e aí começou essa história outra vez, com esse problema, que aí que a gente foi procurar o Padre João, e o Padre João nos ofereceu uma área da igreja católica na... ali perto do shopping de Realengo, e aquilo lá nem é mais Realengo, é Capelinha, chamam o lugar de Capelinha. E aí nós pegamos lá (...) com funcionários da própria instituição, com dinheiro do concurso que não se destinava a isso, mas o professor Choeri disse que assumia o risco, e ele ‘tava’ construindo escola, eu lembro do... E o professor Oscar que muitas vezes as pessoas não levam em consideração isso, ele ‘ia’ domingo pra lá ajudar a virar laje pra poder – laje não, fazer obra, porque laje não tinha –, e ele construiu ajudando os caras a construir as salas de aula, que eram... tinha lá duas salas muito bonitas que já existiam para aula de catecismo e tal, porque o lugar era o lugar de uma ONG, né. E nós fizemos um monte de barracos lá na... verdadeiramente salas sem a mínima condição, mas que a gente podia continuar. Em 2005 então a gente foi pra Capelinha, foi a primeira mudança, e eu e o Oscar pensamos no seguinte, “vamos abrir tarde e noite, porque a expectativa daqui é tão grande, que se a gente

conseguir dar uma volta no professor Choeri e abrir tarde e noite, a gente vai ter um número maior de alunos, fica mais difícil de acabar”, porque até ali a gente era sem teto, continuava sendo sem teto. E a gente fez, abriu o concurso pra mais vagas, não sei o que e tal, e foi engraçado que o professor Choeri chamou a gente e falou assim, “olha, vocês são espertinhos, mas eu não sou otário não, eu entendi o que vocês tão fazendo, mas eu ‘tô’ junto dessa história aí”. E a gente enfrentava além de tudo, internamente um preconceito dentro do Colégio Pedro II, dizendo que a gente ‘tava’ indo lá pra Realengo, que não tinha professor suficiente, uma série de coisas (VILLARDI, 2020).

Então, o Padre remanejou o funcionamento dos cursos dele pra só funcionarem pela manhã, pra ceder as salas tarde e noite do colégio, e não cobrou aluguel. A única coisa que foi feita é que o colégio instalou o medidor de energia elétrica, e o consumo da energia elétrica que o Pedro II consumia pagava. E fez algumas benfeitorias assim, e chamando de uma forma bastante provisória, eu me lembro que tinha uma sala que ali era... era um vestiário, era uma sala dos professores, era tudo. Administração do colégio e as salas de aula, mas garantiu poder funcionar em 2005. E o professor Choeri garantiu ao padre que ali era só pra aquele ano, ele iria continuar batalhando pra conseguir resolver o problema lá do terreno (RODRIGUES, 2020).



Figura 29 – Registros do CPII no Centro Comunitário Capelinha. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/blog/re2/rii-em-imagens/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

A ajuda do Padre John Cribbin (apelidado de João pela comunidade)
– pároco irlandês da Igreja de São José da comunidade de Magalhães Bastos –

simbolizou muito do espírito colaborativo que abraçou o Colégio em Realengo. Manter a Unidade Experimental de Realengo sem o Convênio da Prefeitura do Rio para apoiar o funcionamento da unidade nos mostra como esse primeiro momento de expansão dos Anos 2000 não se caracterizou como um arranjo (PIRES, 2016), justamente, porque o convênio firmado com o ente municipal não foi cumprido até que o CPII tivesse seu próprio prédio.

Um arranjo de implementação define quem são os atores envolvidos, sejam eles burocráticos (órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela gestão de componentes da política; demais parceiros nos entes federados; órgãos de controle, regulação e fiscalização, seja no Poder Executivo, Legislativo, ou Judiciário etc.), sociais (associações, movimentos, organizações não-governamentais, empresas, sindicatos de trabalhadores, associações empresariais, associações profissionais, usuários e beneficiários da política) ou político-partidários (lideranças políticas – prefeitos, governadores, parlamentares e partidos políticos etc.). Além disso, o arranjo estabelece quais são os papéis de cada um desses atores e de que forma eles interagem na produção de uma ação, plano ou programa governamental específico. Dessa forma, o arranjo constitui justamente o “local” no qual decisões e ações das burocracias governamentais se entrelaçam com as decisões e ações de atores políticos e sociais, repercutindo em impasses e obstáculos ou em aprendizados e inovações nas políticas públicas (PIRES, 2016, p. 73).

Sobretudo, questões como providenciar a resolução dos trâmites legais para a doação do terreno⁹⁷ da antiga Fábrica de Cartuchos para a construção do prédio do CPII, bem como o prédio provisório para seu funcionamento, foram demandas assumidas pelo Colégio junto à forte presença das associações de moradores.

Outrossim, está o significado de uma escola federal para a localidade para a visão de comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) que se desejava alcançar através do acesso ao CPII. Essa imaginação dos moradores de Realengo sobre sua comunidade é uma projeção, considerando a importância

⁹⁷ Conforme anunciado na reportagem acima e mencionado por Halac (2011), Villardi (2020) e Rodrigues (2020), o Sr. Antônio Palmeira, morador da região, auxiliou nos trâmites para doação e regularização do terreno do Complexo Escolar de Realengo. Ex-funcionário da Petrobras (Petróleo brasileiro S.A.), segundo informações dos entrevistados, atualmente trabalha para a Reitoria do CPII, assessorando a regularização de terrenos de outros *campi* do Colégio Pedro II. Não foi possível marcar uma entrevista com o Sr. Palmeira devido à pandemia de Covid-19.

de trazer uma instituição tradicional e com uma história de excelência no Ensino Médio.

Fábrica de cartuchos vira colégio

Pedro II transforma prédio abandonado do Exército em novas salas de aula para 550 alunos em Realengo

Por Juliana Sartore
juliana.sartore@oglobo.com.br

• Instalado em 2004 em Realengo, o Colégio Pedro II acaba de ganhar sua própria sede no bairro. E o patrimônio histórico do bairro agradece. Parte da imponente mas abandonada Fábrica de Cartuchos do Exército, na Praça do Canhão, transformou-se em cinco novas salas de aula, um laboratório e pátio a serem usados por 550 alunos do ensino médio.

— As obras começaram em janeiro e conservaram a estrutura histórica. Começamos com um pedacinho da fábrica, mas o plano é expandir o colégio para outros pavilhões à

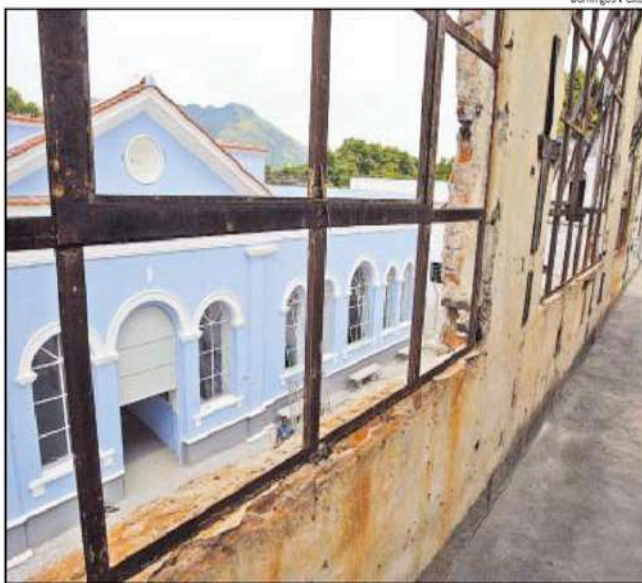
medida que verbas federais forem liberadas — conta a supervisora do convênio entre prefeitura e o Pedro II, Kátia Halac.

Antes de ter o próprio espaço, o Pedro II começou com 193 alunos na Escola Municipal Gil Vicente, em 2004, a partir de uma parceria com a prefeitura. Em 2005, o colégio foi abrigado no Centro Comunitário Capelinha, em Magalhães Bastos, já com 350 alunos.

— Temos uma escola de qualidade e próxima aos moradores, que vai incentivar os jovens a buscar uma formação — diz Antônio Palmeira, integrante do Movimento Pró-Escola Técnica Federal na Zona Oeste, que lutou pelo colégio.

O aluno André Sodré, do último ano do Ensino Médio, concorda:

— O colégio me abriu muitas portas. É legal andar com o uniforme pelas ruas e ver que as pessoas me respeitam.



Domingos Peixoto

■ A FACHADA da parte reformada da antiga fábrica contrasta com o restante que não passou por obras

Figura 30 – Jornal O Globo de 9 de abril de 2006 sobre a fachada da antiga Fábrica de Cartuchos.

Nem através do governo federal e nem pela parceria com a Prefeitura do Rio. Mas a palavra do Choeri valia mais que seu fio de bigode — dizia. Por isto, ao final de 2005, uma vez mais procurei o Diretor-Geral, com uma preocupante informação sobre o terreno da antiga Fábrica de Cartuchos, havíamos encontrado marcações feitas com barbante, denotando uma marcação típica de loteamento. Era o vislumbre de uma ocupação. Preocupado e zeloso pelo patrimônio duramente conseguido, decidi utilizar parte dos recursos arrecadados com o Concurso de Seleção para construir, mais uma vez, salas provisórias dentro da área cedida ao Colégio Pedro II. Deste modo, no terceiro ano letivo, mudamos mais uma vez de endereço (HALAC, 2011, p. 47-48).

Então, 2006 a gente já mudou lá pra nossa área, deixamos de ser sem terras, mas ainda éramos sem teto, porque lá só tinha ruínas. E hoje... quer dizer, naquela época, aquela área onde é o Fundamental II do *Campus* Realengo, era onde tinha... era mais próximo da rua, né, da Bernardo de Vasconcelos, e ali é onde tinha uma condição melhor aí de a gente fazer uma obra barata pra ter salas de aula e poder ocupar o espaço. E mais uma vez a gente usando — não empresas, né, sempre

funcionários do Colégio –, a gente montou as salas de aula ali naquele... naquele espaço, e continuávamos só com ensino médio – manhã, tarde e noite. Bom, dali a gente sofreu bastante também com as intempéries, foi mais barato comprar uma telha que falavam que era ecológica, ela tinha uma... a telha era de papelão com uma cobertura que refletia o calor, mas eu sei que na chuva aquilo foi empenando, soltava pedacinho, e ela era ecológica mesmo a sala, chovia do lado de dentro da sala, entrava água (VILLARDI, 2020).

Com o ano de 2006, o CPII Realengo chega ao terceiro endereço da unidade, dessa vez na área prometida desde o convênio com a Prefeitura do Rio. Sem verbas do governo federal nem de outro ente federativo e com um terreno abandonado em mãos, o modo encontrado pelo Diretor-Geral para começar as obras necessárias para o funcionamento da unidade nos turnos da tarde e noite foi custear tudo com verbas dos Concursos de Seleção (SANTOS *et al*, 2018). *Há um patrimônio construído que precisa ser valorizado e pode ser potencializado para o desenvolvimento territorial considerando a multidimensionalidade* (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009, p. 15).

Onde eram ruínas fantasmagóricas e abandonadas há 50 anos, conseguimos restaurar, obedecendo ao tombamento exigido pelo Patrimônio Municipal, 1/5 da área e implantamos, em 6 meses, a nova Unidade de Ensino Médio que, hoje, tem perto de 1.000 alunos, inaugurada solenemente pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (SANTOS *et al*, 2018, p. 243)⁹⁸.

Realizado em pouco espaço de tempo e com bom aproveitamento da verba remetida mereceu a admiração e atenção do Exmo. Sr. Ministro de Estado e Educação – Professor Fernando Haddad e do Professor Francisco das Chagas, Secretário Executivo daquele Ministério, que em diferentes momentos visitaram as obras durante a sua execução. Partiu do próprio Ministro a sugestão que a inauguração fosse realizada pelo Presidente da República, Senhor Luís Inácio Lula da Silva. Com efeito, assim aconteceu. Em 2007, foi marcada a inauguração da Unidade Escolar Realengo do Colégio Pedro II com todas as pompas e honras que mereciam o Colégio e a comunidade local. A presença do Presidente parou literalmente a região. Uma grande afluência de pessoas, políticos de expressão nacional, como o Governador do Estado, Sérgio Cabral Filho, o Ministro de Estado e Educação, Fernando Haddad, o Senador da República, Francisco Dornelles dentre

⁹⁸ Trecho do Relatório de Gestão de 2007 extraído do livro de SANTOS *et al* (2018), no qual Wilson Choeri faz um balanço de sua gestão como Diretor Geral (11 de janeiro de 2008).

outros Deputados Federais e Estaduais e Vereadores (HALAC, 2011, p. 49).



Figura 31 – Jornal In Focus Rio de agosto de 2007 sobre a presença do Presidente Lula na inauguração do CPEI Realengo.

A transformação da antiga fábrica de cartuchos de Realengo em uma unidade do CPEI procurou respeitar a história da edificação, por se tratar de um patrimônio histórico daquele bairro, embora as dificuldades em encontrar verbas para a construção das salas de aula e dos demais *espaços*. Cerca de R\$2.9 milhões foram doados pelo MEC, na gestão do Ministro Fernando Haddad, para obras de ampliação e restauração (SANTOS *et al*, 2018).

Com isso ele praticamente recuperou, foi muito da área. E o restante continuava lá os pavilhões abandonados. Ele conseguiu trazer em agosto de 2007 o Lula pra inaugurar. Aí então foi uma loucura. Lula, governador, prefeito, deputado... foi... nunca vi tanta autoridade junta no Pedro II como nesse dia. E aí, quer dizer, 16 de agosto de 2007. Aí eu sei que ele fez o discurso dele e fez o desafio, “presidente, até aqui o Colégio Pedro II veio com seus próprios recursos. Se nos derem recursos, [vamos reformar] e pegar essa área toda”. E o negócio... eu ouvi de várias pessoas, um tempo depois, tive depois a oportunidade de tratar lá no MEC, que o Lula cobrava, de tempos em tempos o Lula

perguntava, “como é que tá o Pedro II? Deram dinheiro pro Pedro II?”, e fizeram de uma forma que o orçamento do Colégio, quando a gente planejava o orçamento anual, tinha um valor lá que eles anunciaram. Nessa época o Pedro II ‘tava’ ligado à Secretaria Executiva. Era o Paim, o secretário executivo. No final negociava-se com ele, e travava-se “tantos milhões, 5 milhões, não sei quantos milhões” estão pra ser investidos em Realengo. E aí eu sei que a gente foi conseguindo, né, é aquela maravilha que tá lá hoje. Foi realmente um desafio. Bom, essa ida pra Realengo mobilizou (RODRIGUES, 2020).



Figura 32 – Presença de Fernando Haddad, Wilson Choeri, Sérgio Cabral e Lula na inauguração de Realengo. Extraída do site Revista Fator Brasil de 17 de agosto de 2007. Disponível em: http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=16885#. Acesso em: 28 nov. 2020.

Realengo sinceramente foi um presente pra minha vida, eu ter acreditado, porque tinha tudo pra não dar certo e deu, deu certo. E cresceu exponencialmente, e mudou a vida daquela região ali. Até os imóveis na redondeza do Colégio Pedro II mudaram. Se você não sabe, aquela região ali da fábrica abandonada era uma região de prostituição, de travestis, que a polícia nem atuava. O portão ali ficava até 11 da noite com esse... esse movimento ali na região. Então dali surgiram, né, com o Pedro II isso foi afastado, com o Pedro II, o tão querido viaduto de Realengo, aquele viaduto que fica em frente lá, que seria da rua da esquina do Bacalhau, que foi um projeto do professor, né, do (em dezembro) (...) professor Paulo, que já faleceu também, ano passado. Eh... ele... ele mandou fazer o trabalho, a menina fez, lá no vídeo relata bem e aí eles mandaram pro... pra prefeitura o projeto e o projeto foi aprovado. Teve a participação, aí sim teve a participação de um vereador da região, como todos de lá que ficavam rodando a escola e dizendo que eles trouxeram Pedro II pra Realengo, depois que eu ficava

revoltado, mas o professor Choeri com a experiência dele, “deixa pra lá, todo mundo que entrou deixa pra lá, deixa rolar, deixa falar, eles vão falar mesmo” (VILLARDI, 2020).



Figura 33A – Biblioteca digital (antes da obra).
Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/blog/re2/rii-em-imagens/nggallery/page/1>. Acesso em: 28 nov. 2020.



Figura 33B – Biblioteca digital (antes da obra).
Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/blog/re2/rii-em-imagens/nggallery/page/1>. Acesso em: 28 nov. 2020.



Figura 33C – Biblioteca digital (após a obra).
Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/blog/re2/rii-em-imagens/nggallery/page/1>.
Acesso em: 28 nov. 2020.



Figura 33D – Teatro (antes da obra). Disponível em:
<https://www.cp2.g12.br/blog/re2/rii-em-imagens/nggallery/page/1>.
Acesso em: 28 nov. 2020.

Eu dizia que Realengo era igualzinho ao Brasil na época do descobrimento, se implantando em todo lugar, porque é impressionante. É uma força, assim, e interesse, a comunidade local recebeu o Pedro II muito bem. O colégio ganhou de início, logo, um respeito da

comunidade local, e os alunos... e é interessante que a gente – não sei se isso ainda se mantém, já são 16 anos – mas os professores que trabalhavam em outras comunidades e foram pra lá onde ficaram divididos, eles diziam que era um aluno com uma educação diferente, ainda com uma noção mais forte de respeito e de família, certos padrões... não sei se por ser uma região que tem muita... muito militar, né, que tem muitos quartéis ali, muito filho de militar, a educação mais rigorosa, eu sei que os alunos... foi uma gratíssima surpresa. E aí a coisa foi dando certo. No que foi dando certo, aí ocorreu também outro fato. Quer dizer, além do grande marketing que começou a ter em Realengo, a novidade, “o Pedro II na Zona Oeste”, foi uma coisa muito positiva (RODRIGUES, 2020).



Figura 33E – Inauguração do Teatro do CPEI Realengo em 02 de dezembro de 2014. Portal Realengo em Pauta, dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/blog/re2/rii-em-imagens/nggallery/page/1>. Acesso em: 28 nov. 2020.

Os novos investimentos do governo Lula vinham, diretamente, para a construção e ampliação da unidade Realengo do Colégio Pedro II, o que leva à conclusão da obra em 2014, além da construção do Teatro do Complexo

Escolar de Realengo e das unidades Realengo I (Pedrinho) e do CREIR (Centro de Referência em Educação Infantil Realengo)⁹⁹.

No entanto, as verbas destinadas pelo MEC a Realengo – e que, portanto, não poderiam ser empregadas em outras unidades – foram motivos para questionar se, com a falta de verbas para custeio de ampliação e reforma das unidades mais antigas, a expansão estaria acontecendo em um momento adequado, visto as dificuldades das demais unidades em seu funcionamento. Por isso, há uma amálgama de tensões e chiados que se estende pelas etapas dessa expansão, além das desconfianças de que o movimento expansionista poderia comprometer a tradição e a qualidade da instituição.

Concluimos que a chegada do CPII a Realengo traz uma grande mudança no bairro, como relatado pelos entrevistados, pela transformação de um espaço abandonado em uma instituição federal desejada pelos moradores desde os anos 1980. Ademais, a expansão se encaminhou pelos territórios, especificamente, a partir de Realengo impulsionada pela força da comunidade e sem arranjos federativos que sustentassem – a longo prazo – a empreitada.

⁹⁹ Não abordamos os trâmites de criação e implementação das Unidades Realengo I e CREIR neste estudo, por focarmos no desenvolvimento do Ensino Médio nessa expansão. No entanto, cabe destacar que o Complexo Escolar de Realengo atende a toda Educação básica, bem como possui iniciativas relativas à formação em Ensino Superior, como por exemplo, os quatro cursos de Graduação (Licenciaturas) oferecidas no *Campus* a partir de 2020. Para mais informações, acesse: https://www.cp2.g12.br/noticias_destaque/9848-com-proposta-inovadora,-cpii-vai-oferecer-quatro-cursos-de-licenciatura-na-zona-oeste,-em-2020.html. Acesso em: 22 dez. 2020.

5.

O caso de Niterói¹⁰⁰: por venturas, do farol à travessia, o Colégio chega do outro lado da Ponte¹⁰¹

*(...) Nasci com um sobrenome
de carvalho velho, de árvores recentes,
de madeira que assobia.
Eu fui depositado
nas folhas caídas,
afundou o recém-nascido
na derrota e no nascimento
de bosques que caíam
e casas pobres que recém choravam.
Eu não nasci mas me fundaram,
Me puseram todos os nomes
De uma só vez (...)
(NERUDA, 1997, p. 35).*

Como um farol, a chegada do Colégio Pedro II a Realengo – a princípio por meio de um Convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro – trouxe uma maior visibilidade para a instituição, em um primeiro momento pela mídia em si, através das publicações frequentes em diferentes jornais, desde os locais até grandes veículos de comunicação.

Ademais, também motivou outras prefeituras a procurarem o Colégio para uma nova empreitada, seguindo os passos da Prefeitura do Rio, por meio de convênios. Aceitar uma das propostas para abrir uma unidade do Colégio em outra cidade seria um feito ainda inédito para o CPPII, cuja localização se estabelecia no município do Rio de Janeiro apenas.

¹⁰⁰ Niterói é um município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Os índices da cidade, que já foi capital do Estado do Rio de Janeiro – até a fusão com o Estado da Guanabara nos Anos 1970 –, apontam um destaque positivo a nível nacional para a escolarização e a qualidade da vida da população niteroiense; ademais, “Nikity”, como é apelidada pelos íntimos, abriga a maioria dos campi da Universidade Federal Fluminense (UFF) em seu território e se destaca pelos pontos turísticos e arquitetônicos integrados à beleza da Baía da Guanabara, como o Museu de Arte Contemporânea (MAC) e o Caminho Niemeyer, projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

¹⁰¹ Neste título tomei a liberdade de me apropriar da expressão “do outro lado da Ponte”, comum em minhas travessias para estudos ou demais compromissos (em Niterói), considerando esse um dos trajetos possíveis de quem vem da cidade do Rio (além das barcas hidroviárias), atravessando os 13 km da Ponte Rio-Niterói para chegar ao município do qual tratamos neste capítulo. Curiosamente, pela proximidade entre as cidades do Rio e de Niterói, é possível observar, das orlas niteroienses, diversos pontos turísticos cariocas, como o Pão de Açúcar, o Museu do Amanhã e a Roda Gigante Rio Star.

No entanto, estabelecer-se em Realengo ainda era um desafio, pois essa nova procura começou após um encontro sobre o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) entre o MEC e os 92 Secretários de Educação de municípios do Estado do Rio de Janeiro, no Salão Nobre da unidade Centro do CPII, no primeiro semestre de 2005.

Neste capítulo nos atentaremos aos motivos que levaram o CPII a um convênio com a Prefeitura de Niterói e como ocorreu o processo de implementação da nova unidade, que marca o primeiro passo fora do seu município de origem nesse movimento expansionista da instituição. Várias prefeituras entraram em contato com o Diretor Geral para oferecer um convênio e, conseqüentemente, trazer o Colégio para seu município, entre elas Niterói e Duque de Caxias, como relatado por Halac (2011), Rodrigues (2020) e Carneiro (2019).

Fomos, à época, procurados por diversas Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, como Mesquita, Cabo Frio, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Para todos os Prefeitos deu o Diretor-Geral a mesma justificativa para adiar os projetos - a necessidade de concretizar as obras na recém criada Unidade Realengo (HALAC, 2011, p. 55).

O MEC (...) pediu ao professor Choeri pra realizar no Salão Nobre da Unidade Centro – nessa época ainda era unidade – uma reunião com os Secretários de Educação dos municípios daqui do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro. E ‘pra’... se o Colégio podia ceder o auditório. Claro que o professor Choeri cedeu, e foi à reunião. Eu não participei dessa reunião, mas ele foi, e eu soube que – ele falava muito bem –, e ele deve ter feito uma fala assim... positiva. O fato é que depois dessa reunião com os Secretários de Educação dos municípios, vários começaram a procurá-lo querendo, e ao mesmo tempo vinha o plano do Ministério da Educação, da interiorização da abertura dos novos campi – anda não existiam os institutos federais, mas existia um projeto da expansão. Aí começou a ‘procura’ com outros municípios querendo o Pedro II. Mas o professor Choeri, que ‘tava’ travando uma dura batalha ‘pra’ conseguir implantar Realengo, ele se comprometeu que não iria abrir uma outra unidade enquanto não resolvesse a situação de Realengo, que por enquanto a gente ‘tava’ na escola municipal, 2004 (RODRIGUES, 2020).

Em 2005, mais precisamente em abril de 2005, houve uma reunião convocada pelo então Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - com os Secretários Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Essa reunião foi sediada no Colégio Pedro II – Unidade Centro, na Marechal Floriano. Portanto os Secretários foram recepcionados, aliás, calorosamente recepcionados pelo então Diretor Geral Prof. Wilson Choeri. Costumo

falar, também, brincando, que quando o Ministro da Educação convoca o Secretário de Educação para uma reunião, muito provavelmente nós iremos, porque afinal de contas é muito importante. Realmente é. Mas quando o Presidente do FNDE convoca, todos vamos. Porque o FNDE é o BNDES da Educação. É de onde saem os recursos para os financiamentos das políticas públicas municipais, estaduais em convênio com o MEC, então, evidentemente que havia ali os 92 secretários municipais de educação presentes. Mas todos os municípios estavam representados. E na abertura, o Prof. Choeri fez uma intervenção falando da satisfação de receber os secretários naquele evento, e ao mesmo tempo falou assim: “olha, queria aproveitar para fazer aqui um desabafo. O Colégio Pedro II se recente de uma pouca colaboração com as redes públicas municipais no Estado todo. E nós gostaríamos de aproveitar a ocasião dos secretários aqui presentes, quem sabe de iniciar alguns veios de cooperação. Porque afinal, o Colégio Pedro II fez essa provocação.” E naquele mesmo dia eu procurei o Prof. Choeri, e falei Prof. Choeri a gente poderia marcar uma reunião de trabalho, oportunamente, para ver em que termos podemos, quem sabem, entabular uma cooperação a esse respeito (CARNEIRO¹⁰², 2009).

Tabela 1 – Ranking do IDH de municípios brasileiros (2000)

Ranking IDHM 2000	Município	IDHM 2000	IDHM Renda 2000	IDHM Longevidade 2000	IDHM Educação 2000
5 °	Niterói (RJ)	0,771	0,851	0,788	0,684
63 °	Rio de Janeiro (RJ)	0,716	0,803	0,754	0,607
908 °	Mesquita (RJ)	0,634	0,672	0,742	0,512
1298 °	Cabo Frio (RJ)	0,614	0,702	0,764	0,431
1545 °	Duque de Caxias (RJ)	0,601	0,652	0,726	0,458
1623 °	Nova Iguaçu (RJ)	0,597	0,656	0,717	0,453

Tabela construída pela pesquisadora com informações extraídas do site: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2000.html>. Acesso em: 06 dez. 2020.

Quando posto em comparação o IDH de Niterói no início dos anos 2000 com o índice de outras cidades que também pleiteavam uma unidade do Colégio Pedro II e até mesmo com o Rio de Janeiro (município no qual se instalou a mais

¹⁰² Discurso de Waldeck Carneiro acerca do CPII Niterói, durante a discussão da 11ª Audiência Pública da Comissão de Educação da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) – Ata de 10 de junho de 2009. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/compcom.nsf/e36c0566701326d503256810007413ca/bac3da41cba2d7be8325766b0074fc1b?OpenDocument>. Acesso em: 10 dez. 2020.

recente unidade até o momento, em Realengo), Niterói apresenta os melhores resultados de desenvolvimento humano e, conseqüentemente, da Educação.

Sendo assim, o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) não foi um critério favorável à escolha de Niterói, uma vez que o IDH do bairro de Realengo – comparado ao da cidade do Rio de Janeiro – trouxe uma das justificativas para a implementação de uma instituição educacional federal, gratuita e pública que se comprometesse em impulsionar aquela região da Zona Oeste.

(...) Com Niterói foi diferente. Pesaram os aspectos afetivos, da população dos dois municípios e os pessoais e familiares Niterói é quase uma extensão da cidade do Rio de Janeiro, compartilhando exuberância nos contornos da geografia, o verde que contrasta com o azul da Baía de Guanabara que compartilham e, finalmente, os povos que comungam da mesma alegria. São mais que municípios vizinhos, são irmãos. Niterói já contava com o ensino superior federal, através da UFF – Universidade Federal Fluminense, porém, carecia de instituições de Ensino Médio nesta esfera. Esta realidade obrigava niteroienses e munícipes dos arredores a enfrentarem a travessia da Baía, buscando o diferencial em termos de educação básica pública. Desta forma, o Colégio Pedro II recebia em seu concurso de admissão alunos advindos de Niterói, matriculados em especial nas Unidades Centro, São Cristóvão e Tijuca. Esta era a motivação pública (HALAC, 2011, p. 55).

Se, por um lado, a solicitação por uma instituição de peso e tradição no Ensino Médio se baseava em uma demanda pública, por outro, questões afetivas com a cidade de Niterói aproximaram as duas partes que chegaram, posteriormente, a um acordo. Esse acordo foi firmado pela Direção do Colégio, representada por Wilson Choeri, e pela Prefeitura de Niterói, comandada pelo Prefeito Godofredo Pinto (PT – 04 de abril de 2002 a 31 de dezembro de 2008), representada por seu Secretário de Educação, Waldeck Carneiro.

Na verdade, nós marcamos a reunião prontamente, em 15 dias no máximo, nessa reunião eu já me fiz acompanhar da então primeira dama, a Profª. Regina Pinto, aqui à minha esquerda, e fomos conversar com o Prof. Choeri já com o objetivo de que a cooperação a ser entabulada com Niterói, talvez, pudesse ser a presença do Pedro II na Cidade de Niterói. Então, o Prof. Choeri, já naquela ocasião, a Profª. Vera, (...) ficou entusiasmada com a ideia, por razões do seu empreendedorismo, mas ao mesmo tempo ter vínculos com Niterói, já morou em Niterói, teve filhos escolarizados em Niterói, abraçou a ideia

e, desde então, começamos um percurso de sucessivas reuniões de trabalho, para tentar viabilizar o projeto (CARNEIRO, 2009).

Aí agosto de 2005 estava lá um dia trabalhando, e me chamam lá do gabinete pra eu ir lá no gabinete, estava o professor Choeri reunido com o Valdeck, que era... hoje em dia ele é deputado estadual, dos deputados mais atuantes da Valdeck Carneiro lá de Niterói. (...) Nessa época, ele era o presidente lá em Niterói, a Secretaria de Educação era uma Fundação, a Fundec¹⁰³, era ‘Fundren’ [FME – Fundação Municipal de Educação de Niterói], se não me engano. Eu sei que era uma fundação de ensino lá de Niterói. E (...) foi ele procurar o professor Choeri acompanhando da professora Regina Pinto, professora de História, no caso o prefeito de Niterói, nessa época era o Godofredo Pinto, que era professor de Matemática. Aí foram lá pra fazer uma proposta, e por isso ele mandou me chamar porque eu era Secretária de Ensino, e aí iam bater na minha porta. Então, o que eles queriam? Que se criasse uma unidade do Pedro II, uma unidade escolar descentralizada, lá em Niterói, e o argumento deles foi o seguinte: Niterói tem a segunda maior universidade federal aqui no Estado do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2020).

Quanto aos aspectos afetivos, Halac (2011) relata que a proposta da Prefeitura de Niterói era conseguir a cessão do prédio do Centro Educacional Niterói, uma instituição de ensino privada, cujos filhos de Choeri estudaram durante o período em que sua família morou em Niterói.

No almoço, momento em que podíamos falar de forma mais amena sobre os problemas do cotidiano, a Professora Vera Maria perguntou ao Professor Choeri suas impressões após a reunião em Niterói. Imediatamente, a Professora Denise comentou sobre as ligações recebidas pela manhã, e que havia negado o fato. Diante do silêncio de ambos, perguntou: - Prof., nós não abriremos uma Unidade em Niterói, não é? Com apenas um sorriso maroto, Choeri respondeu lançando mais um desafio à sua equipe que o acolheu com a obstinação comum aos que pelo Colégio Pedro II passam, prevendo todo o trabalho e dificuldades advindas da empreitada, mas com a certeza de que mais uma vez o nosso querido Colégio tomaria de posse o coração de toda uma população. Saímos do almoço entreolhares, soltando a respiração para darmos um grande sorriso – Lá vamos nós... Na tarde do mesmo dia fui convocado pelo Diretor-Geral que disse, antes mesmo de sentar-me: “Ô Oscar, esta é mais uma missão para você e preciso que viabilize a implantação da Unidade Escolar Niterói”. Pensei, obviamente, que seria substituído na Direção da Unidade Realengo e assumiria como antes – novamente – uma nova Unidade. Disse-me o Choeri: Não, preciso que você de modo concomitante desempenhe, por ora, as duas

¹⁰³ Ato falho referente à nomenclatura da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME). FUNDEC se refere à Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias, fundação cuja atuação se limita à expansão em Duque de Caxias.

funções como fez na criação de Realengo. Prepare o seu companheiro Miguel Ângelo Villardi para substituí-lo em Realengo e convide a professora Denise Mattos para acompanhá-lo na implantação e diga-lhe que acumulará a função de [Diretora] adjunta em ambas as Unidades e a Ouvidoria (HALAC, 2011, p. 56).

A partir dessa reunião com a Prefeitura de Niterói, a gestão Choeri passou a se organizar para a possível nova unidade. No relato acima, podemos observar a agência dos gestores executores Oscar Halac e Vera Maria Rodrigues nesse movimento expansionista, bem como a importância das redes de sociabilidade para a continuidade do processo de implementação.

Conforme Halac (2011) e Rodrigues (2020), o trabalho se sucedeu com o envolvimento da Prof^a Denise de Mattos e dos Professores Marcelos Caldeira (Niterói) e Miguel Ângelo Villardi (Realengo), como futuros diretores das respectivas unidades. Podemos compreender que suas indicações partiam das relações laborais e de sociabilidade com Halac ou Choeri e que essa rede lhes conferia a oportunidade de uma ressignificação de sua identidade profissional por meio da preparação e da condução da docência à função gestora, embora no início tenha havido uma acumulação de funções (DUBAR, 1998; 2005).



Figura 34 – Prédio do Centro Educacional de Niterói. Foto publicada em julho de 2017, por José Roberto Almeida, na ferramenta *Google Maps*. Acesso em: 06 dez. 2020.

‘Tavam’ precisando de cinco salas, colocar taco, pintar, mas não ia ser nada complicado. Bom, viemos todos animados, só que no meio do caminho tinha uma pedra. ((riso)) Esse centro educacional pertence à uma fundação, que não sei bem quais são os... os meandros (...). E a gente, ao mesmo tempo, tendo que fazer o planejamento pedagógico, e aí já pra entrar no concurso, (...) não foi como Realengo que começou com concurso próprio. Não, ela [a unidade] já entrou com concurso geral. Eu sei que nós, em dezembro, fomos a Niterói lá com ele, o prefeito, todo mundo, se assinou o convênio de dezembro de... de 2005 pra que o colégio começasse a funcionar em 2006 (RODRIGUES, 2020).

Tomando esse lugar como uma materialização de memórias (NORA, 1993) – não só memórias escolares como também familiares – o que denota um sentimento de Choeri pela cidade de Niterói, além do fato de que nesse Convênio a Prefeitura já ofereceria, desde o princípio, um lugar para o funcionamento do CPII, colocou a cidade em vantagem em relação a outros municípios que também propuseram uma parceria com o Colégio, ainda que as outras cidades apresentem maiores desafios, como um IDH menos desenvolvido.

Desde o início, (...) nós visamos à possibilidade de instalar o Pedro II nas dependências onde funcionava o Centro de Educação de Niterói. Desde o início. Ali fizemos sucessivas reuniões com a direção do Colégio, ainda é o mesmo diretor, Prof. José Luiz (...). Fizemos assim, avanços importantes. Numa reunião, já no último bimestre de 2005, participou pela primeira vez o Presidente da entidade mantenedora do Centro Educacional, que é a FUBRAE – Fundação Brasileira de Educação, o Sr. Mafra - não me recordo o seu primeiro nome. E ele veio já com o espírito, eu diria, a esse respeito pelo menos, devastador. Porque ele disse que não havia possibilidade. Que havia uma série de dificuldades de natureza burocrática, enfim, coisa e tal. De sorte que o Centro Educacional passou a se posicionar contrariamente a essa implantação (CARNEIRO, 2009).

Quando a cessão do prédio do Centro Educacional de Niterói não seguiu adiante como esperado, houve dúvida se o Colégio poderia se lançar a mais um novo passo da expansão – dessa vez em outro município – enquanto a implementação e construção da unidade de Realengo estava se desenvolvendo. Ainda assim, sem ter a certeza de um prédio cedido para o Colégio, foi assinado o Convênio em caráter de intercomplementaridade entre

a esfera municipal e a federal – o Colégio Pedro II – em dezembro de 2005, com vigência a partir de janeiro de 2006 e atendendo a 210 alunos de Ensino Médio.

Em dezembro de 2005, foi firmado o Convênio Intercomplementar dos Sistemas Federal e Municipal de Educação em uma cerimônia com muita pompa na Prefeitura de Niterói, com a presença de políticos e autoridades da educação municipal. O discurso do Prefeito pareceu-me semelhante ao que ouvira do Prefeito do Rio quando da celebração do Convênio inerente à Unidade Realengo. As mesmas promessas de apoio irrestrito à nova Casa e as mesmas declarações de admiração pelo Colégio Pedro II e ao nosso mandatário. Com a comunidade local informada através de inúmeras matérias jornalísticas quanto à implantação da primeira Unidade Escolar do Colégio Pedro II fora do município do Rio de Janeiro e nenhuma definição de uma área para as instalações escolares, parecia que a empreendimento não vingaria (HALAC, 2011, p. 57).

o **6.2 - PREFEITURA DE NITERÓI**
Interveniência: Secretaria Municipal de Educação
Fundação Municipal de Educação
Objeto: Intercomplementaridade dos Ensinos Federal e Municipal, visando a dar atendimento no Ensino Médio a 210 alunos, sob a responsabilidade do Colégio Pedro II, por meio de implantação de uma Unidade Descentralizada (UNED) em prédio municipal na cidade de Niterói / RJ.
Valor: R\$ 250.000,00
Alunos Beneficiados: 210
Vigência : 01/01/2006 a 31/12/2008

Figura 35 – Dados do convênio com Niterói – Relatório de Gestão – Exercício 2006, página 10, acerca dos Convênios firmados pela instituição. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/contas_publicas/contas_2006/RELATORIO%20DE%20GESTAO%20DA%202006.pdf. Acesso em: 06 dez. 2020.

Até esse ponto, poderia ser inferido que o convênio assinado com a Prefeitura de Niterói ocorreria de uma forma mais tranquila do que a parceria com a Prefeitura do Rio, uma vez que fica subentendido que apenas o atendimento aos alunos seria da responsabilidade do CPII. Porém, antes de discorrermos um pouco mais sobre a situação do convênio até a implementação da UNED Niterói, voltaremos os nossos olhos para o processo seletivo discente no próximo tópico de modo a discutir como estava se desenvolvendo a política de ação afirmativa para alunos advindos da rede pública no concurso para as vagas de Ensino Médio.

5.1

A problemática da política afirmativa: vagas reservadas, porém ocupadas?

Partindo da prerrogativa de que a política de inclusão se direcionava a reserva de vagas a alunos da rede pública, era de se esperar que as mesmas fossem completadas somente por candidatos oriundos da escola pública. Porém a problemática se instaura no momento em que, não havendo quantitativo aprovado para preencher tais vagas, elas são aproveitadas para a ampla concorrência.

Inclusive no Edital nº 1 de 2006, direcionado a vagas de Ensino Médio para Niterói, já se destaca que, caso não houvesse aprovação de candidatos suficientes para tal, as vagas para cotas inclusivas poderiam ser redistribuídas à ampla concorrência.

Quanto à primeira seleção de alunos, pode-se perceber que, mesmo com a reserva de 50% das vagas para candidatos oriundos de escolas públicas, apenas 30 alunos que cursaram o Ensino Fundamental na rede pública conseguiram aprovação. Ou seja, esse número corresponde a 12,86% das 210 vagas.

As provas do Concurso de Seleção¹⁰⁴ ocorreram nos dias 12 de fevereiro (Matemática) e 12 de março (Português) e todos os 510 candidatos foram acomodados na nova e vizinha Escola Mestra Fininha construída pelo município em substituição a que ocuparíamos. Já em aplicação o nosso sistema de cotas, apenas 30 alunos oriundos da Rede Pública conseguiram aprovação e convocação para matrícula, contra 180 da Rede Privada. O primeiro ano letivo da Unidade Escolar Descentralizada de Niterói teve início no dia 05 de abril de 2006, com a realização da sua primeira Aula Magna. Somados aos 210 novos matriculados, efetuamos a transferência de um concluinte do Ensino Fundamental advindo da Unidade Centro, Felipe Soares Macedo que se tornou, ao final de 2008, o 1º aluno Pena de Ouro da UNED Niterói. A inauguração ocorreu na quadra da Escola Municipal Mestra Fininha, com as presenças do Prefeito da Cidade, Professor Godofredo Pinto, da Primeira Dama, Professora Regina Pinto, do Secretário de Educação e Presidente da Fundação de Educação de Niterói, Prof. Waldeck Carneiro de Sá, do Subsecretário de Educação, Prof. José Henrique

¹⁰⁴ A seleção de alunos chegou a ser prorrogada até 8 de fevereiro de 2006, conforme o Edital nº3, de 2006, lançado no dia 30 de janeiro daquele ano.

Antunes, fundamental no aparelhamento da UNED Niterói, vários políticos do município, toda a equipe do Colégio Pedro II, alunos e seus familiares (HALAC, 2011, p. 60).

Perroni & Brandão (2009) analisam o edital e o resultado de acesso de discentes à UNED Niterói como um caso de proposta de inclusão que se concretiza como uma exclusão. Segundo os autores, quando as vagas que sobram passam a atender a um público de ampla concorrência que em sua maioria vem da escola privada, compromete-se a democracia no acesso, além de não promover a equidade como um dos princípios para a seleção de alunos ao Colégio.

É importante ressaltar que, de acordo com o Censo Escolar de 2006, o Estado do Rio de Janeiro possui em sua área urbana 2.284.048 alunos inscritos no Ensino Fundamental, sendo que desse universo, 80,36% se encontram na rede pública e o restante (19,64%) se encontrava na rede privada. A aparente democracia na distribuição do número de vagas para o Colégio Pedro II, na verdade, se mostra muito pouco justa quando consideramos o universo acima mencionado. De fato, essa injustiça será ainda mais reforçada quando analisarmos o processo seletivo e a distribuição final das vagas. Assim, o oferecimento de vagas para ser equânime deveria reservar a proporção de 80% para alunos da rede pública e apenas 20% para alunos do ensino particular. De qualquer forma, a proporção de 50% para cada segmento é melhor do que a inexistência de reserva – o que provavelmente levaria a uma situação de 100% das vagas ocupadas por egressos da rede privada. É preciso compreender essa divisão do número de vagas como uma tentativa de se garantir o acesso dos alunos da rede pública à instituição, uma vez que reconhecendo a desigualdade educacional entre os sistemas público e privado, esse segmento dificilmente conseguiria acessá-la (p. 68).

Embora os autores acima apontem que democracia aconteceria, de fato, se houvesse a reserva de cerca de 80% das vagas do concurso discente, não podemos desconsiderar que a reserva de 50% no CPII chegou a gerar dúvidas e receios, por parte de responsáveis e docentes, a respeito da manutenção da qualidade do ensino na instituição e que neste momento, o Colégio se lançava ao pioneirismo, no cenário nacional, uma vez que as legislações de políticas afirmativas se dedicavam ao Ensino Superior, no início dos Anos 2000.

Ainda que a instituição seja precursora com apenas metade das vagas reservadas e que não se efetive a democracia viável para promover uma equidade ao longo da história educacional no país, é preciso compreender até que ponto seria viável para o Colégio, que buscava se firmar novamente como uma escola pública de massa e de qualidade, tal empreitada (de aderir à reserva de 80%).

Se o concurso restringisse 80% das vagas para alunos de escolas públicas, a instituição poderia vir a arrecadar menos taxas de inscrição em seus concursos, uma vez que seu concurso poderia não ser mais tão visado e comercializado, logo que escolas privadas e cursinhos preparatórios oferecem cursos e simulados para candidatos a vagas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Além do ponto de vista financeiro, haveria uma adaptação da instituição muito maior, bem como uma abrupta ressignificação curricular para atender aos perfis discentes advindos da política afirmativa. Ainda assim, não podemos esquecer que 50% das vagas reservadas a candidatos de escolas públicas no acesso por concurso ao Colégio Pedro II não asseguraram, de fato, por anos, que metade dos alunos concursados matriculados vinham da escola pública.

Mas assim, concurso tinha aquela regra das cotas, né? 50% das vagas pra escola pública, 50% ampla concorrência, agora, qual o problema que nós percebemos? O padrão do concurso do Colégio, ele teve uma mudança positiva de alguns anos pra cá, por que como é que era antes? Os alunos faziam uma prova de matemática escrita, e tinham que tirar pelo menos quatro nessa prova pra poderem se classificar e fazer a prova de português, certo? E o que aconteceu? Conforme o Colégio foi apresentando bons resultados, muita gente, escola particular, começou a procurar a escola pra fazer o concurso, mas tudo bem, tinham as vagas pra escola pública reservadas. Porém, como muitos alunos de escola pública não conseguiam passar, chegava a tirar a nota quatro na prova de Matemática, não iam pra prova de Português, então sobrava vaga da cota de escola pública e ia pra ampla concorrência. Teve um ano, por exemplo, não me lembro qual agora, que foi um horror, porque a prova de Matemática foi tão complexa, que classificaram para a prova de Português um número menor de alunos do que número de vagas, foi um ano que a gente teve se não me engano, nove alunos de escola pública, foi péssimo. Então aí acabou o Colégio ficando com o perfil meio assim... o perfil de escola particular sendo uma escola pública. Nada contra a pessoa vir a escola particular, mas é ruim quando ela deixa de

atender muitas pessoas que precisam. Aí depois o atual reitor, ele modificou o perfil do concurso, então ele acabou com a nota mínima. Então qualquer pessoa que tirasse... quer dizer, perdão, ele acabou com a nota de corte, me expressei mal, ele acabou com a nota de corte quatro, então o que acontecia, bastava a pessoa tirar uma pontuação mínima que ela 'tava' na cota de qualquer forma. Então com isso, de lá pra cá as vagas dos cotistas vêm sendo efetivamente ocupadas, então o Colégio retornou bastante aquilo que ele era lá no início, um Colégio mais diversificado, mais plural, entendeu? (CALDEIRA, 2020).

Assim, podemos concluir que havia um obstáculo para a aprovação de alunos da rede pública diante das provas e da nota de corte do processo seletivo do CPII, não sendo uma particularidade somente de Niterói, que também comprometia o caráter democrático e inclusivo no acesso à instituição. Todavia, aproveitamos para reiterar que continuaremos a abordar tais dificuldades na execução de políticas afirmativas na seleção discente e como elas se relacionam com as unidades criadas pela Expansão Anos 2000 no próximo capítulo. Por ora, no subcapítulo a seguir, analisaremos os passos da UNED Niterói até que sua demorada implementação se dê por completo com a construção de sua sede própria.

5.2

A frágil intercomplementaridade: entre a vontade de se estabelecer e as dificuldades de se manter

Firmado no princípio da intercomplementaridade¹⁰⁵ entre as esferas municipal e federal, o desenvolvimento desse Convênio dependeria do repasse de verbas pela Prefeitura, bem como a cessão de um prédio escolar para o funcionamento da unidade. Os relatos subsequentes nos mostram como o Convênio de Niterói passou por dificuldades similares logo no início tal como o Convênio para a criação de Realengo, como encontrar um local para seu

¹⁰⁵ Esse princípio já havia aparecido na LDB nº 5692/71, visando o entrosamento entre estabelecimentos de ensino para aproveitamento de recursos, inclusive para assinatura de convênios, como o Colégio firmou durante a vigência desta LDB. Quanto à presença deste princípio na LDB nº 9394/96, o Artigo 36º aponta a possibilidade de convênios para a Educação básica, embora o Art. 36º-D caracterize tais acordos como uma especificidade para a oferta de educação profissional no nível Médio.

funcionamento, embora a participação da Prefeitura de Niterói seja maior.

Portanto, coube à Secretaria Municipal de Educação buscar um local para a unidade, oferecendo a antiga instalação da Escola Municipal Mestra Fininha – uma escola municipal de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) – para que o CP II Niterói começasse a funcionar em 2006.

A escola municipal havia sido transferida para outro imóvel anteriormente por conta das suas condições, enquanto o prédio cedido ao Colégio comportava um depósito de materiais da administração pública municipal. Assim que o Colégio aceitou o local, a prefeitura inicia as obras necessárias para a inauguração (SANTOS *et al*, 2018).

Estávamos às vésperas do início das inscrições para o Concurso de Admissão de Alunos, divulgadas em edital para o dia 09 de janeiro, quando recebi uma ligação do professor Waldeck, perguntando se eu poderia ir a Niterói naquela manhã. Eu e a Professora Denise o encontramos no local determinado, ou seja, na Rua Luiz Palmier, no bairro do Barreto. Lá estava ele acompanhado de algumas pessoas a mim desconhecidas. Desci do carro e me dirigi até o grupo. O professor pediu a um auxiliar que o portão enferrujado de uma antiga escola Municipal fosse aberto. Pela primeira vez pisei na Escola Mestra Fininha, abandonada pela Prefeitura para dar local a um depósito de material inservível da administração pública local. O aspecto era horrível e, a princípio, só para este fim poderia destinar-se. Toda a escola caberia em um dos inúmeros galpões existentes na área da Unidade Realengo. Quando em funcionamento abrigou crianças dos primeiros anos do Ensino Fundamental e isto explicava as reduzidas dimensões das salas de aula. Foi toda construída como um daqueles brinquedos de montar, com placas de concreto pré-fabricadas unidas por parafusos que o tempo de abandono cuidou em oxidar. O piso era constituído por placas retangulares de cimento colorido e a maioria estava fora do lugar deixando à mostra a terra que recobriam. Com um sorriso meio amarelo, o Waldeck perguntou-me o que eu achava de inaugurar naquele espaço a Unidade Niterói. Parei alguns instantes e raciocinei que a única alternativa viável e dentro do exíguo tempo que tínhamos seria encarar aquela indesejável realidade. Lembrei que já havia passado por situações piores na Escola Municipal Gil Vicente e na Capelinha. (...) Confiante na palavra dada pelo Secretário iniciei minha conversa com o Diretor-Geral, assim: “... Mestre, eu e a Denise conseguimos um espaço para a implantação da Unidade Niterói. Fica em uma rua residencial, mas com quatro outras escolas próximas, muita opção de condução. A Escola original leva o nome de uma conceituada docente da região, possui o número de salas suficiente para a abertura de vagas dentro do planejado e vai sofrer uma reforma para receber nossos futuros alunos...” (HALAC, 2011, p. 58-59).

(...) Nós iríamos pra uma área onde tinha um colégio particular, que ocupava uma área que era pública do estado, a princípio nós iríamos pra esse lugar, que era um lugar que ficava no centro de Niterói, e, portanto, mais acessível pros estudantes que viessem de diferentes locais, mas são pessoas muito bem relacionadas aqui na política de Niterói, e pouco antes do colégio começar a funcionar, essa coisa andou pra trás, entendeu? E aí a prefeitura acabou nos oferecendo uma área provisória lá no Barreto, e aí o que havia de positivo e de negativo ali? De positivo, que nós indo pro Barreto, nós fomos pra uma área socialmente mais carente, e eu acho que isso foi positivo pra nós, foi sem dúvida o mais positivo. Mas em compensação nos alocaram num local que era... que foi uma escola de séries iniciais há muito tempo abandonada, fizeram uma reforma às pressas nessa escola pra nós irmos pra lá. Então no início foi tudo muito difícil, tanto que ela só comportava dois anos, porque a implantação é feita em etapas, primeiro entraria com a primeira série do Ensino Médio, no ano seguinte mais seis turmas, e depois no terceiro ano mais seis turmas, era o nosso projeto inicial (CALDEIRA, 2020).

‘E aí, o que a prefeitura nos ofereceu, então, como opção? Havia uma escolinha pequena que ‘tava’ desativada lá no Barreto, (...) eles tinham construído um prédio novo pra escola e ‘tava’ desativado. Então eles se comprometeram a consertar, recuperar pra funcionar provisoriamente ali. Mas era um prédio bem simples, só tinha seis salas, era na entrada do... não era o horto, não, mas tinha um jardim, uma espécie de jardim botânico de recreação ali no Barreto. Bom, e conseguiram fazer seleção, teve bastante procura, já começou com bons alunos, e foi inaugurado... foi abrir... também foi 26 de abril... 5 de abril de 2006, começou em Niterói. E aí funcionando nesse prédio, mas a gente sabia que aquilo era ‘super’ provisório, só pra procurar alguma instalação. Mas em Niterói não tem muita oferta de terreno disponível, sabe. Houve uma tentativa de um convênio com a UFF, por exemplo, de se utilizar alguma instalação. Você vê que a UFF tem vários locais, mas também não foi adiante. Bom, eu sei que a cada vez que eu tinha que ir à Niterói, no carro do colégio, o motorista rodava comigo, depois a gente pegava a indicação de algum lugar, e nós mesmos voltava pra ver se servia, se não servia. ((riso)) E passamos assim o ano de 2006 – quer dizer, ele [Choeri] que tinha dito que não ia abrir mais nenhuma unidade nova, abriu Niterói. E assim, então, ficamos com mais duas. Quer dizer, Realengo que tinha começado como uma unidade experimental, aí já não era mais unidade experimental, era unidade escolar mesmo. E Niterói, com o E. Médio. Isso ocorreu no ano de 2006 (RODRIGUES, 2020).

Conforme Halac (2011) registra em seu livro, o telhado e o piso da escola foram refeitos, as instalações elétricas e hidráulicas revisadas e o prédio recebeu as cores do pavilhão do Colégio Pedro II, azul e branco. Quanto à escolha do nome do prédio, esse foi o único pedido da Prefeitura de Niterói: uma homenagem ao falecido Prof. André Trouche. Posteriormente, o prédio passa a funcionar como a Escola Municipal André Trouche, uma escola

municipal de Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Em similaridade à primeira seleção de alunos para Realengo, a seleção para a UNED Niterói acabou ocorrendo em um edital separado – Edital nº 01/ 2006: 1ª série do Ensino Médio Regular/ UNED Niterói –, embora não houvesse essa intenção inicialmente.



Figura 36 – Fachada do primeiro Prédio da UNED Niterói, o Prof. André Trouche. Foto disponível no Blog do *Campus* Niterói: <http://informecp2niteroi.blogspot.com/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

Com respeito ao prédio, ainda que tenha passado por obras, as condições não eram ideais para os alunos de Ensino Médio por ter sido construído para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, como Caldeira (2020) e Halac (2011) apontam, as dificuldades perpassavam pela reforma apressada do imóvel, trazendo desconforto aos alunos e servidores.

Por exemplo, quando chovia muito, aí na primeira escola que nós tínhamos, entrava água em algumas salas, certo.... eh... nós só tínhamos uma quadra, também depois nos outros *campi* foi assim também, mas as salas eram bastante desconfortáveis, e uma escola muito pequenininha. É você imaginar, por exemplo, você pegar seis turmas de ensino médio e colocar em um prédio que tinha ficado abandonado há muito tempo, foi recuperado muito às pressas, certo? Mas que era um prédio antes pra crianças de Fundamental I, e você abrigar turma de

Ensino Médio. Então por exemplo, a gente tinha um laboratório lá que era pra tudo, uma improvisação total pra ser um pouco de Física, um pouco de Química, e as coisas aconteciam (CALDEIRA, 2020).

Dava pena ver os jovens alunos com mais de 1,80m de altura locomovendo-se com cuidado nas salas de aula. O teto baixo também provocava um calor exacerbado. Era difícil realizarmos atividades de apoio por absoluta falta de espaço físico. A escola ao lado, nossa vizinha, reunia alunos a partir de seis anos de idade e a hora do recreio deles (havia dois em cada turno) era um martírio para os nossos docentes e alunos, tamanho o barulho que faziam. O trabalho era árduo (HALAC, 2011, p. 61).

Mesmo sabendo que a sua permanência no antigo prédio da E.M. Mestra Fininha precisava ser em caráter temporário pela sua estrutura, a procura por outro imóvel se estende pelos anos de 2006 e 2007. Em janeiro de 2007, o Convênio com a Prefeitura de Niterói se encerra por falta de repasse financeiro¹⁰⁶, porém continuou a contar com a ajuda de Waldeck Carneiro, enquanto Secretário de Educação e, posteriormente, ao longo de sua carreira política, inclusive como Deputado Estadual.

(...) Foi o Prof. Waldeck quem deu solução ao fato de não podermos continuar no espaço originalmente destinado à UNED, obtendo junto ao Governo Estadual, primeiro através do Secretário de Educação Estadual – Professor Nelson Maculan e depois de seu sucessor, Professor Arnaldo Niskier, a cessão de um CIEP localizado muito próximo à UNED denominado de José Roberto da Silveira. A mudança ocorreu no início do ano de 2008 e o CIEP, como todos os demais da região, estava em péssimas condições de conservação. (HALAC, 2011, p. 62-63).

O Colégio, no entanto, continuou a funcionar nas instalações, embora o número de discentes tenha duplicado com a nova seleção com a entrada de mais 210 alunos. A partir da sua ajuda, obteve um acordo junto à Secretaria Estadual de Educação para a cessão do CIEP 047 José Roberto da Silveira –

¹⁰⁶ Através do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 15/2005 de intercomplementaridade dos sistemas Federal e Municipal que fazem entre si a Fundação Municipal de Educação de Niterói e o Colégio Pedro II, em sua cláusula 1ª, letra *a*, ajusta a seguinte condição: “o fim do repasse financeiro previsto no Convênio nº 15/2005, da CONVENIENTE para o CONVENIADO, sendo que o presente Termo retroagirá seus efeitos a janeiro de 2007, tendo em vista que não foi feito qualquer repasse financeiro no exercício presente” (COLÉGIO PEDRO II, 2008, p. 28-29).

localizado na Rua General Castrioto –, no início de 2008 (SANTOS *et al*, 2018).

A mudança para o novo imóvel aconteceu no início de 2008 de forma abrupta. Halac (2011) relata que a diretora do CIEP José Roberto da Silveira não havia sido avisada a tempo de que o prédio bem como seus recursos pertenciam, a partir do momento em que fora cedido, ao Colégio Pedro II.



Figura 37 – Fachada do CIEP repassado à UNED Niterói, o Prof. José Roberto da Silveira. Foto disponível no Blog do *Campus Niterói*: <http://informecp2niteroi.blogspot.com/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

A Diretora do CIEP, que não havia sido comunicada pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro dos termos da cessão do CIEP, foi pega de surpresa e disse-me que eu teria que aguardar até o término do período de férias para que ela verificasse o assunto. Seria o caos, pensei. Ato contínuo lembrei-me que tinha recebido um cartão pessoal do Prof. Arnaldo Niskier, por ocasião de minha última visita ao seu gabinete. Telefonei para o seu celular. Prof. Niskier, aqui é o Oscar Halac... Quem? Perguntou o Secretário... O Oscar, assessor do Prof. Choeri do Colégio Pedro II, lembra?... Claro, meu amigo, como está você? É óbvio que não lembrava, mas do velho Choeri não se esqueceria, com certeza. Mais uma vez este nome abriu-me portas cerradas... Relatei ao Secretário o momento que estava vivendo e este disse-me que aguardasse alguns minutos. Aguardei menos de trinta minutos para que a Diretora me procurasse por mim no pátio e com ar de profunda insatisfação e ainda incrédula ante tanta desorganização entregasse-me as chaves do prédio e uma listagem com todos os bens móveis que iria retirar para a composição da nova escola que seria

transferida para a comunidade do Buraco do Boi. Morria de dó da antiga professora, diretora do mal cuidado CIEP, mas o termo de cessão previa que todos os bens móveis ficariam no local e a disposição do Colégio Pedro II. Professora, disse-lhe, a senhora não pode retirar os bens móveis, mas não vou utilizar o mobiliário infantil, utensílios de cozinha (à época o Ensino Médio não fazia jus à oferta de merenda escolar), brinquedos infantis, livros inerentes ao nível de ensino do CIEP, enfim tudo isto que não nos será útil vou declarar que estão emprestados ao seu novo CIEP. Dei-lhe uma declaração neste sentido e indevidamente a assinei, mas como diz o velho Choeri - às vezes algumas pequenas heterodoxias são necessárias... Como poderia permitir que uma dedicada educadora – órfã das ações públicas de apoio à administração escolar se visse naquela situação que indiretamente provoqueei? Foram horas tristes em que assisti a Diretora retirar os seus pertences e os que foram cedidos por empréstimo e colocá-los no nosso caminhão, que mais uma vez de modo indevido emprestei para o transporte dos bens do CIEP até o Buraco do Boi. Foram cinco viagens, mas às quatro horas da tarde o CIEP estava desimpedido para o Colégio Pedro II (HALAC, 2011, p. 64).

Portanto, se, por um lado o Colégio tomou posse do CIEP às pressas (preocupado em ofertar mais conforto e espaço para suas turmas de Ensino Médio), por outro, o CIEP passou a funcionar junto à outra unidade estadual¹⁰⁷ no Barreto, ainda que o imóvel se encontrasse em péssimas condições.

A primeira vez que eu entrei em Niterói já como diretora eleita, que a gente saiu daquele... daquela escola municipal, e fomos pra um CIEP. Mas o CIEP foi planejado pra ser... o CIEP é pra Ensino Fundamental. O problema é que a construção das paredes que não iam até em cima, então o som de uma sala perturbando da outra, sem laboratório. ‘Tava’ uma loucura. Uma Fundação Niemeyer que fiscaliza e que você não pode descaracterizar projeto do Niemeyer. Mas então eu entrei lá, eu em setembro fiz uma ronda... setembro de 2012 eu fiz uma ronda em todas as unidades com... acompanhada dos dois... né, do Sidney, que passou a ser o chefe de gabinete; a Ana, que era diretora de ensino; o Gentil, que continuou como diretor de administração; e o Luiz Fernando, como chefe de engenharia. E nós fomos visitar, eu pedi aos diretores que fizesse o levantamento das coisas mais emergenciais, a gente ainda tinha um pequeno orçamento – o Rui era uma pessoa extremamente ética –, como ele era pró-tempore, ele não quis fazer obras, a questão mais essencial que ele achava que tinha que deixar o

¹⁰⁷ De acordo com a notícia publicada pelo Jornal O Globo no dia 16 de janeiro de 2008, “A unidade, que oferece o Ensino Fundamental, mudou para o CIEP Jaci Pacheco que fica a 500 metros do Roberto Silveira. São 97 estudantes, quatro turmas, que estudam em horário integral. Até o ano passado o Jaci Pacheco só oferecia a modalidade semipresencial, funcionado como CES (Centro de Estudos Supletivos)”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/secretaria-estadual-de-educacao-cede-ciep-para-colegio-pedro-ii-de-niteroi-3852390>. Acesso em: 10 dez. 2020.

orçamento pro diretor que fosse eleito. Só que ficou pouco tempo. Em vez desse processo demorar tanto, quer dizer, ele ficou mais tempo como diretor em 2008 do que eu. Ele dirigiu o colégio 8 meses e eu 4. Então aí a gente foi pra... pra orçamentos, você tem prazo pra aplicar. Eu sei que a gente, mas a gente pôde fazer alguma coisa de obras emergenciais em todas as unidades, principalmente essa questão de banheiros. Pois bem, quando fomos em Niterói, acabou como uma visita, o Gentil é muito engraçado, o da administração. Acabamos de ver, ele virou pra mim e disse, “Verinha, não dá pra gente devolver isso, não?”. “A gente vai gastar tanto pra consertar e não vai ficar bom. E não é, poxa... é pior”. E Niterói... e foi um caso complicado porque o CIEP era estadual. Aí houve municipalização de vários CIEPs, o pessoal já tinha construído lá (CIEPs) (...), então houve, né, boa parte dos CIEPs passou pras prefeituras. Esse de Niterói foi (...) federalizado. Ele não foi o único muito porque acho que, se eu não me engano, em São Gonçalo, onde tá o Instituto Federal do Rio de Janeiro, é onde era o CIEP também. Então... eh... mas quer dizer, eu, em função dessas más condições (...), por mais que a gente tentasse consertar, ela sempre, né... quando se remenda de pano velho, aquela coisa, e eu resisti muito pra assinar o convênio com a Secretaria do Estado recebendo, sabe? É exigência daqui, dali, e eu não queria, na verdade eu não queria, na verdade, eu não queria, era o mesmo que um presente de grego. O meu sonho era a gente conseguir um local, que o Oscar acabou conseguindo, né? Porque realmente fazia mal ver isso, então isso dava um desconforto (RODRIGUES, 2020).

Quando a gente foi pro CIEP, (...) só fomos saber isso depois que fomos pra lá, [que] o CIEP ficava na região que mais alagava no Barreto, durante muito tempo a foto da escola lá no *Google* era a foto do colégio lá com quase dois metros de água, e as pessoas não conseguiam entrar, era desse tipo, entendeu? Aí assim, se eu for contar essas histórias aqui... problema de energia foram vários, porque era uma instalação muito antiga, teve um dia que um caminhão foi descarregar lá o material, aí o cano quebrou, certo, só que aquele cano não fabrica mais, porque foi da época lá do CIEP que foi construído, então são pequenos detalhes que atrapalham, porque você fica um, dois dias sem aula, aí tem... teve um dia por exemplo, que eu tive que sair, ir na Águas de Niterói, porque só eles que tinham a chave que podia fazer o conserto de um cano. Até eles foram muito camaradas com a gente que emprestaram essa chave para a gente sem sequer me conhecer, eu me apresentei lá, eles confiaram em mim, emprestaram a chave, uma chave enorme, pesada pra caramba, coloquei no meu carro lá, um funcionário... o pessoal conseguiu resolver, mas você fica aí dois dias sem aula, entendeu? Sabe, chove... chovia... não vou dizer pra você que isso acontecia sempre, mas no mínimo uma vez no ano acontecia, sabe? Então foi um período complicado nesse aspecto aí, entendeu? (CALDEIRA, 2020).



Figura 38 – Foto demonstra o CIEP alagado. Foto disponível em: <https://mapio.net/pic/p-13160473/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

Portanto, do ponto de vista pedagógico eu diria que a implantação está concluída, temos as três séries do ensino médio funcionando plenamente, temos os projetos. Então o nosso grande obstáculo para dar outro salto de qualidade é a dificuldade realmente estrutural. E aí é uma situação realmente assustadora. Como a Professora Vera disse muito bem aqui, temos um problema gravíssimo quanto à parte elétrica - muito grave mesmo -, nós temos um laboratório de informática, por exemplo, onde a todo o momento alguma máquina tem o seu HD queimado porque a gente não pode colocar um ar-condicionado ali porque a rede elétrica não suporta. Não podemos, por exemplo, colocar em funcionamento um segundo laboratório de informática, não podemos sequer instalar os 50 ventiladores que o colégio comprou para as salas de aula para repor aqueles que estão com defeito porque a rede elétrica não suporta. Então é um problema realmente dramático, ontem inclusive após a cerimônia, o engenheiro do colégio olhando, por alto, a rede elétrica do colégio, por alto, aliás, até por baixo, melhor dizendo, o custo dessa obra seria em torno de 500 mil reais. Bom, aí você joga 500 mil da parte elétrica, não sei quantos mil da parte hidráulica porque com a obra dos banheiros você mexia num lugar, estourava um cano, era outro reparo e o castelo d'água certamente serão outros 500 mil reais que terão que ser usados ali. Então isso nos traz alguns obstáculos estruturais muito sérios. Eu fico imaginando, por exemplo, o momento em que houver uma pane geral de energia ali, que explicação daremos aos alunos e aos pais se as aulas ficarem paralisadas por não sei quanto tempo? No ano passado, por exemplo, até pela topografia do local onde fica a unidade, ocorreram duas chuvas mais torrenciais na região e

simplesmente formou-se um lago ali na nossa unidade. Os alunos que estavam dentro não conseguiam sair e os que estavam fora não conseguiam entrar. Então, na verdade, percebemos que o prédio apresenta uma situação estrutural realmente muito ruim, o aspecto funcional dele também deixa muito a desejar. Então, para nós, uma mudança seria importante, porque o queremos é um prédio que seja simples, mas que seja funcional, que possa atender melhor o nosso projeto pedagógico; que nossos laboratórios possam funcionar; que nossas atividades extras (...) também possam funcionar sem causar nenhum outro sobressalto (CALDEIRA, 2009).

E embora o problema de alocar mais alunos tenha sido, em parte, resolvido, a infraestrutura do CIEP se encontrava muito desgastada e o mesmo se localiza em um ponto de alagamento do bairro do Barreto, conforme os relatos e o registro acima. Essas dificuldades chegam a afetar as aulas da UNED Niterói, porém, sem um local próprio, a unidade funciona até 2016 – ano em que a unidade inaugura seu próprio prédio.

Mas desde o início sabíamos que seria necessário, em curto prazo, buscar uma mudança para um prédio que permitisse inclusive a ampliação da capacidade de atendimento do Pedro II. Isso surgiu, ainda inviabilizada a alternativa do Centro Educacional, a partir de entendimentos que nós mantivemos desde janeiro de 2007, lembro-me de ter vindo a uma reunião em janeiro de 2007, com o ex-Secretário de Educação Nelson Maculan, que nos recebeu no seu gabinete, eu vim com o então Prefeito Godofredo Pinto, e nós tínhamos uma pauta de trabalho a tratar com o então Secretário, e um dos itens era a possibilidade de negociarmos com o Estado, um prédio estadual para que o Pedro II pudesse migrar e continuar o atendimento em Niterói. E havia também – é bom que se registre isso aqui, para que não percamos esse elemento de reflexão – um conjunto de ações do Governo Municipal, e não só na Educação, que tinha uma intencionalidade de, sempre que possível, ou mais que possível, implantar equipamentos públicos na Zona Norte da cidade. Havia também essa questão que é importante aqui trazer para o nosso debate. E aí, o Secretário Nelson Maculan, enfim, começou a discutir esse tema e se considerou a possibilidade do Ciep Governador Roberto Silveira, que estava colocado preliminarmente numa lista com várias outras escolas, digamos assim, ditas municipalizáveis – é bom lembrar que estávamos discutindo ainda o desdobramento da lei estadual votada em 2005, sobre o regime de colaboração entre Estado e Município, regime de organização do sistema aqui no Rio de Janeiro, responsabilidade no Ensino Fundamental, numa oferta do Ensino Fundamental, numa oferta de Educação Infantil. Enfim, isso foi prosperando, assim como prosperou simultaneamente a parceria feita pelo Estado e a Universidade Federal Fluminense, em relação ao Ciep Geraldo Reis, em São Domingos, que passou a dar lugar ao Colégio Universitário

Geraldo Reis, num processo que talvez o que ainda falte completar, e o Deputado Comte Bittencourt mencionou no início, a meu ver com muita propriedade, ainda que a questão principal aqui seja quanto às condições objetivas de funcionamento do Pedro II – Unidade BARRETO -, que é o de transferência desse próprio estadual, para o Poder Público Federal, através do Colégio Pedro II, e isso não foi concluído, foi concluído em relação ao Colégio Geraldo Reis, hoje da UFF (CARNEIRO, 2009).

Por ser um imóvel do Estado que estava em vias de ser municipalizado e um prédio projetado por Niemeyer, tanto a cessão ao Colégio quanto a possibilidade de fazer reformas estavam passando por imbrólios judiciais, como aponta Rodrigues (2009; 2020), Carneiro (2009) e Caldeira (2009; 2020) em seus relatos.

Então, nós temos 12 anos de escolaridade e é isso que nós queremos fazer também em Niterói, ter uma unidade plena, e, nas condições atuais, é impraticável, não é? E estou inclusive, como gestora da instituição, enfrentando problemas até sérios perante o Tribunal de Contas da União. Por quê? A cessão, o projeto de municipalização, a cessão de uso é feita por dez anos. Ocorre que na minha primeira audiência com o secretário executivo do MEC, professor Paim, eu fui informada de que para fazer qualquer benfeitoria, teria que ter uma cessão de uso por 20 anos. Então, eu não assinei o termo, devolvi à Secretaria Estadual solicitando providências, mas ainda não tivemos solução. Na reunião da qual participei, semana passada, em Recife, fiquei sabendo por colegas, que são reitores de outros institutos federais, que há um acórdão do TCU [Tribunal de Contas da União], ficaram inclusive de me enviar cópia, que ampliou de 20 para 30 anos. Mas acontece que as instalações lá do CIEP são tão precárias, que nós já fizemos uma série de investimentos lá: nós recuperamos quadras, vestiários, agora, já mandamos fazer obra em todos os banheiros, tivemos investimento de fibra ótica, instalamos laboratório de microinformática, já fizemos serviços emergenciais de eletricidade e vamos ter que fazer outros mais, e eu não sei como é que vai ser na hora das minhas contas serem analisadas. Eu vou me ver em situação bastante complicada porque estou descumprindo lei federal. A unidade está na iminência de ter a luz elétrica cortada. Por quê? O prédio está em nome da Secretaria Estadual de Educação, então as contas vêm em nome do Estado. Eu não posso pagar essas contas porque não estão em nome do Colégio Pedro II, uma vez que não foi feita a cessão de uso, não se concretizou (RODRIGUES, 2009).



Figura 39 – Estrutura da UNED Niterói (CIEP). Foto disponível no Blog do Campus Niterói: <http://informecp2niteroi.blogspot.com/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

Por isso, o CPEI passou por Audiências – como a 11ª Audiência Pública de 10 de junho de 2009 – com a Comissão de Educação da ALERJ em 2009 junto a representantes de Niterói, como Waldeck Carneiro (vereador da cidade à época), que participou do início da implementação da unidade.

Nessa audiência, o CPEI solicita que a questão da cessão do prédio do CIEP seja formalizada bem como a situação com a conta de energia e que pequenas reformas possam ser efetuadas. Essas solicitações são para trazer mais segurança e conforto ao funcionamento da unidade e na audiência é destacada a possibilidade de custear essas melhorias com verba recebida através do FNDE, do Governo Federal.

(...) Eu acabo de assinar um convênio com o FNDE. Ano passado, nós recebemos mais de dois milhões do FNDE para investimentos na unidade de Realengo, estamos prestes a inaugurar essa ampliação.

Agora, estou assinando um convênio de oito milhões e setecentos mil para promover obras em todas as nossas unidades, exceto Niterói. Eu não posso aplicar os recursos lá por conta de tudo que já falei anteriormente. Então, em a gente obtendo o prédio do Centro Educacional ou algum outro local em Niterói com espaço para que o Pedro II possa ter a unidade na sua plenitude, não tenho a menor dúvida de que iremos obter do Governo Federal, através da FNDE, os recursos necessários para fazermos as obras que se fizerem importantes para atender, agradeço a oportunidade de falar (RODRIGUES, 2009).

Além disso, o desejo de encontrar um lugar para se estabelecer em terreno próprio esteve em pauta novamente, sendo citado assim, o Centro Educacional de Niterói. O CPII percebeu uma disponibilidade limitada de imóveis no Centro da cidade e por isso pediu auxílio em novas negociações com o Centro Educacional.

Contudo, sair do Barreto – Zona Norte da cidade de Niterói – significaria uma perda para o bairro que carece de tantos serviços. Além da possibilidade de se mudar para o Centro de Niterói, Caldeira (2009) rememorou uma oportunidade de construir em um terreno no próprio Barreto que poderia ser cedido pelo Ministério do Exército, como acontecera com a UNED Realengo.

Gostaria até de trazer a lembrança, o Professor Waldeck citou aqui o professor Oscar Halac, primeiro diretor da unidade, no nosso primeiro ano nós até oferecemos um projeto para que aquele batalhão que fica nos fundos do CIEP, voltado para a Rua Luiz Palmier, fosse ocupado. Nós tínhamos uma ideia, o Professor Oscar chegou a fazer um projeto em que o Colégio Pedro II ocuparia uma parte do batalhão enquanto a prefeitura poderia fazer ali, quem sabe, um centro cultural para atender aquela comunidade, como já se falou aqui, que fica um pouco desassistida, mas infelizmente as negociações com o Ministério do Exército não foram à frente. Talvez se naquele momento essa negociação tivesse avançado nós teríamos ali um próprio do Pedro II, um local realmente que fosse nosso, construído, e outro espaço que pudesse ser oferecido à comunidade também (CALDEIRA, 2009).

Nós depois, nós estávamos em negociação, nós do Pedro II como um todo em negociação com um quartel do exército que era vizinho ali ao Colégio, e seria uma área legal pra gente construir um bom prédio ali. E aí quando ‘tava’ tudo encaminhando com a Secretaria do Patrimônio da União, aquela coisa toda, andando, pra essa cessão com muita resistência do Exército, tá? Porque o Exército, ele não queria fazer a sessão, porque a cessão pra nós teria que vir gratuitamente, que era tudo do Poder Executivo, mas ‘tava’ caminhando. Aí o que aconteceu? Veio uma enchente total aqui em Niterói, foi quando aquele Morro do

Bumba... eu não sei se vocês lembram daquele episódio que aconteceu aqui, despencou, era um Morro que deixaram construir, que antes era um lixão, e o que aconteceu? Houve uma negociação do Exército com a prefeitura na época e o governo do Estado, e aí o batalhão foi abrigar as pessoas que estavam desabrigadas, aí nós ficamos sem o quartel. Tempos depois as pessoas acabaram saindo de lá, receberam o aluguel social, aí houve uma nova negociação, e aí nós ficamos com parte desse quartel, onde foi construído ali o prédio do novo campus. Mas aí deixamos o CIEP e viemos pra esse prédio. novo. Mas assim, quando houve a negociação pra nós ficarmos com uma parte lá do quartel, nós éramos a parte mais fraca da negociação, porque o terreno já tinha passado pro governo do estado que negociava com a prefeitura, então por exemplo, pra nós seria muito melhor que nós ficássemos com a parte do quartel que fazia... que era vizinha mesmo ao CIEP, porque a gente poderia juntar a construção do novo prédio com o CIEP, nós poderíamos atender um número muito maior de alunos. Mas aí, né, nem sempre o poder público olha a educação como devia olhar, aí resolveram destinar aquela parte, por incrível que pareça, para uma delegacia de homicídios. Eu na época fui... eu manifestei a minha contrariedade com isso, porque não entra na minha cabeça você ter uma delegacia justamente de homicídios ao lado de uma escola, quer dizer, por si só, eu acho que a mensagem é ruim, e sem contar os riscos que se implica, né? Resultado, essa parte do terreno não foi a que veio pra nós, seria o ideal, mas não foi a que veio, e até hoje a delegacia não foi construída, porque o Estado entrou em crise, a obra não andou e o terreno¹⁰⁸ tá lá até hoje (*Id.*, 2020).

Por conseguinte, em um registro da Aula Inaugural de 2012, ainda se buscava um terreno para a construção da sede da UNED Niterói. Em 2013, logo no início do governo de Rodrigo Neves na Prefeitura de Niterói, consegue a cessão, junto ao Governo do Estado, de parte da área do antigo 4º GCAM (Grupo de Companhias de Administração Militar) no Barreto, como foi noticiado na página da Prefeitura de Niterói no dia 06 de agosto de 2013.

Nesse caso, compreendemos que essa colaboração entre entes federados (Município – Estado – União, este último representado como um parceiro pelas verbas destinadas ao Colégio Pedro II por meio de programas como o FNDE), assemelha-se ao que Pires (2016) denomina arranjo federativo, embora não tenhamos os mecanismos desse arranjo disponíveis, neste momento, para análise.

¹⁰⁸ O terreno vago, ao qual Caldeira (2020) se refere, está localizado na mesma Rua General Castrioto, a alguns metros do CIEP da UNED Niterói. Por meio da navegação por satélite pelo *Google Maps*, em dezembro de 2020 (imagens com base em 2019), o terreno da Delegacia de Homicídios continua vago com placa identificando a posse do Estado, porém sem construções.

Início

Prefeitura de Niterói e Colégio Pedro II anunciam expansão da unidade de ensino federal na cidade



O campus Niterói do Colégio Pedro II ganhará um anexo, que vai funcionar na área do antigo 4º GCAM, no Barreto. O anúncio foi feito pelo prefeito de Niterói, que recebeu, na tarde desta terça-feira (6.8), a visita do reitor eleito da instituição federal de ensino, Oscar Halac; do diretor geral da unidade niteroiense, Marcelos de Carvalho Caldeira; e do pró-reitor de Gestão de Pessoas, Luiz Almério. O projeto de expansão da unidade já tem

recursos liberados pelo governo federal no valor total de R\$ 10 milhões.

A pedido do prefeito, o governo do Estado fará a cessão da área para o Pedro II construir as novas instalações. Com o anexo, o campus Niterói poderá ter um aumento de pelo menos 50% no número de vagas – atualmente, 610 alunos estudam na unidade.

“Poderemos aumentar o número de vagas e oferecer condições melhores para estudo e trabalho dos professores, com laboratórios, pequeno teatro, uma área esportiva melhor e poderemos até negociar, junto com a prefeitura, para oferecer cursos de línguas e abrir nossa área de esportes para a comunidade. Estamos abertos para qualquer parceria que a prefeitura tenha interesse em fazer conosco”, explicou Marcelos de Carvalho Caldeira.

O prefeito destacou a importância da parceria com o Colégio Pedro II e informou que o Barreto ganhará, em breve, um complexo de segurança e educação. “Teremos naquele terreno uma área para a prática esportiva, outra para a Secretaria de Ordem Pública, com novas instalações para a Guarda Municipal, a nova delegacia do Barreto e a área de expansão do Pedro II. Nossa Secretaria de Educação está cuidando dessa parceria, assim como trouxe para a cidade o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)”, disse o prefeito.

Desde 2006 Niterói conta com uma unidade do Colégio Pedro II, sendo o primeiro município fora da capital a receber um campus.

Figura 40 – Cessão de área no Barreto para construção de sede própria da UNED Niterói. Foto disponível em: http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1787:-prefeitura-de-niteroi-e-colegio-pedro-ii-anunciam-expansao-da-unidade-de-ensino-federal-na-cidade. Acesso em: 06 dez. 2020.

A implantação do Pedro II foi um feito histórico para a Educação de Niterói, por ser uma escola pública referenciada de qualidade no país. A unidade de Niterói tem se destacado por seu excelente desempenho de seus alunos. Sempre consideramos que a expansão do colégio fosse na área do Barreto e hoje estamos consolidando isso, a partir da recuperação dessa parceria e do diálogo (CARNEIRO, 2013¹⁰⁹).

¹⁰⁹ Parte da entrevista com Prof. Waldeck Carneiro, em 2013, durante a assinatura da cessão do terreno do Estado à Prefeitura de Niterói. Disponível em: http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1787:-prefeitura-de-niteroi-e-colegio-pedro-ii-anunciam-expansao-da-unidade-de-ensino-federal-na-cidade. Acesso em: 10 dez. 2020.



O campus "Niterói", do Colégio Federal Pedro II, ganhará um anexo brevemente. A unidade vai funcionar na área do antigo 4º GCAM, no Barreto. De acordo com a prefeitura, o projeto de expansão da instituição já tem recursos liberados pelo governo federal no valor total de R\$ 10 milhões.

O governo do estado fará a cessão da área para o Pedro II construir as novas instalações. Com o anexo, o campus Niterói poderá ter um aumento de pelo menos 50% no número de vagas – atualmente, 610 alunos estudam na unidade.

"Poderemos aumentar o número de vagas e oferecer condições melhores para estudo e trabalho dos professores, com laboratórios, pequeno teatro, uma área esportiva melhor e poderemos até negociar, junto com a prefeitura, para oferecer cursos de línguas e abrir nossa área de esportes para a comunidade. Estamos abertos para qualquer parceria que a prefeitura tenha interesse em fazer conosco", explicou Marcelos de Carvalho Caldeira, diretor geral da unidade niteroiense.

Desde 2006 Niterói conta com uma unidade do Colégio Pedro II, sendo o primeiro município fora da capital a receber um campus.

Melhorias na região – O prefeito Rodrigo Neves destacou a importância da parceria com o Colégio Pedro II e informou que o Barreto ganhará, em breve, um complexo de segurança e educação.

"Teremos naquele terreno uma área para a prática esportiva, outra para a Secretaria de Ordem Pública, com novas instalações para a Guarda Municipal, a nova delegacia do Barreto e a área de expansão do Pedro II. Nossa Secretaria de Educação está cuidando dessa parceria, assim como trouxe para a cidade o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)", disse o prefeito.

Figura 41 – Notícia sobre a sede própria da UNED Niterói. Foto disponível em: <https://www.guiadeniteroi.com/pedro-ii-abrira-anexo-no-barreto/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Se as tentativas de parceria entre o Colégio Pedro II e o Estado para resolver problemas relacionados ao CIEP foram infrutíferas até envolver a ALERJ, isso não acontece em 2014¹¹⁰ quando é autorizado o usufruto do imóvel cedido, cerca de alguns meses após a notícia de que a busca incessante por um terreno em Niterói havia findado.

De acordo com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) de 2014, a construção do Colégio se dá por meio do Contrato 026/2013 assinado no dia 03/12/2013 entre o Colégio Pedro II e a *EngePrat Engenharia Serviços*

¹¹⁰ Conforme noticiado em 21 de janeiro de 2014 pelo site do próprio Colégio Pedro II. Disponível em: http://cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/143-noticias2014/1073-novas-instala%C3%A7%C3%B5es-campus-niter%C3%B3i.html. Acesso em: 10 dez. 2020.

LTDA. Segundo informações obtidas no Portal da Transparência¹¹¹, a obra de infraestrutura, urbanização, construção e reforma do *Campus Niterói*¹¹² custou um total final de R\$ 17.504.947,43.

Novo Campus Niterói estará pronto para o ano letivo de 2015



Obras serão finalizadas no início de 2015

Até abril de 2015, alunos e servidores do Campus Niterói poderão contar com um novo campus. As obras do espaço estão adiantadas com a conclusão da parte estrutural do campus. O terreno de 6,8 mil metros quadrados abrigará 15 salas de aula, laboratórios de língua estrangeira, Artes, Biologia, Química, Física, Humanidades e Informática e contará ainda com dois auditórios com capacidade para 500 e 130 lugares, dois refeitórios, biblioteca e quadra poliesportiva. A obra está orçada em aproximadamente R\$ 15,8 milhões.

Figura 42 – Terreno do *Campus Niterói* em construção, noticiado no Portal do CPII. Foto disponível em: http://www.cp2.g12.br/118-dgp/index.php?option=com_content&view=article&id=1839. Acesso em: 10 dez. 2020.

¹¹¹ Disponível em: <http://transparencia.gov.br/contratos/138716718?ordenarPor=descricao&direcao=asc>. Acesso em: 10 dez. 2020.

¹¹² As imagens seguintes de 43B a 43D estão disponíveis no site do CPII: http://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/211-noticias2015/3156-cpii-avan%C3%A7a-em-obras-de-novos-campi.html. Fotos de 43E a 43H se encontram disponíveis no site da Construtora *EngePrat*: <http://engeprat.com.br/obras>. Acesso aos sites em: 10 dez. 2020.

CPII avança em obras de novos campi

Publicado em Quarta, 01 Julho 2015 16:51



Novo Campus Niterói

As obras do novo *Campus Niterói* seguem a todo o vapor. Nesta terça-feira, 30/06, o Reitor Oscar Halac visitou o novo espaço e acompanhou o andamento da obra, executada pela empresa Engebras. A nova previsão é que o *Campus* seja inaugurado em setembro deste ano.

Toda a parte elétrica e hidráulica das salas de aula estão finalizadas, restando a colocação das esquadrias de alumínio e forração do teto para serem entregues. Salas administrativas estão em fase de acabamento e os laboratórios estão recebendo instalação de gás, seguida do acabamento.

Outros espaços pedagógicos, como Sala de Música e de Artes, já estão finalizados. Durante esta semana, está sendo instalado o elevador do prédio, paralelamente à montagem da quadra de esportes e urbanização da área externa do *campus*.



Figura 43A – Construção do *Campus Niterói*. Foto disponível em: http://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/211-noticias2015/3156-cpii-avan%C3%A7a-em-obras-de-novos-campi.html. Acesso em: 10 dez. 2020.



Figura 43B – Pátio interno do *Campus Niterói* em construção. Foto de julho de 2015.



Figura 43C – Construção do elevador no pátio interno. Foto de julho de 2015.



Figura 43D – Construção da quadra de esportes. Foto de julho de 2015.



Figura 43E – Obra finalizada do Pátio Interno e de parte da Fachada do *Campus* Niterói.



Figura 43F – Quadra de esportes finalizada.



Figura 43G – Pátio interno e elevador finalizados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712385/CA



Figura 43H – Fachada concluída do *Campus* Niterói.

Destarte, a inauguração da nova sede de Niterói aconteceu no dia 05 de abril de 2016 – com a presença de autoridades do Estado, da Prefeitura, de gestores, servidores, alunos, ex-alunos e responsáveis do Colégio Pedro II –, onze anos depois que o Colégio Pedro II chegou ao município.

Após tantas dificuldades com a infraestrutura e com as condições de funcionamento, podemos compreender que o Convênio da Prefeitura de Niterói, ainda que limitado, foi importante para trazer o Colégio à cidade, porque simbolizou uma expansão territorial e organizacional do Colégio motivada por Realengo.

QUINTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2016

Inauguração do novo prédio do Campus Niterói marca início de abril.



Alunos que queiram acompanhar a inauguração devem ir uniformizados e servidores devem apresentar crachá de identificação.

No dia 5 de abril, o Colégio Pedro II inaugura o novo prédio do *Campus* Niterói. A solenidade acontece a partir das 10h, com a participação da comunidade escolar e possível presença de autoridades do Governo Federal.

Já confirmou presença o secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro, Antonio José Vieira de Paiva Neto, que vai representar o governador em exercício Francisco Dornelles. O prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, também deverá prestigiar o evento.

Figura 44A – Convite à inauguração no Blog do *Campus* Niterói publicado em 31 de março de 2016. Disponível em: <http://informecp2niteroi.blogspot.com/2016/03/>. Acesso em: 10 dez. 2020.



Figura 44B – Autoridades na inauguração do *Campus Niterói*, da esquerda à direita, estão: Diretor de Niterói Marcelos Caldeira, Reitor Oscar Halac, Prefeito Rodrigo Neves e Antonio Neto, Secretário de Educação (SEEDUC). Disponível em: https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/220-not%C3%ADcias2016/4468-col%C3%A9gio-pedro-ii-inaugura-novo-campus-em-niter%C3%B3i.html. Acesso em: 10 dez. 2020.



Figura 44C – Apresentação do Coral do Campus Niterói durante a inauguração da nova sede. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/220-not%C3%ADcias2016/4468-col%C3%A9gio-pedro-ii-inaugura-novo-campus-em-niter%C3%B3i.html. Acesso em: 10 dez. 2020.

No entanto, da E.M. Fininha ao prédio do Ciep 047, das idas e vindas à ALERJ junto ao apoio local representado pela figura de Waldeck Carneiro ao longo de seus mandatos, o CPII Niterói se manteve no bairro do Barreto com sua nova sede, cuja possibilidade se firmou pela cessão de parte de um terreno do Estado.

Essa colaboração se assemelhou a um arranjo federativo, na qual se pode entender a viabilidade pela mudança de governo municipal, com a parceria da gestão Rodrigo Neves junto ao governo do Estado do Rio, bem como aos recursos injetados pelo Governo Federal, durante o Governo Lula, por meio do FNDE.

Se, por uma via, os caminhos dessa expansão desvelam as semelhanças e diferenças com relação à expansão de Realengo – que se consolidava ao mesmo tempo em que Niterói procurava se firmar –, procuramos compreender a agência de servidores que atuaram enquanto idealizadores da expansão institucional alinhados aos servidores gestores executores do “projeto”.

Por outra via, a hipótese de que a Expansão Anos 2000 do CPII se tratava de um projeto se desestabiliza quando nos deparamos com as fontes nas quais nos discorremos acerca desse movimento expansionista – tais como: as entrevistas dos servidores gestores que estiveram à frente da implementação dessa unidade; registros de notícias e discursos da Comissão de Educação, além de demais documentos.

Assim, podemos concluir que o CPII Niterói somente se consolida quando o Colégio encontra novamente uma parceria com o poder local (Prefeitura de Niterói) interessado em agenciar uma congruência com os demais entes federados (Estado e União). Em outras palavras, o contexto no qual se encontrava a instituição, já inserida na Lei dos Institutos Federais (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) desde 2012, trouxe ainda mais recursos ao Colégio e favoreceu a sustentação do empreendimento da Expansão Anos 2000, como veremos nos próximos capítulos.

6.

O caso de Duque de Caxias¹¹³: do Rio à Baixada, uma nova empreitada

*Tá vendo aquele colégio moço?
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Pus a massa fiz cimento
Ajudei a rebocar
Minha filha inocente
Vem pra mim toda contente
Pai vou me matricular (...)
(BARBOSA¹¹⁴, 1979)*

Neste capítulo, investigaremos o modo como o Colégio Pedro II chega à Baixada Fluminense, agregando ao desenvolvimento de novas dimensões dessa expansão da instituição nos Anos 2000. Ademais, consideramos o princípio da unidade, uma inovação perante a tradição, ao ofertar vagas em um curso subsequente de Informática, que permitiu a matrícula de diferentes perfis discentes. Ainda neste capítulo, revisitaremos os trâmites para a execução das políticas afirmativas e como ocorre.

¹¹³ Duque de Caxias é um dos municípios da Baixada Fluminense. A cidade é marcada pela presença de indústrias em seu território, bem como por políticos influentes, como o ex-Prefeito José Camilo Zito dos Santos Filho e sua filha Andreia Zito (atualmente filiados ao PP), além de Washington Reis (atual prefeito, MDB). Localizada a 15km do Rio de Janeiro, (...) *estrategicamente junto às principais rodovias do país, Presidente Dutra, Washington Luís, Avenida Brasil, Linhas Vermelha e Amarela, Duque de Caxias ocupa o segundo lugar no ranking de arrecadação de ICMS do estado do Rio de Janeiro, perdendo somente para a capital, de acordo com pesquisas da Fundação CIDE. Segundo dados do IBGE, Duque de Caxias possui (...) um Produto Interno Bruto na ordem de R\$25.001.454,00, sendo o PIB per capita de R\$33.398,00. A arrancada no desenvolvimento econômico do município teve início com a implantação da Refinaria de Duque de Caxias na década de 60. (...) Os principais segmentos industriais no município são químico/petroquímico, metalúrgico/gás, plástico, mobiliário, têxtil/vestuário. Atualmente, empresas de vários segmentos têm se instalado em Duque de Caxias, tais como Jornal O Globo, aproveitando a privilegiada posição do município, sendo o número de 11.763 unidades de empresas cadastradas (...).* Ainda que tenha a segunda maior arrecadação de ICMS e um PIB avantajado, a cidade é marcada pela desigualdade social, pela violência e possui um baixo IDH em relação às cidades de Niterói e do Rio de Janeiro. As informações acerca da economia e do seu desenvolvimento industrial foram extraídas do site da Câmara Municipal de Duque de Caxias (CMDC, 2013). Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155. Acesso em: 14 mar. 2021.

¹¹⁴ Elegemos a letra de “Cidadão”, composta por Lucio Barbosa em 1979, como uma epígrafe cabível aos motivos que trouxeram o Colégio Pedro II ao município de Duque de Caxias. Gravada por vários artistas como Zé Geraldo, Zé Ramalho, Luiz Gonzaga e Renato Teixeira, a canção é um clássico das provas de vestibular e ENEM pelo seu teor social – processos seletivos que são realizados por alunos de Ensino Médio, público-alvo da UNED Caxias. Letra disponível em: <http://www.terotcs.com/musica-e-trabalho-fred-indica-cidadao-de-ze-gerald/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Em entrevista ao Boletim ADCPII de dezembro de 2006, o Diretor Geral do Colégio, Wilson Choeri, afirma que havia a previsão de continuar sua expansão no município do Rio com a abertura de uma unidade na Maré, na Cidade de Deus ou em Manguinhos, tendo como possibilidade novamente uma parceria com a Prefeitura do Rio, embora os convênios para a implantação de Realengo e de Niterói tenham passado por turbulências que impediram o cumprimento em sua totalidade.

Não está definido por um motivo. A Cidade de Deus precisa de uma escola média lá. (...) O Arnaldo Niskier, que é o Secretário de Educação, disse que a comunidade da Cidade de Deus estava interessada em ter um Pedro II. Muito bem. Aí eu disse: nós iremos para a Cidade de Deus com uma condição: (...) essa área tem uma creche aqui e tem uma área ali. Nós iremos, mas sem destruir a creche. (...) Eu criei o seguinte: intercomplementaridade entre os sistemas federal, estadual e municipal. Nenhum de nós pode sozinho fazer, nós temos que fazer intercomplementaridade do sistema. Eles já estão falando nessa linguagem: intercomplementaridade do sistema. Então, em Jacarepaguá, o Lula se comprometeu lá de botar uma escola, eles têm que respeitar nosso poder. Vamos pra lá sim. Em trinta dias eu implanto a escola lá, mas desde que ela esteja equipada, transformada a energia elétrica, solução pra creche que está ocupando a área. Eles prometeram tudo isso (CHOERI, 2006¹¹⁵).

Nesse boletim informativo de 2006, ainda se comenta sobre o surgimento dos convênios dessa expansão, bem como o investimento do governo Lula no Colégio Pedro II e em outras instituições federais de ensino, destinando um aumento no orçamento (cerca de 18%). Embora rumores já ecoassem sobre a abertura de mais uma unidade do CPII, contando com um novo acordo de intercomplementaridade e que em parte fora corroborado pelas respostas de Choeri à entrevista com a ADCPII.

Assim como Niterói, Duque de Caxias foi uma das cidades que compareceu à reunião do FNDE, na qual compareceram os Secretários municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, a primeira solicitação por um CPII no município de Caxias não partiu da própria

¹¹⁵ Declaração de Wilson Choeri em entrevista à ADCPII, publicada no boletim da associação em dezembro de 2006 (p. 13). Conferir Anexo VI para a entrevista completa.

Prefeitura, como acontecera com Niterói, que enviou seus representantes a uma reunião com a Direção Geral da instituição.

Em maio de 2007, a Deputada Federal Andreia Zito encaminhou uma Indicação de Proposição (INC 412/2007) ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, sugerindo a abertura de uma unidade descentralizada do Colégio Pedro II no município de Duque de Caxias, seu lugar de nascença e formação (inclusive política)¹¹⁶.

No presente documento, a deputada procura embasar seus argumentos nos dados divulgados pelo IBGE e o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) nos Anos 2000 – acerca da população e do número de matriculados em escolas de Educação básica –, destacando que, embora se esperasse um crescimento demográfico em 2006, o número de alunos matriculados no Ensino Médio não representava um contingente significativo naquele universo compreendido na faixa etária desse segmento (14 a 18 anos).

- Existem, no ano de 2006, da Creche ao Ensino Médio, 225.749 alunos matriculados em toda a rede educacional. Na esfera pública (municipal e estadual) chega-se a 183.419 alunos matriculados.
- Segundo o último relatório divulgado pelo INEP, que apresenta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o Município de Duque de Caxias encontra-se classificado como a 12ª pior média em todo o Estado do Rio de Janeiro, no que se refere aos alunos matriculados de 1ª a 4ª séries.
- Teoricamente, todos os alunos na faixa etária de 5 a 14 anos estão matriculados em alguma escola integrante de uma das três redes: estadual, municipal ou privada. Com relação ao Ensino Médio a realidade é bem mais cruel, ou seja, dos 82.110 jovens na faixa de 15 a 19 anos apenas 39.046 estão matriculados em escolas da rede estadual e 8.374 na rede privada, constatando-se, desta forma, que 43.064 jovens estão afastados dos bancos escolares das escolas de ensino médio da rede pública de ensino. Diante desta questão, pergunta-se: Onde estão estes 43.064 jovens? (ZITO, 2007, p. 2).

¹¹⁶ Andreia Zito é nascida em Duque de Caxias e filha do ex-prefeito da cidade, José Camilo Zito dos Santos Filho (1997-2004; 2009-2012). Formada em Direito pela UNIGRANRIO (Universidade do Grande Rio, instituição de Ensino Superior situada em Caxias), atuou como Deputada Estadual (1999-2002; 2003-2006) e Deputada Federal em três mandatos – 2007-2010; 2011-2014; 2019 (Suplente). Além da INC 412/2007 cujo aval positivo do MEC abriu margem à criação de uma UNED em Caxias, a Deputada atuou como relatora no projeto de lei de criação dos Institutos Federais, a Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008.

O Estudo Socioeconômico de 2004 já trazia um quadro com dados preocupantes com relação à Educação no município. Como podemos observar no quadro em seguida, mesmo sendo o quarto município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias apresenta uma das menores taxas de matrícula no Ensino Médio (30% dos matriculados com idades entre 15 e 17 anos) do Estado, junto a outros municípios da Baixada Fluminense, como Belford Roxo (25,4%), Magé (27,8%) e Queimados (21,0%).

Ainda em comparação com outras cidades da Região Metropolitana, como Rio de Janeiro (47,4%) e Niterói (53,5%) – cujo convênio foi assinado com o CPEI em 2006 –, a cidade Caxias indicava uma maior necessidade de investimentos em instituições de Ensino Médio para que houvesse um panorama mais viável à universalização da Educação básica.

Município	População do Município	% analfabetos de 15 anos e mais	% de 7 a 14 anos no ensino fundamental	% de 15 a 17 anos no ensino médio	% de 18 a 24 anos no ensino superior
Rio de Janeiro	5.807.904	4,4	90,7	47,4	15,7
Nova Iguaçu	920.599	7,2	88,4	31,5	4,3
São Gonçalo	891.119	5,8	89,9	40,1	5,8
Duque de Caxias	775.456	8,0	88,5	30,0	3,9
Niterói	459.451	3,6	92,3	53,5	26,2
São João de Meriti	449.476	5,7	90,4	35,8	3,7
Belford Roxo	434.474	8,0	87,2	25,4	2,2
Campos dos Goitacazes	405.959	10,1	89,5	31,2	7,7
Petrópolis	285.537	6,4	88,3	37,8	9,4
Volta Redonda	242.053	5,1	92,9	45,4	12,6
Magé	205.830	9,9	89,4	27,8	2,3
Itaboraí	187.479	10,8	87,0	24,5	2,5
Nova Friburgo	173.418	7,4	92,5	37,4	10,6
Barra Mansa	170.753	6,4	92,8	41,4	7,0
Nilópolis	153.712	3,8	92,1	40,5	7,7
Teresópolis	138.081	10,4	91,3	33,4	8,3
Macaé	132.451	7,9	91,2	41,1	6,2
Cabo Frio	125.828	8,3	88,2	28,5	4,1
Queimados	121.933	9,3	86,4	21,0	1,4
Angra dos Reis	119.247	8,9	89,0	30,1	3,8
Resende	104.549	6,9	96,4	37,7	10,4

Figura 45 – Ranking dos municípios brasileiros sobre analfabetismo e escolarização. Extraída de: <https://www.tce.rj.gov.br/documents/10180/627261/Estudo%20Socioeconomico%202004%20carro.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Considerando que apenas 3,9% de jovens de 18 a 24 anos de idade tinham acesso ao Ensino Superior em Caxias, em 2004, podemos notar uma recorrência de índices baixos de acesso ao Ensino Superior em outros municípios da Baixada Fluminense, como Belford Roxo (2,2%), Magé (2,3%), Queimados (1,4%) e São João de Meriti (3,7%).

Embora a indicação feita pela deputada pela construção de uma unidade do Colégio Pedro II em Duque de Caxias tenha sido proposta ao Ministério da Educação com base na realidade do município¹¹⁷, pode-se inferir que a presença do CPII na Baixada Fluminense significaria também facilidade de atendimento a alunos oriundos de outras cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Ademais, após a Reunião do FNDE – sediada no Salão Nobre da unidade CPII Centro entre o MEC e os 92 Secretários Municipais de Educação em 2004 –, bem como devido à visibilidade na mídia com a implementação de Realengo e em seguida em Niterói, como visto nos subcapítulos anteriores, outras prefeituras passam propor Convênios para a implementação de uma nova unidade.

Este quadro, pós criação das Unidades Realengo e Niterói realçava a atuação do Colégio Pedro II através da mídia e o período foi marcado por diversas visitas de Prefeitos de municípios do Estado do Rio de Janeiro ao gabinete do Professor Choeri, buscando deste a implantação de uma Unidade Escolar do CPII em seus municípios. Curioso, para mim, e que todos os Prefeitos que procuravam o Diretor-Geral neste período representavam municípios da Baixada Fluminense. Para todos deu a mesma resposta negativa alegando que necessitava de tempo para cristalizar as criações das Unidades Realengo e Niterói. Menos para um deles (...). Em meio ao mês de junho de 2007, adentrou o gabinete uma figura que encarnava bem o perfil daqueles prefeitos retratados em filmes e novelas da TV. Disse-me que queria falar com o “presidente”. Eu aleguei que não havia presidente na estrutura do Colégio e sim um Diretor-Geral e perguntei-lhe o nome, ele disse ser o prefeito de Duque de Caxias – Washington Reis. O anunciei ao professor Choeri que o recebeu. Da porta exclamou: “meu padrinho!” Dirigindo-se ao

¹¹⁷ A presente Indicação objetiva possibilitar que os jovens do município de Duque de Caxias possam ter acesso a uma instituição centenária que representa uma das principais demonstrações de que é possível oferecer ao povo brasileiro uma educação pública com qualidade e, com certeza, poderá colaborar com a transformação dos tristes índices nos quais os jovens de Duque de Caxias estão inseridos e, desta forma, representar um marco na revolução educacional e social daquele município (ZITO, 2007, p. 3).

Professor Choeri e passou a deitar falação... Não passou nem um minuto e a campainha interna do gabinete do Diretor-Geral tocou. Fui à sua presença e ele pediu-me que no dia seguinte fosse à cidade de Caxias para verificar o que foi dito pelo prefeito. Deu-me um endereço e relatou a conversa que teve. Perguntei-lhe o que o fez ceder, já que havia negado aos demais o mesmo pedido. Sacou, então, de uma moção feita pela Deputada Andreia Zito ao então Ministro da Educação solicitando deste a implantação de uma Unidade do Colégio no município de Duque de Caxias e confidenciou-me que teve, em Brasília, uma conversa com a Deputada onde esta disse-lhe que não se importava em que gestão a Unidade seria criada em seu município e sim que seria uma colaboração social imensa que o Colégio Pedro II prestaria à comunidade da Baixada Fluminense e aos cidadãos de Duque de Caxias, como uma caixa ressoante de som em termos de tecnologia educacional. Lá ficou por quase uma hora e saiu distribuindo cumprimentos para todos em seu caminho. Ao despedir-se de mim perguntou: você é o Oscar? O presidente falou de você. Após um abraço que mais pareceu um golpe de judô, saiu apressado (HALAC, 2011, p.69).

De acordo com o relato acima, um mês após a proposta da Deputada Andreia Zito ao Ministério da Educação, o prefeito de Duque de Caxias, Washington Reis (PMDB – 01/01/2005 a 31/12/2008), esteve em reunião com o Diretor Geral do CPEI. Em decorrência, conseguiu a autorização do Colégio Pedro II para criar uma unidade, o que não fora uma mera coincidência.

Desse modo, podemos inferir que essa etapa da expansão se desenha de um modo diferenciado em relação às anteriores, uma vez que os convênios assinados para viabilizar a abertura das unidades de Niterói e Realengo com as suas respectivas prefeituras (Niterói e Rio de Janeiro) não obtiveram uma proposta de indicação para a criação da unidade aprovada junto ao MEC, cuja autoria é da Deputada Andreia Zito.

(...) Andreia encaminhou ao Haddad um pedido pra criação de (...) uma unidade do Pedro II em Duque de Caxias. E teve, vamos dizer, um sinal verde lá por parte do Ministério, mas não avançaram mais do que isso, não deram as condições. Sem pessoal, sem... sem nada. O professor Choeri – aí, ao mesmo tempo o pai dela já tinha deixado de ser prefeito, já era outro prefeito – que era o que ‘tava’ lá de novo, (...) mas mesmo não tendo sido ele, (...) no momento que ele começou a negociação, ele topou a parada, né, topou o pedido. E eu soube, isso eu soube, inclusive, que foi através do próprio livro do Oscar que ele narra isso bem detalhado, e houve reunião lá, foram procurar o professor Choeri, prefeito ali que ‘tava’, e o professor Choeri já se sensibilizou com a história de abrir uma unidade em Caxias. E a Andreia deu positivo, né,

que mais tarde tivemos com ela, e ela chegou e disse assim, “olha, mas esse aqui topou”. Aí ela disse, “olha, me incomoda ver cada dia a fila de ônibus na refinaria Duque de Caxias pra levar o pessoal que trabalha em refinaria embora”, por quê? A refinaria tá ali, podia ser um campo de trabalho ‘pro’ pessoal daquele município, no entanto vai muita gente de fora, ‘pro’ pessoal mesmo de lá não consegue. E ela batalhou muito ‘pra’ conseguir levar ‘pra’ Caxias com o ensino (RODRIGUES, 2020).

Portanto, ao compararmos se houve algum tipo de arranjo pré-estabelecido para a implementação das três unidades nesse movimento expansionista, observamos que o documento de indicação enviado pela Deputada Zito ao MEC não só antecipou a aprovação de uma nova unidade, ao se reunir com Choeri, como criou a oportunidade ideal para o prefeito Washington Reis.

Perguntei-lhe o que o fez ceder, já que havia negado aos demais o mesmo pedido. Sacou, então, de uma moção feita pela Deputada Andreia Zito ao então Ministro da Educação solicitando deste a implantação de uma Unidade do Colégio no município de Duque de Caxias e confidenciou-me que teve, em Brasília, uma conversa com a Deputada onde esta disse-lhe que não se importava em que gestão a Unidade seria criada em seu município e sim que seria uma colaboração social imensa que o Colégio Pedro II prestaria à comunidade da Baixada Fluminense e aos cidadãos de Duque de Caxias, como uma caixa ressoante de som em termos de tecnologia educacional. Choeri sentiu que a jovem Deputada falou com sinceridade e mesmo sem saber tocou naquilo que mais o Choeri perseguiu em sua trajetória profissional – o desenvolvimento social através da educação. Andreia, mesmo sem a devida dimensão de suas palavras, lançou para um faminto por desafios a possibilidade de concorrer com a melhoria dos índices educacionais de uma região ainda precária neste sentido. Perguntei, então, por que não havia tomado nenhuma atitude em relação ao tema se já tinha esta percepção que me relatou. Olhou-me nos olhos e disse: “aprende uma coisa, não basta querer, não basta necessitar, é preciso mostrar que merece e eu acredito que este município mereça o nosso Colégio face ao que ouvi da deputada e do prefeito atual”. E continuou: “por outro lado, logo haverá eleições municipais e o pai da deputada será eleito, logo o apoio às nossas necessidades será patenteado por uma relação entre pai e filha”. Com efeito, dezoito meses depois, elegeu-se em primeiro turno o candidato José Camilo Zito dos Santos, conforme a análise do velho Choeri (HALAC, 2011, p.69-70).

Considerando a solicitação encaminhada junto ao MEC, bem como a articulação com uma Deputada Federal – que poderia destinar emendas

parlamentares para a manutenção do CPII, como outros parlamentares fazem – , Duque de Caxias conseguiu propor um convênio que se destacou perante o de outras prefeituras que procuraram a instituição. Ademais, o estabelecimento de uma unidade do Colégio no município poderia acontecer por motivos semelhantes aos da implantação de Niterói: agregando ao desenvolvimento educacional e humano da região em que se insere; estendendo-se ao atendimento à população da Baixada Fluminense, tal como se propôs com a criação do CPII Niterói à Região dos Lagos.

Olha, (...) a gente conseguir atender a população carente, né, que reside a grande maioria na Baixada Fluminense, atender os munícipes de Caxias e os arredores ali, acho que esse é o ganho, você levar uma escola há muitos anos dita elitista, pra lá pra Baixada, acho que isso perturbou muita gente, você ter o Colégio Pedro II ali na Baixada Fluminense atendendo lá a galera pobre mesmo, IDH baixo e tal, acho que esse foi o grande desafio, entendeu? Você levar lá uma escola desse patamar, desse padrão. Então realmente se for parar pra pensar, há um bom tempo atrás isso seria inadmissível, quem ia pensar em ter um Colégio Pedro II em Duque de Caxias? Foi até... é até interessante comentar isso, as pessoas não sabiam, até os moradores de Caxias não sabiam que tinha um Colégio Pedro II em Caxias, você andava ali... dava três passos pro lado, perguntava, “onde é que é o Colégio Pedro II?”, ninguém sabia que tinha Pedro II ali, entendeu? ((riso)) Então eu acho que esse que é o bacana, isso aí é o grande ganho... o grande ganho dessa história toda. E um desafio é se manter sempre, né cara (NOGUEIRA, 2020).

Pelo arranjo político entre Andreia Zito e Washington Reis (de partidos e história política distintos em Caxias, uma vez que Washington Reis sucedeu o pai da deputada, Zito, na prefeitura neste primeiro mandato), pela possibilidade do ex-prefeito Zito se reeleger nas próximas eleições municipais (o que acontece nas eleições de 2008) e, por isso, estabelecer-se um convênio mais estável na abertura da mais nova unidade do Colégio Pedro II.

PUC e Pedro II chegam à Baixada

Pólo da universidade oferece projetos de extensão, e novo campus do colégio tem 210 vagas de curso subsequente

• Duas tradicionais instituições de ensino acabam de chegar à Baixada. Instalada no Instituto São Bento, em Duque de Caxias, o novo Pólo Avançado da PUC-Rio oferece cinco cursos de extensão em diferentes áreas. Até sábado, ainda é possível fazer a inscrição para o de Família Contemporânea, que visa a capacitar profissionais com novos conhecimentos teóricos sobre família, estimulando a troca de idéias e experiências entre eles.

Segundo o vice-reitor de desenvolvimento da universidade, padre Francisco Ivern, o objetivo é transformar o São Bento num centro de projetos da PUC-Rio.

— O conceito do pólo é muito amplo. Já estamos estudando a possibilidade de, no futuro, oferecer cursos de graduação. Hoje, o nosso objetivo é capacitar melhor as pessoas para o mercado de trabalho. Mas além de cursos, poderemos organizar outras atividades, como aulas de artesanato, capoeira e hortas comunitárias — afirma o vice-reitor.

Mais informações pelo telefone 2771-1148 ou no site <www.cce.puc-rio.br>.

O Colégio Pedro II abre a sua primeira unidade na re-

gião, no complexo Educacional Caminho do Futuro, em Duque de Caxias. O campus é resultado de um convênio entre a prefeitura e o colégio, que, além de oferecer curso subsequente (técnico em programação de computadores) para quem já tem diploma de ensino médio, terá cadeiras de capacitação para professores da rede pública do município.

— O curso para professores é uma nova faceta da escola. A proposta é colaborar com a capacitação de outros profissionais — diz o secretário-geral do Pedro II, Oscar Halac.

O curso subsequente oferece 210 vagas que devem ser preenchidas por concurso. As inscrições vão até quinta-feira. Informações: 3659-9669 e 3891-1100.



Bia Guedes

■ A SEDE do recém-inaugurado Pólo Avançado da PUC-Rio, no Instituto São Bento, em Duque de Caxias. Cursos oferecidos abrangem cinco diferentes áreas

Figura 46 – Jornal O Globo de 19 de agosto de 2007 anunciando a chegada do Colégio Pedro II à cidade de Caxias. Acesso em: 12 dez. 2020.

Cheguei então, como determinado, à Cidade de Duque de Caxias acompanhado do motorista Índio – Edmar Pinto de Paula – que conhecia bem a região e da Professora Denise Mattos que esteve sempre de corpo e alma presente nos procedimentos de expansão. Fui direto para o gabinete do Prefeito, no bairro Jardim Primavera. Parecia uma festa. Muitas pessoas tratando ao mesmo tempo de problemas diferentes e o prefeito parecendo ouvir todos e dando soluções para todas elas. Impressionante. A princípio pensei em pedir licença e retornar ao Rio, pois não entendia como poderia conversar naquele ambiente de tele conferência presencial. Parecendo notar meu incomodo com a situação, o prefeito pediu licença aos demais e em um canto do pequeno gabinete apresentou-me ao professor Paulo Renato Farias que presidia uma Fundação Municipal – FUNDEC. Mais tranquilo que o Prefeito me mostrou com vagar o planejamento da prefeitura para receber o Colégio Pedro II. Com ele fui à Sarapuí, na Rua República do Paraguai, 120, onde no passado funcionava um matadouro, conhecer um complexo com dois prédios escolares de ótima qualidade funcional e arquitetônica. Um dos prédios abrigava uma creche municipal e o outro a antiga Escola Técnica de Química, atual Instituto Federal de Educação Tecnológica /RJ. A ideia era construir mais um prédio para servir ao Colégio Pedro II que por ora ocuparia parte do IFET¹¹⁸/RJ de modo concomitante. A princípio pareceu-me uma ideia absurda a convivência de duas Escolas diferentes em um mesmo espaço físico, mas minha tarefa era conhecer a proposta e encaminhar ao mandatário da Autarquia. Assim o fiz. Relatei ao Professor Choeri a proposta de ocupação concomitante e de modo provisório até a conclusão do

¹¹⁸ IFET (Instituto Federal de Educação Tecnológica) também conhecida como Escola Técnica de Química ou CEFET de Química pelos cursos oferecidos; posteriormente, torna-se um *campus* do IFRJ em Duque de Caxias.

prometido prédio pelo Prefeito, o qual seria erguido em até oito meses. Relatei ainda que a Prefeitura arcaria, através de um Convênio de mútua colaboração técnica, com todas as despesas inerentes à implantação e manutenção da nova Unidade (HALAC, 2011, p. 70-71).

Com isso, esperava-se uma possível estabilidade por meio da articulação entre políticos e a aprovação do MEC à proposta de Zito (2007) para dar encaminhamento a essa etapa da expansão de um modo menos desafiador do que as anteriores (Realengo e Niterói). No entanto, como começar o ano letivo em meados de 2007 e em que local essa unidade seria implementada?

De acordo com Halac (2011), a prefeitura ofereceu um espaço no Complexo Escolar Caminho do Futuro no bairro do Sarapuí para o funcionamento da unidade, compartilhando as instalações do CEFET de Química, enquanto não se cumpria a promessa de construir o prédio da UNED Caxias no mesmo terreno em oito meses, a princípio.

Eu sei que lá numa região chamada Sarapuí, é... ela é meio afastada, não fica no centro. Tem uma região que é chamada de Caminho do Futuro, e nessa área eles já tinham construído um prédio pra abrigar o ensino municipal e tinha outro prédio que estava para o... pra escola técnica, o CEFET de química ‘tava’ com a unidade dele descentralizada, em Duque de Caxias já funcionando lá. E aí eles tinham o propósito de construir também na mesma área um pavilhão pro Pedro II, e pra já marcar, vamos dizer, a presença, então o colégio começou... é... de uma forma totalmente diferente, experimental, com uma modalidade de ensino, que só tivemos naquele ano, depois a gente parou de oferecer (RODRIGUES, 2020).

Com efeito, em 31 de julho de 2007, Vera Maria Ferreira Rodrigues, então Secretária de Ensino, lança o Edital número 10/2007¹¹⁹ de Admissão à Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente ao Ensino Médio – área de formação de Informática, cujos objetivos eram prover o mercado de profissionais eficientes, além de qualificar jovens e adultos para o trabalho. (HALAC, 2011, p. 71-72).

¹¹⁹ Conferir Anexo VII.



Figura 47 – Turmas do primeiro curso da UNED Caxias, em 2007. Imagens extraídas de Halac (2011).

Segundo Santos *et al* (2018), a UNED Caxias oferece, em seu primeiro ano, um curso de Ensino Médio Técnico Subsequente em Informática com auxílio da Prof^a Márcia Martins de Oliveira – Chefe do Departamento de Ciências da Computação – e com duração de um ano por ter iniciado suas atividades em meados de 2007.

Só técnico na área de informática, a professora Márcia, que hoje é a pró-reitora da pós-graduação, ela era chefe de departamento de Ciências da Computação, e aí também ela é uma pessoa bastante dinâmica, ela deu força, e aí eles idealizaram não só esse curso de pós-médio, técnico, ((pós-secundário)) e o clube de informática, como também capacitação pra professores da rede, que eu me lembro que eu fui lá fazer uma apresentação de aula inaugural pras professoras do município, pro curso oferecido lá. E já marcando presença do Pedro II lá (RODRIGUES, 2020).

Colégio Pedro II e Fundec oferecem cursos gratuitos em Caxias

Extra, 17/08/2007 - 00:00 / Atualizado em 03/03/2012 - 04:44

RIO - Termina no próximo dia 23 o prazo de inscrição para o curso gratuito de técnico em programação de computadores, uma parceria entre o Colégio Pedro II e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico e Social de Duque de Caxias (Fundec), que cedeu toda a estrutura necessária, desde instalações à contratação de pessoal, para a realização do curso. São 210 vagas, distribuídas nos turnos da manhã e tarde, e as inscrições podem ser feitas de segunda a quinta-feira, das 9h às 16h, no Complexo Escolas Caminho do Futuro, no Bairro Sarapuá, Duque de Caxias. O curso é dirigido a alunos que tenham concluído o ensino médio. Metade das vagas será disponibilizada para candidatos formados nas escolas que integram a rede pública de ensino médio, mantida pelos governos municipal, estadual e federal (a ser comprovado no ato da matrícula, através do histórico escolar) e as demais para alunos das escolas particulares. Outras informações pelo telefone 3659-9669. Está é a primeira vez que o Colégio Pedro II ministra cursos na Baixada Fluminense.

Figura 48 – Notícia divulgando a inscrição para o curso subsequente de Informática no CPII. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/colégio-pedro-ii-fundec-oferecem-cursos-gratuitos-em-caxias-4160894>. Acesso em: 16 dez. 2020.

Na notícia divulgada pelo Jornal O Globo no dia 17 de agosto daquele ano em seu *site*, além de anunciar as vagas para a inscrição no curso da unidade CPII de Caxias, reforça a divulgação da parceria por parte da prefeitura, uma vez que destacam o compromisso da FUNDEC ao prover a estrutura necessária para o funcionamento da nova unidade, enquanto que a fala anterior de Rodrigues (2020) enfatiza a importância de marcar presença no território de Caxias, reafirmando a parceria pela oferta de qualificação ao corpo docente do referente município.

No entanto, a criação do curso subsequente de Informática em Duque de Caxias nos leva a refletir acerca de aproximações com programas federais de qualificação no Ensino Médio, além de conduzir à apropriação, pela instituição, das propostas do governo Lula para a interiorização e expansão do Ensino Médio como veremos no subcapítulo a seguir.

6.1

Interconexões: aproximações entre o PROEJA e o curso subsequente de Informática de Duque de Caxias

O princípio da UNED Caxias significou muito mais do que uma expansão territorial, mais uma vez uma unidade foi criada em outro município que não fosse o de origem da instituição (Rio de Janeiro), porém tendo como destaque o pioneirismo de chegar à Baixada Fluminense. No entanto, destacamos também uma expansão pedagógica com a oferta de uma modalidade diferente de Ensino Médio no Colégio – o curso subsequente de Informática –, o que trouxe mais uma inovação à tradição do ensino logo no início da implementação da unidade.

Foram oferecidas duzentas e dez vagas (210) vagas, sendo a metade para cada turno de aulas e conforme o estabelecido pelo, então, original critério de cotas do Colégio. Classificaram-se cento e noventa e sete candidatos que foram divididos em seis turmas, metade em cada turno. A faixa etária era ecleticamente dividida entre alunos nascidos de 1953 a 1990, o que tornou extremamente complexo o trabalho da equipe de docentes. (...) A inauguração ocorreu em 12 de setembro de 2007 na quadra desportiva do IFET/RJ e como nas implantações anteriores contou com a presença de vários políticos locais, de Secretários municipais e membros da Prefeitura (HALAC, 2011, p. 71-72).

Todavia, cabe destacar que a oferta dessa modalidade profissional de ensino, ainda que apenas por um ano nessa unidade, não destoa de um dos programas do governo federal que o Colégio já estava participando, o PROEJA¹²⁰ – Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004 –, cuja implementação data de 2006 (BRITO *et al*, 2020) no CPEI com a oferta dos cursos técnicos integrados de Informática (Montagem e Manutenção de Computadores) nas

¹²⁰ Essa iniciativa para a qualificação a nível médio, no governo Lula, foi promulgada pelo Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004. Posteriormente, o Decreto nº 5478, de 24 de junho de 2005, instituiu no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o PROEJA na modalidade Educação de Jovens e Adultos, bem como passa por atualizações, quanto ao âmbito federal, no Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006.

unidades Centro, Engenho Novo II e Realengo e, em 2007, estende-se à unidade Tijuca II¹²¹.

De acordo com o referente decreto, o Ensino Profissional a nível médio poderia ser ofertado, através do PROEJA, em instituições de ensino por meio de um convênio de intercomplementaridade, propondo cursos que atendessem a uma demanda local e a demais critérios, que fossem coerentes à estrutura para o desenvolvimento do projeto.

Para oferta dos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio os critérios são os seguintes: • o atendimento às demandas dos cidadãos, da sociedade e do mundo do trabalho, em sintonia com as exigências do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; • a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização das propostas; • a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas identificadas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do país; • a organização curricular dos cursos de técnico de nível médio, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica (MEC, 2004¹²², p. 409).

Na seleção de 2007, houve a aprovação de candidatos entre 17 e 54 anos de idade; portanto, o desafio que se coloca, naquele momento, se refere à organização curricular e à prática docente, bem como a compreensão de uma diversificação do público-alvo da instituição, tal como ocorrera em experiências com o PROEJA e com a abertura de outras unidades.

O aluno do PROEJA, por diversas razões, apresenta um comportamento que se diferencia dos demais alunos, rompendo com a cultura escolar estabelecida. Em geral, são alunos mais maduros, que retornam às instituições de ensino por vontade própria, e, portanto, buscam continuamente por novos conhecimentos (IVO & HYPOLITO, 2012, p. 137).

¹²¹ Outros cursos foram desenvolvidos para o PROEJA CPII, como Manutenção Automativa (2008-2014) por convênio firmado com o CEFET-RJ, Administração (a partir de 2010), Assistente Administrativo (2018) e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (a partir de 2010), de acordo com Brito *et al* (2020) e informações do site do CPII: <http://www.cp2.g12.br/81-concursos>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹²² Conferir Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

As turmas do subsequente de Informática da nova unidade se constituem de um grupo discente de faixa etária extensa, uma vez que se formou sob a proposta de profissionalização de alunos que já haviam concluído o Ensino Médio sem haver restrições quanto à idade. À vista disso, causou chiados que ressoavam quanto à diversificação do público-alvo do CPII – tensões essas que permeiam o movimento expansionista e desvelam falas preconceituosas quanto à abertura de novas unidades, propostas de cursos e modalidades de ensino – e como essa empreitada poderia impactar na tradição de excelência (BAPTISTA, 2014).

Teve alguns problemas quando a gente criou o PROEJA, em 2007 ou 2008, mais uma vez o preconceito, eu escutei de professor (...): “eu não estudei pra dar aula em supletivo, eu estudei pra dar aula...”. Difícil é você dar aula pra aquele que tem dificuldade, né. Eu fui o primeiro coordenador de PROEJA do Colégio, coordenava o PROEJA lá, o diretor era o Oscar. Enfim, é mais uma das coisas da história que a gente venceu, né, o preconceito, e muita gente dizendo isso, né. Que o Pedro II agora ia ter supletivo, que absurdo. Então é como se fosse um crime a gente atender – e nem é supletivo os alunos do PROEJA (VILLARDI, 2020).

A adesão do Colégio Pedro II ao PROEJA é transversal à configuração da expansão Anos 2000 na instituição. Por conseguinte, o desenvolvimento do primeiro curso¹²³ da UNED Duque de Caxias não acontece por meio desse programa, sendo a última das novas unidades a aderir ao PROEJA – apenas em 2016 –, conforme Brito *et al.*

Pode-se concluir que essa primeira experiência na oferta de ensino médio técnico subsequente em Duque de Caxias pavimenta novos caminhos seguidos pelo Colégio Pedro II – que costumava se dedicar, especificamente, à demanda de Ensino Médio regular em três turnos (matutino/diurno/noturno). Assim como percebemos que se faz de forma concomitante ao início da

¹²³ Quanto ao desenvolvimento de outros cursos subsequentes no Colégio Pedro II, esse movimento que já estava presente na instituição por meio de um convênio firmado com o CEFET-RJ – conferir Anexo VIII – intensifica-se na década seguinte com a oferta dos cursos pós-médio em Guia de Turismo (2019) e Tradução e Interpretação de Libras (2019), bem como a manutenção do Ensino Médio Integrado em Administração, Meio Ambiente, Instrumento Musical e Desenvolvimento de Sistemas. Mais informações em: http://www.cp2.g12.br/concursos/106-pro_reitorias/proen/8457-ensino-t%C3%A9cnico.html. Acesso em: 20 dez. 2020.

experiência com o PROEJA nos levando a uma inferência de paralelos a princípio, que podem ser investigados futuramente por meio de outros estudos.

6.2

Um triste padrão: a realidade diante da proposta de inclusão

Quanto à estrutura oferecida ao Colégio para o funcionamento dessa nova unidade, ao fim do ano de 2007, já se preparava um novo edital de seleção. Porém dessa vez para a demanda de turmas de Ensino Médio regular com a inclusão da UNED Caxias no processo seletivo discente 2007/2008.

No entanto, o CPII Caxias passava pelo mesmo dilema das unidades anteriores: a falta de espaço, uma vez que as instalações cedidas pelo CEFET de Química não comportariam a quantidade prevista de turmas (segundo o Relatório Anual da Gestão 2008, cerca de 130 alunos compunham o corpo discente de Caxias nesse ano), inviabilizando a possibilidade de continuarem compartilhadas entre as instituições.

No ano letivo de 2008, a UNED passou a oferecer o Ensino Médio regular à comunidade escolar de Duque de Caxias. Através de Concurso Público, dos setecentos e trinta e um (731) candidatos inscritos, somente noventa e nove (99) obtiveram a nota mínima cinco exigida pelo Edital e setenta e seis (76) efetivaram suas matrículas. Com o objetivo de completar as trinta e uma (31) vagas restantes foi realizado um remanejamento de candidatos aprovados e não classificados nas demais Unidades do Colégio. Para nossa tristeza verificamos, enquanto educadores, que do total de setenta e seis classificados apenas cinco destes eram oriundos de escolas da rede pública de ensino. Este corpo discente, porém, se caracterizou dentro dos padrões de nossa rede, em termos de faixa etária entre 13 e 14 anos. Como curiosidade, dos cento e nove alunos fundadores, 62% dos discentes eram do sexo feminino e 38% do sexo masculino (HALAC, 2011, p. 76).

Desde 2005, o Colégio Pedro II vem adotando, com sucesso, sistema de cotas para alunos oriundos de escolas mantidas pelo poder público (Grupo I). Por esse sistema, candidatos que obedeçam aos critérios estipulados em edital para participação no Grupo I (conforme a etapa da Educação Básica que estiver sendo objeto dele) concorrem a 50% do total das vagas oferecidas. Essa prática foi uma iniciativa pioneira da Direção-Geral do Colégio Pedro II, com o objetivo de promover o acesso de candidatos oriundos de escolas públicas às vagas disponibilizadas pela Instituição. Por isso, os cálculos dos indicadores

abaixo foram feitos considerando-se o total de candidatos (incluindo Grupos I e II) e separadamente por Grupo. A inclusão da análise da participação de candidatos em cada um dos Grupos tem por objetivo verificar o impacto e a aceitação do sistema de cotas pelos que são por ele beneficiados, de modo a providenciar mudanças na oferta e/ ou no próprio sistema, caso se verificasse necessário. Ao longo dos anos, foi possível constatar que o número de candidatos inscritos para o Grupo I vem se mantendo estável (em torno de 25% em relação ao total de vagas ofertadas) e que a relação candidato/ vaga do Grupo II é quase sempre maior do que o dobro daquela verificada para candidatos ao Grupo I (COLÉGIO PEDRO II, 2012, p. 48).

Além de sinalizar uma alta procura de candidatos (731) no primeiro processo seletivo para o Ensino Médio na unidade – o que já demonstrava a necessidade desta UNED encontrar um local para se desenvolver –, o quantitativo de aprovação de alunos oriundos da escola pública (apenas cinco) ilustra mais uma vez as adversidades pelas quais o Colégio Pedro II passa ao implementar as ações afirmativas.

Ademais, como observado no Relatório Anual de Gestão 2011¹²⁴, o baixo índice de inscritos para as vagas reservadas para alunos de rede pública pode incitar algumas dificuldades possíveis, como divulgação do edital para a inscrição, nota de corte elevada ou a premissa assumida pelos próprios candidatos que não conseguiriam se manter no Colégio se aprovados, conforme Perroni & Brandão (2009).

Assim, é possível levantar a hipótese de que a baixa inscrição de candidatos oriundos de escola pública se explica pelo fato de que os alunos das camadas mais pobres reconhecem que o Colégio Pedro II se encontra em um campo no qual suas chances de sucesso são mais reduzidas (p. 72).

Políticas para a permanência dos estudantes em instituições públicas de ensino só foram promulgadas a partir de dezembro de 2007 por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES¹²⁵), através da Portaria

¹²⁴ Conferir Anexo IX.

¹²⁵ Partindo da pauta de democratização no Colégio Pedro II e em conformidade com o PNAES, o Colégio passa a oferecer Assistência Estudantil em 2014, a partir da Portaria nº 3820/14, de forma a promover a permanência do aluno no Colégio e oferecendo auxílio financeiro de apoio ao estudante, custeio para óculos/lentes, livros de Francês e Sociologia e tecnologias assistivas a alunos em vulnerabilidade social.

Normativa do Ministério da Educação (MEC) nº 39. Em 2010, no Decreto nº 7.234, o programa foi ampliado para uma política de governo para a assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Ao longo dos anos observamos que as vagas das cotas não vinham sendo preenchidas e acabavam indo para o segmento privado. Nossa grande motivação em alterar o processo seletivo é propiciar que os cotistas possam ocupar de fato as vagas a que eles têm direito. Na verdade, é uma ação social (HALAC, 2014¹²⁶)

No caso do Colégio Pedro II, algumas considerações sobre a ação afirmativa costumavam ser incluídas no Relatório Anual de Gestão. A partir de estudos acerca do número de inscrições e aprovações dos Grupos I e II (candidatos oriundos da rede pública e da ampla concorrência, respectivamente), que se fez possível pensar sobre a abrangência real dessa política inclusiva.

Como resultado, acontece a simplificação da reserva de vagas no processo seletivo do CPII em 2014. Reformulando assim, a seleção de alunos que passou a contar com uma fase única sem nota de corte na etapa discursiva, de modo a promover o preenchimento das vagas das cotas por candidatos aptos às mesmas.

Concluimos que as instituições devem se preocupar com a manutenção das políticas afirmativas, considerando que junto à reserva de vagas, por meio de processo seletivo, é necessário garantir a permanência dos alunos selecionados por meio da assistência estudantil. Essas considerações se fazem pertinentes para contemplar aos objetivos sociais das políticas afirmativas, bem como a democratização de acesso à instituição.

Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/prodi/miss%C3%A3o-vis%C3%A3o-valores/9-uncategorised/4788-assist%C3%Aancia-estudantil.html>. Acesso em: 28 nov. 2020.

¹²⁶ Conforme publicado no Jornal O Globo, de 21 de maio de 2014. Para acessar o conteúdo da notícia, acesse: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/colégio-pedro-ii-simplifica-processo-seletivo-para-preencher-cotas-12556728>. Acesso em: 06 dez. 2020.

6.3

Tudo ou nada: “Ou ficamos lá até conseguir uma coisa melhor, ou vamos acabar”¹²⁷

O convênio entre o CPII e a Prefeitura de Duque de Caxias se firmou dentro das mesmas condições que o convênio anterior com a Prefeitura de Niterói, isto é, estabelecendo que a responsabilidade do Colégio se limitaria às questões pedagógicas enquanto a Prefeitura arcaria com os custos, aluguel ou cessão de prédio, além da manutenção da UNED.

No caso do acordo com a FUNDEC, tinha sido prometida a construção de um prédio, em até oito meses, no Caminho do Futuro pela prefeitura (HALAC, 2011). Porém, como essa etapa do convênio não pode ser cumprida, a Prefeitura buscou um imóvel para alocar a unidade que sinalizava um crescimento em número de alunos, mas que (assim como Realengo e Niterói) passava por dificuldades para encontrar um lugar para seu estabelecimento com prédio próprio.

(...) organizando pra 2008, sim, começar com o ensino regular. E aí o que foi acordado, quer dizer... ah, no princípio pra esses cursos, o CEFET de Química cedeu sala pra funcionar, mas pro ano de 2008 já não poderia continuar funcionando ali. E aí a prefeitura, lá através da FUNDEC (Fundação de Desenvolvimento em Educação etc... de Duque de Caxias), essa fundação marcou um acordo diferente com o Pedro II e a prefeitura, através dessa fundação, de forma que a prefeitura alugou um prédio lá provisório, ((é...)) cedeu alguns funcionários administrativos e o Pedro II entrou com os professores e fez a seleção. Bom, quando eu fui ver o local, me assustou, né, porque é... na praça ali principal de Caxias, ali que tem o Teatro Raul Cortez, é bem em frente ao teatro, mas é uma rua comercial e era um sobrado, eram dois andares, dois ou três andares, muito edifício, estreito e tinha uma loja comercial no térreo e quer dizer, (...) pra Colégio Pedro II não dava, né. Mas enfim, eles [Direção geral do CPII e UNED Caxias] aceitaram aquilo (RODRIGUES, 2020).

O prédio comercial alugado na Av. Presidente Kennedy se encontrava localizado no Centro de Caxias e abrigou a unidade até a cessão de um terreno no município para a construção de sua sede. Porém, se a localização do Colégio

¹²⁷ Fala de Rodrigues (2020), acerca da dificuldade de se manter no prédio alugado até encontrar um terreno para construir a sede da UNED Caxias.

havia melhorado em relação às instalações anteriores no Sarapuí, as condições do imóvel eram precárias e não condiziam com a estrutura de um estabelecimento de ensino, pois se tratava de um prédio comercial.



Figura 49 – Fachada do segundo prédio da UNED CPII Caxias. Foto extraída de Halac (2011).

(...) No ano de 2008, face à impossibilidade de permanecermos no prédio de Sarapuí, fomos transferidos para o Centro de Caxias – 1º Distrito, à Avenida Presidente Kennedy, 1633. Ocupamos, por aluguel, um prédio com características de um edifício comercial. Nem de longe parecia com um prédio escolar. Eram três pisos servidos por longas escadas estreitas e corredores que não recebiam a luz do sol. Desprovido de pátio, obrigou-nos a improvisar o recreio dos alunos no apertado terraço descoberto. Em dias de chuva instalava-se o caos. As salas de aula eram exceções, pois eram amplas e providas de aparelhos de ar condicionado, porém algumas não possuíam janelas. Tudo contrário aos bons princípios de acomodação de alunos em um ambiente escolar sadio e confortável. Mas é bom asseverar que estávamos melhor que antes convivendo em consórcio de habitação com o IFET/RJ, a quem agradecemos a acolhida e entendemos o quanto é difícil acomodar por muito tempo corpos estranhos ao de nossa organização. Passou. Sabiam que o sacrifício deles era por uma boa causa – o de concorrer para o fortalecimento da instalação do Colégio Pedro II em Duque de Caxias e garantir a sua existência plena até a construção definitiva de sua sede permanente. Os banheiros de alunos e alunas não eram melhores, mas só cabiam dois deles de cada vez. Apesar do prédio inadequado, mas bem localizado e com salas refrigeradas, nunca recebi qualquer tipo de queixa oriunda da

comunidade interna ou dos pais dos alunos. Muito menos destes. Reconheço o desconforto. Toda a equipe administrativa ocupava um mesmo espaço físico e utilizava-se de dois pequeninos banheiros que requeriam que todos os seus usuários estivessem em ótima forma física para poderem usá-los (HALAC, 2011, p. 75).

(...) em 2008 começou a primeira turma lá nesse prédio alugado, e eu entrei em 2009, já 'tava' na segunda série do ensino médio, entrou a primeira série, eu tava na segunda série do Ensino Médio em 2009, então a nossa primeira turma se formou em 2010, a turma lá dos fundadores, e esse prédio alugado, mas foi provisório o prédio alugado, porque a parceira, ela tinha como condição esse espaço pra ser construído, não precisava da grana do município no caso, mas o construído que dependia também da verba, da verba federal, mas um espaço que é cedido por 20 anos, depois fica pra União, aquela parte burocrática de implantação de escola federal. (...) No início a gente funcionava em um prédio alugado, bem pequenininho, eram poucas turmas, não tinha nem cacoete de escola aquilo ali, Meu Deus, era uma... a mesma entrada era entrada e saída em uma escada, cara, uma escada fininha, assim, e ninguém nunca caiu de lá, ((riso)) impressionante, não dá nem pra acreditar naquilo. (...) O que a gente tinha de problema nesse prédio alugado era de instalação mesmo, o prédio depois de um tempo aí de uso, parecia que ia cair, se o lobo mal assoprasse com vontade caía sem muita dificuldade, entendeu? Tanto que a gente foi meio que fugido lá pro campus novo ainda em construção. Era o único problema, estrutura mesmo, coisa de parte elétrica antiga e tal, só, mais nada. (...) E assim, por mais precário que o espaço se apresentava, era muito bom aquilo ali, porque era muito pequeno, era um aspecto bem de família mesmo, daquela escolinha de bairro, entende? Todo mundo assim, mais ou menos que se conhecia, e a gente não perdeu tanto essa essência, assim, hoje, por mais que a gente esteja agora em um lugar maior, em um espaço maior, a gente tenta... a gente preza por isso, se chamar pelo nome, do aluno não ser somente um número de matrícula, né? Que acontece, acaba acontecendo nos campi mais assim... com um número maior de alunos, com um espaço maior. E em termos de dificuldade, a gente tinha dificuldade de espaço só, mais nada, a gente não tinha uma quadra, a gente não tinha um pátio decente, entendeu? Porque essa era a nossa única dificuldade, porque cara, funcionava muito redondo, era muito legal, dar aula lá era muito bom. E a prefeitura dava todo o suporte de escritura, de ar-condicionado, pagava conta de luz, manutenção de ar, parte de papel, impressão, então a gente tinha um suporte bacana, não faltava nada. O problema mesmo era o prédio, o prédio era ruim, mas que a gente conseguia sanar isso tudo com aula, com outras coisas, com umas saídas loucas que a gente fazia com a professora Renata – até se aposentou agora, a Renata de Educação Física. A gente ia lá pro Parque Municipal acho que é de Tanguá, sei lá, nem sei onde é, lá pra dentro de Caxias. Era mó barato aquilo dali cara, aquilo era muito bom, dá muita saudade (NOGUEIRA, 2020).

Quanto à parceria do Colégio Pedro II com o município, de acordo com o livro de Halac (2011), pode-se compreender que este convênio de

intercomplementaridade celebrado entre o CPII e a FUNDEC se aproxima mais do conceito de arranjo de implementação (PIRES, 2016) do que os convênios anteriores, que não foram cumpridos até a inauguração da sede de suas respectivas unidades.

(...) quer dizer, se Caxias teve um problema assim, de instalações bem ruins, mas Caxias, nesse ponto, foi a única prefeitura que honrou o compromisso, eles durante o tempo que ficaram lá naquele prédio adaptado, eles cumpriram mantendo o aluguel, o prédio, pagando a manutenção do prédio, cedendo pessoal no administrativo (...) (RODRIGUES, 2020).

(...) a parceria foi atendida, teve a cessão do terreno, até a... a construção até a nossa mudança pra esse novo lugar, a prefeitura, ela atendeu por completo, todas as... todos os trâmites do dito convênio, da parceria, prefeitura, Colégio Pedro II. Não teve problema nenhum, foi muito diferente lá de Niterói, Niterói acho que não sei quanto tempo depois o cara parou de... de ajudar, não cumpriu, né, com o prometido. Realengo então, parece que nem... a história é pior ainda, né, em Realengo (NOGUEIRA, 2020).

Despesas com o aluguel do prédio, energia, fornecimento de água, pessoal de apoio administrativo, serventes, material de limpeza, mobiliário, etc... foram sempre da responsabilidade da FUNDEC – interveniente financeira no Convênio de intercomplementaridade dos sistemas federal e municipal de educação celebrado entre o Colégio Pedro II e a Prefeitura de Duque de Caxias (HALAC, 2011, p. 76).

Contudo, os sujeitos entrevistados consideram que a parceria atendeu às necessidades do Colégio para o estabelecimento do CPII Caxias, mesmo após mudanças de governo municipal, mantendo o compromisso de garantir seu funcionamento com respeito às despesas e à cessão de um terreno pertencente à prefeitura. No entanto, de acordo com Rodrigues (2020), foi necessário pressionar a prefeitura para conseguir o terreno e manter o aluguel do prédio do Centro, além de contarem com o intermédio da Deputada Andreia Zito.

Agora, Caxias, a gente também... Caxias foi outro parto. Quando eu entrei, se eu já achava ruim aquele prédio que nós estávamos, o... quando foi pro ano seguinte, a prefeitura não queria mais alugar aquele prédio, então ela alugou uma coisa muito pior, que o Oscar até acabou aceitando. Quando foi visitar... eu – olha que eu não sou uma pessoa de rompante, mas eu tive uma reação assim, drástica, disse, “ó, não dá. Ou

ficamos lá até conseguir uma coisa melhor, ou vamos acabar”, eu ameacei, realmente, de fechar o... encerrar, denunciar o governo, e de pegar os alunos, não abrir novas... isso foi em 2009. De 2009 pra 2010, eu ameacei de não continuar no Duque de Caxias, e da gente pegar os alunos que estavam lá, transferiríamos, daríamos a opção pra eles entre Realengo e São Cristóvão, Centro, quais as unidades que vão ser melhor, mais convenientes, e não abriria seleção e encerraria, entendeu? Tipo, não é... uma instituição como o Pedro II não pode funcionar em um local desse jeito. Aí eu dei uma decisão para a prefeitura, eu disse, “ou a prefeitura concede um terreno...”, eu me respaldei com o MEC antes, eu perguntei lá, “(...) Paim: se a prefeitura ceder um terreno, o MEC garante recurso pra construir?”, ele disse, “garante”, e aí eu fui. Porque a prefeitura, eu me lembro que eu fui em uma reunião com o pessoal da Fundação e representantes da prefeitura, aí eles, “não, porque nós vamos construir”, tinha um terreno lá que eles iam construir, uma escola municipal. O orçamento deles era assim... vamos dizer, naquela época era, vamos dizer, R\$ 1 milhão; o nosso no mínimo é R\$ 4 milhões. E era pra construir uma escola de ensino fundamental de anos iniciais, quase. Aí me desculpe, eu não ‘tô’ fazendo pouco da educação, né, mas nós precisamos de muitas instalações, mas foi difícil conseguir. Tinha um local que nos atraia muito, que era um local em frente aonde funcionava a FUNDEC, e era uma área, se eu não me engano, até de um terminal de ônibus que ‘tava’ desativado, que era enorme e bem situado, ficava bem próxima à saída de Caxias, mas aí eles ficaram pra eles, eles construíram parece que alguma coisa pra própria prefeitura, né? E eu depois, quando eu dei essa decisão, aí eles resolveram se movimentar, foi quando entrou no circuito a deputada novamente, a Andreia Zito, e aí acho que nessa época já o Zito tinha voltado a ser o prefeito, eles foram se alternando. Eu sei que aí ela veio... me lembro bem que ela vinha de Brasília passar o final de semana aqui, né? Então foi uma sexta-feira, encontrei os caras e fomos encontrá-los, e aí? Eles ainda tinham aquela oferta que estava comigo, que eu disse “não aceito”. Eu acho um absurdo você... além de ser um local bem distante, era mais independente dos alunos ou independente das condições, mas não tem cabimento um município ter duas instituições federais e as duas no mesmo local, porque já tá lá no Instituto Federal do Rio de Janeiro, mas tem que ficar em outro local. Foi quando aí a Andreia Zito veio com a proposta dessa área onde nós estamos, que tinha sido desapropriado pela prefeitura, se eu não me engano eu acho que eles iam fazer alguma... um centro esportivo, alguma coisa assim. Aí nós chegamos ali, eu não sabia da história ainda da... a mangueirinha fica lá pra trás, eu não sabia dessa comunidade. Mas o entorno me agradou assim, que eu vi um som de centro comunitário, uma escola de educação infantil, uma creche, e vários digamos assim... sabe? (...) Em relação a onde nós estávamos que era bem no centro, acho que dá dez minutos andando a pé, então não ia pros alunos... não ia trazer muito prejuízo a mudança, né? E aí fizemos um projeto bom, tivemos sorte da empresa que ganhou pra fazer ser uma boa empresa, então aí a gente pode... Caxias a gente planejou, a gente pôs chefias nos departamentos, cada uma dizendo mais ou menos o que precisaria para a sua área, sabe, pro laboratório, pra sala de música, a sala de artes, o auditório, quer dizer, é umas... né, ficou boa aquele... tem um ginásio, tem tudo que... tem uma biblioteca pequena, as bibliotecas são pequenas, mas eu acho que, de um modo geral, ficou... tem um bom refeitório, cozinha, deu pra fazer uma escola digna, uma escola padrão Pedro II. Quer dizer, a gente

conseguiu, né, sanando a questão do desconforto... pelo menos o físico (RODRIGUES, 2020).



Figura 50 – Terreno cedido no bairro Centenário para a UNED Caxias (CPII, 2012).

De acordo com Halac (2011), a prefeitura apresentou três terrenos à direção geral do CPII para firmar o convênio de cessão do terreno destinado a se tornar sua sede definitiva. O Complexo Escolar do Caminho do Sarapuú fora descartado por sua localização distante e buscando um terreno adequado quanto ao tamanho e de curta distância do Centro da cidade. Por isso, o Colégio obtém um terreno no bairro do Centenário para a construção de sua sede, possibilitando a apresentação de seu projeto e do início da construção na Aula Inaugural de 2012¹²⁸, conforme as imagens abaixo.

Em dezembro de 2010, a Diretora-Geral e o prefeito firmaram um convênio pelo qual a Prefeitura fez a cessão de uso do terreno, pelo prazo inicial de vinte anos, renováveis. Cumprindo o acordado, o MEC destinou os recursos necessários à construção da Unidade, nos orçamentos do Colégio Pedro II de 2011 e 2012. Em setembro de 2011, teve início a construção, que foi projetada e executada com esmero, seguindo os princípios de sustentabilidade, dotada do que existia de mais moderno em termos de instalações – 13 (treze) salas de aula climatizadas, com rede lógica, mobiliário ergonômico, laboratórios de

¹²⁸As imagens de 50 a 52 se encontram no *Power Point* da Aula Inaugural de 2012. Material disponível no site: <https://www.cp2.g12.br/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

Biologia, Física, Informática, Química, salas ambiente para Arte e Educação Musical, quadra de esportes, biblioteca, amplas instalações para administração, auditório com cerca de 300 (trezentos) lugares, refeitórios, pátio de convivência, telhado em material que reduz significativamente o calor, reutilização de águas pluviais, todos os locais com acessibilidade às pessoas deficientes físicas, dentre outras características (SANTOS *et al*, 2018, p. 296-297).



Figura 51 – Maquete da UNED CPII Caxias. (CPII, 2012).



Figura 52 – Início da construção da sede Caxias (CPII, 2012).

Visita às futuras instalações da Unidade Escolar Duque de Caxias

Publicado em Quinta, 31 Maio 2012 16:39



A sede própria da Unidade Escolar Descentralizada Duque de Caxias do Colégio Pedro II está em fase de construção, com conclusão prevista para o mês de novembro do corrente ano.

De modo a oportunizar o conhecimento de nossas futuras instalações nesse município por parte de integrantes da Comunidade Escolar, foi realizada visita ao local, quinta-feira, dia 24 de maio de 2012. A visita contou com a participação de servidores docentes e técnico-administrativos do Colégio Pedro II.

A nova Unidade está sendo erguida num terreno de aproximadamente 7 mil metros quadrados, com recursos provenientes do FNDE que somam, aproximadamente, quinze milhões de reais.

A construção com foco na sustentabilidade ambiental, tem teto solar que permite melhor aproveitamento da luz do sol, o que reduz o gasto com energia elétrica durante o dia.



Figura 53 – Visita às instalações de Caxias. Notícia no portal do CPII de 31 de maio de 2012. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/99-noticias2012/267-visita-%C3%A0s-futuras-instala%C3%A7%C3%B5es-da-unidade-escolar-duque-de-caxias.html. Acesso em: 20 dez. 2020.

A grana veio toda do MEC, a construção do prédio novo lá onde a gente tá até hoje toda... totalmente do Ministério da Educação na época. Foram 15... 15 milhões... 15 milhões o custo de construção e tem que parar, fazer toda... todo o material mobiliário e tal do campus, se eu não me engano foram 15 milhões de reais. (...) [A unidade] consolidou em 2012 quando a gente foi pro prédio... pro prédio novo, ‘tava’ em construção ainda, e um belo dia um reboco caiu do teto desse prédio alugado lá, o reboco caiu, fez uma barulhada terrível, sorte que não tinha nenhum aluno dentro, né, do espaço lá. Aí eu coloquei uma pilha... não, coloquei uma pilha no Oscar... acho que foi em 2012... coloquei uma pilha... não, final de 2012, isso mesmo... coloquei uma pilha nele, “vamos embora, Oscar, vamos sair daqui, vamos sair daqui... a gente faz essa mudança nem que seja no carrinho de mão, vamos pra lá, vamos pra lá”. Porque, o que acontece? O outro prédio, ele ‘tava’ só com uma metade pronta, a parte do lado direito com sete salas, e a gente foi lá botar uma pilha no Oscar, ele topou por muita insistência minha, a gente partiu pro lado de lá, pro prédio novo, ocupamos lá com a obra ainda em andamento, aí ocupamos aquelas sete salas e fechamos o ano letivo de 2012 já no prédio novo. Então em 2013 a gente já começou, a gerente firmou lá o pé no atual espaço, no campus onde a gente vive até hoje, e com isso a gente perde... foi-se perdido... acho que já tinha perdido isso, a questão da... do financiamento da prefeitura, de pagar a manutenção de ar, alguns suprimentos e tal. Então, a gente começa a caminhar com as próprias pernas, com o orçamento totalmente do Colégio mesmo a partir de 2012, 2013, se eu não me engano (NOGUEIRA, 2020).



Figura 54 – Notícia sobre as obras do CPII Caxias no Boletim FUNDEC de julho de 2012 (Ano II – N° 3, p. 6). Disponível em: <https://www.fundec.rj.gov.br/arquivos/FUNDECEMACAO1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

É, porque nós estávamos preparando, ‘tava’ pra inaugurar, (...) o colégio ia funcionar lá no... lá no prédio construído, só que. mas aí ser feita durante o período das férias escolares, a mudança aconteceria no período das férias. Só que esquecemos de combinar com São Pedro: desabou um temporal, no iníciozinho... foi final de novembro, início de dezembro. Houve um temporal em Caxias que caiu o teto, desabou o teto do prédio que nós estávamos, e depois foi impossível de continuar ali. Então foi mais assim, de dois, três dias um mutirão que a prefeitura e nós, nós jogamos o pessoal do serviço de manutenção, de limpeza, de várias unidades pra irem lá ajudar, e em um dia que se fez a mudança pra lá pro... Quer dizer, então chegou - imagine o drama, em um final de ano que não podia continuar naquele... Aí a gente querendo marcar uma inauguração, que ia marcar -, mas ‘tava’ esperando pra ver se o ministro vinha pra marcar a data, não marcar. Mas enfim, não... o... o Francisco das Chagas Fernandes, que era o secretário executivo adjunto, ele veio ao Rio, e aí a gente fez... a gente não chamou de inauguração, nós dissemos que era uma cerimônia de entrega das instalações de Caxias a comunidade. Mas foi, se eu não me engano, 13 de dezembro de 2013 [2012] (...). Aí durante as férias de janeiro e fevereiro é que eles foram completando o que faltava, tudo, mas quer dizer: foi um começo meio intenso. Mas ainda bem que a gente estava construindo, e que estava naquele estágio praticamente pronto, imagina se não tivesse assim o desabamento do teto lá do Colégio (RODRIGUES, 2020).



Figura 55 – Fachada da sede Caxias (Arquivo NUDOM, 2018).



Figura 56 – Estrutura externa do CII Caxias (Arquivo NUDOM, 2018).



Figura 57 – Corredores do CII Caxias (Arquivo NUDOM, 2018).

Segundo Santos *et al* (2018), a inauguração da sede do Campus Duque de Caxias aconteceu no dia 13 de dezembro de 2012 com a presença da deputada federal Andreia Zito; da presidente da FUNDEC, Edite Viana; do Secretário Executivo Adjunto do MEC, Francisco das Chagas Fernandes; além de representantes do CII, como a Reitora Vera Maria Rodrigues e o Diretor fundador de Caxias Oscar Halac, outros servidores, alunos e comunidade local.



Figura 58 – Autoridades na inauguração do CII Caxias: da esquerda à direita, identificamos Edite Viana (FUNDEC), Oscar Halac (Diretor fundador de Caxias), Reitora Vera Maria Rodrigues, Deputada Andreia Zito, Wilson Choeri e Artur Nogueira (sucessor de Halac na direção do *Campus*) (Arquivo NUDOM, 2018).



Figura 59 – Cerimônia de entrega da sede CII Caxias (Arquivo NUDOM, 2018).

Nova sede do Colégio Pedro II em Duque de Caxias é inaugurada

Baixada Fácil

A A A+



Recomendar Compartilhar Seja a primeira pessoa entre seus amigos a

Sinônimo de excelência na área de ensino no Brasil, o Colégio Pedro II entregou à comunidade caxiense, nesta quinta-feira, 13, sua sede definitiva no município, em um terreno de 25 mil metros quadrados cedido pela Prefeitura no bairro Centenário, no primeiro distrito. O prédio tem dois pavimentos, quadra poliesportiva e auditório para 350 pessoas.

"Estávamos com receio de não poder continuar na cidade por falta de um terreno para construir nossa sede. Este local estava abandonado e mostramos ao prefeito Zito o quanto seria importante para esta cidade e para a Baixada estabelecer de forma definitiva nosso colégio aqui. Hoje, graças à ação da prefeitura, temos este legado para a cidade", disse o diretor geral da unidade do colégio em Duque de Caxias, Oscar Halac.

A unidade funciona hoje em um imóvel alugado no Centro da cidade desde 2008, a partir de uma iniciativa da deputada federal Andreia Zito para trazer uma unidade do colégio ao município. Presente ao evento, a deputada foi homenageada pelos presentes. "O Colégio Pedro II veio para Duque de Caxias devido a percepção da então deputada estadual Andreia Zito", afirmou Wilson Choerl, que era diretor geral do colégio na ocasião em que a parlamentar apresentou o projeto ao Ministério da Educação. "Com toda a justiça, a deputada Andreia Zito é considerada madrinha deste novo campus", declarou a reitora do Pedro II, Vera Maria Rodrigues.

Andreia agradeceu a todos, pelas homenagens que recebeu e pela dedicação de todos, alunos e professores, que deixou a unidade de Duque de Caxias em 10º lugar entre classificados pelo Enem. "Nunca deixo de enviar todos os anos uma emenda parlamentar ampliando os recursos para o Pedro II. Estes jovens saberão no futuro da importância da educação que tiveram aqui", destacou.

No novo campus, a quantidade de alunos atendida vai passar de 400 para mil, em dois turnos. As turmas iniciais do Ensino Médio serão ampliadas de três para oito no próximo ano. Ele tem 13 salas de aula – todas com ar-condicionado e ventiladores –, salão de artes, biblioteca, refeitório e salas de música e informática. O imóvel foi planejado para dar plena acessibilidade a deficientes, com rampas de acesso e trajetos com alto relevo no chão para deficientes visuais. Também tem estacionamento com 100 vagas e laboratórios de biologia, química e física.

Os alunos não escondiam sua felicidade com as novas instalações. "Está 100% melhor agora", afirmou Mayla Mayumi, de 16 anos, aluna do 1º ano, do Ensino Médio e moradora de Piabetá, em Magé. "Onde tínhamos aula até agora não tinha quadra esportiva nem estúdio para aulas de música", destacou Luiza Albuquerque, 15 anos, 1º ano, moradora do bairro 25 de Agosto, em Duque de Caxias. "Tínhamos aula de educação física, música e espanhol numa mesma sala. Agora cada um tem seu próprio espaço adequado", explicou Mirelly Boechat, 1º ano, 14 anos, residente em Vista Alegre, no Rio de Janeiro. "Aqui é muito melhor, com certeza", encerrou Bernardo Fonseca, 16 anos 1º ano, também de Vista Alegre.

Um dos destaques do campus será o seu foco em sustentabilidade ambiental. Suas janelas e paredes vazadas irão aproveitar ao máximo a luz do sol, reduzindo a necessidade de ligar lâmpadas durante o dia. Um veio subterrâneo de água encontrado durante a construção será utilizado para abastecer a unidade. Essa água será utilizada nos banheiros e na limpeza, enquanto o abastecimento de água do estado será usado para consumo humano. "A entrega deste novo campus, que conta com o melhor projeto de todas as nossas unidades, encerram as comemorações dos 175 de criação de nosso colégio. A população de Duque de Caxias pode ter certeza de que, hoje, o nosso colégio tem no município instalações compatíveis com a qualidade da educação que ele oferece", concluiu a reitora, Vera Maria.

Figura 60 – Inauguração do Campus Caxias, site Baixada Fácil (portal de notícias positivas sobre a Baixada), no dia 14 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.baixadafacil.com.br/municipios/nova-sede-do-colégio-pedro-ii-em-duque-de-caxias-e-inaugurada-2286.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Podemos concluir que a dimensão territorial da expansão do Ensino Médio nos Anos 2000 se encerra após a inauguração dos prédios próprios dos *campi* Duque de Caxias (2012) e Niterói (2016). A unidade Duque de Caxias se inicia por meio da parceria entre a FUNDEC e o CPII, além da participação da Deputada Federal Andreia Zito como uma articuladora desse arranjo. No entanto, o movimento expansionista ainda reserva uma reestruturação importante ao tradicional Colégio que tanto buscou, ao longo da história, uma segurança institucional, como veremos no capítulo a seguir.

7. IF... CPlI? Ser ou não ser... eis uma questão!

*Todos os dias quando acordo
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo
Todos os dias antes de dormir
Lembro e esqueço como foi o dia
Sempre em frente
Não temos tempo a perder (...)
(RUSSO¹²⁹, 1986).*

Por entre os capítulos desta tese, tomamos a liberdade de rememorar a Expansão do Colégio Pedro II nos Anos 2000 por itinerários temáticos, distribuídos em capítulos, sem abordá-los como uma linha do tempo única. Portanto, neste capítulo, objetivamos um retorno à fluidez do tempo daqueles anos expansionistas.

Adiantamos que não há a pretensão de esgotar lacunas quanto ao desenvolvimento da criação e implementação das novas unidades do Colégio, mas refletir sobre uma importante mudança no fator estabilidade institucional, que aqui compreendemos como uma das razões para expandir¹³⁰, após momentos difíceis de crise institucional e econômica vividos por instituições públicas como o CPlI nas décadas anteriores.

Considerando o nível institucional e as categorias de expansão – *territorial; organizacional; pedagógica* – cuja análise fora proposta, podemos identificar modificações organizacionais que acontecem, paulatinamente, ao longo das reformulações/adaptações institucionais motivadas por uma interseção das dimensões macro e micropolíticas (FARIA, 2012) quanto à formulação e execução de políticas públicas brasileiras.

¹²⁹ A música "Tempo Perdido" é de autoria de Renato Russo e foi divulgada em 1986, no disco "Dois", da banda Legião Urbana.

¹³⁰ Apresentamos, no Anexo X, trechos em que os sujeitos entrevistados fazem um balanço sobre a expansão.

À luz das considerações de Faria (2012), embasadas na teoria de Deleuze & Guattari (1995) acerca da relação entre macro e micropolíticas, podemos compreender que toda política pode ser macro ou micropolítica conforme a sua apropriação, não cabendo sugerir que tais dimensões se colocam em dualidade.

Ao observarmos as mudanças organizacionais do Colégio Pedro II ao longo das décadas analisadas nesta pesquisa, apreendemos o quanto a dimensão macro é ressonante às reformas educacionais recorrentes (CUBAN, 1990) ou às legislações que perpassam pelo funcionamento da instituição, como as condizentes à carreira dos servidores ou à gestão da autarquia.

Quanto à dimensão micropolítica, podemos compreender que seu alcance se desvela quanto à apropriação da macropolítica. Isso tomando como referência as reformas institucionais e portarias lançadas pelo Colégio sobre sua administração, sua estrutura, seu funcionamento e seus demais assuntos – ora resguardam sua particularidade com relação a outras instituições, ora principiam reestruturações da própria instituição –, que posteriormente buscam ser validadas junto ao MEC, tal como acontecera no início da Expansão Anos 2000 da instituição.

A exemplo desse último movimento (micro) proposto pelo Pedro II – embora encabeçado pela gestão geral Choeri – está o princípio da expansão no primeiro ano da unidade de Realengo. Uma vez que o MEC do Ministro Paulo Renato (FHC) não havia concedido autorização para a criação e o funcionamento de uma nova unidade do Colégio Pedro II, a expansão lhe confere um caráter experimental desde o princípio.

Entretanto, a unidade não só começa a atender à demanda local por escolas federais de Ensino Médio como também se implanta, a partir de sua primeira seleção de alunos, a política inclusiva de reservar cerca de 50% das vagas para estudantes oriundos da escola pública. Essa foi uma tentativa de demonstrar engajamento social e democracia da instituição quanto ao seu processo seletivo.

Acerca da dimensão organizacional, o movimento expansionista dos Anos 2000 implica em várias adaptações feitas pelo Colégio, tendo como uma das motivações se firmar uma estabilidade organizacional – considerando o passado recente de tentativas sucessivas de estadualização/municipalização da instituição. Rodrigues (2020) credita a participação no Conselho de Dirigentes como um divisor de águas para a expansão, ou seja, a partir da fala abaixo, podemos inferir que já aconteciam conversas sobre a expansão da rede federal durante as reuniões do CONCEFET.

(...) Na Era Fernando Henrique, né, a política neoliberal, a rede federal sofreu demasiadamente, porque foi quando depois da LDB de 1996, veio um Decreto Lei em 1998 que... pelo qual os... os CEFETs não podiam oferecer a educação geral, eles só podiam fornecer curso técnico pro Fundão... obrigou uma retração. Quando vem a... na gestão do... dos governos do PT, a coisa sofre uma transformação e vem a ideia da expansão. Aí o professor Choeri participando, o Colégio participa do Conselho dos Dirigentes, atualmente é o CONIF, mas desde quando era o CONDITEC, depois foi CONCEFET e agora CONIF. Bom, ele muito inteligente, convivendo naquele grupo, ele viu que se o Pedro II não acompanhasse aquela política de expansão, ele corria riscos sérios da estadualização que é sempre a ameaça pairando sobre a gente. Agora, por outro lado, com a expansão da rede federal foi uma expansão planejada, em termos, pelo Ministério da Educação. Então eles planejavam criar um *campus* – começavam como campus avançado, etc., e transformaram as (UNEDs) em campus, mas criaram os cargos correspondentes. Os cargos de diretor, as funções administrativas e o quantitativo de professores (RODRIGUES, 2020).

Ainda que a participação do Colégio Pedro II no sindicato nacional – SINASEFE – e no CONDITEC (Conselho de Diretores das Escolas Técnicas Federais)¹³¹ remonte à década de 1990, de acordo com os entrevistados, foi somente durante os governos Lula e Dilma que o MEC estabelece uma boa relação com os sindicatos e com o Colégio Pedro II. Neste último caso, especialmente quando dirigido por Fernando Haddad, como apontam Santos *et al* (2018) e os sujeitos entrevistados.

¹³¹ O CONDITEC foi extinto em 1999, sendo substituído pelo CONCEFET (Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica). Devido à publicação da Lei nº 11892/2008 que cria os Institutos Federais, o conselho se torna, no ano seguinte, o CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica). Portanto, nossas referências acerca do nome do conselho seguem a sua linha temporal.

Eu posso dizer que havia uma... digamos assim, havia um processo de... de dúvida, sabe. A gente era muito grilado por anos anteriores com essa lógica de expansão, porque já tinha ocorrido a expansão, a ‘Cefetização’ nos governos do FHC, que ele ampliou, né, e aí essa ‘Cefetização’ criou uma série de unidades e tal, as unidades vinham sem nenhum tipo de estrutura. A partir de 2008 já tinham três anos de mandato do Lula... eram três? Não, perdão, cinco anos de mandato do Lula, ele já tinha entrado no segundo mandato. E a gente tinha uma dúvida enorme, se a criação daquela rede de institutos federais – primeiro eu tô falando de 2008 – a gente tivesse realmente algo que pudesse, de fato, fazer a diferença. O ministro na época era o Fernando Haddad, eu me lembro que a gente ficou três horas numa reunião com ele pra ele apresentar a ideia inicial do... dos institutos federais, e eu confesso que a gente balançou, mas aquela coisa, não poder dar o braço a torcer pra não dizer que a gente ‘tava’ pelegando, ficando... se alinhando ao governo, a gente meio que aceitou a posição que a base da categoria apresentou e não tentou convencê-los do contrário em que eles diziam que era um golpe, que aquilo ali tinha a mesma lógica anterior, que era uma ampliação da rede só com vistas ao processo eleitoral que estaria vindo mais adiante e tal, eles queriam nos usar, aquela coisa toda. Só que com o passar do tempo a gente viu que não era bem isso. Que de fato a rede começou a crescer, e a prova disso é que hoje nós temos uma rede estruturada que hoje tem uma importância tão relevante quanto das universidades, que anteriormente nós éramos o primo pobre, nós não tínhamos respeito algum dentro do MEC e tal (CARVALHO, 2020).

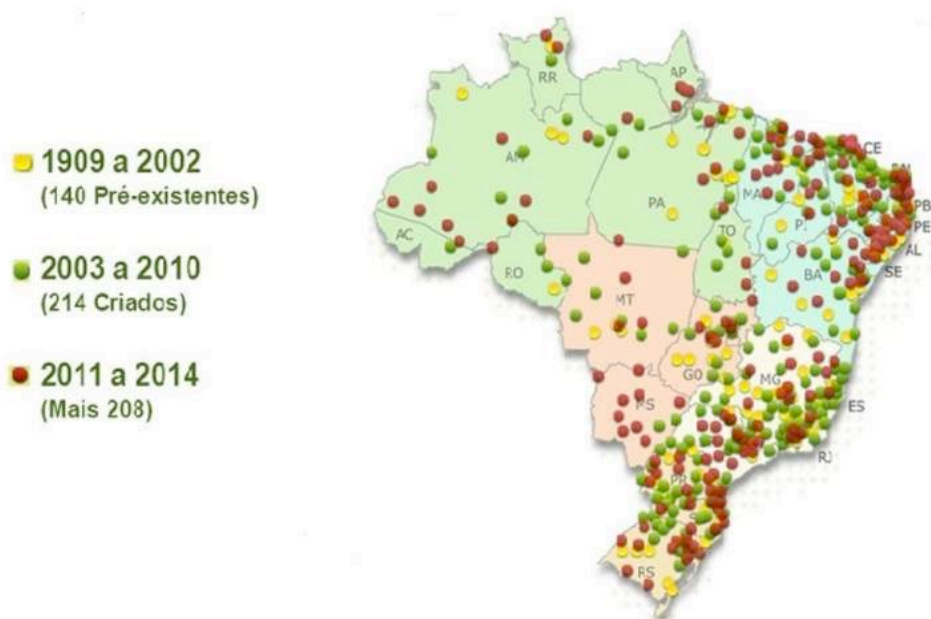


Figura 61 – Mapa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (ROSA, 2017).

Embora o número de instituições da rede federal tenha crescido ao longo do século XX, como aponta Rosa (2017), podemos observar que houve uma expansão significativa durante o governo Lula (214 novas instituições

federais)¹³² que prezou pela ampliação e interiorização da RFEPCT (Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), o que se segue durante o primeiro mandato Dilma (208).

Tendo como parâmetro o período entre 2001 e 2013, o número de IFs aumentou de 26 para 40, o que representa um crescimento de 53,84%. Considerando os ingressos, passou-se de 14.813 para 40.356 alunos, uma evolução de 172,43%. Em termos de matrículas, passou-se de 31.472 para 111.668, o que representa uma elevação de 254,81%. E em relação aos concluintes, elevou-se de 3.626 para 8.225 alunos, um índice de 126,83%. Vale ressaltar que a expansão se consolida de forma expressiva, considerando toda a década, mas foi a partir de 2009, em decorrência da Lei no 11.892 de 2008, que cria a RFEPCT, que ela ganhou mais abrangência. Anteriormente, de 2001 a 2007, a expansão no setor foi ínfima, tendo o número de instituições passado de 26 para 33, um aumento de 26,92%; o de matrículas, de 31.472 para 34.137, majorando apenas 8,46%; e o de concluintes, de 3.626 para 4.304 alunos, e crescimento de 18,69%. Em relação ao número de ingressos, registrou-se, inclusive, uma queda de 14.813 alunos para 13.471, uma retração de 9,05% (ROSA, 2017, p. 193).

Tabela 2 – Criação de instituições federais e presidência

Período	Número de instituições criadas	Presidente da República
1909-1910	21	Nilo Peçanha
1910-1914	1	Hermes da Fonseca
1914-1918	1	Wenceslau Braz
1918-1919	1	Delfim Moreira
1919-1922	1	Epitácio Pessoa
1922-1926	2	Arthur Bernardes
1930-1945/ 1951-1954	14	Getúlio Vargas
1946-1951	11	Gaspar Dutra
1954-1955	4	Café Filho
1956-1961	4	Juscelino Kubitschek
1961-1964	6	João Goulart
1964-1967	4	Castelo Branco
1967-1969	9	Costa e Silva
1969-1974	3	Emílio Garrastazu Médici
1974-1979	1	Ernesto Geisel
1979-1985	2	João Baptista de Oliveira Figueiredo
1985-1990	13	José Sarney
1990-1992	3	Fernando Collor de Mello
1992-1995	27	Itamar Franco
1995-2003	11	Fernando Henrique Cardoso
2003-2010	214	Luiz Inácio Lula da Silva
2011-2014	208	Dilma Rousseff

Tabela extraída do artigo de Rosa (2017)

¹³² Conferir Anexo XI para mais informações acerca da proposta de expansão dos IFs no governo Lula.

Considerando, portanto, o crescimento expressivo do número de instituições federais de educação profissional e tecnológica com a expansão, as novas possibilidades de atuação e as propostas político-pedagógicas que surgem intrinsecamente desse processo em que o caráter social é preponderante, a necessidade de uma nova institucionalidade emerge. Em decorrência, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representa a materialização deste novo projeto, reconhecendo-se como referendo do governo no sentido de colocar em maior destaque a educação profissional e tecnológica no seio da sociedade. Enfim, os Institutos Federais fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida (Setec¹³³/MEC, 2010, p. 15).

Todavia, no caso do CPII, podemos notar que a expansão da instituição se inicia um pouco antes da expansão da RFECPT. Isto é, a consolidação das novas unidades é impulsionada pelos investimentos do governo Lula, de acordo com os servidores sindicalizados entrevistados.

Sem embargo, ao passo que as UNEDs eram criadas e demandavam recursos para seu funcionamento, as unidades mais antigas passavam por dificuldades semelhantes. Considerando que o investimento primário do governo federal tenha se destinado à implantação da expansão que já havia se iniciado, o SINDSCOPE e a ADCPII procuravam reivindicar a atenção a essas unidades bem como questionar os motivos desse movimento expansionista, vista a precariedade das instalações e de demais recursos nas unidades existentes.

(...) inicialmente a gente era contra a expansão de Realengo pelos mesmos motivos que nós ficamos contra o surgimento da rede federal dos institutos federais. Muita... sabe aquela coisa de ficar olhando com rabo de olho? Muita desconfiança, entendeu? Primeiro porque o método usado aqui no Pedro II não foi nada profissional. “Vamos fazer, vamos fazer”, ou seja, se arrumou o espaço, se criou o *campus* pra depois arrumar estrutura, novos servidores, novos concursos. Tem que se situar também que naquela época nós tínhamos um volume muito grande ainda de profissionais substitutos contratados e os concursos ainda começavam a ser feitos pelo Lula, ele começou uma série de concursos

¹³³ A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) é responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 22 dez. 2020.

em 2004, e em 2008 a gente ainda não tinha o volume necessário de profissionais. Então havia muita desconfiança. (...) Porque em 2008, como eu te falei, era muito embrionária a coisa e pouco profissional que nos levava a uma contradição: somos contra a ampliação em decorrência do que ela significa da forma que ela tá sendo feita. Porque nós não podemos ser contra a ampliação de vagas públicas na rede federal, entendeu? (...) Agora o movimento sindical, depois começou a entender que não dava mais pra ter aquela postura. Em 2010, nós já estávamos tendo outra postura. Eu já tinha convencido algumas pessoas de que é um erro ficar contra a expansão, o que a gente tinha que defender era o modelo de expansão. Ou seja, não dá pra fazer expansão sem estabelecer: orçamento, pessoal e estrutura. Nós não éramos mais contra a expansão, nós éramos contra a expansão desenfreada de abrir de qualquer jeito. (...) Aí depois em 2010 nós já discutimos a necessidade de investimento de recursos, ampliação de quadros, porque aí havia um embate entre sindicato e a direção da escola, da necessidade de ampliar as turmas, desde que se ampliasse os quadros, entendeu? (...) Nós tínhamos uma reivindicação histórica que meio que permeou nosso movimento de greves que fizemos – 2008, 2010, 2011, 2012 – é, não expandia mais nenhum limite, nenhum campus. Usava os recursos pra consertar o que foi depredado ao longo do tempo, né. Depreciado e tal. Havia essa reivindicação. Eles gastavam o dinheiro nos *campi* novos, que era a criação de novos campi, era um volume de dinheiro muito grande, e aí havia uma reivindicação, sim, pra melhorar os antigos. E eles iam meio que tapando o buraco, fazendo uma mudança aqui, uma obrinha ali. Mas de fato o investimento grosso era os novos campi. Caxias saiu do zero, Realengo foi uma readequação bastante intensa, e Niterói saiu do zero também (CARVALHO, 2020).

Eu fui eleita diretora geral em junho de 2008, fui nomeada em agosto, dia 21. (...) Bom, aí encontrei, né, as três unidades avançadas lá, de expansão. Realengo, Niterói e Duque de Caxias. Aí começou a ter a tentativa... nós tivemos tentativas em Paty do Alferes¹³⁴, tivemos tentativa de Nova Friburgo, Cabo Frio ((riso)). Cada hora aparecia um. Já tinham ido pro professor Choeri e depois foram me procurar também, propondo, né. Porque todo mundo querendo, e aí eu fiquei ali e disse, “não, eu vou honrar a minha palavra”. Essa expansão ‘tava’ causando certo desconforto interno, e essas unidades não ‘tavam’ com as condições arquitetônicas, ambiente como as outras unidades do Pedro II. Então eu disse assim, “enquanto a gente não conseguir resolver a situação dessas três e as do Rio e puder resolver problema de professor, de técnico, não abro nenhuma”. Fui ali dura na queda ((riso) (RODRIGUES, 2020).

Em um levantamento realizado pela ADCPII em junho de 2007, fica registrado um dos maiores desafios nesse período de implementação das novas UNEDs do CPII: a falta de recursos, pondo empecilhos na estabilidade dessa

¹³⁴ Conferir Anexo XII para acessar a indicação de consulta nº 257/2013. Foi enviado ao Ministério da Educação pelo Deputado Eurico Junior para a criação de uma unidade descentralizada em Paty do Alferes.

expansão e da própria instituição, uma vez que havia problemas estruturais e, inclusive, de recursos pessoais, como a falta de professores e técnicos.

<p>UNIDADE ESCOLAR HUMAITÁ II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salas de aula: escuras e quentes; apagadores e quadros de giz desgastados (trocar por quadro branco); ventiladores quebrados ou barulhentos; • Banheiro dos professores: vazamentos, cheiro insuportável, iluminação precária, teto caindo (gesso), falta de sabonete, toalhas, ganchos; • Bebedouro: vazamento, água com gosto de ferrugem, falta de higiene; • Rede elétrica e iluminação precárias: banheiros, salas, etc.; • Falta de manutenção dos elevadores; • Necessidade de reforma geral do auditório; • Falta de computadores para uso dos professores; • Sala de música com várias carências; • Falta de Mediateca para línguas estrangeiras; • Falta de copos descartáveis ou detergente para os copos de vidro; • Falta de higiene em alguns lugares; • Falta de ar condicionado; • Grades na entrada e nos corredores amontoando os alunos; • Fumo dentro do CPII (inclusive na sala dos professores); • Pouca valorização do professor; 	<p>UNIDADE ENGENHO NOVO II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salas de aula: sem ventilação; ventiladores barulhentos; sem toldo, o que dificulta a visão de alguns alunos; deficiência da rede elétrica (exemplo: falta de tomadas); • Falta de salas para apoio e nivelamento; • Falta de professor para aulas de apoio e nivelamento; • Falta de funcionários técnicos (inspetores, gabinete médicos); • Falta de elevador (há anos está para ser consertado); • Estacionamento – não há vagas para todos; falta de definição de critérios para o preenchimento das vagas.
<p>(Humaitá II – Continuação)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Horários insatisfatórios e mal distribuídos: carga horária pesada; tempo de permanência excessivo na UE, com muitos tempos vagos; • Problemas aos sábados: horários contraproducentes – 12 tempos seguidos X muitas “janelas” durante a semana; intervalo de 10’ e almoço de 50’; funcionamento sem médico ou enfermeira; • Falta de salas adequadas para que o professor de D. E. possa trabalhar; • Dificuldades com a xerox; • Não acesso à merenda escolar; • Necessidade de instituir uma CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). 	<p>UNIDADE TIJUCA II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salas de aula: pequenas e pouco ventiladas; calor insuportável no verão; muito barulho e acústica ruim; instalações elétricas perigosas; ventiladores quebrados; janelas que provocam reflexos no quadro negro; os alunos não enxergam; quadro do giz: trocar pelo quadro branco; • Infiltrações / vazamentos; • Carência de banheiros e de matérias higiênicas; • Falta de rádios gravadores; • Paredes da sala de música caindo; • Desorganização e pouca agilidade na reprodução de material (xerox); • Poucos funcionários e/ou pouco qualificados para trabalhar em determinados locais; falta de controle; • Divisão injusta da carga horária; • Direção não “se mistura” com os professores.
<p>UNIDADE ESCOLAR REALENGO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salas de aula: acústica horrível; • Falta de privacidade e conforto da sala de professores – necessidade de espaço para armários, material didático e objetos pessoais; • Falta de xerox para pequenas quantidades de cópias; 	<p>UNIDADE ESCOLAR NITERÓI</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salas de aula: calor intenso - ventiladores quebrados ou insuficientes; • Necessidade de retroprojeter, tela, videocassete e computador na sala dos professores; • Poucas salas de aula (6 atualmente – todas ocupadas com o 1º e 2º anos). Como funcionará o ano que vem? • Barulho da escola vizinha – acarretando problemas na voz e dificuldades de aprendizagem; • Falta de proteção da chuva – salas e corredores alagados; • Falta de espaço adequado para professores e funcionários (tamanho, armários, ventilação, cadeiras, café, geladeiras); • Falta de salas de apoio, multimídia, biblioteca, reuniões; • Circulação de insetos (carrapatos / pernilongos); • Banheiros precários; • Caixa d’água suja; • Xerox da APA - não funciona.
<p>UNIDADE ESCOLAR CENTRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salas de aula: mal arejadas; quadros de giz de má qualidade; apagadores em número insuficiente; ventiladores insuficientes; teto caindo; • Tacos soltos na sala dos professores; • Falta de rádio-gravadores; • Falta de funcionários para atendimento no setor de multimídia e na xerox. 	<p>UNIDADE SÃO CRISTÓVÃO III</p> <ul style="list-style-type: none"> • Calor nas “saunas de aula”; ventiladores velhos / ruidosos / sem funcionamento; • Falta de ventilação na sala de vídeo; • Banheiros sem condições de uso; • Laboratório de informática fechado com frequência; • Falta de diálogo entre a Direção e os professores.

Figura 62 – Condições de trabalho no CPII (ADCPII, junho de 2007, p. 9-10).

O Boletim da ADCPII frisa as dificuldades de funcionamento em todas as unidades escolares que responderam à pesquisa, o que demonstra que o panorama, neste momento, não era favorável para consolidar uma expansão. No entanto, elencamos quatro categorias na tabela abaixo, referentes às condições de todas as unidades de Ensino Médio.

CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES	PROBLEMAS DAS SALAS DE AULA	CARÊNCIA DE RECURSOS	ENTRAVES PEDAGÓGICOS
Falta de proteção contra a chuva: infiltrações, vazamentos, corredores e salas alagados	Pouca ou nenhuma ventilação, mal arejadas	Falta de professores suficientes e de funcionários qualificados	Distância entre direção e professores; pouca valorização do professor
Problemas elétricos e iluminação precária	Ventiladores ruidosos/velhos/insuficientes/sem funcionamento	Quadros de giz de má qualidade. Pedido pela troca do quadro negro por lousa branca e uso de <i>pilot</i>	Desorganização e falta de controle na disponibilidade de materiais, xerox e multimeios
Problemas estruturais (teto caindo, tacos/pisos soltos, paredes caindo/sujas, estacionamento insuficiente)	Calor intenso no verão – “saunas de aula”, pedido por ar condicionado	Falta de recursos pedagógicos: apagadores, gravadores, computadores, videocassete, retroprojeter, biblioteca, midiateca, entre outros	Divisão injusta de carga horária, com tempo excessivo de permanência na unidade escolar, inclusive no sábado
Carência de banheiros limpos e suficientes	Acústica horrível: barulhos do entorno, inclusive de escola vizinha	Carência de materiais de higiene para alunos e funcionários	Problemas na voz do professor e dificuldades de aprendizagem em decorrência das condições de ensino-aprendizagem
Pedido de reforma de dependências como auditório, salas de música etc.	Janelas sem toldo/cortinas causando desconforto visual, por reflexo no quadro	Funcionamento da unidade sem médico/enfermeira	
Falta de elevador ou de sua manutenção	Salas sem proteção contra chuva, que acabam alagadas	Alunos sem merenda	
Circulação de insetos		Falta de espaços para professores e funcionários	
Caixa d'água suja; água com gosto de ferrugem; problemas no bebedouro		Falta de salas para atividades de apoio	

Tabela 3 – Problemas gerais das unidades de Ensino Médio (construída pela pesquisadora, de acordo com as informações do Boletim ADCPII, de junho de 2007).

Ao categorizarmos tais problemas nesta tabela, percebemos que há reivindicações em comum – isto é, tanto para unidades mais antigas e as UNEDs criadas na expansão dos Anos 2000 –, sendo que a primeira coluna, da esquerda para a direita, apresenta as condições estruturais das unidades e, portanto, tratam de seus empecilhos gerais, que acarretam situações desafiadoras ao próprio processo de ensino-aprendizagem, como: problemas

das salas de aula (tais como o desconforto pelo calor, pela falta de ventilação e acústica ruim), carências de recursos (humanos, pedagógicos, materiais escolares, entre outros) e entraves pedagógicos (por exemplo, divisão de carga horária, dificuldades na prática docente).

Neste boletim de 2007, notamos a expressão “Sauna de Aula”, uma referência ao calor excessivo nas salas de aula durante o verão. Em nossas pesquisas, encontramos um movimento do corpo discente de São Cristóvão – Sauna de aula, não! – que em 2011 colocou em pauta, novamente, as reivindicações por melhores condições para a aprendizagem, buscando a resolução do problema da falta de climatização nas salas, além de questões relacionadas ao lanche e à água imprópria dos bebedouros.

MOVIMENTO SAUNA DE AULA, NÃO!

O movimento Sauna de Aula, não! deflagrou, dentro e fora do Colégio Pedro II, um processo reivindicatório por melhores condições de trabalho e de estudo em sala de aula e forçou uma primeira reunião da Direção Geral com representantes de professores de SCIII (Pró-CIPA), da ADCPII, Grêmios e Sindscope - que, informalmente, nomeamos, Comissão de Negociação Sauna de Aula, Não! - para que fossem ouvidos e atendidas as reivindicações encaminhadas. Assim, na primeira reunião dessa Comissão, realizada em 22 de fevereiro, foi apresentada a pauta de reivindicações: climatização das salas de aula; medidas emergenciais como a flexibilização do uniforme dos alunos e de uso de bermudas pelos professores; revisão da rede de bebedouros e nova análise da água para consumo; melhoria da merenda e do lanche, em função da suspensão do funcionamento das cantinas, que aguarda resultado de nova licitação; substituição do nome do pavilhão onde está localizada a Direção Geral (Augusto Rademaker). Ao final dessa reunião, a Diretoria Geral se comprometeu a analisar as reivindicações encaminhadas e a estabelecer um prazo para que fossem atendidos. Marcou, então, nova reunião com todos os presentes para o dia 01 de março, quando informaria à Comissão a possibilidade de atender às solicitações apresentadas. O que foi discutido e decidido nesse encontro:

1. foi acordada a formação de uma outra Comissão (que, informalmente, nomeamos Comissão Climatização) formada por dois membros (titular e suplente) indicados por cada uma das entidades presentes e do pró-CIPA que já fazem parte da mesa de negociações do movimento. Essa Comissão tem como objetivo estudar e acompanhar, junto com os engenheiros e arquitetos do CPII, o projeto de climatização para o Colégio Pedro II. Ela deverá ser instalada a partir de 14 de março e terá até 20 de abril para apresentar este estudo. A ADCPII indicará a professora Regina Pinto (SCIII), como titular, e a professora Denise Sayde (SCI), como suplente. A Associação solicitará ainda que todos os membros indicados para essa Comissão sejam dispensados de suas atividades no horário da realização de suas reuniões. Em relação ao projeto propriamente dito, a ADCPII defenderá que se construa uma alternativa sustentável para a questão. Entendemos que, ao optar por um projeto alternativo, o CPII dará um exemplo de responsabilidade social escolhendo um projeto sustentável que, certamente, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida de todos. Ainda com essa mesma preocupação, defendemos que também a construção da nova Unidade Escolar Caxias, que deverá ter início em um futuro próximo, tenha o mesmo cuidado na elaboração de seu projeto e na sua construção;
2. de acordo com a Sra. Diretora Geral, a flexibilização do uniforme foi rejeitada "por unanimidade pelos Diretores". No entanto, por questões de saúde de professores e alunos, as entidades presentes reforçaram a necessidade de que essa reivindicação seja atendida. As entidades ficaram de procurar os Diretores das diversas Unidades Escolares para melhor explicitar os motivos dessa reivindicação. Em 14 de março, a Profa. Vera Rodrigues fará nova reunião com os Diretores para reavaliar essa questão. Esperamos

- que os possam fazer sugestões que revelem preocupação com a saúde de seus alunos e funcionários;
3. foi encaminhado um estudo da qualidade da água do CPII que será analisada por laboratório especializado. No entanto, é importante assinalar que a água, no Complexo São Cristóvão, por exemplo, é excessivamente clorada - embora própria para consumo - e a causa disso precisa ser esclarecida e o problema sanado. Cinco bebedouros novos serão instalados, em breve, em São Cristóvão;
 4. a Direção Geral alegou que a qualidade do lanche está dentro dos padrões, o que foi rejeitado pelos Grêmios presentes. Os alunos reivindicam a oferta de frutas e de outros alimentos alternativos. A DG se comprometeu a fazer um reforço na merenda e passará a servi-la também aos sábados;
 5. ainda segundo a DG, a proposta de substituição do nome do pavilhão administrativo do CPII (Augusto Rademaker, ex-aluno do CPII, mas também vice-presidente do General Garrastazu Médiçi, no período mais nefasto da ditadura brasileira, e criador dos Als 13 e 14 que instituíram a pena de banimento e de morte no Brasil) será levada para avaliação e discussão em reunião da Congregação.

O que foi negado e/ou precisa voltar à pauta de discussão do movimento:

1. autorização para que os alunos possam sair das Unidades Escolares, durante o recreio, para lanche e/ou comprar lanche;
2. DG informou que iria reiterar aos Diretores das diversas UEs o direito dos Grêmios de estarem presentes nas diversas Unidades, o que não tem sido respeitado por alguns Diretores. O respeito à Lei do Grêmio Livre precisa ser garantido.
3. o reconhecimento das mais diversas manifestações culturais e a suspensão da proibição de algumas delas nas UEs não foi discutido nessa reunião, mas precisa ser melhor avaliado.

Quadro 2 – Movimento Sauna de Aula, não! – Publicado pela ADCPII em março de 2011, no seu site: <http://www.adcpil.hospedagemdesites.ws/site-antigo/ativPolitic.htm>. Acesso em 22 dez. 2020.

Concluimos que mesmo que quatro anos tenham passado desde a publicação da ADCPII (2007), na qual se realiza um primeiro levantamento das condições das unidades, um movimento estudantil precisou ser deflagrado para reivindicar por velhos problemas, como a precariedade das salas de aula, sem climatização. Todavia, considerando este intervalo de tempo, ainda havia questionamentos quanto a balancear desafios antigos com os assumidos há pouco, pela instituição por meio desta expansão. Portanto, como a expansão poderia ir adiante nesta situação?

A primeira vez que eu tive contato assim na carne, que eu vi tanto... parece que tem uns pais querendo lá em Realengo. Eles fizeram um movimento muito forte, eles fizeram um movimento muito forte. E eu estava nessa reunião, 2004 provavelmente, ou 2005, eu não sei quanto tempo o Tarso ficou. E que eles foram lá, falar, reivindicar, que tivesse um Colégio Pedro II em Realengo. E o que eu me lembro também a reação foi assim: “é, não tem... não dá pra ser contra você ter que criar mais vagas, é interessante. Mas como é que vai criar se você tá com falta de professores? Como você vai criar uma coisa nova se você tá

com os campi caindo?” – as unidades, ainda gosto de falar de unidades. ((riso)) As unidades caídas (SAYDE, 2020).

Eu acredito que a expansão de Realengo que foi meio que na tora, né, “vamos fazer?”, aí depois se arrumou o dinheiro, já tinha o espaço lá. Levaram o Lula, botaram ele no meio de uma cerimônia, que o Lula é esperto, viu aquilo lá e falou, “vou investir dinheiro aqui”. Foi assim que aconteceu. Aí depois é óbvio que o projeto de expansão teve a anuência do MEC e investimento do MEC, porque sem o dinheiro liberado não tinha como. Aí o Pedro II entrou na política de expansão do MEC. A de 2008 não era uma política dentro da rede. Foi uma política exclusiva pra Realengo a partir da... Caxias ‘tava’ lá funcionando em um prediozinho e tal. Só depois de muito tempo que surgiu Caxias como prédio e foi pressão política. Na verdade, o *modus operandi* da reitoria do Colégio Pedro II e das antigas direções gerais era: inaugura o campus, bota pra funcionar e depois chama o político e diz, “olha aí, precisamos estruturar esse campus”. Era meio essa lógica, né. (...) Houve um avanço significativo de 2008 a 2013, a gente tem um salto enorme, e isso tá intrinsecamente ligado ao processo de expansão, né. (...) Caxias foi um caos, por exemplo, Caxias funcionava dentro de um prédio. Poxa, era sem nenhuma estrutura. É por isso que eu falo, era muito pouco profissional. Niterói era dentro de um espaço do CIEP que não tinha parede nas salas, só pra você ter uma ideia. Imagina a quantidade de enfrentamento que nós tivemos que fazer, de questionamentos que nós fazíamos. Quando nós fazíamos greve, essas pautas eram todas colocadas e a escola respondia sempre daquela forma. Tanto que era tudo, “vamos nessa, vamos fazer”. Não se planejava as coisas. Não é se pegar um prédio novo ou um prédio *semi* acabado pra acabar, pra depois botar o *campus* lá. Já entrava do jeito que ‘tava’ e tocava o barco. E aí os interesses dessa expansão se dava, por quê? Com a ampliação do número de alunos, com a ampliação do número de oferta de vagas, se ampliava o orçamento, se ampliava o número de vagas pra concurso. Era esse o objetivo dessa época da gestão. (CARVALHO, 2020).

Agora um sufoco grande aconteceu na questão dos substitutos, por quê? Do momento que o MEC não planejou a nossa expansão, também não houve a criação correspondente dos cargos. Aí o que foi feito? Foi, mas ninguém tomou conta, ninguém nos policiou em termos de quantitativo de professor substituto. Então, a nossa necessidade, já que eu não tinha os professores efetivos, nós fomos e ampliamos em professor substituto. Ocorre que tem lá um dispositivo legal que diz que você só pode ter até, se não me engano, é 20% do efetivo, dos efetivos, total de efetivos, é o máximo que você pode ter substituto. E você só pode ter substituto pra substituir determinadas situações. Então são professores que estão ocupando o cargo de reitor, de pró-reitor, de diretor geral de *campus*. (...) [Um desafio foi] a expansão não ter se feito acompanhar pela criação dos cargos de professor, os cargos técnicos. Que professor ainda a gente conseguiu com o substituto, mas o técnico não. Então, houve prejuízo geral, e quem cedeu nunca ficou satisfeito. (...) A questão de ter sido uma expansão que não foi planejada, que os institutos federais, quando ia criar um novo *campus* tinha um projeto pra construir (RODRIGUES, 2020).

Acerca da fala seguinte de Rodrigues (2020) sobre o desafio de força de trabalho (técnicos e professores) para as novas unidades durante a expansão: podemos compreender que houve muita demanda de docentes e que parte dela foi suprida por substitutos, cujo quantitativo chegou a ser muito expressivo na instituição em alguns momentos, alcançando cerca de 35% correspondente à força de trabalho de professores concursados, como vemos nas figuras seguintes publicadas no Relatório de Gestão de 2009.

TABELA DEMONSTRATIVA DE FORÇA DE TRABALHO

ANO: 2006

ESPECIFICAÇÕES	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
Força de Trabalho Total	1.749	1.757	1.754	1.742	1.793	1.797	1.799	1.802	1.797	1.799	1.799	1.793
Ativos Permanentes	1.614	1.612	1.612	1.607	1.602	1.600	1.597	1.594	1.588	1.580	1.574	1.572
Ativos Docentes					831	830	833	832	827	821	817	818
Ativos Docentes Substitutos	97	107	104	97	153	159	164	170	172	182	188	184
Ativos Docentes Tabelistas	38	38	38	38	38	38	38	38	37	37	37	37
Ativos Técnico-Administrativos					771	770	764	762	761	759	757	754
Inativos	1.798	1.797	1.792	1.794	1.794	1.787	1.783	1.783	1.774	1.775	1.774	1.774
Pensionistas	718	721	722	719	717	723	720	720	719	719	720	722
Auxílio-Creche (criança atendida)	180	178	179	177	173	171	178	175	169	169	168	169
Auxílio-Transporte (serv. benef.)	35	939	1.123	1.163	1.220	1.283	1.239	1.268	1.268	1.278	1.300	1.283
Auxílio-Alimentação (serv. benef.)	1.680	1.686	1.695	1.676	1.769	1.734	1.744	1.740	1.727	1.735	1.738	1.722

Figura 63A – Força de trabalho em 2006 (CPII, 2009, p. 42).

TABELA DEMONSTRATIVA DE FORÇA DE TRABALHO

ANO 2007

ESPECIFICAÇÕES	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
Força de Trabalho Total	1.782	1.770	1.775	1.939	1.840	1.844	1.868	1.885	1.854	1.853	1.853	1.852
Ativos Permanentes	1.570	1.569	1.615	1.700	1.604	1.601	1.592	1.598	1.588	1.593	1.583	1.588
Ativos Docentes	822	822	868	954	858	859	857	859	852	855	853	854
Ativos Docentes Substitutos	175	166	125	204	201	209	242	253	232	226	236	230
Ativos Docentes Tabelistas	37	35	35	35	35	34	34	34	34	34	34	34
Ativos Técnico-Administrativos	748	747	747	746	746	742	735	739	736	738	730	734
Inativos	1.769	1.769	1.766	1.772	1.770	1.769	1.766	1.761	1.761	1.762	1.760	1.762
Pensionistas	727	729	725	729	731	730	733	739	742	740	737	741
Auxílio-Creche (criança atendida)	168	167	168	169	147	150	147	143	139	143	142	143
Auxílio-Transporte (serv. benef.)	1.247	1.239	1.080	1.199	1.220	1.257	1.277	1.261	1.290	1.309	1.346	1.383
Auxílio-Alimentação (serv. benef.)	1.701	1.657	1.701	1.763	1.755	1.760	1.764	1.741	1.769	1.772	1.777	1.781

Figura 63B – Força de trabalho em 2006 (CPII, 2009, p. 42).

FORÇA DE TRABALHO

2008

ESPECIFICAÇÕES	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAL.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
Força de Trabalho Total	1.795	1.833	1.921	1.887	1.859	1.860	1.869	1.996	2.018	2.034	2.020	2.009
Ativos Permanentes	1.583	1.579	1.603	1.597	1.595	1.597	1.594	1.681	1.675	1.679	1.673	1.698
Ativos Docentes Permanente	860	859	871	875	867	865	872	874	873	874	879	890
Ativos Docentes Substitutos	179	221	260	231	232	231	247	287	315	320	312	308
Ativos Docentes Tabelistas	33	33	32	32	32	32	28	28	28	35	35	0
Ativos Técnico-Administrativos	723	720	732	722	728	732	722	807	802	805	799	811
Inativos	1.755	1.751	1.747	1.751	1.750	1.754	1.750	1.751	1.750	1.750	1.752	1.750
Pensionistas	740	776	775	781	778	775	779	751	752	750	753	754
Assistência-Saúde (quant. vida)	0	0	0	0	0	0	0	0	1.947	2.124	2.398	2.816
Assistência-Saúde (serv. benef.)	0	0	1	537	53	25	20	2	992	1.131	1.353	1.443
Auxílio-Creche (criança atendida)	140	138	141	142	142	140	140	147	147	146	147	146
Auxílio-Transporte (serv. benef.)	1.314	1.316	1.389	1.418	1.424	1.408	1.423	1.483	1.440	1.461	1.456	1.456
Auxílio-Alimentação (serv. benef.)	1.703	1.710	1.800	1.815	1.817	1.809	1.825	1.876	1.897	1.906	1.892	1.888

Figura 63C – Força de trabalho em 2008 (CPII, 2009, p. 43).

2008 foi quando a gente começou tentar trazer o Pedro II, que a gente fazia parte da rede da educação básica, não fazia parte da rede tecnológica. A gente era a única rede [federal] de ensino do Brasil a fazer parte dessa rede, porque éramos os únicos que tinha o primeiro segmento: o fundamental e o médio. Então a gente era um segmento à parte. A gente conseguiu através de negociações, principalmente com o Haddad, com coisa, trazer o Pedro II quando foi da criação da EBTT, a gente conseguiu trazer o Pedro II pra essa rede, pra a rede EBTT, que a gente achava – eu pelo menos ainda acho – que não era muito (bom) (...) ficar isolado numa rede que só nós... a representatividade era muito pequena. ((acha graça)) Então nós conseguimos entrar pra a rede da EBTT como um todo. Aí fizemos parte, fomos equiparados aos institutos federais que começaram a surgir naquela época, naquele ano, 2008 se não me engano. Os institutos federais começaram a ter esse nome a partir daí, porque antes o que se tinha eram os ‘CEFETÕES’, os CEFETs que passaram, se transformaram em institutos federais. Três deles não quiseram se transformar em instituto federal: o CEFET aqui do Rio, CEFET de BH (Belo Horizonte) e acho que do Paraná, se não me engano, que se transformou depois em universidade tecnológica (MARQUES, 2020).

Diante desse cenário, de acordo com os servidores sindicalizados, já havia tentativas de retirar o Colégio Pedro II da pasta da Secretaria de Educação Básica e adicioná-lo à pasta da Setec, na qual estavam as escolas técnicas federais e CEFETs – que aderiram no ano de 2008, em maioria, à criação dos IFs. Essa situação corroboraria com a possibilidade de tratar de suas demandas junto às demais instituições, somando ao trabalho de seus próprios representantes no SINASEFE e CONCEFET/CONIF.

Eu me lembro que eu fui a uma reunião... foi muito interessante, o Pedro II sempre diferente, quer dizer, junto ao CEFET, me lembro muito da educação básica no universo ali da educação profissional, científica e tecnológica. Aí o Haddad convidou pra uma reunião, que aconteceu nos mesmos dias – foi 8, 9 e 10 de setembro – era uma reunião dele com a Maria, que era Secretária de Educação Básica do MEC, e os diretores dos Colégios de Aplicação das universidades federais. Foi uma reunião muito interessante. O Haddad fora de série, né. Ele chegou lá, ele mesmo carregando cadeira, uma reunião de conversa, não é reunião de... de (expor) política, não... “Eu quero conversar com vocês”. Aí se sentou numa grande roda, ele, aqueles diretores gerais dos Colégios de Aplicação, e cada um consiste em falar sobre (...) problemas, mas e o Pedro II ((acha graça)) junto com os Colégios de Aplicação ((acha graça)). Bom, nessa reunião que eu fui junto com o CEFET, eu fui surpreendida, (...) ‘tava’ em discussão era a criação dos institutos federais e a coisa totalmente... Aí a palavra de ordem era a seguinte: bom, conforme o projeto de lei já tá na Câmara dos Deputados, já tramitou em tantas comissões, e isso tem que ser votado até o final do ano pra que o Lula sancionasse pra que pudesse ser implantado em 2009, porque eles não queriam que ficasse a discussão pra 2009, por quê? Pra implantar em 2010, como era um ano eleitoral, ia ser muito difícil implantar tanta mudança em um ano eleitoral. Então havia uma pressa. E aí me diziam o seguinte, olha... Pedro II não tá nessa... não faz parte desse... dessa... desses institutos, porque até tem um perfil diferente, mas depois vai se discutir uma lei própria pro Pedro II. Eu soube, inclusive, que o SINDSCOPE tentou, sabendo das reuniões com os sindicatos, teve essa tramitação, tentou, aí foi barrado porque se fizesse alguma mudança na lei, tinha que voltar pra alguma comissão e ia atrapalhar o plano geral. Por mais fanática pelo Pedro II, eu não poderia prejudicar os votos. Então teve ali, acompanhei o restinho de 2008, até que foi sancionada a lei, foi 29 de dezembro de 2008, que foi a 11.892, criando os institutos federais, e aí o Pedro II... é... ficou fora da lei (RODRIGUES, 2020).

Pelo relato acima, inferimos que a gestão não esperava esse tipo de equiparação do Colégio Pedro II aos Institutos Federais, embora os sindicatos SINDSCOPE e SINASEFE estivessem buscando sua inclusão para garantir a extensão de recursos à estrutura de todas as unidades do CPEI – o que aconteceu com a ampliação e reestruturação da RFEPCT, como a criação de vagas EBTT¹³⁵ e a realização de concursos e destino de verbas aos IFs.

Os Institutos Federais ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das atuais políticas assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem.

¹³⁵ A Lei nº 12772, de 28 de dezembro de 2012, reestrutura o Plano de Carreira e de Cargos no Magistério Federal, além de estabelecer parâmetros para a contratação de professores substitutos.

Nesse sentido, os Institutos Federais devem ser considerados bem público e, como tal, pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação. Os Institutos Federais respondem à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública. Os institutos são federais, não apenas como expressão da presença em todo o território nacional, mas, acima de tudo, como entes mantidos pelo orçamento público central. Porém, ainda que o financiamento e a manutenção a partir de fonte orçamentária pública representem condição indispensável, a política pública estabelece-se no compromisso de pensar o todo como aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras). Enquanto política pública, os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Nesse sentido, cada Instituto Federal deverá dispor de um observatório de políticas públicas como espaço fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho (Setec/MEC, 2010, p. 19).

Nós éramos quatro representantes lá do Sinasefe. O Andes tinha uns quatro deles. E aí eles [MEC] (...) diziam que a EBTT ia dar uma valorização muito grande no crescimento básico do docente, (...) ganhava-se mais em penduricalhos, eh... outras coisas que não vencimento básico, e eu por exemplo era contrário ao que hoje vocês têm quanto RT [Retribuição por Titulação]. A gente achava e defendia – quer dizer, eu o meu coletivo sindical lá defendia que não dava pra você ter mais do que uma linha ali no nosso contracheque, a gente gostaria de ter uma carreira muito semelhante ao que o PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Administrativos em Educação) tem e que você valoriza dentro da própria carreira a formação. Eles fizeram de uma forma que você tem o vencimento básico, o vencimento básico vale pra todos os níveis de formação, e aí você tem a retribuição de titulação pela formação que o docente tem... (...) conforme a formação do docente, a RT é muito maior do que o vencimento básico. Ou seja, aquele vencimento básico robusto que eles diziam que foi só discurso na mesa, pra tentar implementar aquela carreira. O Sinasefe aprovou, embora o Pedro II e deu o representante do Pedro II, nós éramos contrários à forma como ‘tava’ sendo implementada a carreira. A gente era mais pra que tivéssemos uma carreira apenas com dois cargos: a do docente e a do técnico. (...) Não sei se você conhece o PCCTAE, mas era mais ou menos aquilo. A gente estaria [buscando] a equiparação do técnico ao docente, do técnico de 40 horas com o docente de 40 horas. Ali se daria a fusão, mesma formação, mesmo salário, mesmo vencimento (MARQUES, 2020).

Na expansão da rede, os institutos federais, quando foram criados em 2008, houve umas negociações dos antigos institutos, que eram as antigas escolas técnicas, agrotécnicas... CEFETs, que aceitaram migrar, havia um posicionamento de que se manteria a estrutura anterior. O que era a estrutura anterior? Eles tinham gestão de recursos humanos, direção de administração, direção pedagógica. E aí os cargos já ‘tavam’

definidos, eles tinham o CD3¹³⁶ pro diretor pedagógico; o CD3 pro diretor administrativo; eles tinham diretor de desenvolvimento institucional nos campi; eles tinham diretores de pós-graduação, eles tinham gestor de recursos humanos que ganhavam o CD4. E aí quando surgiram os novos campi, os novos institutos federais e os novos campi de antigos institutos federais, a estrutura era outra. A estrutura era: um CD2 pro diretor geral; um CD4 pro diretor administrativo e um CD4 pro diretor pedagógico. O resto eram FG1s e alguns FG2s. Era essa a estrutura. Nós, quando criou a rede federal dos institutos, nós já éramos da escola, já éramos da rede federal de ensino. Então nós tínhamos que ter tido o mesmo tratamento dos institutos antigos. Nós tínhamos que ter tido o CD3, CD4, ampliação pra gestão de pessoal e tal. Mas nós não fizemos isso, não foi feito isso conosco. Eles implantaram o Pedro II na rede como se nós fôssemos uma nova escola (CARVALHO, 2020).

Entretanto, podemos perceber que algumas demandas abraçadas pelo Colégio se refletiam em aproximações possíveis das diretrizes dos institutos federais (Setec/MEC, 2010), como a criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado profissional em Educação Básica). Esse programa foi uma proposta do Ministro da Educação, Fernando Haddad, em 2009, segundo Rodrigues (2020), e destacou o eixo da pesquisa acadêmica no Colégio, bem como se justificou como um agente de formação em práticas de educação básica.

Passou o mês de fevereiro, época de carnaval, me marcaram pra 2 de março pra eu ir lá conversar com o ministro. Lá fui eu, e uma das coisas que além disso, da legislação, de concurso, etc., uma das coisas também que eu ia falar era da possibilidade de nós virmos a ter graduação, de pensarmos em licenciaturas, porque a quantidade de professores... com mestrado e doutorado que o Pedro II tem... (...). Bom, então eu vou com essa minha pauta, chego lá, muito simpático o Haddad, mas uma das primeiras coisas que ele faz, ele diz pra mim assim, “eu tenho lido muito os projetos de pós-graduação, os programas, e me incomoda que, poxa, tem tanta... tanto projeto pra Educação, mas não são coisas voltadas pra resolver os problemas da educação básica. E vocês, eu acho que os resultados dos alunos do Pedro II são os melhores possíveis. Os alunos que saem do Pedro II são alunos assim que brilham em toda parte, o sistema tem uma formação ótima, tem um corpo docente impressionante...”. Aí, começou lá a encher nossa bola, né. E aí ele disse

¹³⁶ CD se refere a cargo de direção, enquanto FG se refere à função gratificada. No exemplo de Carvalho (2020), o número seguinte à abreviatura se refere ao nível do cargo ou função. Como não faz parte do escopo desta investigação, não entraremos no mérito de discutir acerca dos vencimentos e das gratificações da carreira ao longo das revogações e promulgações, porém indicamos a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, que trata dos cargos e das gratificações nesse período, bem como a leitura de Dominik (2018) acerca da carreira EBTT. Legislação disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11526-4-outubro-2007-560567-publicacaooriginal-83667-pl.html#:~:text=1%C2%BA%20A%20remunera%C3%A7%C3%A3o%20dos%20cargos,do%20Anexo%20I%20desta%20Lei>. Acesso em: 22 dez. 2020.

assim, “mas aí a proposta é o Pedro II criar um mestrado profissional em educação aplicada” ((acha graça)). “Eu falando em graduação e o senhor falando em pós-graduação. A gente pode criar pós-graduação sem ter graduação?”. Aí ele falou, “pode”. Aí ele começou a me dar exemplo, que já existia na Fiocruz, existiam cursos de mestrado profissional... aí ele continuou a dizer “eu vejo muitas das teses de mestrado e doutorado, se a pessoa que pesquisa vai lá pra pegar e botar a mão na massa, fazer alguma coisa pra melhorar a educação básica, eu não vejo. Se o Estado contribui...”. Bom, me encheu a bola e me deu a palavra. Mas falou o seguinte, “se o Pedro II aceitar, eu abro as portas pra cá e fico com o Pedro II”, ahhh... aí eu não pensei duas vezes e falei: “Ministro, aceito. Não sei como eu vou fazer, mas tá feito”. ((riso)) Aí eu voltei de Brasília, já ‘tava’ no aeroporto, ligando para a Ana Cristina, “Ana, prepara que vem trabalho aí” (RODRIGUES, 2020).

Do ponto de vista organizacional, o Colégio se alinhava cada vez mais à estrutura dos Institutos Federais, por exemplo: promover um processo democrático para a eleição de Diretores das unidades em 2009, como os IFs passaram a realizar após sua criação. Além disso, podemos observar como a dimensão pedagógica reestrutura o organograma institucional, isto é, ao lançar o curso de Mestrado no CPII, novas diretorias surgem, como a de Pesquisa e Pós-Graduação e a de Extensão e Cultura.

Embora sem dispor de nova lei aprovada, porém seguindo os princípios nela estabelecidos para escolha de dirigentes, análogo ao vigente nos Institutos Federais e conforme planejamento exposto, procedeu-se à consulta à comunidade escolar para escolha dos Diretores de doze Unidades Escolares, em 4 e 5 de novembro de 2009, de acordo com a Portaria n. 1.642/2009, com redação de alguns artigos modificada pela Portaria n. 1.727/2009. (...) Prosseguindo com a reestruturação administrativa para atender às crescentes demandas – objetivando aproximar a estrutura do Colégio Pedro II dos recém-criados Institutos Federais, com vistas à futura organização institucional, quando viesse a ser aprovada a nova lei, bem como atender à ampliação do espectro de abrangência do trabalho pedagógico desenvolvido pelo Colégio Pedro II – foram criadas duas novas Diretorias, a de Pesquisa e Pós-Graduação e a de Extensão e Cultura, a partir do desmembramento da Seção de Pesquisa, Extensão e Cultura da Diretoria de Ensino, e, ainda, a Assessoria de Desenvolvimento Institucional, para a qual foi designada a professora Vera Lúcia Lopes Medalha (SANTOS *et al*, 2018, p. 259; 261).

Quem quis entrar na rede fomos nós. É o que eu te falei: a gente brigou pra estar junto, sair do ensino básico da rede de ensino básico, porque a única escola éramos nós, pra entrar na rede da EBTT. Nós conseguimos negociar com o MEC. Na época, quem era o secretário executivo lá do Haddad... eu esqueci o nome dele. Aí nós conseguimos através dessas negociações, inclusive o William que era à época coordenador do

Sindscope, eu convidei eles e a gente conseguiu uma mesa do Fernando Haddad pra que a gente desse qual era a solicitação que o Pedro II queria a respeito dos institutos federais. E aí da democratização, porque a gente queria fazer a eleição no Pedro II com indicação de pelo menos os três mais votados, entendeu? E aí lá com Haddad presente, o Haddad chega e pergunta pra gente, “vocês querem o que, exatamente?”. Aí eu estava lá, estávamos eu e o pessoal da coordenação do Sinasefe só pra dar o apoio e colocamos o William pra estar fazendo a reivindicação que o Pedro II gostaria de ter na rede. Aí o William começou a falar, o Haddad chegou até a interromper dizendo, “não, vamos fazer o seguinte. Vocês vão ser, ‘blá blá blá, blá blá blá’”, foi basicamente o Haddad que deu essa democratização que a gente tem hoje, foi ali que a gente começou a botar o pé nessa rede e firmar o nome do Pedro II. (...) Foi nessa época que a gente conseguiu a democratização do Pedro II, conseguimos as eleições no Pedro II e a equiparação dos institutos federais fez com que a gente tivesse uma representatividade melhor, porque aí deixava de ser só o Pedro II, estaríamos junto com os colégios militares e com todos os institutos federais, entendeu? Isso numa mesa de negociação tem um peso muito grande, apesar de que não temos mesa de negociação há um tempo grande, já. ((acha graça)) (MARQUES, 2020).

Podemos observar um alinhamento às propostas dos IFs desde a adesão ao PROEJA¹³⁷ e a nova inserção do ensino médio técnico na instituição, com cursos subsequentes ou concomitantes em convênio com o CEFET. Isto é, pode ser compreendido como um reflexo das políticas praticadas pelo MEC durante o governo Lula para a promoção da formação profissional a nível médio – justificando assim a oferta do PROEJA¹³⁸, inclusive – e superior a baixo custo e seguindo tendências de mercado, conforme análise abaixo.

¹³⁷ Apesar das dificuldades para a sua real implementação, o PROEJA cumpriu, na época do seu lançamento, o papel político para o qual estava destinado – colocar em prática uma das bandeiras luta da campanha do governo Lula: “educação para todos”. O Decreto 5.840/2006, que o instituiu, obrigou todas as instituições da rede federal profissional e tecnológica a destinarem o mínimo de 10% das vagas existentes para o atendimento do público jovem e adulto. Posteriormente, a Lei 11.892/08 apenas determinou a obrigatoriedade, ficando o percentual a cargo de cada instituição (OTRANTO, 2011, p. 4).

¹³⁸ Nossa investigação não tem o objetivo de aprofundar sobre os programas do MEC que o CPEI aderiu após sua equiparação a instituto federal, porém cabe destacar neste espaço que a formação profissional seguiu sendo implementada, bem como houve também a promoção da extensão do CPEI à comunidade, por meio de cursos livres a partir do primeiro semestre de 2012, conforme Santos *et al* (2018): (...) o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), tendo como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. O Programa Nilo Peçanha (PRONILO), que foi uma ação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica junto à SETEC/MEC, com o objetivo principal de fomentar a realização de programas e projetos integrados de extensão comunitária e tecnológica nas instituições federais da rede. Nesse contexto, foram oferecidos, na Unidade Escolar Realengo II do Colégio Pedro II: atividades aquáticas (natação e hidroginástica); Coral juvenil; Coral para adultos; teclado para adolescentes; teclado infantil; curso de cavaquinho, banjo e percussão popular; curso básico de instrumentos de sopro; curso básico de piano; prática de conjunto (p. 273).

A proposta delas é atuar de forma muito similar à das universidades federais, e isso não é prioridade na política de educação profissional técnica e tecnológica da atualidade. A forma como está estruturado o IFET prevê otimização dos custos, e total controle da nova instituição, o que pode acarretar uma fiscalização e um direcionamento mais eficaz na subordinação da educação por ela ministrada aos interesses do mercado, que deve ser fiscalizado desde já pelos docentes, discentes e técnicos dos Institutos Federais. A observação deve ser feita nos vários níveis de ensino, uma vez que a disseminação ideológica, de que a educação deve subordinar-se à lógica do mercado, pode começar bem cedo, na educação básica, principalmente no ensino médio e, é bom lembrar que, a educação não é mercadoria, mas um bem que deve ser disponibilizado a todo cidadão, condição indispensável à ampliação da cidadania (OTRANTO, 2010, p. 103).

Nós já tínhamos começado, isso o pessoal não entendeu quando a gente criou o PROEJA também, porque o PROEJA é técnico. Antes de acontecer, os institutos federais, o projeto, a gente já ‘tava’ tentando desenvolver alguns cursos técnicos no colégio que fossem possíveis pra que a gente pudesse ser mantido na esfera federal. Então assim, eu acho que o importante dessa adesão é a gente não correr risco de ter mudanças no futuro, e fazer parte da... da divisão orçamentária, né, que acontece, né, a partir do CONIF, que é o Conselho dos Institutos Federais que o Pedro II faz parte (VILLARDI, 2020).

Ao nos questionarmos sobre os motivos do Pedro II buscar a aprovação de uma legislação própria, como a Lei dos Institutos Federais, deparamo-nos com a possibilidade de novos códigos de vagas e o banco de vagas das instituições federais, além de outros recursos que poderiam ser destinados às unidades anteriores a essa expansão, tal como Carvalho destaca em seu relato sobre as verbas recebidas: (...) *esse dinheiro que veio do MEC carimbado pra obra, não veio nada pra nós... [as unidades antigas]* (2020).

E a questão... outra vantagem, mas também parece que a implantação em si é complicada, é a questão do banco, professores equivalentes e servidores equivalentes. A vantagem desse banco é que as instituições não precisam esperar, o Ministério do Planejamento autorizar a abertura de concursos. Então, quer dizer, no passado você pra abrir um concurso dependia dos dois, [Ministério da] Educação e [Ministério do] Planejamento, e era um jogo duríssimo pra conseguir. Hoje em dia, dentro daquele limite do banco [de vagas e redistribuições da RFEPCT], você tem autonomia pra abrir. Agora só a questão jogando duro também, eu não ‘tô’ bem alinhada não porque eu não acompanhei essa implantação prática do banco. E eu sei que vira e mexe a gente tá negativo, o banco tá negativado, que não pode... né, conceder (...), isso sinceramente eu não sei como foi a prática, mas o que tem ainda, quer dizer, a possibilidade de dentro do “limite de saldo bancário” ((acha graça)) de fazer concurso, isso eu sei que é uma vantagem também, que

era uma coisa de a gente passar anos e anos sem poder (RODRIGUES, 2020).

Neste caso, a promulgação de uma legislação específica para o Colégio não teria propósitos de criar uma instituição, mas para garantir que o colégio de educação básica permanecesse em sua condição federal, gerando desse modo mais um mecanismo de estabilidade institucional, como sua elevação à autarquia em 1967 e inclusão no Art. 242º da Constituição Federal de 1988, por meio de um *lobby*.

Democrático também teria sido discutir com a comunidade o número de servidores necessário ao bom funcionamento da instituição, o que implica definir, também coletivamente, a metodologia a ser empregada nesse trabalho. Ao invés de copiar modelos organizacionais de outras instituições, como ocorreu no processo de elaboração do Anteprojeto, essa definição deveria ter sido norteada por outros critérios: as necessidades reais de suporte técnico e de infraestrutura, o modelo pedagógico da escola e a qualidade do serviço a ser prestado, dentre outros. Uma gestão democrática precisa apostar no comprometimento e na competência dos servidores da instituição, que não se restringem aos que fazem parte da administração central. Ignorar isso é contrariar a própria LDB, que preconiza a participação da comunidade na gestão da escola.

A ADCPII defende que o grupo encarregado da elaboração do Regimento seja composto paritariamente e que seus membros sejam eleitos pela Comunidade para esse fim.

Para maior detalhamento de nossa avaliação, esclarecer dúvidas ou enviar sugestões, acesse o site da ADCPII (www.adcpil.com.br). Ainda em agosto realizaremos Assembleia para discutir estratégias para a proposição de alterações ao Projeto de Lei, bem como para a elaboração do novo Regimento.

Participe. Questione. Façamos a construção coletiva de um CPII público e de qualidade.

Julho de 2010
Diretoria e Conselho de Representantes da ADCPII

A criação de recursos (...) sempre foi algo vieto com preocupação (...) por entender que essa prática pode ser uma porta aberta para a privatização da instituição ou, no mínimo, por submeter [a escola] a uma lógica mercantil totalmente alheia ao seu funcionamento e ao princípio de autonomia indispensável à produção de um conhecimento associado aos interesses coletivos e de classe (PADRÃO, 2009).¹

Uma instituição pública, laica e de qualidade deve estar voltada para a produção de conhecimento para todos e a formação de cidadãos críticos envolvidos na construção de uma sociedade justa e democrática. A única forma de assegurar a autonomia, de maneira que a própria instituição possa definir suas prioridades, sem a imposição de projetos, é a garantia de seu financiamento público.

A previsão de receita proveniente de cursos pagos, através de mensalidades, taxas etc. (Art. 12º) também representa uma porta de entrada para recursos privados na escola. Mais grave ainda, conforme disposto no próprio artigo, a manutenção e desenvolvimento dos serviços do CPII (conservação, renovação e ampliação de suas instalações) passam a depender dessa receita. Potencializado na década de 90, esse é o modelo de administração que a esfera federal tem tentado adotar desde a ditadura militar e ao qual a administração do CPII parece não se contrapor. Mas, é esse o modelo que queremos?

Antes que se construa o discurso de que estamos nos colocando contrários à expansão das modalidades de ensino, como fizeram quando nos posicionamos (e continuamos a nos posicionar) em relação à expansão das Unidades Escolares, torna-se necessário esclarecer, mais uma vez: nossa crítica à expansão das Unidades se fundamentava na evidente falta de recursos humanos e de infraestrutura para implementá-la. Neste momento, em que surge uma nova proposta de expansão e estruturação do Colégio, reiteramos a defesa expressa pelos movimentos sociais de que é competência do Estado prover o funcionamento, a manutenção e os investimentos necessários à educação pública.

¹ PADRÃO, Susana Moreira. "Financiamento Público na UEFLA: uma questão de autonomia". ADCPII, n.20, dez/2009, p. 27-30. Disponível em <http://www.adcpil.com.br/publicacoes/publicacoes.asp>. Acesso em junho de 2010. Para conhecer mais sobre o assunto, consulte também o artigo "Universidade pública X Privatização do ensino - Educação não é mercadoria" http://www.ades.org.br/ades/ufpr_fundacoes.pdf



NOVO PROJETO DE LEI PARA O CPII: AS ALTERAÇÕES SÃO BENÉFICAS PARA NOSSO COLÉGIO?

Em abril de 2010, foi trazido ao conhecimento da comunidade escolar o Projeto de Lei (PL) que, nas palavras da Direção Geral, se pretende seja "a legislação capaz de reger o Colégio Pedro II do presente e do futuro". Cientes de que a próxima etapa em que estaremos envolvidos – a elaboração do **Regimento Interno do Colégio Pedro II** – é de suma importância, porque definirá, dentre várias questões que nos afetarão diretamente, regras de funcionamento da instituição, composição dos órgãos colegiais, diretrizes pedagógicas e regras eleitorais, insistimos que é fundamental a participação de todos na construção desse instrumento.

O Projeto de Lei apresentado à comunidade escolar, bem como seu processo de elaboração revelam três aspectos extremamente preocupantes:

1º) A abertura para a entrada de recursos privados em uma instituição pública

A entrada de recursos privados (cf. Artigo 2º, parágrafo único e alíneas IV, V e VI e também Artigo 12º, incisos V e VI) compromete o princípio da autonomia, que nos é tão caro e fundamental. Existem vários estudos, notadamente no campo da Educação, abordando esse tema. Em diálogo com autores ligados aos movimentos sociais, alertamos a comunidade escolar:

2º) A ênfase na criação e desenvolvimento de ensino de nível superior

Dada a ênfase com que, ainda no Artigo 2º, são propostos cursos de ensino superior, de capacitação técnica, de atualização pedagógica e de extensão, o ensino de nível básico no Pedro II poderá passar a ser mero coadjuvante; além disso, poderá haver significativa migração de docentes dos Ensinos Fundamental e Médio para o Ensino Superior. Essa possibilidade de migração representará perda significativa para o Ensino Básico, caso parte da carga horária desses professores seja direcionada para ministrar aulas nesses novos cursos. Outra consequência negativa dessa migração diz respeito à necessária contratação, em caráter temporário, de outros professores e/ou ao aumento da carga horária daqueles que permanecem no Ensino Básico, agravando ainda mais a situação em que já nos encontramos.

3º) O desrespeito ao princípio de uma gestão democrática

O compromisso, assumido pela Direção Geral, com uma gestão democrática e participativa foi rompido duas vezes no processo de construção do PL: quando fez alterações no texto elaborado pela Comissão encarregada de produzir o Anteprojeto de Lei e quando não apresentou as modificações decorrentes das negociações com o MEC a essa mesma Comissão, para avaliação e possíveis novos encaminhamentos. Tal procedimento é que seria democrático.

Alguns exemplos de alterações no texto da Comissão:

- a inclusão do termo (e concepção) "Congregação", amplamente rejeitado pela Comissão – e, posteriormente, pelo próprio MEC;
- a preconização da entrada de recursos privados, como na Lei de 1967, da época da ditadura. O parágrafo único do Artigo 2º, que explicita a possibilidade da entrada desses recursos, simplesmente não constava no Anteprojeto da Comissão – essa questão, aliás, jamais foi sequer discutida nesse fórum;

- a alteração no quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas: passou-se de 225 cargos, propostos no Anteprojeto, para 275.

Figura 64 – Folder da ADCPII de julho de 2010 sobre o novo projeto de lei para o CPII.

(...) já estávamos em 2009, e ao mesmo tempo eles foram trabalhando nisso, e ao mesmo tempo o ministro disse pra mim também, disse, “olha, eu vou confiar a vocês... a questão do (curso) (...), eu vou querer que o Pedro II tenha uma lei própria, mas guardando uma analogia com a lei dos institutos federais”, só que ele não disse como isso iria começar. (...) Eu chamei o conselho pedagógico, representação do sindicato, representação dos grêmios, representação da ADCPII, dos servidores, dos pais. (...) E apresentei a proposta pra que a gente pegasse a lei dos Institutos Federais e visse o que caberia no Pedro II ou não. E aí a coisa foi dividindo, tirou-se um grupo de trabalho, representação. (...) O MEC tinha nos dado um prazo até o final de agosto, porque em função de questão de orçamento, você tem prazo, e essa transformação implicaria em criação de cargos, e criação de cargos dependeria de Ministério do Planejamento (...). E aí fui chamada pelo Haddad pra ir a uma reunião. (...) Chegando lá, eu (...), pelo Pedro II, né, e Haddad, Paim e mais alguns secretários. ((riso)) Aí o Haddad vira assim pra mim e diz assim, “você sabe como eu gosto do Pedro II, como eu admiro o trabalho de vocês, conta comigo sempre pra defender o Pedro II onde você quiser, onde precisar. Mas, tem um problema: essa relação de professor-aluno que vocês estão querendo aqui com essa lei, não dá pra defender em lugar nenhum”. ((riso)) (RODRIGUES, 2020).

Acerca do Anteprojeto de lei para a reestruturação organizacional do CPII¹³⁹: ainda que o relato acima e outros registros da instituição apontem uma construção coletiva, podemos depreender que houve dificuldades nesse processo, seja pela demora em estabelecer os pontos que constituiriam a redação da lei, seja devido à pressão do MEC para receber a tempo de promulgá-la, tal como aconteceu durante o trâmite da Lei dos IFs. Todavia, coube ao associativismo docente da ADCPII questionar sobre alguns tópicos, divulgá-los à comunidade escolar por meio de seu boletim e promover diálogos sobre a proposta.

De acordo com Otranto (2010), a mercantilização da Educação como reflexo das tendências de mercado – além da possível desfragmentação da sua identidade institucional – configurava alguns dos receios das instituições mais antigas à adesão a uma legislação conjunta, que culminou na RFEPCT. Se, por um lado, a inclusão na Lei nº 11892 trouxe autonomia a antigas escolas técnicas agrícolas e escolas vinculadas a universidades¹⁴⁰ que se tornaram IFs, por outro,

¹³⁹ Conferir Anexo XIII.

¹⁴⁰ Em 29 de dezembro de 2008, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.892/08, foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), a partir da adesão de 75 instituições, dentre as 102 que poderiam optar. Os IFs foram compostos por todas as Escolas Agrotécnicas, 31 dos 33 CEFETs e 8 das 32 Escolas Vinculadas (OTRANTO, 2011, p. 11).

a condição autárquica do Colégio Pedro II garantia a autonomia institucional. Portanto, esta seria mais um motivo para não ter sido incorporado à primeira redação da presente legislação em 2008.

As críticas da ADCPII ao Anteprojeto de reestruturação do Colégio se baseiam na ideia de que a proposta de uma relação público-privada – com a entrada de recursos privados e a possível cobrança de emolumentos, isto é, taxas escolares em cursos oferecidos pela instituição – destoava do discurso da própria gestão e dos projetos institucionais que visavam a ratificação do CPII como uma escola padrão à educação básica, pública, de massa e gratuita.

Aí janeiro de 2011 é tudo do governo, o Haddad continua ministro, mas com as mudanças de equipe, e principalmente houve uma mudança que é a política governamental, porque até então ele vai defendendo a coisa de uma lei própria pro Pedro II. E ao mesmo tempo, os institutos federais que já estavam empenhados, já estavam precisando de mais pessoal, criação de cargos, etc. As universidades também precisando. Então provavelmente eu sei que foram encaminhados vários projetos de lei pra tratar de cada um... cada pedaço, né. Quando entra o governo da Dilma, uma das coisas que eles fizeram foi mudar essa... essa política, e em vez de mandar vários projetos de lei, unificar tudo em um único projeto de lei pra educação pra criação de cargos de professores e de técnicos pra todas as instituições federais. (...) No final das contas, o que saiu foi incluir o Pedro II na Lei nº 11.892, passou a ser a própria lei, está lá a criação da reitoria, dos cargos de Pró-Reitor, e a transformação das unidades em campus, e a conversão do cargo de diretor. Quer dizer, ficou muito restrita a questão administrativa. E nós passamos a ter a mesma estrutura administrativa que os institutos federais, e sem aquelas ressalvas todas que nós tínhamos feito pelo nosso perfil de educação básica, de atendimento de educação especial, uma série de coisas, isso tudo (RODRIGUES, 2020).

Embora o Anteprojeto não tenha sido aprovado, ocorrendo assim, a equiparação do CPII por meio da Lei nº 12677/2012, os questionamentos da ADCPII desvelam os receios a uma possível descaracterização da instituição, bem como o enfraquecimento do seu programa institucional, pela complexidade em preservar a tradição da instituição diante de uma possível mercantilização da Educação.

Tomando por consideração o estudo de Cuban (1990), ao discorrer sobre os impactos de reformas recorrentes às escolas, pode-se afirmar que a promulgação da lei dos IFs e a inserção do Colégio Pedro II – por meio da Lei

nº 12677/2012 – são acontecimentos intrínsecos à política governamental deste período e às metas traçadas pelo Ministério da Educação para o Ensino Médio, neste contexto político e social¹⁴¹.

Sendo assim, o alinhamento percebido nesse Anteprojeto do CPII com algumas das diretrizes dos IFs (Setec/MEC, 2010) – como instituições de ensino técnico e superior profissional direcionadas à formação para o mercado – leva-nos a refletir acerca da abrangência de fatores políticos, econômicos e sociais à cultura escolar.

Isto é, o que seria do tradicional Colégio Pedro II – que sempre fora a instituição compreendida como ‘a diferente’ por sua organicidade histórica e seus desafios, nas discussões no CONIF, no SINASEFE e até do MEC – ao aderir às mesmas propostas de institutos recém-criados naquele momento? Durante as entrevistas, nossos sujeitos entrevistados refletiram sobre o significado do CPII ter se equiparado a um instituto federal:

(Prof. Caldeira): (...) se eu for pesar o positivo e o negativo, eu acho que foi muito mais positivo, tá? Por quê? Porque hoje em dia, até por uma questão pragmática, o colégio tá dentro de uma rede, porque no passado, por mais de uma vez o colégio sofreu o risco de ser estadualizado ou municipalizado, e o fato de nós estarmos dentro de uma rede junto com os institutos, até do ponto de vista pragmático foi algo que nos fortaleceu, certo? E ao nível de carreira eu também acho, porque nós passamos a ter os mesmos benefícios que eles também têm. Por exemplo, ter a pós-graduação como eu falei aqui há pouco, ter a atividade de extensão, que eu acho que é algo bastante interessante que o Colégio passou a fazer, e sem contar que você troca experiências com antigas escolas técnicas, que, inclusive, já vivenciavam antes processo de expansão. Então assim, se eu for pesar... quer dizer, o Pedro II é o quê? É a única escola que não tem o perfil de uma escola técnica, como chamaríamos, né? Mas o que eu percebo é que ele é muito respeitado por essas instituições, entendeu? Então eu vejo assim, na minha avaliação pessoal, eu acho que essa equiparação trouxe muito mais resultados positivos do que negativos, eu acho que se nós estivéssemos nessa atual conjuntura, hoje nós isolados, só Pedro II, quando o colégio vem recebendo aí diversos ataques completamente infundados, certo? A nossa posição certamente estaria muito mais fragilizada. Então como eu te falei, acho que até do ponto de vista pragmático, estar no grupo lá dos IFs, ser equiparado, eu achei que foi importante. Hoje inclusive atualmente eu estou mais convencido disso ainda.

¹⁴¹ *Some scholars believe that recurring reforms rarely transform schools and classrooms because they were never intended to do so. These scholars argue that schools are used to solve social ills because the capitalist system is driven by ideological imperatives that permeate all institutions in the culture* (p. 9-10).

(Entrevistadora): *Verdade. Não estamos sozinhos.*

(Prof.): É verdade, exatamente. Porque imagina, como que um governador adoraria que o Colégio Pedro II virasse um colégio estadual, pra ele fazer sua propaganda lá e tal, em uma eventual reeleição. Enfim, então eu acho que isso hoje seria muito mais difícil de acontecer estando na rede (CALDEIRA, 2020).

O fato de, principalmente, nós passarmos a ser uma instituição de ensino superior, que não é por vaidade. O fato de a gente ser instituição de ensino superior, é que *você, doutora*, vai poder chefiar grupo de pesquisa, né, no próprio colégio, e lá nós não podíamos. Então todos os editais – isso era uma coisa que me incomodava demais –, que todos os editais que saíam pra pesquisa, nós ficávamos de fora, porque nós não éramos uma instituição de ensino superior. E nós éramos, assim, um maravilhoso campus de pesquisa pros outros. As universidades doidas pra irem lá, fazerem sua pesquisa lá, mas os recursos, as verbas, etc., não chegava pra nós. A questão da assistência estudantil, nós não tínhamos direito à assistência estudantil. Tendo a gente um caminhão, porque a gente tem – olhando a página do colégio, o edital pra selecionar alunos pra receber uma maior assistência. Meu Deus do céu, é um negócio incrível! Então eu acho que esse foi o principal ganho pro colégio eu acho que foi esse, passar a ser... e de fato era, era um tremendo absurdo, ser do Pedro II, a instituição mais antiga da rede federal tinha ficado numa situação com o advento dessa lei, nós ficamos numa situação de inferioridade, porque o cargo máximo do Colégio Pedro II correspondia ao último do campus de um desses institutos, alguns dos quais são instituições grandes e outras não, outras são pequenas, não tem... E recentes, não têm um terço do que nós temos de tradição. (...) Eu nunca vou me esquecer, quando (...) foi sancionada a lei, justamente coincidiu de ser um momento que estava havendo uma reunião do CONIF em Brasília. E aí o... o Eliezer, ainda era o secretário, né, da educação técnica, e ele ‘tava’ presidindo lá a reunião, ele é gaúcho, né, tremendamente torcedor do Internacional. ((riso)) Aí ele, “o Pedro II fazer parte da nossa rede, é como se eu dissesse assim para vocês que o Neymar joga no Internacional” ((risos)) (RODRIGUES, 2020).

(...) a descentralização, ela foi um pouco traumática por questões relacionadas na reitoria e tudo mais. A vantagem é que você tem um orçamento... tem um orçamento já definido em relação a isso, você tem o orçamento da rede. Dizem que antigamente, quando não era vinculado ao IF, eu tinha que ficar indo lá no MEC implorando a grana, entendeu? Fazendo o trato lá tête-à-tête, é o que contam aí pra gente. A vinculação ao IF pelo lado orçamentário é interessante, que você já tem aquela grana ali, mas em termos de estrutura é completamente ruim, porque nós somos o patinho feio da história, nós somos uma escola completamente diferente de qualquer outro instituto... outros campi, né... outro instituto federal no país. E aí, caramba, sempre vão puxar a sardinha pra eles, né, nós somos o único de educação básica, então nesse aspecto é muito ruim. Tem muita coisa boa né, do... na equiparação de instituto federal, tem muita coisa boa que não foi e não é ainda aplicado ao Colégio Pedro II por problemas lá gerenciais, de reitorias e pró-reitorias e tudo mais, que a coisa não funciona direito, na minha opinião. Mas no geral acho que não tinha outro jeito de fazer, pelo menos a gente

tá com a nossa graninha lá garantida orçamentária, pouquinho, mas garantida (NOGUEIRA, 2020).

É, eu na época, eu atuei com preocupação, adesão do Pedro II aos institutos federais. Eu digo porque eu achei que deveria acontecer, e eu acho que isso foi importante. O Pedro II tá na esfera federal por ter um parágrafo constitucional, mas a qualquer momento que for mexido na Constituição, isso pode ser retirado, né. (...) Eh... eu acho assim: plano de carreira, eu acho que a gente já tinha antes, mas o Pedro II se não aderisse, ele ficaria como sempre ficou, um apêndice no Ministério da Educação. Uma escola de ensino fundamental e médio, que é da alçada do município e do estado, mas que ‘tava’ sobre o holofote e a manutenção do governo federal. Então a gente corria muito risco de não ter os investimentos que acabou tendo no colégio também. A expansão também foi possível e a gente precisava estar ligado aos outros institutos federais. Você vê o próprio CEFET que não aderiu, o CEFET Rio de Janeiro, ele enfrenta mais problemas do que o antigo CEFET Química, escola técnica que é o Instituto Federal do Rio de Janeiro. Fica meio que largado, né, apesar de eles serem uma escola técnica. Nós já tínhamos começado, isso o pessoal não entendeu quando a gente criou o PROEJA também, porque o PROEJA é técnico. Eu antes de acontecer, os institutos federais, o projeto, a gente já ‘tava’ tentando desenvolver alguns cursos técnicos no colégio que fossem possíveis pra que a gente pudesse ser mantido na esfera federal. Então assim, eu acho que o importante dessa adesão é a gente não correr risco de ter mudanças no futuro, e fazer parte da... da divisão orçamentária, né, que acontece, né, a partir do CONIF, que é o Conselho dos Institutos Federais que o Pedro II faz parte (VILLARDI, 2020).

Ele [o CPII] não é um instituto... ele não é um instituto, né, ele é regido pela lei dos institutos, mas ele lá no início vem separado, ele, três CEFETs, que não aceitaram entrar na expansão, então ele tem característica de institutos federais, mas ele tem uma diversidade, que em um daqueles artigos, ele abre, né, pra que você possa fazer os seus regimentos, o seu estatuto. (...) Mas aí você perguntou dos institutos, o que eu acho é que dentro dessa lei dos institutos federais que o colégio tá amarrado, tem coisas que no momento eu acho que são positivas, você ter que ter eleição, você ter que ter um conselho superior, você ter a luta de centralização [de decisões, como aplicação de verbas de custeio e manutenção] nos *campus*. (...) E eu acho que o colégio tá aprendendo, né, aos trancos e barrancos, mas tá aprendendo. Todos nós aprendemos, né, o tempo todo, toda hora a gente tem que estar se questionando, né? (SAYDE, 2020).

Neste capítulo, partimos de uma provocação: seria o Colégio Pedro II um IF, ou melhor, o IFCP II? Todavia, para além disso, discutimos alinhamentos da instituição com os institutos federais, bem como a RFEPCT, antes de ter sido feita a sua equiparação por meio da Lei nº 12677/2012. E, por entre tantas narrativas e tantos argumentos, o resultado pode ser compreendido como positivo.

Em contraposição à ideia de que a criação dos IFs se deu de uma forma mais organizada por seu princípio, promulgado em legislação federal, é notório destacar que não se faz uma instituição somente com o que se prevê em lei ou com base em orçamentos, pois fazer o trabalho com rupturas e continuidades quanto à comunidade é tão relevante quanto os recursos necessários para se institucionalizar.

Concluimos que houve a oportunidade de nos depararmos com um Pedro II que segue por vários caminhos: por um lado, indo além do que o MEC podia prever quanto à expansão da rede federal, dando partida ao seu próprio movimento expansionista; por outro, em paralelo aos ideais dos IFs, não somente por pretender sua inclusão na RFEPCT como também para conseguir atender às diferentes demandas que abraçou, como o Mestrado Profissional em Educação Básica.

Cabe ressaltar que, indo à contramão dos IFs, a autarquia CPII procurava reafirmar seu lugar na esfera federal de modo a garantir uma estabilidade institucional. Portanto, o Colégio de tradições procurou se renovar como uma instituição democrática, acotovelando-se entre permanências e rupturas como formas de resguardar sua identidade.

Por conseguinte, em decorrência da equiparação à lei dos IFs, acontece a descentralização do Pedro II, que passou a delegar maior autonomia para suas unidades e verbas para melhor estruturar para todas as unidades, posteriormente, *campi*. Por fim, a adesão a programas de formação profissional e o estabelecimento de cursos do Ensino Superior, inclusive em 2020, apresenta-nos muito mais do que a inovação diante da tradição.

No próximo capítulo, trazemos um balanço sobre a expansão dos Anos 2000, ou seja, sobre esse ciclo expansionista – que culminou na reestruturação e na reorganização nas dimensões territoriais, organizacionais e pedagógicas da instituição – bem como nossas considerações finais acerca das razões que motivaram esse movimento de conquistar para além das barreiras institucionais e das fronteiras da cidade do Rio de Janeiro.

Após tantas reformas, um balanço final

*Therefore, I go dubious, but elate; (...) yet I think bound in my adventuring to conquer after huge suffering, bound, surely to discover my desire in the end*¹⁴² (WOLF, 2019, p. 33-34).

Percorremos pelos caminhos da expansão até aqui, um longo trajeto, esbarrando em tradições e inovações. Deparamo-nos com movimentos expansionistas do Colégio Pedro II ao longo do século XX até discutirmos a Expansão dos Anos 2000. Isto é, cujas etapas mais significativas ocorreram na primeira década deste milênio com a criação de três UNEDs: Realengo (2004), Niterói (2006) e Duque de Caxias (2007), que levou a instituição da cidade do Rio de Janeiro a outros municípios, como se dispusesse a conquistar novos territórios e a atender novas comunidades desde o princípio de tudo.

À luz de Dubet (2011), concluímos que o Colégio Pedro II possui um programa institucional que o caracteriza por meio dos símbolos, dos eventos e da socialização nessa comunidade escolar. Além disso, sua vocação para o Ensino Secundário, em sua criação como um colégio padrão, reverbera na sua relação com o MEC, apoiando-se muitas vezes em sua tradição e história com o ensino no Ensino Médio e, por conseguinte, na Educação Básica para pleitear por sua inserção em programas, verbas e até justificar os convênios de intercomplementaridade, posteriormente firmados, por diferentes fins.

Partindo da sua tradição, revisitamos a produção nacional de teses e dissertações sobre o CPII. A partir disso, apreendemos o Colégio como um objeto consagrado para a História da Educação brasileira, porém reafirmamos a originalidade desse estudo, uma vez que – com exceção às pesquisas centradas na criação de uma determinada UNED –, não há produção acadêmica no âmbito dos programas de pós-graduação do Brasil acerca do desenho da implementação do movimento expansionista do início dos Anos 2000.

¹⁴² Em tradução livre: *E então, eu sigo em dúvida, porém exultante; (...) ainda assim, acredito que me comprometi em minha aventura de conquistar, mesmo após tempos de sofrimento. Certamente, sigo atado ao meu desejo, até o final.*

Destarte, discutimos essa expansão paralelamente às demandas do Ensino Médio em capítulos que perpassam temáticas. Por isso, procuramos elaborar a tese de modo mais fluido, sem propor uma sequência ou linha do tempo. No primeiro capítulo, apresentamos o tema, as escolhas metodológicas e de campo histórico, dedicando-nos à História do Tempo Presente em confluência à História Oral como metodologia. Além disso, abordamos os desafios em realizar o campo de pesquisa, partindo da reestruturação do cronograma da pesquisa e nos apropriando da tecnologia para *fazer história*.

Embora alguns documentos estivessem indisponíveis em acervos digitais, durante a pandemia de Covid-19, podemos afirmar que o uso da tecnologia propiciou o acesso a quase todos os documentos necessários ao cruzamento das fontes para a análise e escrita desta tese de Doutorado em História da Educação Brasileira, uma das vantagens relacionadas à década estudada.

A realização das entrevistas de História Oral só foi possível de forma remota, contando com a colaboração dos entrevistados que aceitaram o desafio de conversarmos por meio de aplicativos de chamadas/videoconferência. Ressaltamos que não estabelecemos como um objetivo entrevistar sujeitos externos ao Colégio, ou seja, políticos envolvidos na criação das UNEDs Caxias e Niterói, bem como moradores associados ao Movetec, pelo foco em compreender como a expansão foi se desenvolvendo e compreendida por servidores e gestores da instituição.

Ao analisarmos as entrevistas, percebemos a riqueza de cada relato e como essas memórias narradas pelos gestores e servidores se encontravam enquadradas e tecidas a memórias particulares, bem como suas trajetórias acadêmicas, de vida e profissionais. A partir desta análise, pudemos categorizar três grupos de sujeitos da expansão, nos quais consideramos os entrevistados e alguns nomes mencionados pelos participantes desta pesquisa, como agentes centrais para a realização desta empreitada.

Portanto, consideramos os seguintes agrupamentos para análise: **servidores sindicalizados**, filiados à ADCPII e/ou ao SINDSCOPE e que representam o associativismo docente na instituição; **gestores**

implementadores/idealizadores, assim compreendidos pelo papel de decisão quanto a prosseguir (ou não) com as etapas da expansão; *gestores executores*, que colocam em prática o que fora idealizado pela categoria anterior e que articulam em sua gestão tanto a prática quanto a tomada de decisões, geralmente, no que diz respeito à implantação das unidades descentralizadas do CPII.

Ao longo desta tese, mencionamos algumas dificuldades técnicas de fazer HO de forma remota, além da impossibilidade de algumas entrevistas, pela necessidade de marcá-las junto ao Gabinete da Reitoria e realizá-las pessoalmente. No entanto, devemos pontuar a dificuldade de cruzar os dados obtidos na análise das entrevistas com documentos oficiais e fontes restritos a arquivos e centros de pesquisa que permaneceram fechados durante a pandemia de Covid-19.

Como exemplo, podemos citar a dificuldade de acesso aos boletins da FACTA dos Anos 1990 e 2000, cujo material está parte indisponível para consulta por dois motivos: seu acesso é restrito à *intranet*, ou seja, somente viável em computadores do CPII e algumas publicações foram perdidas no processo de arquivo e digitalização, de acordo com o que fora informado, na última visita realizada ao Nudom, no dia 13 de março de 2020.

Portanto, diante desta impossibilidade, foi necessário pesquisar pela internet se havia alguma publicação pública no site da instituição. Compreendemos que este panorama inédito – de quase um ano de quarentena e, portanto, escolas e arquivos fechados – demonstra que os lugares de memória e pesquisa brasileira devem investir na digitalização de seus arquivos, não somente como uma manutenção preventiva de seu acervo, como também uma medida de permitir o acesso de pesquisadores pela *internet*, de modo a viabilizar o desenvolvimento e a conclusão de suas investigações.

No segundo capítulo, optamos por discutir as recorrentes reformas do Ensino Médio em paralelo às transformações políticas, bem como abordar as estratégias e táticas (CERTEAU, 1994) do Colégio Pedro II ao lidar com reformas escolares que poderiam descaracterizar o seu ensino humanista. Desde os anos 1960, percebemos um movimento pela busca de uma garantia à

condição federal do Colégio, o que se resume à sua transformação em autarquia em 1967 – uma tática institucional por autonomia e estabilidade inspirada na federalização de universidades no mesmo período.

No entanto, a profissionalização compulsória promulgada pela Lei nº 5692/71 agregou muitos desafios ao Pedro II, causando estranhamentos e dualidades curriculares: seria a vez do Colégio renunciar ao seu ensino humanista, assumindo apenas o técnico? Ainda que a solução para atender à reforma tenha sido adotar a estratégia de firmar convênios com outras instituições como o Senai e o CEFET-RJ (como recomendado pelo MEC), ocorre um grande esvaziamento de alunos na década de 1970, já que os exames de admissão à quinta série do antigo ginásio foram proibidos.

O Colégio procura resistir e se adequar ao regime militar, elaborando vários documentos para respaldar seu planejamento aos moldes da reforma de 1971, embora durante o período da Ditadura, o Colégio demonstrasse pela redação de seus planejamentos que frente à reforma escolar estava sua tradição como um colégio de humanidades. Portanto, uma reafirmação à identidade institucional nesses documentos.

O planejamento escolar torna a estabelecer e renovar convênios, até mesmo após o Parecer nº 76/75, quando a profissionalização compulsória começa a perder força pela falta de recursos nas instituições de 2º grau; a revogação da obrigatoriedade de profissionalização no Ensino Médio acontece apenas em 1982 pelo Decreto nº 7044. Ao soprar da redemocratização, com a reabertura do país em meados dos anos 1980, percebemos que os documentos produzidos pelo Colégio refletem uma preocupação por estabelecer diretrizes pela modernização e democratização – ainda que embrionária – da instituição com a participação de professores nesse planejamento piloto.

A reabertura dos grêmios escolares, bem como a possibilidade de criar associações e sindicatos de funcionários, leva à criação da ADCPII (1984) e do ASCOPE (1985, originando o SINDSCOPE dez anos depois), reverberações do período de renascimento ao associativismo docente no Brasil. No entanto, o desinteresse de funcionários pela filiação nos leva a concluir, à luz de Xavier (2019), que mecanismos como esses – que simbolizam tanto a luta quanto a

representação institucional – trouxeram à tona um estranhamento e o receio de frustrações inerentes ao cenário político nacional.

Entre as décadas de 1980 e 1990, o Pedro II se encontrou entre o prestígio e a possibilidade de uma desvalorização institucional. Por um lado, sua história e tradição, bem como a presença de um *lobby* de ex-alunos – inclusive políticos – o elevaram ao tópico de discussão na Assembleia Constituinte da Constituição Federal de 1988, culminando em sua inserção na esfera federal pelo Art. 242º da CF, que o agrega a uma estabilidade institucional momentânea.

Por outro, a presença do Colégio Pedro II na greve geral de 1991 significou muito mais do que sua primeira adesão a um movimento grevista, ademais ao fortalecimento crescente do movimento associativista na instituição, que atua ainda contra uma possível estadualização por meio da campanha “Para Sempre Federal” – que promoveu um abraço no prédio histórico da unidade Centro. No entanto, a possível estadualização pode ser compreendida como uma ação descentralizadora da União (nesse momento em que o federalismo se fazia presente) pelo propósito de diminuir a manutenção da rede federal em vista do surgimento de movimentos emancipacionistas e do destino de verbas aos Estados e municípios criados.

Ainda assim, podemos visualizar uma fragilidade na estabilidade institucional, pois, mesmo após tantas táticas empenhadas pelo alcance da mesma – como a sua permanência na esfera federal na CF de 1988 e transformação em autarquia em 1967 –, o que poderia impedir que o Colégio fosse delegado ao Estado por sua atribuição ao Ensino Médio?

A partir de 1995, no governo FHC, a inserção do MEC à agenda internacional e ao setor empresarial denota uma nova reforma educacional com a promulgação da LDB nº 9394/96, visando dar forma e identidade ao Ensino Médio, além do estabelecimento de parâmetros e diretrizes curriculares para a educação básica. Por isso, após oito anos de duração desse governo – no qual as instituições públicas por crises motivadas pela carência de recursos e, no caso do Colégio, novos receios de estadualização –, os primeiros anos do século XXI traziam um cenário nebuloso e instável para empreender uma expansão.

No terceiro capítulo, discutimos os ciclos expansionistas do Colégio Pedro II que tomaram lugar entre meados do século XX e início do século XXI. O primeiro movimento se deu pela criação de três seções escolares (Norte, Sul e Tijuca) nos anos 1950, em paralelo, ao crescimento de demandas escolares da população que residia em bairros fora do eixo Zona Sul-Centro da cidade do Rio de Janeiro (COELHO & SOARES, 2020).

Logo assim, analisamos que o Pedro II empenha táticas por meio da sua ampliação, desde esse primeiro ciclo do século XX, para garantir sua sobrevivência na esfera federal, como Colégio padrão e público. Um dos efeitos intencionais deste primeiro movimento foi se tornar uma autarquia, viabilizada por meio do movimento de docentes prestigiosos e de ex-alunos, além de uma articulação política junto ao governo federal. Por isso, elencamos como princípios norteadores dessa primeira expansão, a busca por uma autonomia pedagógica e administrativa da instituição, como tática de preservação, distinção e estabilidade institucional.

Como visto no segundo capítulo, o CPII passa por uma crise durante a década de 1980 devido ao esvaziamento de alunos em decorrência da reforma educacional de 1971. Nesse momento, o Colégio faz uma parceria com a Prefeitura do Rio para a seleção e matrícula de seus melhores alunos nas turmas do primeiro ano do curso ginásial (6º Ano), como uma tática de se reafirmar como um Colégio para a massa, público e padrão. Podemos compreender como uma possível estratégia da prefeitura ao firmar este convênio, uma plataforma política de alinhamento à reforma em vigor, que prezava pelo estabelecimento de parcerias de intercomplementaridade.

No entanto, após alguns problemas que levaram a questionar a idoneidade desse convênio, acontece seu desligamento por parte do CPII. Ainda assim, de modo a impedir um novo esvaziamento de turmas, o Diretor Geral Tito Urbano da Silveira, contando com Wilson Choeri como Secretário de Ensino, autoriza a criação dos “Pedrinhos” – unidades direcionadas ao ensino das séries iniciais do 1º grau – a partir de 1984, configurando uma outra tática de sobrevivência da instituição, que destaca o projeto de fortalecer seu

programa institucional, pela construção identitária discente, desde as primeiras séries do 1º grau.

O terceiro movimento expansionista ocorre no início do século XXI, durante a gestão do Diretor Geral Wilson Choeri e constitui o cerne desta investigação, que se dedicou a compreender como se deu o surgimento e a implementação das unidades descentralizadas, inicialmente ditas “experimentais”: Realengo (2004), Niterói (2006) e Duque de Caxias (2007). Entre tradições e inovações, o Colégio se lança a novas táticas que buscam sua democratização, como uma inovação, e a sua estabilidade institucional – inerente à autopreservação institucional, isto é, de sua identidade e tradição –.

O governo Lula ampliou as ações do federalismo, trazendo investimentos à educação básica como o FNDE, como uma estratégia de estender o atendimento à rede pública de ensino, como também de fortalecimento do próprio governo. Entre todos os programas voltados para o Ensino Médio, destacamos que o Colégio Pedro II adere ao PROEJA e o PRONATEC – o que fora significativo pela retomada da oferta de qualificação profissional.

Além disso, a possibilidade de colaboração entre os entes federados conforme a Constituição, bem como de firmar convênios baseados na intercomplementaridade para oferta de ensino técnico (conforme a LDB 9394/96), levou o Colégio a firmar convênios com instituições, como o CEFET-RJ, que viabilizam a oferta de cursos de ensino médio integrado, concomitante e subsequente na instituição. Esses investimentos, alinhados a um bom relacionamento do CPII com o MEC durante o governo Lula, criam a oportunidade, a princípio, de empreender e consolidar a expansão, já intencionada pela suposta unidade que se estabeleceria em Realengo, fruto das reuniões entre o Diretor Geral do CPII, Wilson Choeri, e o Movetec, desde o fim do governo FHC.

Todavia, nesse capítulo concluímos que o Colégio empreende três movimentos expansionistas como táticas para conquistar, em suma, sua estabilidade institucional. A ponto de contraste, destaca-se uma continuidade

de gestores que agem como executores e, posteriormente, como implementadores/idealizadores.

Como exemplo, salta-nos aos olhos a figura do Prof^o. Wilson Choeri, que no segundo ciclo de expansão do Colégio atua como Secretário de Ensino na gestão Tito Urbano. Seu papel, nesse momento, era alternado entre a execução e a projeção, ou seja, gestor executor e gestor implementador/idealizador na criação das unidades de séries iniciais na década de 1980. No entanto, Choeri é visto como gestor implementador/idealizador na Expansão Anos 2000 por ser o Diretor Geral à época, responsável por firmar os convênios com as prefeituras do Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias.

Como uma continuidade das ações de Choeri, temos duas figuras: Prof^a. Vera Maria Rodrigues e Prof^o. Oscar Halac. Durante os primeiros anos da expansão, ambos participam ativamente, alternando papéis de gestor executor e idealizador. Halac é o diretor fundador das três UNEDs de Ensino Médio criadas nesse período, pois agiu como braço direito da Direção Geral, preparou o corpo docente, gestor e discente para assumirem a unidade conforme os moldes do CPII, caso precisasse assumir outra função – o que eventualmente acontecia no momento em que o Diretor decidia pela criação de mais uma unidade. Podemos notar também que a indicação do seu diretor substituto nas unidades se mostra alinhada às suas redes de sociabilidade, isto é, colegas e amigos com quem já havia trabalhado, não havendo eleição nessa primeira sucessão de diretor das UNEDs Realengo, Niterói e Caxias.

Quanto à Prof^a. Vera Maria, atuou na Secretaria de Ensino durante a última gestão de Choeri, captando recursos para a implementação das novas unidades, além de planejar junto à Direção Geral os passos para a implantação de uma nova unidade. Posteriormente, torna-se Diretora Geral (2008-2011) e Reitora Pró-Tempore (2012-2013) quando consolidada a situação das UNEDs (obtenção da cessão do terreno e a construção de suas sedes definitivas). Após o término de seu mandato, Halac (2014-2022¹⁴³) é o primeiro Reitor eleito no

¹⁴³ Contabilizamos o tempo de dois mandatos de quatro anos, considerando 2022 como o ano em que se encerra seu último mandato. Porém é necessário considerar que se trata de uma estimativa, pois não há informações se o período do último mandato sofrerá alterações em vista da pandemia de Covid-19.

Colégio Pedro II em 2013, tendo sido reeleito quatro anos depois, em outubro de 2017.

Para além da compreensão de uma expansão que almeja uma estabilidade institucional por reconhecimento externo – advindo do governo, do Ministério da Educação e da sociedade – da necessidade de manter o Colégio como instituição federal, está a sucessão de gestores envolvidos em movimentos expansionistas. Ou seja, a expansão firmou uma estabilidade interna na dimensão organizacional quanto à administração da instituição (Direção Geral/Reitoria), mesmo quando o processo de sua escolha ocorreu por meio de eleição na comunidade escolar.

Ao contrário das outras expansões, entendemos que a motivação mais significativa para empreender esse movimento expansionista nos Anos 2000 foi externa à comunidade do Colégio Pedro II, isto é, atendeu aos pedidos de representantes locais, de onde o Colégio se estabeleceu. No primeiro e no segundo ciclos de expansão, os motivos eram mais relacionados a táticas da instituição para demonstrar sua relevância ao governo, para se tornar uma autarquia e para evitar o esvaziamento de alunos, respectivamente.

No caso de Realengo, o movimento de moradores Movetec se fez fundamental para trazer e manter o CPII no bairro, uma vez que a parceria estabelecida com a Prefeitura do Rio não foi adiante, assegurando somente o primeiro ano de funcionamento na escola municipal emprestada. Além de contar com a ajuda do líder comunitário Padre John Cribbin, que emprestou as dependências da Capelinha para o funcionamento da UNED Realengo até a inauguração de sua sede, foi através da assessoria do Sr. Antonio Palmeira, que participava do Movetec, que se conseguiu a cessão da área militar da Fábrica de Cartuchos para a construção do Complexo Escolar de Realengo.

Com a inauguração das instalações de sua sede, o presidente Lula chega a um acordo com o CPII para apoiar financeiramente essa expansão, o que podemos compreender como uma estratégia política de fortalecimento do governo, bem como para divulgar os projetos/intenções do Ministério da Educação para a educação básica pública brasileira e para reafirmar a aceitação e continuidade do governo petista, como plataforma para próximas eleições.

Essa estratégia também foi adotada pelas prefeituras e sujeitos políticos que se envolveram na assinatura de convênios com o Colégio nesta expansão, o que pode ser notado pelo discurso de alguns destes sujeitos envolvidos, em pleitos eleitorais recentes.

No caso de Niterói, o discurso de Choeri em uma reunião do FNDE – que acontece em 2004 com representantes de 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro – bem como a extensiva cobertura sobre a chegada do CPII a Realengo provocaram inúmeros pedidos enviados por prefeituras. Entre elas, a razão para Niterói ter sido escolhida se baseava tanto nos argumentos de que não havia uma instituição federal de educação básica no município quanto de razões pessoais, devido à afetividade de Choeri pela cidade.

O convênio firmado com o Colégio passa por muitas dificuldades em encontrar um imóvel para o funcionamento da unidade até que uma escola municipal desativada é cedida no bairro do Barreto. No entanto, como se tratava de uma estrutura voltada para o Ensino Fundamental e insuficiente para receber novos alunos, a busca por outro imóvel continua até que um CIEP é emprestado para o Colégio no mesmo bairro, cuja cessão acontece abruptamente, deixando sua antiga gestora surpresa.

Com pouco tempo para solucionar problemas da sua estrutura precária, bem como limitações impostas por se tratar de um projeto de Niemeyer, o Colégio chega a recorrer à ALERJ, junto de Waldeck Carneiro – representante da Fundação Municipal de Educação e, posteriormente, deputado estadual –, para não ter sua luz cortada nem o prédio devolvido por sua cessão não estar legalmente resolvida. Consegue-se a doação de um terreno próximo, pertencente ao município, onde acontece a construção de sua sede.

No caso de Duque de Caxias, uma indicação de proposta de maio de 2007, dirigida ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, e de autoria da Deputada Federal Andreia Zito – que já havia proposto a Medalha Tiradentes ao CPII em 2002 quando era deputada estadual – solicitava uma UNED em Duque de Caxias com vistas a implantar uma instituição federal de Ensino Médio para promover um ensino de qualidade à população da cidade e da Baixada Fluminense, cujos IDEBs e IDHs indicavam preocupação com a baixa

escolarização básica e a possibilidade de acesso ao Ensino Superior. Um mês após essa indicação de proposta, que fora aprovada pelo Ministro, o Prefeito de Duque de Caxias Washington Reis foi recebido por Choeri, que aceitou uma parceria com o município – dessa vez, em vistas de garantir a criação e a implementação de uma unidade por meio da colaboração entre entes e pela possibilidade do pai da Deputada Zito se eleger prefeito e continuar a apoiar a empreitada.

A UNED Caxias começa a funcionar em meados de 2007 com um curso subsequente de Informática, muito próximo à realidade da PROEJA pela extensa faixa etária (alunos entre 17 a 54 anos de idade) atendida, tal como à oferta de qualificação profissional. A princípio, divide instalações com o CEFET de Química no bairro Sarapuí; mudando-se para um prédio comercial no Centro da cidade no ano seguinte quando as turmas de Ensino Médio regular se iniciam. Apesar das dificuldades com o prédio que não tinha as condições para funcionar uma escola, Duque de Caxias conta com a articulação entre a Prefeitura e a Deputada Federal, honrando aos compromissos do convênio, embora tenha sido necessário pressionar a prefeitura para manter o aluguel do prédio comercial e ceder um terreno próximo do Centro, culminando assim na construção da sua sede em um terreno no bairro Centenário.

A democratização do acesso ao Colégio permeia essa expansão por meio da implementação da política afirmativa de reserva de vagas a candidatos oriundos da escola pública, no processo discente para o Ensino Médio a partir da primeira seleção para Realengo (2004). Entendemos esse movimento como uma tática do CPII em demonstrar para o MEC que se alinhava à democratização que se iniciava em outras instituições federais, como as de ensino superior, além disso, as políticas afirmativas se mostram como uma estratégia do governo para impulsionar o acesso ao ensino superior a outras camadas da população, em paralelo às políticas de interiorização para formação superior, técnica e tecnológica¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Ademais, trata-se de uma estratégia para consolidar o projeto do Ministério e do governo, além de destacar o Brasil em avaliações internacionais referentes à Educação e ao Desenvolvimento Humano.

Entretanto, a problemática do baixo número de inscrição e aprovação de alunos da escola pública incidia sob a necessidade de promover mudanças no processo seletivo, de modo a evitar que as vagas reservadas fossem redistribuídas ao grupo da ampla concorrência, como aconteceu nas primeiras seleções de turmas do Ensino Médio regular. Portanto, conforme Heringer (2018a; 2018b), as instituições devem criar mecanismos para a manutenção das políticas afirmativas, considerando que junto à medida aplicada em seu processo seletivo, é imprescindível garantir a matrícula de candidatos do perfil dessas vagas bem como sua permanência na instituição através da assistência estudantil.

Abordamos muitos dos obstáculos na implementação das UNEDs em seus respectivos capítulos, considerando-os como uma consequência ao modo como o movimento expansionista foi iniciado, sem planejamento e sem consulta à comunidade escolar, firmando-se inicialmente pela intercomplementaridade que regia os convênios assinados entre CPII e prefeituras.

Concluimos que mesmo diante de tantos entraves para o trabalho pedagógico se desenvolver, em prédios que não tinham a estrutura mínima ou “cara” de Pedro II, o fato do Colégio se fixar nestas localidades se tratava de um investimento tático para sua sobrevivência, propósito este que permeia e justifica cada ciclo expansionista da instituição. O envolvimento do MEC nessa expansão acontece a partir do momento em que o Colégio Pedro II apresenta ao Ministério da Educação que se encontra em uma crescente e que se alinhava aos princípios da interiorização do Ensino Médio.

Além da tática de sua ampliação e reestruturação na oferta de novos cursos, em novas localidades, criando novas oportunidades de acesso por ação afirmativa, podemos compreender que a questão imaterial foi um ponto importante que destaca não só o forte programa institucional do CPII, como também a construção de um sentimento de pertencimento no corpo docente e discente, que fora determinante para a instituição em momentos de crise, quando por intermédio de ex-alunos/ex-professores obtém conquistas, como

sua transformação em autarquia nos Anos 1960 e sua inclusão na Constituição Federal de 1988.

No entanto, como construir esse sentimento de pertencimento, em unidades consideradas “experimentais”, em localidades mais pobres/distantes da realidade de outras unidades do CPII e em condições adversas? Deste modo, podemos concluir que houve um cuidado em cultivar o sentimento de pertencimento, que foi se construindo por meio do uso de símbolos que distinguem o Pedro II de outras instituições de ensino, como o uniforme, o emblema¹⁴⁵ de sua unidade, além da manutenção de rituais do cotidiano escolar como o canto do Hino Nacional – e por conseguinte, do Hino do CPII e da Tabuada (Hino dos Alunos do CPII) – pelos alunos, gestores e professores, no pátio ou quadra da unidade.

Ademais, destacamos a intenção de estudo da história institucional do Colégio, de fazer menção aos novos alunos acerca da tradição do CPII e de sua contribuição para a formação de diversas figuras políticas. Destacamos que a questão imaterial está ligada à preservação institucional e que pesquisas futuras podem desvencilhar o forjar e a ressignificação da identidade discente, bem como de uma comunidade imaginada nestas UNEDs.

À luz desses pontos, concluímos que a expansão do Colégio Pedro II se baliza entre a tradição e a inovação, uma vez que as táticas da instituição corroboram para a diversificação e democratização do acesso ao Colégio, como uma inovação. No entanto, ao mesmo tempo em que se empenham inovações, procuram difundir sua tradição e história entre os alunos das UNEDs criadas pela expansão. O sentimento de pertencimento discente, construído com base em seu programa institucional, bem como uma tática interna de estabilidade identitária do CPII, identifica e distingue a instituição, enquanto cultura escolar, de outros colégios de educação básica.

A expansão dos Anos 2000 se inicia antes da ampliação da RFEPCT, porém a criação dos institutos federais pela Lei nº11892/2008 traz consigo novas oportunidades de se alcançar uma estabilidade institucional, pois a

¹⁴⁵ Vide Anexo XIV.

instituição passa a pleitear por uma legislação própria como uma tática para assegurar sua condição federal. Em decorrência disso, ocorre sua equiparação à lei dos IFs, denotando em um movimento de descentralização organizacional do Pedro II e trazendo mais autonomia para suas unidades – que se tornaram *campi* por meio da Lei nº 12677.

Por fim, a adesão a programas de formação profissional e o surgimento de cursos técnicos de nível médio e de Ensino Superior, além da descentralização motivada por sua equiparação a instituto federal, leva-nos a concluir que a consolidação das primeiras etapas dessa expansão pela inauguração das sedes próprias de Realengo, Duque de Caxias e Niterói não significou o fim do ciclo expansionista da primeira década dos anos 2000 e que não estão descartadas pesquisas futuras aprofundando algumas questões mencionadas por esta investigação, mas que não puderam ser aprofundadas.

Compreendida como uma tática, a expansão – que se inicia sem consenso e sem projeto – leva o tradicional Colégio a se emaranhar por inovações, empreendendo uma democratização do seu acesso, ao chegar a regiões carentes de instituições de ensino de excelência e ao oferecer políticas inclusivas em seu processo seletivo discente.

Contudo, as oportunidades criadas, em meio a esse movimento expansionista, perpassam pelo propósito de empenhar táticas que garantissem uma estabilidade institucional, bem como condições para que a instituição se configurasse novamente como um Colégio de massa, padrão aos olhos do MEC para a educação básica, bem como na pesquisa e formação em Ensino Superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. **A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula.** Revista de Sociologia e Política, 2005.

_____.; FRANZESE, C. **Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil.** In: ARAÚJO, Maria; BEIRA, Lígia [org.]. Tópicos da Economia Paulista para Gestores Públicos. São Paulo: Fundap, 2007. v. 1, p. 13-31. Disponível em: www.defesasocial.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_escola/arquivos/pdf/paper-federalismofernando-abrucio.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

ADCPH. **Novo projeto de lei para o CPH: as alterações são benéficas para nosso colégio?** Julho, 2010. Disponível em: <http://www.adcpii1.hospedagemdesites.ws/site-antigo/docs/20100825AvaliacaoADCPHsobrePL.pdf> - Acesso em 22 de dezembro de 2020.

_____. **Informativo ADCPH: junho de 2007.** Disponível em: <http://adcpii.com.br/wp-content/uploads/2017/12/junho2007.pdf>- Acesso em 20 de outubro de 2020.

_____. **Informativo ADCPH: dezembro de 2006.** Disponível em: <http://adcpii.com.br/wp-content/uploads/2017/12/dezembro2006.pdf> - Acesso em 20 de outubro de 2020.

ALBERTI, V. **Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1505.pdf - Acesso em 10 de julho de 2020.

ANDRADE, V. L. C. Q. **Colégio Pedro II: um lugar de memória.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ARAÚJO, M. P.; FERNANDES, T. M. **O diálogo da História Oral com a historiografia contemporânea.** In: VISCARDI, C. M. R.; DELGADO, L. A. N. [orgs]. História Oral: teoria, educação e sociedade. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

ARCHIBALD, M. M.; AMBAGTSHEER, R. C.; CASEY, M. G.; LAWLESS, M. **Using Zoom Videoconferencing for Qualitative Data Collection: Perceptions and Experiences of Researchers and Participants.** In: International Journal of Qualitative Methods. Vol. 18. University of Alberta, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1609406919874596>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

ARTEXES, C. **Vozes dissonantes na reforma do Ensino Médio, mimeo, S/D.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/vozes-dissonantes-na-reforma-do-ensinomedio>. Acesso em 04 de junho de 2020.

ARRETCHE, M. **Relações federativas nas políticas sociais.** Educ. Soc., Vol. 23, n. 80, p. 25-48. Campinas (SP), 2002. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 de novembro de 2020.

AZEVEDO, D. S. **As vicissitudes da escola pública devido ao neoliberalismo e ao clientelismo**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2005.

BAPTISTA, A. J. L. **Alunos da EJA em escola com tradição de excelência: uma análise do PROEJA no Colégio Pedro II**. 04/02/2014, 164 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI.

BARROS, J. A. **O campo da História. Especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 11ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 20.522, de 24 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a desapropriação de imóveis. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20522-24-janeiro-1946-330560-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 de maio de 2020.

_____. **Decreto-lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967**. Transforma o Colégio Pedro II em autarquia e dá outras providências. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1967-02-28;245>. Acesso em 04 de junho de 2020.

_____. **Lei nº 5.758, de 3 de dezembro de 1971**. Nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº245, de 28 de fevereiro de 1967, que transforma o Colégio Pedro II em autarquia, alterados pela Lei nº 5490, de 3 de setembro de 1968, e pelo Decreto-lei nº530, de 15 de abril de 1969, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L5758.htm. Acesso em 04 de junho de 2020.

_____. (ALERJ). **Projeto de Resolução nº 1513/2002**, elaborado pela Deputada Andreia Zito. Concessão da Medalha Tiradentes e respectivo diploma ao Colégio Pedro II. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/146654/resolucao-055-2003>. Acesso em 03 de setembro de 2020.

_____. **11ª Audiência Pública da Comissão de Educação da ALERJ** – Ata de 10 de junho de 2009. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/compcom.nsf/e36c0566701326d503256810007413ca/bac3da41cba2d7be8325766b0074fc1b?OpenDocument>. Acesso em 10 de dezembro de 2020

_____. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE). **Ata da 153ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, em 2 de setembro de 1987**, registrado em Ata publicada no Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp– Acesso em 28 de novembro de 2020.

_____. (CÂMARA). **Projeto de Lei nº 1258, de 28 de novembro de 1988**, apresentado pelo Deputado Octavio Elisio (PSDB/MG), de modo a assegurar o cumprimento dos artigos 205º, 206º, 207º, 208º, 209º, 210º, 211º, 212º, 213º, 214º da CF 1988, bem como o artigo 60º das Disposições Constitucionais Transitórias. Ficha de Tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=189757> – Acesso em 28 de novembro de 2020.

_____. **Indicação de proposição nº412/2007, de 8 de maio de 2007**, apresentada pela Deputada Andreia Zito ao MEC para abertura de unidade descentralizada do Colégio Pedro II na cidade de Duque de Caxias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em 03 de dezembro de 2020.

_____. **Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007**. Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11526-4-outubro-2007-560567-publicacaooriginal-83667-pl.html#:~:text=1%C2%BA%20remunera%C3%A7%C3%A3o%20dos%20cargos,do%20Anexo%20I%20desta%20Lei.> – Acesso em 22 de dezembro de 2020.

_____. (CFE/MEC). **Parecer nº 45 de 12 de janeiro de 1972**. A qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/parcfe45_72.doc. Acesso em 05 de junho de 2020.

_____. **Parecer nº 76/75, de 23 de janeiro de 1975**. O ensino de 2º grau na Lei 5.692/71. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=171091>. Acesso em 05 de junho de 2020.

_____. (MEC). **Decreto-Lei nº4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

_____. **Decreto-Lei nº419, de 10 de janeiro de 1969**. Dispõe sobre as unidades do Colégio Pedro II e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0419.htm. Acesso em 18 de maio de 2020.

_____. **Lei nº4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>. Acesso em 15 de maio de 2020.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em 20 de maio de 2020.

_____. **III plano setorial de educação, cultura e desporto – 1980/1985**. Brasília, MEC/DDD, 1980. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000657.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

_____. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2004, p. 18, 26 jul. 2004.

_____. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005.** Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 jun. 2005. Seção 1.

_____. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jul. 2006a. Seção 1.

_____. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de ensino de quatro a dezessete anos e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=EMC&numero=59&ano=2009&ato=57ccXSE1UeVpWTd7d>. Acesso em 13 de maio de 2020.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

_____. **Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

_____. **Lei nº 12061, de 27 de outubro de 2009.** Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm. Acesso em 13 de agosto de 2020.

_____. **Lei nº 12677, de 25 de junho de 2012.** Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12677-25-junho-2012-613458-normaatualizada-pl.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

_____. **Lei nº 12272, de 28 de dezembro de 2012.** Estruturação do Plano de carreira e Cargos Ensino Básico Técnico Tecnológico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12272.htm. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

_____. **Relatório Educação para Todos no Brasil (2000 – 2015).** Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192. Acesso em 16 de maio de 2020.

_____. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica.** Concepção e Diretrizes. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

_____. (SENADO). **O Processo Histórico da Elaboração do Texto Constitucional (Assembleia Nacional Constituinte).** Brasília, 1993. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/orientacao.pdf> – Acesso em 28 de novembro de 2020.

BRITO, L. L.; ALMEIDA, A. T. S.; AMORIM, E. J. M.; REMEDIOS, S. E. L. **O PROEJA no Colégio Pedro II: Trajetória e possibilidades para o êxito de uma educação profissional politécnica e integral.** *Revista Labor*, v. 1, n. 24, 2020. p. 123-148. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/60121>. Acesso em 16 de dezembro de 2020.

CALDEIRA, M. **Entrevista de História oral concedida à Adriena Casini da Silva.** *Zoom*. Rio de Janeiro, 17 de junho de 2020.

CALP, D. **Entrevista: Professora Diocea Calp.** *Revista Educação em Pauta (ADCPPII)*. Ano 1, nº 1, dezembro de 2014. Disponível em: http://www.adcpii1.hospedagemdesites.ws/revista/pdf/e-Book_revista-1.pdf. Acesso em 03 de setembro de 2020.

CAMPOS, R. D. **Nos rastros de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação.** *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012

CARDOSO, F. H. **Mãos à obra, Brasil: proposta de governo.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. 131 p. ISBN 978-85-99662-66-3. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf>. Acesso em 03 de dezembro de 2020.

CARVALHO, F. A. **A criação dos Pedrinhos: análise histórica das concepções de currículo dos dois primeiros planos gerais de ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental do Colégio Pedro II (1986-1996/97)**. 01/08/2012 133 f. Mestrado em

Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2012.

CARVALHO, W. **Entrevista de História oral concedida à Adriena Casini da Silva. Zoom.** Rio de Janeiro, 30 de julho de 2020.

CAVALCANTI, N. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CAZES, L. F. **Tempo de reforma, tempo de repressão: a trajetória de Wilson Choeri na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).** 166 f. Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense: UFF, 2017.

CERTEAU, M. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

CLARK, A. P. **Oral History as Institutional Biography.** *The Public Historian*, Vol. 41, 2019.

COELHO, P. C.; SOARES, J. C. **Rio, cidade-capital e a expansão do Ensino Secundário (1940-1960).** *Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.*, Salvador, v. 29, n. 59, p. 275-294, jul./set. 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2020.v29.n59.275-294>. Acesso em 03 de dezembro de 2020.

COLÉGIO PEDRO II. **Ata da Congregação do CPII**, de 23 de fevereiro de 1967. Rio de Janeiro, 1967.

_____. Departamento de Ensino Médio. **Anteprojeto de reestruturação do Colégio Pedro II.** Brasília, DF, 1971.

_____. Departamento de Ensino Médio. **Implantação das habilitações básicas no Colégio Pedro II.** Brasília, DF, 1976.

_____. Departamento de Ensino Médio. **Plano Global de Implantação Progressiva das Habilidades Básicas no Colégio Pedro II.** 2. ed. revisada. Brasília, DF, 1977.

_____. **FACTA.** n° 68. Rio de Janeiro, RJ, 1987.

_____. **Plano Geral de Ensino de 1983.** Brasília, DF, 1983.

_____. **Plano Geral de Ensino de 1989.** Brasília, DF, 1989.

_____. **Plano Geral de Ensino de 1996.** Brasília, DF, 1996.

_____. **Portaria n° 717, de 23 de dezembro de 1981.**

_____. **Portaria n° 49, de 15 de março de 1982.**

_____. **Relatório de Gestão – Exercício 2005.** Rio de Janeiro, RJ, 2006. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/contas_publicas/contas_2005/RELATORIO%20DE%20GESTAO%20DA%202005.pdf- Acesso em 06 de dezembro de 2020.

_____. **Relatório de Gestão – Exercício 2006.** Rio de Janeiro, RJ, 2007. Disponível em:

https://www.cp2.g12.br/contas_publicas/contas_2006/RELATORIO%20DE%20GESTAO%20DA%202006.pdf- Acesso em 06 de dezembro de 2020.

_____. **Relatório de Gestão – Exercício 2007**. Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/contas_publicas/contas_2007/RELATORIO%20DE%20GESTAO%202007.pdf- Acesso em 06 de dezembro de 2020.

_____. **Relatório de Gestão – Exercício 2008**. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/contas_publicas/contas_2008/RELATORIO%20DE%20GESTAO%202008.pdf - Acesso em 06 de dezembro de 2020.

_____. **Relatório de Gestão – Exercício 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/contas_publicas/contas_2010/Relatorio%20de%20Gestao%2010.pdf - Acesso em 06 de dezembro de 2020.

_____. **Relatório de Gestão – Exercício 2011**. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/contas_publicas/contas_2011/Relatorio%20de%20Gestao%2011.pdf- Acesso em 06 de dezembro de 2020.

COLLINGWOOD, R. G. **The idea of history**. Revised edition, with lectures 1926-1928. U.K: Oxford University Press, 2005.

CUBAN, L. **Reforming Again, Again, and Again**. SAGE Journals. Vol. 19, nº1, janeiro de 1990. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/0013189X019001003> - Acesso em 13 de julho de 2020.

CUNHA JUNIOR, C. F. F. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CUNHA, L. A. **Educação pública: os limites do estatal e do privado**. In: OLIVEIRA, R. P. [org.]. *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A Universidade temporã - da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2007a.

_____. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. São Paulo: Editora UNESP, 2007c

_____. **Hegemonia e confronto na produção da segunda LDB: o ensino religioso nas escolas públicas**. *Pro-Posições*, v. 25, n. 1 (73), p. 141-159, 2014.

_____; GOES, M. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

DAMBROS, M.; MUSSIO, B. R. **Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações**. In: X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/656-1.pdf. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELGADO, L. A. N. **História Oral – Memória, tempo, identidades**. Coleção Leitura, Escrita e oralidade. 2ed. Autêntica, 2017.

DIANI, M. & BISON, I. **Organizações, coalizões e movimentos**. Revista Brasileira de Ciência Política, 2010. p. 220-249.

DOMINIK, E. **A carreira docente EBTT: aspectos específicos e legislação**. Joinville (SC): Clube dos Autores, 2018.

DORIA, E. **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837 – 1937)**. 2.ed. Brasília: INEP, 1997.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 62, abr. 1998.

DUBET, F. **El declive de la institución – profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado**. Trad. de Luciano Padilla. Barcelona: Gedisa Editorial, 2006.

_____. **Mutações cruzadas: a cidadania e a escola**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 289 – 305, maio/ago. 2011.

DUBY, G. **A História continua**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

DURHAM, E. R. **A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada**. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2010, n.88, pp.153-179. ISSN 0101-3300. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 28 de novembro de 2020.

FARIA, A. P. R. **Entre a macropolítica e a micropolítica: a formação continuada do professor do curso de Administração**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2012.

FÁVERO, M. L. A. **Da Cátedra Universitária ao Departamento; subsídios para discussão**. In: 23ª Reunião Anual da ANPEd, 2000, Caxambú-MG. Anais da 23ª Reunião da ANPEd /CD - ROM, 2000.

FERREIRA, A.; VECHIA, A. **Um olhar sobre instituições de ensino secundário no Século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Collegio de Pedro II**. Cadernos de História da Educação (UFU), Uberlândia, Vol. III, jan/dez. 2005, p. 05-16.

FERREIRA, M. M. **A nova "velha história": o retorno da história política**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1937>. Acesso em 04 de junho de 2020.

_____. **História, tempo presente e história oral**. Topoi (Rio J.) [online]. 2002, vol.3, n.5, pp.314-332. ISSN 1518-3319. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2002000200314&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Organização e Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANK, R. **La mémoire et l'histoire**. In: VOLDMAN, D. La bouche de la vérité? La recherche historique et les sources orales. Cahiers de l'IHTP. Novembro de 1992, p. 65-72.

FREIXO, A. L.; COELHO, P. C. **O ensino renovado de história pelo catedrático do Colégio de Pedro II, Jonathas Serrano**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 15, p. 261-292, 2015.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambiguidades**. Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, 11(3) set./dez. 1985, p 175-192.

GERMANO, J.W. **Estado militar e a educação no Brasil (1964-1985)**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GINZBURG, C. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. **Capacidades Estatais e Democracia**. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22066 – Acesso em 10 de dezembro de 2020.

GONÇALVES, C. **Qu'est-ce que l'histoire du temps présent? Tentative de définition**. Revista Estudos do Século XX, nº 11. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/qu%E2%80%99est_ce_que_l%E2%80%99histoire_du_temps_pr%C3%A9sent_tentative_de_d%C3%A9finition. Acesso em 15 de maio de 2020.

Haidar, M. L. M. **O Ensino Secundário no Império**. Ed. Grijalbo, 1972.

HALAC, O. **A expansão do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro, 2011.

HAUER, L. M. **O Colégio Pedro II durante a ditadura militar: o silêncio como estratégia de subordinação**. In: Revista Contemporânea de Educação, v. 3, n. 6. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

HERINGER, R. **Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico**. In: Revista Brasileira de Orientação Profissional jan.-jun. 2018, Vol. 19, No. 1, 7-17 Disponível em: <http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p7> – Acesso em 28 de novembro de 2020.

_____. **Um balanço da política de cotas**. Ciência Hoje, 2018. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/um-balanco-da-politica-de-cotas/> – Acesso em 28 de novembro de 2020.

IVO, A. A.; HYPOLITO, A. M. **Educação profissional e PROEJA: processos de adesão e resistência à implantação de uma experiência.** Educação em Revista, 28(3), 2012. pp.125-142. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000300006>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

KUENZER, A. Z. **Ensino de segundo grau: o trabalho como princípio educativo.** São Paulo, Cortez, 1988.

LE GOFF, J. **Memória.** In: LE GOFF, Jacques História e Memória. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas.** Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 48, p. 101- 110, 2013.

LUCA, T. **História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas.** In: Pinsky, C. (org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2018.

LÜCHMANN, L. H. H. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 29 Nº 85, 2014.

MACIEL, C. V. **De alunos a professores: trajetória docente do Instituto Benjamin Constant (1960 – 2015).** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2016.

MARQUES, E. **Entrevista de História oral concedida à Adriena Casini da Silva.** *Whatsapp videoconference.* Rio de Janeiro, 28 de julho de 2020.

MASSUNAGA, M. R. P. – **O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro – 1930 -1961.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1989.

MENDONÇA, A. W. P. C.; LOPES, I. G.; SOARES, J. C. e PATROCLO, L. B. **A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil.** Educ. Pesq. vol.39, n.4. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000400011>. Acesso em 12 de março de 2020.

MINAYO, M. C. S. [org.]. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTTA, M. S. da. **Rio de Janeiro, cidade-capital do Brasil.** In: CHAVES, M. W.; LOPES, S. C. [org.]. Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro - um século de história (1850-1950). 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 17-35.

NERUDA, P. **Últimos poemas – 1ª ed.** L&PM Pocket, 1997.

NOGUEIRA, A. **Entrevista de História oral concedida à Adriena Casini da Silva.** *Zoom.* Rio de Janeiro, 29 de julho de 2020.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n.10, p.7- 28, 1993.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. In: SANTOS, A. V; VECHIA, A. [org.]. *Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas*. Curitiba: UTP, 2008.

NUNES, C. **O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2000, n.14, pp.35-60. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a04>. Acesso em 02 de junho de 2020.

OLIVEIRA, A. C. J. **Breve histórico sobre o lobbying no Brasil**. Brasília, *Revista de Informação Legislativa*, A. 42 n. 168 out./dez. 2005. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/168/ril_v42_n168_p29.pdf/at_download/file. Acesso em 09 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, D. A. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Vol. 25, n. 2, (2009). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491>. Acesso em 30 de março de 2020.

OLIVEIRA, R. T. C. **Os movimentos sociais na Educação: o processo de elaboração da LDB – 1988 a 1996**. *Anais do II CBHE (2002)*. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0208.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2020.

OTRANTO, C. R. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs**. *Revista Retta*. UFRRJ/PPGEA, Seropédica, RJ: EDUR, Vol. I, nº 01, jan./jun. 2010, p. 89-108.

_____. **A política de educação profissional do governo Lula**. In: 34ª reunião anual - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação. Natal, Rio Grande do Norte, 2011.

PASSONE, E. F. K. **Contribuições atuais sobre o estudo de implementação de políticas educacionais**. *Cadernos de Pesquisa*. Vol.43. nº149. São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200011. Acesso em 14 de setembro de 2020.

PENNA, F. A. **Sob o nome e a capa do Imperador: A criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo. Dissertação de Mestrado**. (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008. Orientador: Professora Doutora Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro.

PEREZ, J. R. R. **Ensino Fundamental**. In: CASTRO, M. H. G; DAVANZO, A. M. Q. [Org]. *Situação da Educação Básica no Brasil*. Brasília: INEP, 1999.

PERRONI, J.; BRANDÃO, A. **Seleção ou exclusão: difícil acesso a instituições públicas de ensino**. *Rev. Educação & Realidade*, v.34, n.1, 2009. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8458>. Acesso em 06 de dezembro de 2020.

PETITAT, A. **Entre História e Sociologia. Uma perspectiva construtivista aplicada à emergência dos colégios e da burguesia**. Teoria e Educação. Porto Alegre. 1992.

PHILLIPS, D. C.; BURBULES, N. C. **Postpositivism and educational research**. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PILETTI, C; PILETTI, N. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. 1ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

PIRES, R. R. C. **Intersetorialidade, arranjos institucionais e instrumentos da ação pública**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 26, 2016.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, nº. 10, p. 200-212, 1992.

POLON, T. L. P. **Políticas Públicas para o Ensino Médio nos anos 90: Trajetória do Colégio Pedro II / RJ**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2004.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, nº 14, São Paulo, fevereiro/1997.

_____. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum**. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da História oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PROST, A. **Doze Lições Sobre História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAMA, A. **A cidade das Letras**. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIOS-NETO, E. L. G. [Coord]. **Educação e população**. Ação 2.2 – Módulo: Produtividade educacional com base nas pesquisas domiciliares e no Censo Demográfico. Belo Horizonte: INEP/CEDEPLAR, 2005. Disponível em: <http://www.ernestoamaral.com/docs/IndSoc/biblio/relatorioINEP-CEDEPLAR.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2020.

ROCHA, A. S. **Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Niterói (RJ): UFF, Departamento de Geografia, 2009.

RODRIGUES, V. M. **Entrevista de História oral concedida à Adriana Casini da Silva**. *Whatsapp videoconference*. Rio de Janeiro, 23 de junho de 2020.

ROSA, C. M. **Delineamento da educação superior nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do estado de Goiás**. Revista Eletrônica de Educação, 12(3), 2017. p. 825-835. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2135>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

SALGADO, S.S.; SALVADOR, M. A. S.; BAPTISTA, G. G.; REI, B. D.; ASSIS, M. R. **A reforma curricular do Colégio Pedro II e o currículo da disciplina Educação Física.** Journal of Physical Education, v. 27. Maringá, PR, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v27i1.2747>. Acesso em 28 de novembro de 2020.

SANTOS, B. B. M. **O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais.** Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2011.

_____; ANDRADE, V. L. C. Q. **Colégio Pedro II: polo cultural da cidade do Rio de Janeiro. A trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade.** Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2016.

_____; _____; SILVA, E. M.; RODRIGUES, V. M. F. [SANTOS et al]. **Memória História do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação do Brasil.** Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018.

SANTOS, D. V. **O Colégio Pedro II e o bairro de Realengo (2001-2008): o preâmbulo de uma história.** 18/07/2018. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH, 2018.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial.** Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SARAIVA, T. **Educação integral viável.** Folha Dirigida, 2011. Disponível em: http://www.udemo.org.br/2011/Leituras11_0011_Educacaointegralviavel.html. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

SARAVIA, E. **Introdução à Teoria da Política Pública.** In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. [Org.] Políticas públicas: coletânea, v. 2. Brasília: ENAP, 2006.

SAVIANI, D. **O legado educacional do regime militar.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez, 2008.

_____. **Gestão Federativa da Educação: Desenho Institucional do Regime de Colaboração no Brasil.** (p.75-92). In: CUNHA, C; SOUSA, J.V.; SILVA, M. A. Políticas Públicas de Educação na América Latina: lições aprendidas e desafios. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.

SAYDE, D. **Entrevista de História oral concedida à Adriana Casini da Silva.** Zoom. Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2020.

SCOCUGLIA, A. C. **Por uma história do tempo presente.** 28ª Reunião Anual da ANPed, 2005. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/textos/GT02/GT02-90--Int.rtf>. Acesso em 04 de setembro de 2020.

SILVA, A. C. **Motivações sócio-históricas da evasão de professores no contexto escolar brasileiro.** Monografia de conclusão de “Licenciatura em Pedagogia” – UERJ/CEDERJ. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **A trajetória profissional de professores em Mesquita, na Baixada Fluminense: uma identidade docente em construção.** 28/07/2016. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH, 2016.

SOARES, J. C. **O Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1925 - 1941)** 01/03/2009 115 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH.

_____. **Dos professores ‘estranhos’ aos catedráticos: aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925-1945).** 2014. 100 f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. **Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96.** *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação.* Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 925-944, out./dez. 2004.

TROUILLOT, M. **Silencing the Past: Power and the Production of History.** Boston: Beacon Press, 1995.

VENDAS, F. A. **De “zerinho” a Centro de Referência: tradições, memórias e identidades na implantação da educação Infantil no Colégio Pedro II.** 22/06/2017 117f. Mestrado em EDUCAÇÃO. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2017.

VASCONCELOS, I. M. **A federalização do Ensino Superior no Brasil.** Dissertação de Mestrado – Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2007.

VIEIRA A. B; BARBOSA, A. J. R; MALVEIRA, A. N.; SANTOS, B. B. M.; VIEIRA, G. P.; CHOERI, W. [VIEIRA et al]. **O Colégio Pedro II: contribuição histórica aos 175 anos de sua fundação.** Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2013.

VILLARDI, M. **Entrevista de História oral concedida à Adriena Casini da Silva.** *Zoom.* Rio de Janeiro, 09 de junho de 2020.

WOOLF, V. **The waves** [1931]. Global Grey e-books. London (UK): 2019.

XAVIER, L. N. **Os movimentos docentes brasileiro e português na virada dos anos 1970-1980.** TEMPO E ARGUMENTO, v. 5, p. 234-257, 2013.

_____. **Contribuições ao estudo do associativismo docente.** *Revista Pro-Posições.* Vol. 30, e20180013, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072019000100537&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 de setembro de 2020.

ANEXO I

QUADRO 1 - PRODUÇÕES STRICTO SENSU SOBRE O CPII

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

1. CARVALHO, FLÁVIA ASSIS DE. **A CRIAÇÃO DOS PEDRINHOS: ANÁLISE HISTÓRICA DAS CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO DOS DOIS PRIMEIROS PLANOS GERAIS DE ENSINO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO COLÉGIO PEDRO II (1986-1996/97)**' 01/08/2012 133 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Central da UNIRIO

2. OLIVEIRA, CARMEN LÍDIA FERREIRA. **Políticas públicas de informática educativa: as lições do Colégio Pedro II**' 01/08/2011 113 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Central da UNIRIO

3. DA SILVA, LUCIDALVA PORCINA. **“A gente fica no zero a zero”: transição da Educação Infantil para o Fundamental no Colégio Pedro II (2018)**.136f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Central da UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

1. RODRIGUES, VERA MARIA FERREIRA. **O Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II e sua contribuição para a História das Instituições Científicas Brasileiras**. 2017. 186f. Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

2. ANDRADE, VERA LUCIA CABANA DE QUEIROZ. **Colégio Pedro II Um lugar de memória**' 01/12/1999 205 f. Doutorado em HISTÓRIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: IFCS-UFRJ

3. SANTOS, BEATRIZ BOCLIN MARQUES DOS. **O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II - a década de 1970 - entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais.**' 01/12/2009 215 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH

4. MORAES, LUCIENE MACIEL STUMBO. **Conteúdos Importantes em História no currículo da educação básica: Um estudo a partir da disciplina Estudos Sociais no Colégio Pedro II**' 01/03/2012 184 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH

5. SILVA, ALESSANDRA PIO. **Técnicos em assuntos educacionais do Colégio Pedro II: História, identidade e limites de atuação**' 01/03/2012 166 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH

6. MASSUNAGA, MAGDA RIGAUD PANTOJA. **O COLEGIO PEDRO II E O ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO: 1930-1961.**' 01/06/1989 189 f. Mestrado

em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO.
7. MARQUES, GABRIEL RODRIGUES DAUMAS. A Educação do Corpo e o Protagonismo Discente no Colégio Pedro II: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889 - 1937) ' 01/03/2011 176 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
8. SOARES, JEFFERSON DA COSTA. O Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1925 - 1941) ' 01/03/2009 115 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
9. LANDIM, SONIA MARIA MAGALHAES. AVALIACAO DO CURRICULO DE QUIMICA DO COLEGIO PEDRO II ' 01/12/1988 195 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO.
10. GALVAO, MARIA CRISTINA DA SILVA. A Jubilação no Colégio Pedro II, que exclusão é essa? ' 01/01/2003 190 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: CFCH
11. AQUINO, LYGIA VUYK. Avaliação de uma Proposta de Mudança Curricular no Colégio Pedro II - Rio de Janeiro. ' 01/09/2006 238 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: CFCH UFRJ
12. FERREIRA, MÁRCIA SERRA. A História da Disciplina Escolar Ciências no colégio Pedro II (1960-1980) ' 01/03/2005 220 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: CFCH
13. SOARES, CAROLINA MONTEIRO. Viagens literárias por entre palavras e imagens: o livro ilustrado e a leitura na escola – uma experiência na Educação Infantil do Colégio Pedro II ' 09/04/2014 165 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
14. FRANÇA, MÁRCIA MARIA GRANJA. Idas e vindas do processo de implementação de um programa de avaliação formativa no Colégio Pedro II ' 01/03/2008 280 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
15. PENNA, FERNANDO DE ARAUJO. Sob o nome e a capa do Imperador: a criação do Colégio Pedro Segundo e a construção do seu currículo ' 01/01/2008 185 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
16. LEO, LUCIENNE MARIANO. LEITURA DE ADAPTAÇÕES LITERÁRIAS NO COLÉGIO PEDRO II: RECORTES DE TRADIÇÃO E INOVAÇÃO ' 24/04/2017 199 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
17. SANTOS, MARYSOL DE SOUZA. Os possíveis comparecimentos do movimento higienista no Imperial Collegio Pedro II: entre saberes, tradições e práticas ' 19/04/2016 115 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH

18. BEVILAQUA, MARIA CECILIA DO NASCIMENTO. A trajetória do ensino de Espanhol no Colégio Pedro II (1985-1996) ' 31/07/2013 144 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
19. SANTOS, DANIEL VILAÇA DOS. O Colégio Pedro II e o bairro de Realengo (2001-2008): o preâmbulo de uma história ' 18/07/2018. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
20. DARGAINS, RENATA LARANJEIRA. A Política invisível: O caso da implantação das cotas raciais no Colégio Pedro II ' 27/08/2015. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
21. MORAES, LUCIENE MACIEL STUMBO. “A DISCIPLINA ESTUDOS SOCIAIS NOS ANOS INICIAIS DO COLÉGIO PEDRO II: DISPUTAS E NEGOCIAÇÕES CURRICULARES EM PERSPECTIVA ' 17/04/2017 356 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: biblioteca do CFCH
22. GUEDES, LUISA AZEVEDO. O Programa de Residência Docente do Colégio Pedro II: Escritas de formação na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental ' 28/02/2018 162 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
23. COHN, GREICE. “Pedagogias da Videoarte: A experiência do encontro de estudantes do Colégio Pedro II com obras contemporâneas” ' 30/03/2016 399 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
24. CAMASMIE, VANESSA DE ABREU. AULAS DE LITERATURA DO ENSINO FUNDAMENTAL I DO COLÉGIO PEDRO II – CAMPUS HUMAITÁ ' 08/12/2017 249 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
25. OLIVEIRA, FLAVIANA ALVES DE. OBJETOS ESCOLARES NO ENSINO DE BIOLOGIA: ENTRE PRÁTICAS E TRADIÇÕES NO GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL DO COLÉGIO PEDRO II (1960-1970) ' 15/03/2018 149 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
26. GROSS, LEILA. ARTE E INCLUSÃO: o Ensino da Arte na inclusão de alunos com deficiência visual no Colégio Pedro II ' 06/03/2015 355 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: CFCH
27. COELHO, DIONE MACHADO SILVA. CRIANÇAS LEITORAS E SUAS ESCOLHAS LITERÁRIAS: um estudo com alunos do 5º ano do Colégio Pedro II ' 25/05/2015 296 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: CFCH
28. CAMPOS, KAREN COUTINHO. Professoras que ensinam matemática na transição do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental no Colégio Pedro II: discursos e práticas ' 06/04/2018 173 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
29. SOUZA, ANA CELI PIMENTEL DE. Ética como Tema Transversal nas aulas de Artes Visuais no 1º segmento do Ensino Fundamental do Colégio Pedro II. '

16/10/2014 244 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ
1. CAVALCANTE, REJANE MENDES DURAN DIRQUES. Processos de alfabetização no Colégio Pedro II através das narrativas de professoras' 01/04/2012 209 f. Mestrado em EDUCAÇÃO - PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D
2. BOTELHO, SONIA ELZA PEIXOTO CHIARA. TRADICAO E ASPIRACAO - UMA INVESTIGACAO SOBRE EDUCACAO E TRABALHO NO FUTURO-VELHO COLEGIO PEDRO II' 01/09/1995 128 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO
3. DÓRIA, RAIMUNDO NASCIMENTO. Avaliação: Uma Investigação com Os Professores de História de 1º e 2º Graus do Colégio Pedro II' 01/08/1996 199 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: UERJ / Biblioteca Nacional
4. TORRES, ELIZA LOBATO MELO. O Trabalho Docente no Colégio Pedro II em Tempos de Mutação Tecnológica' 01/08/2012 99 f. Mestrado em EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Rede Sirius - UERJ
5. XAVIER, INGRID MÜLLER. O que significam aprender e ensinar filosofia? Notas a partir de uma experiência no Colégio Pedro II.' 01/02/2010 202 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA/ CEH-A
6. OLIVEIRA, ANA DE. A DISCIPLINA ESCOLAR HISTÓRIA NO COLÉGIO PEDRO II: REINTERPRETAÇÕES CURRICULARES DOS ANOS DE 1980 AOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI' 01/09/2006 165 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação de UERJ
7. Aguiar, Eliane Nascimento de. A inserção dos jovens no mercado de trabalho (enfoque sobre os valores e princípios morais que regem essa inserção pesquisando os valores dos alunos do ensino médio do Colégio Pedro II - unidade de São Cristóvão III - RJ)' 01/02/2002 138 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: UERJ
8. SILVA, VERONICA DE SOUZA. Jovens negros no Colégio Pedro II: ações afirmativas e identificação racial' 25/11/2015 164 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: REDE SIRIUS
9. SILVA, ELISABETH MONTEIRO DA. Professores mestiços e mulatos no Imperial Colégio de Pedro II: Historiografia e fontes (1838 – 1870)' 25/04/2016

255 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius
10. OLIVEIRA, CRISTIANE GOMES DE. “Que rei sou eu?” Escolas Públicas de Excelência, Políticas Educacionais e Currículo: uma análise sobre o processo de instituição da Educação Infantil no Colégio Pedro II ' 29/03/2017 225 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO – PUC-Rio
1. MOREIRA, LUÍS EDUARDO FERREIRA BARBOSA. A influência da Reforma Benjamin Constant no currículo de matemática do Colégio Pedro II ' 01/04/2008 218 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central
2. SOUZA, CARLOS EDUARDO DIAS. Ensinando a ser brasileiro: O Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte imperial (1837-1861) ' 01/07/2010 185 f. Mestrado em História Social da Cultura. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central
3. PÓLON, THELMA LÚCIA PINTO. Políticas Públicas para o Ensino Médio nos anos 90: a trajetória do Colégio Pedro II/RJ ' 01/06/2004 163 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca central da PUC
4. GALVÃO, MARIA CRISTINA DA SILVA. Nós somos a História da Educação”: Identidade Institucional e excelência escolar no Colégio Pedro II ' 01/08/2009 267 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central
5. TEIXEIRA, GILSON RUY MONTEIRO. O ensino da Filosofia no Imperial Collegio de Pedro II (1838/1889) ' 01/12/2000 155 f. Mestrado em EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO Biblioteca Depositária: PUC / SP
6. VENDAS, FERNANDA ALVES. De “zerinho” a Centro de Referência: tradições, memórias e identidades na implantação da educação Infantil no Colégio Pedro II. 22/06/2017 117f. Mestrado em EDUCAÇÃO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-RIO).
7. SOARES, JEFFERSON DA COSTA. Dos professores “estranhos” aos catedráticos: aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925-1945). 10/03/2014. 281f. Doutorado em EDUCAÇÃO. Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
8. FREUND, CRISTINA SPOLIDORO. Professores Contratados do Colégio Pedro II e seu trabalho: quando “você sai do Pedro II e o Pedro II não sai de você!”. 27/02/2018. 311f. Doutorado em EDUCAÇÃO. Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS
1. CUSTÓDIO, THIAGO OLIVEIRA. Escola secundária e filosofia nacional: O Colégio Pedro II entre o ecletismo filosófico e o curso de lógica (1842-1907) '

01/06/2011 113 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, CAMPO GRANDE Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMS
2. CASIMIRO, GLAUCE SOARES. Da proposta das "Elites" ao método direto: Uma história da disciplina Língua Inglesa no Colégio Pedro II (1930-1958' 01/07/2003 29020 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, CAMPO GRANDE Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMS
3. FINOCCHIO, JOSE LUIZ. A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA/GYMNASTICA NA ESCOLA MODERNA - IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO II (1837-1889)' 24/07/2013 259 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande Biblioteca Depositária: UFMS
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ – UNESA
1. NUNES, SATIRO FERREIRA. Colégio Pedro II: a gênese de uma representação de escola excelente' 01/12/2007 165 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial Rebouças
2. GOMES, MYRTHES PUGA. Ensino de ciências e temática ambiental no Colégio Pedro II: olhares e vozes de docentes e gestores' 01/06/2009 150 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial Centro I
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
1. HAUER, LÍCIA MACIEL. COLÉGIO PEDRO II NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR: SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA' 01/12/2007 192 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Central do Gragoatá - UFF
2. OLIVEIRA, JOSE DEUSDEDETE DE. O ENSINO DE HISTÓRIA NO COLEGIO PEDRO II: UMA LEITURA DOS PROGRAMAS DE ENSINO E DE EXAME ATÉ O FINAL DO SÉCULO XIX' 01/10/1993 167 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI.
3. BAPTISTA, ANDERSON JOSÉ LISBOA. ALUNOS DA EJA EM ESCOLA COM TRADIÇÃO DE EXCELÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PROEJA NO COLÉGIO PEDRO II. 04/02/2014 164 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV-RJ
1. COSTA, SANDRA SILVA. IMAGENS DA ESCOLA: A INFORMÁTICA EDUCATIVA NO COLÉGIO PEDRO II' 01/03/2010 141 f. Profissionalizante em HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Mario Henrique Simonsen
2. SILVA, ELISABETH MONTEIRO DA. Inventário analítico e registro de autoridade do Fundo Colégio Pedro II' 01/03/2009 227 f. Profissionalizante em HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca Mario Henrique Simonsen

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC-SP
1. GASPARELLO, ARLETTE MEDEIROS. Construtores de Identidades: Os Compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920) ' 01/03/2002 305 f. Doutorado em EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO Biblioteca Depositária: PUC-SP
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
1. RODRIGUES, RAFAEL PINTO. A Educação Literária no Colégio de Pedro Segundo (1838-1854) ' 01/09/2010 115 f. Mestrado em HISTÓRIA. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, SEROPÉDICA Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
1. JÚNIOR, CARLOS FERNANDO FERREIRA DA CUNHA. CULTURA E FORMAÇÃO DA BOA SOCIEDADE: UMA HISTÓRIA DO IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO SEGUNDO ' 01/07/2002 298 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB
1. SILVA, CLEUSA APARECIDA FOGAÇA. MEMÓRIAS DE UMA ESCOLA: Pedro Nava e o Colégio Pedro II ' 01/02/2011 180 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU, Blumenau Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária "Professor Martinho C. da Veiga"
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
1. MOISES, ALZENIRA FRANCISCA DE AZEVEDO. O COLÉGIO PEDRO II: CONTROVÉRSIAS ACERCA DE SUA FUNDAÇÃO ' 01/03/2007 173 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, MARINGÁ, Biblioteca Depositária: BCE

ANEXO II



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO – CEPq/PUC-Rio
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde
RESOLUÇÃO Nº 510 DE 07 DE ABRIL DE 2016.

O(a) Sr.(a) foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa de Doutorado: “*É TUDO OU NADA? - CAMINHOS DA EXPANSÃO (2004-2012) NO COLÉGIO PEDRO II: DA TRADIÇÃO À INOVAÇÃO*”, pesquisa desenvolvida, por meio de recursos próprios, pela pesquisadora Doutoranda Adriena Casini da Silva, orientada pela Prof^ª Dr^ª Patrícia Coelho da Costa, do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio.

Esta pesquisa visa compreender o Colégio Pedro II dos Anos 2000, isto é, a configuração escolar proposta por este movimento expansionista do tradicional colégio, impulsionada pela criação de novos *campi* do Colégio Pedro II: Realengo, Duque de Caxias e Niterói, sendo estes dois últimos os primeiros *campi* localizados fora do município do Rio de Janeiro.

Uma justificativa que ressalta a relevância deste projeto é com relação à lacuna encontrada no que se refere a estudar, especificamente, como se dá a mais recente expansão do Colégio Pedro II, isto é, ainda que haja estudos históricos sobre o colégio, a pesquisa compreende uma nova configuração escolar, da tradição à inovação, que embora traga novos desafios ao Colégio em aspectos pedagógicos e administrativos, não descaracteriza o cerne de sua tradição. Deste modo, este estudo apresenta relevância e originalidade ao contemplar tal temática.

Este estudo se desenvolverá nas seguintes etapas: revisão de literatura, pesquisa e análise documental, exames de qualificação I e II, entrevistas por meio da metodologia da História Oral, por fim, a escrita da tese, onde o resultado do trabalho será apresentado. Sua participação será nas entrevistas individuais que poderão ser realizadas nas escolas ou em sua residência, respeitando seu horário de trabalho, preferência e disponibilidade para a pesquisa.

Os dados coletados serão utilizados apenas em pesquisa e os resultados poderão ser divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Os participantes desta pesquisa têm o direito de acessar as informações fornecidas e seu resultado individual, junto ao pesquisador, que será responsável pelo armazenamento e segurança desse banco de dados. Destacamos que serão garantidos, aos sujeitos entrevistados, o anonimato e a confidencialidade de eventuais dados que possam conduzir à sua identificação, caso assim desejem para a preservação de sua imagem/seus dados.

Atendemos assim, ao artigo 2º da Resolução nº 510/2016, mantendo o compromisso de resguardar sua privacidade, uma vez que é garantido

(...) o direito do participante da pesquisa de manter o controle sobre suas escolhas e informações pessoais e de resguardar sua intimidade, sua imagem e seus dados pessoais, sendo uma garantia de que essas escolhas de vida não sofrerão invasões indevidas, pelo controle público,

estatal ou não estatal, e pela reprovação social a partir das características ou dos resultados da pesquisa. (CNS, 2016, p. 1)

Contudo, esta pesquisa possui riscos possíveis como constrangimentos por questões sensíveis ou ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado. Antecipamos algumas medidas para amenizar tais danos como: a) garantir o direito de acesso aos resultados individuais; b) minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras e atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; c) assegurar a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras), bem como a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico/financeiro; d) oferecer serviços de apoio psicológico e assistência integral, caso necessário; e) suspender a pesquisa em caso de dano à saúde do sujeito participante, causado por sua participação.

Por conseguinte, os benefícios em participar como sujeito entrevistado não são diretos, porém, contribuem à história institucional do Colégio Pedro II no tempo presente – fomentando a relevância dessa pesquisa para a própria instituição em questão –, ademais para com este estudo, fornecendo mais informações sobre o objeto de estudo e sua periodização.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

O(a) Sr.(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras, ou seja, o Sr.(a) não terá nenhuma despesa ao participar da pesquisa, já que sua participação ocorrerá em um dia em que já estará na escola em horário normal de trabalho ou em sua residência.

O(a) Sr.(a) assinará junto à pesquisadora, neste momento, duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Portanto, uma via do documento ficará com a pesquisadora e a outra via em sua posse. Neste documento consta o celular/e-mail do(a) pesquisador(a) responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua colaboração, a qualquer momento. Desde já agradecemos a sua participação,

ADRIENA CASINI DA SILVA

Pesquisadora Principal – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Tel: (21) 995127696 - e-mail: adrienacasini@gmail.com

Prof^a. Dr^a. PATRÍCIA COELHO DA COSTA

Orientadora – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Tel: (21) 964159973 - e-mail: pcoelho@puc-rio.br

Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio - CEPq/PUC-Rio

Rua Marquês de São Vicente ,225 Gávea. CEP 22453-900

Tel: (21) 35271619

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2020.

(Assinatura do(a) participante)

(Assinatura da pesquisadora responsável)

ANEXO III

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – SERVIDORES E GESTORES

- 1) Em que momento se inicia sua trajetória no Colégio Pedro II? (unidade, curso, período que estudou, prédio em que estudou)
- 2) O que faz o Colégio Pedro II se empenhar em uma nova expansão, com a criação de campi fora do município do Rio de Janeiro?
- 3) Como o Colégio define que seria o momento ideal para a sua expansão?
- 4) Quais eram as condições ou critérios necessários para que uma localidade/cidade fosse escolhida para receber o colégio?
- 5) Como se consolida a proposta junto ao MEC?
- 6) Quais foram os desafios enfrentados pelo Colégio na criação das unidades: a) junto ao MEC? b) junto à prefeitura? c) em relação às primeiras instalações compartilhadas com outra instituição? d) na escolha de professores, alunos e gestores para a nova unidade?
- 7) Qual foi o envolvimento das esferas municipais e estaduais ao longo da expansão?
- 8) Quais foram os ganhos e desafios com a expansão?
- 9) Como foi avaliada a experiência do Colégio se situar e atender a novas demandas?
- 10) O que representou para o Colégio se equiparar aos Institutos Federais, inclusive em relação a cargos?

ANEXO IV

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – SERVIDORES ADCPII / SINDSCOPE

- 1) Em que momento se inicia sua trajetória no Colégio Pedro II? (unidade, curso, período que estudou, prédio em que estudou)
- 2) Como o sindicato/a associação soube que o CPII expandiria para Realengo, Duque de Caxias e Niterói e qual foi a repercussão dessa notícia? Houve alguma discussão primária nos Colegiados dos Departamentos ou com o sindicato sobre o assunto?
- 3) Qual foi o envolvimento do sindicato/da associação ao longo da expansão? Pode-se dizer que houve posturas contrárias e conflitos internos no CPII?
- 4) Quais foram os ganhos e desafios do Colégio com a expansão? O que representou para o Colégio se equiparar aos Institutos Federais, inclusive em relação a cargos?

ANEXO V

CONVÊNIOS E PROJETOS – ENSINO MÉDIO (PPP 2000)

- Programa de Orientação Científica (POC) - É uma atividade de pesquisa com alunos da 1ª série do ensino médio, organizada pelo Centro Universitário da Tijuca. Tem como objetivo colocar o aluno em contato com o conhecimento e experiências da atualidade. Com o espírito de pesquisa, o aluno desenvolve um trabalho na área de sua preferência sob orientação teórico-prática de professores, pós-graduados e universitários. As áreas oferecidas são: Direito, Computação Gráfica, Engenharia Eletrônica, Marketing, Astronáutica, Engenharia Mecânica, Física, Astronomia, Matemática, Informática, Medicina, Engenharia de Produção, Química, Engenharia Nuclear, Engenharia Civil, Formação de Executivos e outras.

- Programa de Orientação Científica (Provoc) - O Provoc tem o objetivo de despertar, no estudante, o interesse pela pesquisa, possibilitar a participação dele no desenvolvimento de pesquisas científicas e proporcionar a vivência do trabalho de laboratório por parte de estudantes, possibilitando-lhes integrar a teoria e a prática. O Programa oferece vagas limitadas para as áreas de Biologia, Física e Química aos alunos de 1ª série do ensino médio interessados em ingressar na área de pesquisa. O Programa se divide em duas partes: Iniciante e Avançado. Os alunos do CP II fazem o trabalho nos dois estágios, sendo alguns aproveitados e obtendo bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mesmo que já tenham saído do CP II, ao término do ensino médio.

- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) - Na UE Humaitá II e na UE Centro, desenvolve-se um trabalho com alunos do ensino médio e do 1º período do curso de Engenharia da PUC-RJ, na disciplina Introdução à Engenharia. Foram selecionados previamente dez alunos da UE Humaitá II para o trabalho realizado durante o ano letivo e três alunos da UE Centro.

- Observatório Nacional - É um estágio oferecido a alunos de 2ª e 3ª séries do ensino médio da UE São Cristóvão III, que tenham interesse na área de Computação Aplicada à Astronomia no Observatório Nacional; estudantes que tenham interesse por Astronomia e noções de programação em Linguagens Pascal e Fortran. O estágio tem duração de seis meses com uma carga horária de 20 horas semanais. Os alunos recebem

<p>uma remuneração mensal e, ao final do estágio, um certificado expedido pelo CNPq. Em 2000, cerca de cinco alunos participaram.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Museu Nacional - É um Programa de Iniciação Científica (PIC Júnior) no Museu Nacional (UFRJ) direcionado a alunos da 2ª série do ensino médio das UEs São Cristóvão III e Humaitá II. Tem como objetivo proporcionar aos alunos a possibilidade de frequentarem os laboratórios do Museu Nacional, vivendo o cotidiano dos pesquisadores e participando de experimentos, despertando o interesse pela pesquisa científica. Em 2000, cerca de 20 alunos participaram.
<ul style="list-style-type: none"> • Instituto de Educação dos Surdos (Ines) e Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) - As duas instituições assessoram o CP II e fazem o acompanhamento de alunos portadores de necessidades educativas especiais, suprimindo algumas de suas carências, com o objetivo de facilitar-lhes a aprendizagem e a integração aos demais.
<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Integração Empresa-Escola do Rio de Janeiro (Ciee) - Facilita a inserção de alunos oriundos do ensino médio no mercado de trabalho.
<ul style="list-style-type: none"> • Faculdade da Cidade (UniverCidade) - A UniverCidade concede bolsa-auxílio para os alunos do CP II interessados nos cursos ofertados pela instituição. O percentual de desconto depende da média aritmética alcançada pelo aluno no decorrer do ensino médio: 100% de bolsa para alunos com média de 8,5 a 10; 75% para alunos com média de 7 a 8,4; e 50% de bolsa para alunos com média de 6 a 6,9.
<ul style="list-style-type: none"> • Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (Cetiqt) - Os alunos do CP II fazem uma prova de seleção classificatória, da qual constam as seguintes disciplinas: Matemática, Física, Química e Biologia. Os candidatos ocupam as vagas de acordo com suas opções de curso e sua classificação na seleção. São oferecidas, também, 12 vagas para o curso superior de Engenharia Têxtil, por processo de seleção.
<ul style="list-style-type: none"> • Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) - Os alunos do CP II, por meio de concurso interno, podem complementar seus estudos nos cursos técnicos oferecidos pelo Cefet. O convênio existe desde 1998 e prevê a troca de alunos pertencentes às duas instituições de ensino, pelo princípio da reciprocidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) - Oferece palestras/cursos de orientação para inserção dos jovens no mercado de trabalho.

ANEXO VI

EXPANSÃO DO COLÉGIO PEDRO II: ENTREVISTA COM O DIRETOR GERAL

A atual política de expansão do Pedro II começa em 2004, concretizando-se com o convênio firmado com a Prefeitura do Rio de Janeiro para a instalação de uma Unidade de Ensino Médio em Realengo. Em 2006, novo convênio, desta vez com a Prefeitura de Niterói, instala mais uma Unidade de Ensino Médio. Mais recentemente, há cerca de um mês, tivemos a notícia da possibilidade de abertura de mais uma Unidade, na Cidade de Deus.

Além dessa expansão geográfica, realiza-se outra, relativa a modalidades de ensino. Agora, além de oferecer Ensino Médio "regular", o Pedro II também oferece a modalidade profissionalizante, viabilizada pelo chamado "Ensino Médio Integrado", iniciado em 2005, e pelo PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos), iniciado em setembro de 2006.

A comunidade escolar do Pedro II sabe muito pouco acerca dessa expansão. A decisão de instalar novas Unidades e instituir novos cursos não foi precedida da necessária discussão no fórum máximo deliberativo do Colégio, que é a Congregação, e nem, ao menos, no Conselho Pedagógico. Na tentativa de obter mais esclarecimentos sobre o tema e informar a comunidade escolar, a ADCPII solicitou e obteve uma entrevista com o Sr. Diretor-Geral, a partir de um roteiro enviado à Direção dias antes do encontro. Na decorrer da entrevista, várias outras questões, além da expansão, foram abordadas. Leia a seguir os principais trechos:

> Novo concurso para professores

DG: Eu devo receber agora para o ano a autorização para concurso para duzentas. Eu estou regateando um pouquinho mais. Por quê? Porque eles vão fazer um rateio de vagas. O próprio governo, o MEC, ele fica refém do planejamento da área econômica. ... isso aqui eu já tenho fechado. Fechado pelo governo. Duzentas vagas para o Pedro II. (...)

Então, eu vou ter junto com a Secretaria de Ensino, Conselho Pedagógico, que são Chefes de Departamento, Diretores, estudar como vamos distribuir isso. Percebeu?

> Pedro II na Cidade de Deus

DG: Não está definido por um motivo. A Cidade de Deus precisa de uma escola média lá. (...)

O Arnaldo Niskier, que é o Secretário de Educação, disse que a comunidade da Cidade de Deus estava interessada em ter um Pedro II. Muito bem. Aí eu disse: nós só iremos para a Cidade de Deus com uma condição: (...) essa área tem uma creche aqui e tem uma área ali. Nós iremos, mas sem destruir a creche. Pôr a creche atrás - ao lado tem condições de adaptar pra creche - são meninos pobres, mulheres que moram ali e que precisam trabalhar. As crianças, dá gostosura a afetividade das crianças. As crianças chegam, te abraçam, seguram as tuas pernas, te beijam. Não tem diferença nenhuma o ser humano. E tem lá umas obnegadas que mantêm a creche. As mães, a comunidade. O que acontece? Eu não aceitaria desalojar crianças. (...) O ser humano é um animal semântico. Vocês às vezes ficam em dúvida. Eu criei o seguinte: intercomplementaridade entre os sistemas federal, estadual e municipal. Nenhum de nós pode sozinho fazer, nós temos que fazer intercomplementaridade do sistema. Eles já estão falando nessa linguagem:

intercomplementaridade do sistema. Então, em Jacarepaguá, o Lula se comprometeu lá de botar uma escola. Eles têm que respeitar nosso poder. Vamos pra lá sim. Em trinta dias eu implanto a escola lá, mas desde que ela esteja equipada, transformada a energia elétrica, solução pra creche que está ocupando a área. Eles prometeram tudo isso.

> Histórico do surgimento do Pedro II em Realengo / Convênios

DG: O César Maia quando reclamou que na zona oeste ele tinha dez mil vagas de Ensino Médio que não podia preencher. Por quê? O Ensino Fundamental até a 8ª série está atendendo, o sistema municipal. Agora ele não tem escola pública pra Ensino Médio. Ele tem uma porção de escolas particulares, em Realengo. Ao lado do terreno do Pedro II tem escolas médias, mas não tem para o povão.

ADCPII: Mas essas escolas não são responsabilidade do Estado? É do César Maia?

DG: O César Maia, o que ele quer? Porque veja bem ele é municipal ele tem até a 8ª série. O garoto está saindo da 8ª série fica no vazio das classes menos favorecidas e ele quer o convênio. Então, eu topei fazer o convênio com ele. Ele me cedia uma escola à noite e dinheiro para o custeio. Porque o Fernando Henrique Cardoso, nós ficamos nove anos sem verbas de custeio - congeladas. Teve época que não tinha nem verba de investimento. Não tinha. Castigou-se, não foi só o Pedro II, todo o sistema educacional, nove anos. O que aconteceu agora? Ele nos deu no ano passado um acréscimo, o governo Lula, de um milhão de reais na nossa verba de custeio. Aumentou. Um milhão. Aumentou para as Universidades, aumentou para as escolas os Cefets. Esse ano eu estou recebendo, se não houver contingenciamento, mais 800 mil por causa da performance do Pedro II. Eles aumentaram 18% orçamentariamente. (...)

Então, o que aconteceu, deixa eu contar. Em Realengo eu lancei um desafio pro César Maia. Ele construir uma escola. Ele topou o desafio que eu fiz de público. (...) Eu erradamente, equivocadamente, coloquei no convênio que esse dinheiro é para suprir os custos dos professores. Nós calculamos. Quando eu fiz por Niterói eu não fiz isso mais. Eu disse que era para custeio e aí eu poderia ter usado.

ADCPPII: Então, existem esses convênios por escrito?

DG: Eu dou [os convênios], de livre acesso, tranquilamente. (*) Não tem nada que não seja transparente. (...)

Estou renovando o convênio com o César Maia. Só que agora estou renovando em outros termos. Pra quê? Para que eu possa em vez de pegar esse dinheiro e jogar na caixa d'água geral, jogar em custeio, porque o pessoal é sempre garantido.

Aí veio Niterói. Em Niterói me deram uma escola, equiparam a escola todinha e fizeram o Pedro II. Nós colocamos professores lá. E o dinheiro que entra é da receita própria do Colégio.

> Infra-estrutura de funcionamento das novas Unidades

ADCPPII: Professor, quando as Unidades são abertas, tem a questão do professor. E na área técnica? Inspectores, toda essa parte de infra-estrutura?

DG: Nós temos que comer o mingau pela beirada quando tá quente. Certo? A nossa sorte é que o governo se reelegeu. Não se reelegeu o governo da Lula? Então, ele tem que entrar agora na área de recursos humanos, de psicólogo, técnico em educação, médico, inspetor de aluno. Então essa demanda nós estamos estudando como fazê-la.

ADCPPII: Porque, na verdade, o que a gente sabe, eles [os professores] dizem que as instalações, tanto as de Realengo quanto as de Niterói, ainda hoje têm uma certa precariedade. Por exemplo, a questão do som: o professor numa sala de aula ouve tudo o que o professor da sala de aula ao lado fala. Tem uma questão de acústica ruim.

DG: Isso não é novidade. O CIEP também.

ADCPPII: O CIEP também. O que é uma coisa ruim. Na sala dos professores, por exemplo, mal cabem uma mesa com cadeiras e às vezes, o professor tem de ficar de pé porque não dá vazão para todos eles. Então, o que a gente nota é que as instalações estão ainda precárias porque está começando, a gente entende, mas por que o Pedro II foi compelido a, digamos assim, forçar uma barra para funcionar? Qual é o interesse mesmo do Pedro II nisso?

DG: É o seguinte. Se ele não tivesse esse dinamismo, ele seria ultrapassado. Nós perderíamos o *timing*, o momento exato.

ADCPPII: Agora, na verdade, na Cidade de Deus vai ser Ensino Médio, né? Como vai ficar esse acordo com o novo governo, do Sérgio Cabral?

DG: Eu não assinei nada com o estado, nada! Por quê? Porque não me deu as condições. Aqui, isso é que eu digo, é uma interrogação. Agora com Niterói a UFF está negociando com o quartel que tem lá, dar o terreno da UFF, o quartel, o Exército entrega a área que é ao lado da Universidade. O Godofredo e o reitor que foi eleito agora vão se encontrar comigo para nós fazermos. A metade do quartel fica pro Pedro II, que é bem instalado, e a outra metade fica pra UFF - planejamento de pós-graduados e universitários. Nós credenciamos.

Agora, lá em Realengo não se ouve o que o professor diz de um lado pro outro, não, porque é alvenaria. A divisão é alvenaria. Lá em Niterói pode ser, mas lá em Realengo não ouve não.

ADCPPII: É o que os professores dizem.

DG: Agora é claro que a sala de professores com banheiro privativo para os professores e professoras, não é do tamanho daqui, mas está montado dignamente. Mas, eu já estou no prédio da frente, que não era pra ser reformado, eu reformei a fachada. Agora aqui vem outro prédio, nós restauramos de acordo como historicamente foi. Ele tem o formato de U. Aqui, dentro de um mês, está completo com piso novo, com janelas novas, com as escadas, instalando toda a infra-estrutura administrativa e tecnológica de computação na frente. Então alivia essa área, entendeu?

> Diversidades de situações no Pedro II, devido às novas Unidades e aos novos cursos

ADCPPII: O senhor falou em homogeneidade do Pedro II. Comparando há quarenta, cinquenta anos atrás, o Pedro II hoje seria mais homogêneo. Isso é verdade não levando em consideração as novas Unidades, porque a gente ainda não pode dizer, acho que o senhor sabe bem, que Realengo e Niterói são como os CPIIs daqui.

DG: Você já viu as estatísticas, as provas, da média de aproveitamento?

ADCPPII: Eu estou me referindo, novamente, em relação ao que os professores dizem. Os programas que a gente aplica não são a mesma coisa. Não estou dizendo que isso é ruim. É o que tem que ser. Aqui é assim porque o nosso aluno vem desde o CA, mas lá é só o Ensino Médio.

O senhor lembra? No 1º ano de Realengo, nós recebemos, lá no Conselho Pedagógico, um comunicado que, lá em meados de agosto/setembro, os professores tiveram que dar uma parada em todas as disciplinas porque verificaram que não estava sendo possível andar com o programa porque os alunos tinham muitas lacunas de conhecimento.

ANEXO VII



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ENSINO

EDITAL Nº 10 / 2007

ADMISSÃO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQÜENTE AO ENSINO MÉDIO

ÁREA DE FORMAÇÃO: INFORMÁTICA

2 0 0 7

O DIRETOR-GERAL DO COLÉGIO PEDRO II determina e a SECRETÁRIA DE ENSINO torna públicos, nos termos deste Edital, as normas e os procedimentos necessários para a realização do Concurso de Seleção e Classificação de Candidatos à matrícula, exclusivamente, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subseqüente ao Ensino Médio na área de Informática, para o ano letivo de 2007, no Campus Avançado de Duque de Caxias.

I - DAS VAGAS

Art. 1º São oferecidas **210 vagas para o Campus Avançado de Duque de Caxias**, sito à Rua República do Paraguai, 120 – Complexo Educacional Caminho do Futuro, no bairro Sarapuí, assim distribuídas pelos turnos de aulas:

- a) No 1º turno: 105 vagas
- b) No 2º turno: 105 vagas

Parágrafo único. É terminantemente vedada a matrícula, em outra modalidade de ensino, de candidato aprovado na forma deste Edital.

Art. 2º O total das vagas disponíveis será preenchido conforme o seguinte critério:

Grupo I – Cinquenta por cento (50%) por candidatos oriundos das escolas que integram a Rede Pública de Ensino Médio, mantida pelos Governos Municipais, Estaduais e Federal (a ser comprovado no ato da matrícula, através do Histórico Escolar);

Grupo II – Cinquenta por cento (50%) por candidatos que não cumprirem o critério exigido no Parágrafo primeiro deste Artigo.

Parágrafo primeiro. Para os candidatos que quiserem concorrer às vagas do Grupo I exigir-se-á, obrigatoriamente, no ato de inscrição, declaração oficial conforme modelo constante do Anexo I deste Edital, comprovante de escolaridade, no qual demonstre haver cursado, no mínimo, o Ensino Médio, integralmente, em escola de Rede Pública Municipal, Estadual ou Federal.

1º Edital de Seleção discente para a UNED Caxias, em 2007. Disponível em: http://dhui.cp2.g12.br/dhui_arquivos/ano_2007/certame_0020/01_31072007_EDITAL_10.pdf - Acesso em 20 de dezembro de 2020.

ANEXO VIII

COLÉGIO PEDRO II
SECRETARIA DE ENSINO

**PROCESSO SELETIVO INTERNO 2007- 2008
PARA CURSOS TÉCNICOS SUBSEQÜENTES DO CEFET-RJ**

NORMAS E PROCEDIMENTOS

*Público-Alvo: alunos do CPII que cursarão em 2008
a 3ªsérie do Ensino Médio Regular*

A SECRETARIA DE ENSINO DO COLÉGIO PEDRO II torna público, nos termos do Convênio firmado entre o COLÉGIO PEDRO II e o CEFET-RJ e nos termos do presente Edital, as normas e os procedimentos necessários à realização do **Processo Seletivo Interno 2007-2008 para preenchimento de vagas disponibilizadas nos Cursos Técnicos do CEFET-RJ.**

I - SOBRE O CONVÊNIO COLÉGIO PEDRO II /CEFET-RJ

Desde 1999, o Colégio Pedro II mantém parceria com o CEFET-RJ com o objetivo de oferecer aos seus alunos do Ensino Médio Regular a opção de matrícula em Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no CEFET-RJ **concomitante ao Ensino Médio Regular cursado no CPII.** Em contrapartida, o Colégio recebe alunos originários do CEFET-RJ para cursarem o Ensino Médio Regular.

Aos alunos que estarão cursando a 3ª série/Ensino Médio Regular em 2008, o CEFET-RJ oferece vagas nos **Cursos Técnicos de modalidade Subseqüente.** Esta modalidade tem a **duração de 4 (quatro) semestres letivos acrescidos de estágio curricular obrigatório na área de formação específica,** de forma que, mesmo após a formatura e saída do CPII, nosso ex-aluno permanecerá concluindo o seu Curso Técnico no CEFET-RJ. As aulas ocorrem de segunda a sexta-feira no **HORÁRIO NOTURNO - de 18:20 às 22:40.**

Para todos os alunos (originários do CEFET-RJ ou do Colégio Pedro II) que participarem deste convênio, **o trancamento ou cancelamento de matrícula na sua escola de origem implicará no cancelamento de matrícula no âmbito da outra instituição de ensino.**

Os alunos do Colégio Pedro II matriculados nos Cursos Técnicos do CEFET-RJ a partir deste convênio, deverão obedecer a todas as normas e regulamentos de cada uma das instituições de ensino no tocante ao uso de uniformes, diretrizes de avaliação e de freqüência.

II- SOBRE O PROCESSO SELETIVO INTERNO: NORMAS E PROCEDIMENTOS

A - DAS VAGAS

Estão sendo oferecidas **10 (DEZ) VAGAS** para matrícula em Cursos Técnicos Subseqüentes (noturnos) do CEFET-RJ, conforme distribuição apresentada no quadro a seguir:

ÁREA PROFISSIONAL	CURSO	Nº DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
		1º Semestre	2º Semestre	
		Noite	Noite	
Construção Civil	EDIFICAÇÕES	1	1	2
	ELETROTÉCNICA	1	1	2
Indústria	MECÂNICA	1	1	2
	SEG. DO TRABALHO	1	1	2
Telecomunicações	TELECOMUNICAÇÕES	1	1	2
TOTAL				10

IMPORTANTE:

- 1- No ato da inscrição, o candidato deverá optar pelo Curso Técnico Subseqüente de sua preferência, *ciente de que concorre somente às vagas que a ele se destinam, no turno e semestre previamente fixados, conforme apresentado.*
- 2- Todos os Cursos Técnicos Subseqüentes do CEFET-RJ ocorrem em **HORÁRIO NOTURNO** – de 18:20 às 22:40 . Logo, só podem concorrer às vagas previstas no presente Edital, os alunos cuja matrícula na 3ª série/ Ensino Médio Regular do CP11 em 2008 se efetue em horário diurno. Em hipótese alguma haverá mudanças de curso ou de turno tanto da parte do CEFET-RJ como do Colégio Pedro II. O candidato que não obedecer a esta norma estará automaticamente **ELIMINADO** do Processo Seletivo.

B- DAS INSCRIÇÕES

São requisitos para inscrição no **Processo Seletivo Interno 2007-2008** com vistas ao preenchimento das vagas disponibilizadas nos Cursos Técnicos Subseqüentes do CEFET/RJ:

- 1- ser aluno regularmente matriculado em qualquer Unidade Escolar do Colégio Pedro II, em vista de concluir a 2ª série/ Ensino Médio Regular em 2007. *Somente poderão se matricular nos Cursos Técnicos Subseqüentes do CEFET-RJ os alunos que, além de classificados no presente Processo Seletivo Interno, também forem APROVADOS EM 2007 para a 3ª série do Ensino Médio Regular do Colégio Pedro II. O candidato que não atender a esta exigência será ELIMINADO.*
- 2- preencher ficha de inscrição, na qual constará **autorização do responsável** para que, se selecionado, o aluno curse efetivamente o Curso Técnico no CEFET-RJ;
- 3- indicar, no ato da inscrição, **UMA ÚNICA OPÇÃO** de Curso Técnico Subseqüente no CEFET-RJ e a ciência de que todos os Cursos Técnicos Subseqüentes ocorrem em **HORÁRIO NOTURNO** – de 18:20 às 22:40.

Edital de Seleção de alunos para cursos subsequentes oferecidos em convênio com o CEFET-RJ, em 2009. Disponível em: <http://cp2.g12.br/UAs/se/setores/sepec/cursos/cefet/200708/editais/Edital%20Processo%20Seletivo%20Interno%202007-2008-3-serie.pdf> - Acesso em 20 de dezembro de 2020.

ANEXO IX

PROCESSO DE SELEÇÃO A NOVOS ALUNOS SÉRIE HISTÓRICA/ INSCRIÇÕES/ POR GRUPO

1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO REGULAR

GRUPO I

UNIDADE ESCOLAR	2007/ 2008				2008/ 2009				2009/ 2010				2010/ 2011			
	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V
Centro					81	23,1	15	5,4	132	27,9	15	8,8	144	25,1	15	9,6
Duque de Caxias	186	31,8	54	3,4	260	21,9	75	3,5	575	30,7	75	7,7	391	21,6	53	7,4
Humaitá II	122	36,2	40	3,1	101	40,2	35	2,9	122	34,8	40	3,1	102	34,3	30	3,4
Niterói	298	21,1	81	3,7	217	16,8	85	2,6	325	20,6	75	4,3	379	21,1	75	5,1
Realengo II	858	35,5	62	13,8	762	32,5	75	10,2	978	31,8	75	13	1144	27,6	75	15,3
São Cristóvão III	859	36,8	75	11,5	450	26,2	50	9	549	30,8	50	11	754	27,7	50	15,1
TOTAL	2323	32,8	312	7,4	1871	26,2	335	5,6	2681	29,4	330	8,1	2914	25,7	298	9,8

GRUPO II

UNIDADE ESCOLAR	2007/ 2008				2008/ 2009				2009/ 2010				2010/ 2011			
	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V
Centro					269	76,9	15	17,9	341	72,1	15	22,7	430	74,9	15	28,7
Duque de Caxias	399	68,2	54	7,4	928	78,1	75	12,4	1299	69,3	75	17,3	1416	78,4	53	26,7
Humaitá II	215	63,8	40	5,4	150	59,8	35	4,3	229	65,2	40	5,7	195	65,7	30	6,5
Niterói	1117	78,9	81	13,8	1078	83,2	85	12,7	1254	79,4	75	16,7	1416	78,9	75	18,9
Realengo	1558	64,5	62	25,1	1586	67,5	75	21,1	2095	68,2	75	27,9	2999	72,4	75	40,0
São Cristóvão III	1478	63,2	75	19,7	1267	73,8	50	25,3	1231	69,2	50	24,6	1968	72,3	50	39,4
TOTAL	4767	67,2	312	15,3	5278	73,8	335	15,8	6449	70,6	330	19,5	8424	74,3	298	28,3

* Percentual de participação calculado sobre o total de inscrições considerando ambos os grupos.

1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

GRUPO I

UNIDADE ESCOLAR	2007/ 2008				2008/ 2009				2009/ 2010				2010/ 2011			
	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V
Engenho Novo II	85	34,8	16	5,3	51	35,2	6	8,5	52	26	9	5,8	79	30,9	10	7,9
São Cristóvão III/ INFO	147	40,2	15	9,8	92	40,4	9	10,2	75	41	8	9,4	82	30,3	8	10,3
São Cristóvão III/ MIMA	72	32,9	15	4,8	43	25,3	8	5,4	53	32,3	9	5,9	75	23,6	8	9,4
Tijuca II	91	38,4	10	9,1	68	26,2	9	7,6	79	37,1	7	11,3	97	26,2	10	9,7
TOTAL	395	39,9	56	7,1	254	31,6	32	7,9	259	34,1	33	7,8	333	27,4	36	9,3

GRUPO II

UNIDADE ESCOLAR	2007/ 2008				2008/ 2009				2009/ 2010				2010/ 2011			
	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V	Inscritos	%*	Vagas	C/V
Engenho Novo II	159	65,2	16	9,9	94	64,8	6	15,7	148	74	9	16,4	177	69,1	10	17,7
São Cristóvão III/ INFO	219	59,8	15	14,6	136	59,6	9	15,1	108	59	8	13,5	189	69,7	8	23,6
São Cristóvão III/ MIMA	72	32,9	15	4,8	127	74,7	8	15,9	111	67,7	9	12,3	243	76,4	8	30,4
Tijuca II	146	61,6	10	14,6	192	73,8	9	21,3	134	62,9	7	19,1	273	73,8	10	27,3
TOTAL	596	60,1	56	10,6	549	68,4	32	17,2	501	65,9	33	15,2	882	72,6	36	24,5

* Percentual de participação calculado sobre o total de inscrições considerando ambos os grupos.

Seleção 2010/2011

1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO REGULAR

Unidade Escolar	Grupo I (Público)				Grupo II (Particular)				RESUMO		
	Inscritos	%	Vagas	C/V	Inscritos	%	Vagas	C/V	Total	Vagas	C/V
Centro	144	25,1	15	9,6	430	74,9	15	28,7	574	30	19,1
Duque de Caxias	391	21,6	53	7,4	1416	78,4	53	26,7	1807	106	17,0
Humaitá II	102	34,3	30	3,4	195	65,7	30	6,5	297	60	5,0
Niterói	379	21,1	75	5,1	1416	78,9	75	18,9	1795	150	12,0
Realengo	1144	27,6	75	15,3	2999	72,4	75	40,0	4143	150	27,6
São Cristóvão III	754	27,7	50	15,1	1968	72,3	50	39,4	2722	100	27,2
TOTAL	2914	25,7	298	9,8	8424	74,3	298	28,3	11338	596	19,0

1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO/ INFORMÁTICA

Unidade Escolar	Grupo I (Público)				Grupo II (Particular)				RESUMO		
	Inscritos	%	Vagas	C/V	Inscritos	%	Vagas	C/V	Total	Vagas	C/V
Engenho Novo II	79	30,9	10	7,9	177	69,1	10	17,7	256	20	12,8
São Cristóvão III	82	30,3	8	10,3	189	69,7	8	23,6	271	16	16,9
Tijuca II	97	26,2	10	9,7	273	73,8	10	27,3	370	20	18,5
TOTAL	258	28,8	28	9,2	639	71,2	28	22,8	897	56	16,0

1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO/ MEIO AMBIENTE

Unidade Escolar	Grupo I (Público)				Grupo II (Particular)				RESUMO		
	Inscritos	%	Vagas	C/V	Inscritos	%	Vagas	C/V	Total	Vagas	C/V
São Cristóvão III	75	23,6	8	9,4	243	76,4	8	30,4	318	16	19,9

Grupo I: alunos oriundos da rede pública
 Grupo II: ampla concorrência

Extraído do Relatório de Gestão de 2012 (p. 37; 39)

Disponível em:

http://www.cp2.g12.br/contas_publicas/contas_2010/Relatorio%20de%20Gestao%202010.pdf – Acesso em 06 de dezembro de 2020.

ANEXO X

UM BALANÇO DA EXPANSÃO, PELOS ENTREVISTADOS

Durante as entrevistas, os sujeitos entrevistados¹⁴⁶ fizeram um balanço acerca da expansão do início do século XXI. Apresentamos, abaixo, alguns trechos selecionados:

Eu acho que a avaliação foi ótima, porque a escola passou a atender, né, regiões mais carentes de uma boa escola; se você fizer um levantamento esses alunos acreditaram na escola, e abraçam essa escola de uma maneira muito importante pra vida deles, tanto que você pode ver que os melhores resultados em média são do *campus* da expansão. As três unidades de expansão passaram a ter um perfil de rendimento que eu não acredito muito ainda, nós... eu e o Oscar, a gente sempre fala que a gente não tem um sistema de avaliação, a gente tem um sistema de medidas, ((riso)) a verdade é essa. A gente tirou 10, tirou 9, tirou 8, mas não tem ainda um sistema de avaliação que seja realmente importante, e sim de medidas. Mas aferindo essas medidas, nossos campi (...) eles apresentam um melhor resultado do que os mais antigos, e que atendem uma classe social ainda melhor, assim, financeiramente melhor. Então eu acho que é... essa é a avaliação que eu acho que a expansão foi um bom negócio, pro colégio e para as comunidades onde ele situou. Porque todas elas foram transformadas, as regiões mudaram muito após a implantação do colégio. Realengo assim, foi mais especial porque a gente partiu pro Fundamental II, e depois todo mundo partiu pro Fundamental I, e depois pro CREIR [Educação Infantil]. Então hoje um aluno que fosse sorteado no CREIR, ele entra lá com 3 anos e pode sair de lá com 17 anos, pra uma universidade (VILLARDI, 2020).

A minha avaliação é totalmente positiva. Eu acho que se a gente pudesse ir pra Região Serrana, se a gente pudesse vir pra Região dos Lagos, acho que expansão é sempre muito bom, a gente podia botar um Colégio Pedro II em cada cantinho, seria muito bom pra educação, pra educação do estado, quiçá do país. Imagina todo estado ter um Colégio Pedro II, um colégio com uma referência como essa, por mais que hoje não seja tanta referência assim, esteja um pouquinho bagunçado, mas isso é passageiro, eu tenho fé que um dia retoma aí um pouco essa rédea aí que foi perdida, mas eu vejo com muito bons olhos. Eu acredito que hoje... hoje as pessoas também vejam a expansão como algo positivo. Eu sei que à época, pelo que me contam, as famosas canetadas do Choeri e tudo mais, se fosse perguntar se queria fazer, como faria... acho que o grande questionamento também foi a questão de ter docente ou

¹⁴⁶ Não incluímos as respostas de SAYDE (2020) e RODRIGUES (2020) para evitar a repetição de suas análises já presentes no capítulo anterior. Ambas as entrevistadas fizeram um balanço da expansão em paralelo à equiparação do CPEI a instituto federal.

não ter docente, o grande número de professores contratados que foram utilizados nessa expansão, mas na minha opinião se não fosse assim, não sairia. Se fosse pedir código de vaga pro MEC pra fazer concurso, pra contratar, pra poder empossar e tudo mais, pra depois expandir, acho que não, acho que... Acho que a ideia principal foi criar o fato, “olha, temos condições financeiras, temos possibilidades de fazer parcerias lá com os municípios, vamos jogar o colégio lá e a gente dá um jeito aí, vê no que acontece”, eu acredito que a linha seja mais ou menos essa, entendeu? Hoje passado aí já um tempo, só Caxias aí tem 12 anos, vai pra 13 anos de idade. Passado esse tempo, acho que após essa maturação, acho que as pessoas veem, sim, com bons olhos, a maioria eu acredito (NOGUEIRA, 2020).

Eu acho o seguinte, o grande ganho está naquilo que eu falei no início, quer dizer, eu acho que o colégio, ele hoje atende um número muito maior de pessoas, eu acho que esse é o grande... o grande lado positivo da expansão foi esse. Pra nós professores e servidores, acho que é mais uma oportunidade de trabalho sem dúvida alguma, mais uma experiência, e eu acho que o colégio ganhou mais projeção, certo? Eu acho que ele deixou de ser um colégio muito local, muito só da cidade do Rio de Janeiro e ganhou uma projeção muito maior. Tanto assim... um bom reflexo disso, é que quando eu já era diretor, eu sabia disso, que sempre tinha uma romaria de políticos lá e tal, prefeitos querendo que levasse alguma unidade do Pedro II pros seus respectivos municípios, porque lógico, eles ouviam as informações dos resultados, só que aí era que o colégio acabou sendo muito mais cuidadoso nessa expansão, tanto que depois de Niterói ele só fez Caxias e não foi mais pra lugar nenhum. (...) Pro Colégio Pedro II, o desafio foi a novidade, quer dizer, imagina uma situação, ele só tinha aquelas unidades tradicionais, então era uma coisa muito nova... por exemplo, essa experiência não era uma experiência nova para as antigas escolas técnicas, atual Instituto Federal, que elas meio que já ‘tavam’ se interiorizando, meio que já tinha uma experiência acumulada. Então nós que estávamos fazendo algo muito novo pro colégio, e em uma época de muita mudança. Hoje em dia, por exemplo, já quando eu estava lá, cada campus é que passou a fazer por exemplo, suas compras, suas licitações, então tudo isso é um aprendizado muito grande e complexo, não é fácil. Então eu acho que esse foi o grande desafio, é fazer essa expansão em um momento de muita mudança que ‘tava’ acontecendo, mudança legal, mudanças administrativas, sabe? E a gente foi meio que aprendendo ali, aprendendo e fazendo, entendeu? Foi muito assim. E assim, só um complemento, um desafio também, é importante lembrar é o seguinte, eu não sei se Realengo e Caxias passaram por isso, Niterói eu reforço, nós passamos por isso, a dúvida se o Pedro II ia dar certo ali, no começo nem todo mundo acreditava, então isso não parece nada, mas é uma dificuldade grande, por isso que eu reforço aquela gratidão e aquele grupo lá que começou tudo (CALDEIRA, 2020).

Ninguém era contra a expansão. É a mesma coisa que se deu a nível nacional, a expansão dos institutos federais. Porque teve instituto federal, por exemplo, de Brasília, que logo que abriu não tinha a infraestrutura mínima necessária pro funcionamento deles. Aí numa dessas mesas de negociações e coisas, a gente vai falar com um deles, eles chegaram e disseram pra gente, “olha, ou a gente faz agora e desse jeito e vai melhorando, ou a gente não vai conseguir fazer a expansão”,

que tinha muita gente contrária e a gente dá a garantia de que nós vamos dar todo o apoio pro crescimento dessas unidades que estão sendo feitas agora”, foi o que aconteceu também no Pedro II. (...) as comunidades onde ele se implantou realmente tinham a necessidade de ter um colégio desse porte e dessa dimensão (MARQUES, 2020).

(...) Hoje nós temos os campi estruturados e a própria participação do Pedro II na rede [RFEPCT] fez com que o orçamento fosse descentralizado. Hoje Realengo tem seu próprio orçamento, tem a sua equipe de compras, tem a sua equipe que acaba fazendo todos os procedimentos. Há um deslocamento do poder instituído e da gestão, que era toda centralizada no prédio da antiga direção geral que passou a se dar com a reitoria e com a equiparação dos institutos a partir das direções gerais dos campi, entendeu? Quem ganhou com isso? A comunidade, porque a estrutura hoje é muito melhor, você vê que os campi acabam fazendo um trabalho pra mostrar pra a comunidade, porque todo mundo tem interesse de mostrar um bom trabalho. E você vê ar-condicionado, equipamentos, mobiliário, material didático, material pedagógico, material de papelaria, material... uma série de coisas que anteriormente nós não tínhamos. A questão dos contratos, um atendimento melhor de limpeza, de portaria e por aí vai. E isso gera consequências no atendimento ao público, né, que é muito melhor atendido. Então não tem só... eu não tenho dúvidas que nós estaríamos muito pior se não tivéssemos entrado na rede dos institutos federais. Continuaríamos com o autoritarismo urgindo sem nenhum questionamento; continuaríamos não tendo a disputa institucional, isso se dando de pai pra filho como era antes – de família pra família, de amiguinho pra amiguinho –, continuaríamos a não ter a representação da comunidade escolar nesse processo. Ou seja, continuaríamos como a escola anterior, né. (...) O centenário velho novo Pedro II que diziam (CARVALHO, 2020).

ANEXO XI

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

O Governo Federal está lançando, para os anos de 2006 e 2007, uma meta ambiciosa e de excepcional relevância para o desenvolvimento sócio-econômico do país: assegurar que em todas as 27 Unidades da Federação estejam presentes unidades da Rede Federal de Educação Tecnológica, tanto nas capitais, quanto no interior.

Para tanto, o Ministério da Educação trabalha fortemente para viabilizar, nos próximos dois anos, a implantação de 42 novas unidades de ensino, sendo 5 Escolas Técnicas Federais - ETF, 4 Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e 33 Unidades de Ensino Descentralizadas vinculadas aos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET. Para 2006, estima-se que pelo menos 26 unidades estejam concluídas até dezembro.

144 Instituições Federais

- 01 Universidade Tecnológica
- 6 Campus
- 33 CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica
- 37 UNEDs - Unidades de Ensino Descentralizadas
- 01 ETF - Escola Técnica Federal
- 36 EAFs - Escolas Agrotécnicas Federais
- 30 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades

Expansão da Rede (42 novas unidades):

- 05 ETF - Escola Técnica Federal
- 04 EAF - Escola Agrotécnica Federal
- 33 UNED - Unidade de Ensino Descentralizada



As novas unidades farão parte de uma Rede que hoje já congrega 144 instituições, algumas das quais prestes a completar 100 anos de existência. Essas instituições são reconhecidas, em todo o Brasil e até mesmo no exterior, pela qualidade do ensino ofertado, pelos cursos inéditos lançados e pelos importantes projetos realizados junto à população e às empresas locais, sempre procurando potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer.

Apesar da importância dessas instituições para as localidades onde estão instaladas, é preciso reconhecer que o país guarda uma grande dívida com alguns de seus estados mais carentes e com as regiões menos favorecidas. Em razão das limitações existentes na legislação federal e principalmente em função das restrições impostas pela Lei n.º 9.649, de 1998, há mais de 10 anos que não se implanta nenhuma nova instituição federal de educação tecnológica no país, de modo que estados como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, além de várias outras regiões, não contam com nenhuma escola da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Depois de quase dois anos de luta junto ao Congresso Nacional para eliminar as restrições da legislação, o cenário começa a mudar. A sanção, em 18 de novembro de 2005, da Lei n.º 11.195 abriu caminho para a retomada do projeto de construção de novas escolas públicas de educação profissional e tecnológica. Menos de 30 dias depois, o Governo Federal já assegurava a destinação de R\$ 57 milhões para a construção das 26 primeiras unidades.

Nesta fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica serão adotadas três linhas de atuação prioritária: unidades da federação que não contam com nenhuma instituição da Rede Federal, regiões mais interioranas do território nacional e periferias dos grandes centros urbanos.

Com a expansão, serão contemplados 22 Estados e mais o Distrito Federal. Em conjunto, as 42 novas unidades abrangerão cerca de 1.500 municípios brasileiros. Ao todo serão criadas 74 mil novas vagas em cursos técnicos de nível médio (duração de 1,5 a 3 anos) e em cursos superiores de tecnologia. Os novos cursos deverão estar sintonizados com as demandas de âmbito local e regional.

Do total de novas vagas, aproximadamente 30 mil serão direcionadas ao público de jovens e adultos que ainda não concluíram o ensino médio e que, por intermédio do PROEJA – programa criado pelo Decreto n.º 5.478, de 2005 –, contarão com a possibilidade de concluir a educação básica e ao mesmo tempo se qualificarem para o exercício de uma profissão técnica.

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica implicará também na criação de 4.500 novos postos de trabalho, dois quais 1.770 serão de cargos de professor.

No total, estima-se que sejam comprometidos R\$ 99 milhões para a edificação (ou adaptação de estruturas já existentes) e equipagem das novas unidades de ensino, o que resultará em uma Rede Federal de Educação Tecnológica 30% maior do que a que existia em janeiro de 2003.

Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96281-expansao-folder&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192
- Acesso em 20 de dezembro de 2020.

ANEXO XII

REQUERIMENTO DE INDICAÇÃO nº , DE ABRIL DE 2013

(Do Sr. EURICO JUNIOR)

Requer o envio de indicação ao senhor Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, relativo à autorização para a criação de unidade descentralizada do Colégio Pedro II, para a cidade de Paty do Alferes/RJ.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência seja encaminhada ao Senhor Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, a indicação em anexo, pedindo a autorização para a criação de uma unidade descentralizada do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro para a cidade de Paty do Alferes, no imóvel da União Federal, denominado "Aldeia de Arcozelo", na Avenida Paschoal Carlos Magno, 450, jurisdicionado a Fundação Nacional de Artes – Funarte.

Sala das Sessões, em de abril de 2013

Deputado **EURICO JUNIOR**

PV/RJ

ANEXO XIII

ANTEPROJETO DE LEI N. DE DE DE 2010.

Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Colégio Pedro II, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA DO COLÉGIO PEDRO II

Art. 1º O Colégio Pedro II é uma instituição federal de ensino, pluricurricular e multicampi, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação básica.

§ 1º O Colégio Pedro II possui natureza jurídica de autarquia federal, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§ 2º O Colégio Pedro II poderá ofertar, em conformidade com a legislação vigente, a educação profissional de forma articulada com a educação básica e cursos de graduação e Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu* na área de educação e formação de professores, desde que autorizados pelo seu Conselho Superior.

§ 3º O Colégio Pedro II terá autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO COLÉGIO PEDRO II

Seção I

Das Finalidades e Características do Colégio Pedro II

Art. 2º O Colégio Pedro II tem por finalidades e características:

Seção II

Dos Objetivos do Colégio Pedro II

Art. 3º Observadas as finalidades e características definidas no art. 2º desta Lei, são objetivos do Colégio Pedro II:

I - ministrar educação básica, mantendo, no desenvolvimento de sua ação acadêmica, a prioridade para os ensinamentos fundamental e médio;

II - ministrar educação profissional técnica de nível médio, integrada à educação básica, para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

III - promover pesquisas aplicadas na área de educação e de formação de professores, estimulando o desenvolvimento de soluções sociais e educacionais;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com as necessidades sociais e os princípios e finalidades da educação básica, profissional e de formação de professores, em articulação com os diferentes segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e sociais, objetivando atender às demandas da sociedade;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento cultural, socioeconômico e científico;

VI - difundir, através de publicações, os resultados obtidos no aprimoramento de métodos e técnicas de ensino; e

VII - ministrar, em nível de educação superior:

a) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e demais profissionais da educação;

b) cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas na área de educação e formação de professores; e

c) cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, com vistas ao processo

I - ofertar educação básica, educação profissional de forma articulada com a educação básica e ensino superior na área de educação e de formação de professores, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação nos diversos setores da sociedade organizada e na vida profissional;

II - desenvolver a educação básica, profissional e superior como processos educativos e investigativos;

III - promover a integração dos diferentes níveis de educação e modalidades de ensino ofertados, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - constituir-se em campo de experiência e em centro de excelência na oferta de educação básica e do ensino superior na área de educação e de formação de professores, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico;

V - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de todas as disciplinas que integram a composição curricular da educação básica, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos profissionais de educação das redes públicas de ensino;

VI - desenvolver programas de extensão e de divulgação social, científica e cultural;

VII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, a criatividade e o desenvolvimento social e científico; e

VIII - promover práticas democráticas, de justiça social, de exercício da cidadania e de preservação do meio ambiente.

Parágrafo único. Para a realização de suas finalidades, o Colégio Pedro II poderá incorporar outros estabelecimentos de ensino e institutos técnico-científicos, bem como estabelecer acordos com entidades e organizações oficiais e privadas.

de atualização e melhoria da formação dos profissionais da educação.

Parágrafo único. O Colégio Pedro II poderá receber professores visitantes para reger, em caráter temporário, disciplinas constantes dos cursos a que se refere o inciso VII deste artigo, bem como para ministrar cursos de especialização sobre assuntos pedagógicos, educacionais ou culturais, nos quais sejam especialistas.

Seção III

Da Estrutura Organizacional do Colégio Pedro II

Art. 4º O Colégio Pedro II é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual unificada.

Art. 5º A administração do Colégio Pedro II será constituída pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Superior;

II - Reitoria;

III - Colégio de Dirigentes;

IV - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; e

V - Diretorias-Gerais dos *Campi*.

§ 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Colégio Pedro II.

§ 2º O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos *campi* que integram o Colégio Pedro II.

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes ou de seus pais ou responsáveis, quando for o caso, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Colégio Pedro II, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4º O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de caráter normativo e consultivo, será composto pelos Pró-Reitores das respectivas áreas e por representantes dos docentes e dos servidores técnico-administrativos, e deverá, den-

tre outras atribuições, estabelecer normas que permitam a aplicação e o desenvolvimento de princípios aprovados pelo Conselho Nacional de Educação no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão.

§ 5º O Estatuto do Colégio Pedro II disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes, do Conselho Superior e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 6º A Reitoria do Colégio Pedro II, composta por 1 (um) Reitor e até 5 (cinco) Pró-Reitores, é o órgão executivo central que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Instituição.

§ 1º Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício na Instituição.

§ 2º A Reitoria, como órgão de administração central, será instalada na atual Unidade Administrativa, localizada no Campo de São Cristóvão, 177, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 7º O Reitor será nomeado pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do Colégio Pedro II, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo técnico-administrativo e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente ou de seus pais ou responsáveis, quando for o caso.

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos *campi* que integram o Colégio Pedro II, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício na Instituição e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes D-IV ou D-V da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente ou de seus pais ou responsáveis, quando for o caso.

§ 1º A Diretoria-Geral é o órgão executivo que coordena, fiscaliza e superintende as atividades de cada *campus*.

§ 2º Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do *campus* os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício na Instituição e que se enquadrem em, pelo menos, uma das seguintes situações:

I - preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Colégio Pedro II;

II - possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou

III - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 2º O Ministério da Educação expedirá normas complementares dispondo sobre o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de que trata o inciso III do § 1º deste artigo.

Seção IV

Do Patrimônio do Colégio Pedro II e sua utilização

Art. 10. O patrimônio do Colégio Pedro II é constituído:

I - pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada um dos *campi* que o integram;

II - pelos bens e direitos que lhe forem doados ou que vier a adquirir;

III - pelas doações ou legados que receber; e

IV - por incorporações que resultem de serviços por ele realizados.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Colégio Pedro II serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução

de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 11. A aquisição de bens patrimoniais, por parte do Colégio Pedro II, independe da aprovação do Governo Federal.

Seção V

Dos Recursos do Colégio Pedro II

Art. 12. Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços do Colégio Pedro II, conservação, renovação e ampliação de suas instalações, serão provenientes de:

I - dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União;

II - dotações, a título de auxílio ou subvenção, que lhe atribuírem os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

III - doações que, a esse título, receber de pessoas físicas ou jurídicas;

IV - renda da aplicação de bens patrimoniais;

V - retribuição das atividades remuneradas e quaisquer outros serviços;

VI - emolumentos escolares; e

VII - receita anual.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 13. O cargo de Reitor do Colégio Pedro II será exercido pelo atual Diretor-Geral, até o final de seu mandato em curso.

§ 1º O Reitor do Colégio Pedro II terá a incumbência de promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação desta Lei, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação da proposta de Estatuto e de Plano de Desenvolvimento Institucional do Colégio Pedro II, assegurada a participação paritária da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos.

§ 2º Nos *campi* em processo de implantação, o cargo de Diretor-Geral será provido em caráter *pro-tempore*, por

§ 2º O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

§ 3º Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Art. 8º As Unidades Escolares que atualmente compõem a estrutura organizacional do Colégio Pedro II passam de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de *campus* da Instituição.

§ 1º Integram o Colégio Pedro II os seguintes *campi*:

I - Centro;

II - Duque de Caxias;

III - Engenho Novo I;

IV - Engenho Novo II;

V - Humaitá I;

VI - Humaitá II;

VII - Niterói;

VIII - Realengo I;

IX - Realengo II;

X - São Cristóvão I;

XI - São Cristóvão II;

XII - São Cristóvão III;

XIII - Tijuca I;

XIV - Tijuca II;

§ 2º A criação de novos *campi* fica condicionada à expedição de autorização específica do Ministério da Educação.

Art. 9º Os *campi* serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo *campus*, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo técnico-administrativo e

nomeação do Reitor do Colégio Pedro II, até que seja possível identificar candidatos que atendam aos requisitos previstos no § 1º do art. 8º desta Lei.

Art. 14. Ficam criados, na estrutura organizacional do Colégio Pedro II, para alocação e atendimento aos novos *campi* de Duque de Caxias, Niterói, Realengo I e Realengo II, 240 (duzentos e quarenta) cargos de Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, 160 (cento e sessenta) cargos de Técnico-Administrativo em Educação — Classe C, 80 (oitenta) cargos de Técnico-Administrativo em Educação — Classe D e 80 (oitenta) cargos de Técnico-Administrativo em Educação — Classe E, na forma do Anexo I a esta lei.

Art. 15. Ficam criados, na estrutura organizacional do Colégio Pedro II, os seguintes Cargos de Direção — CD e Funções Gratificadas — FG:

I - 1 (um) Cargo de Direção - CD-1;

II - 19 (dezenove) Cargos de Direção - CD-2;

III - 9 (nove) Cargos de Direção - CD-3;

IV - 16 (dezesseis) Cargos de Direção - CD-4;

V - 87 (oitenta e sete) Funções Gratificadas - FG-1;

VI - 38 (trinta e oito) Funções Gratificadas - FG-2.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Ficam revogados o Decreto-Lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 5.490, de 3 de setembro de 1968, o Decreto-Lei nº 419, de 10 de janeiro de 1969, o Decreto-Lei nº 530, de 15 de abril de 1969, e a Lei nº 5.758, de 3 de dezembro de 1971.

Brasília, de de 2010.

ANEXO XIV

A construção do sentimento de pertencimento discente

(...) bom, eu acho que tanto quanto a de Niterói, eles passaram a ter um sentimento de pertencimento à rede Pedro II que não existia logo no iníciozinho, mas eles por terem tido a oportunidade de estudar lá, passaram a ter o sentimento dos que mais o Pedro II tem. Não tem ex-aluno que ao ouvir, sei lá, “tabuada”, por exemplo, não se emocione, entendeu? O Pedro II realmente desperta nas pessoas esse amor (MARQUES, 2020).

Em algumas entrevistas, comentamos sobre como o corpo discente das UNEDs se sentiria aluno do Pedro II e destacamos relatos de Halac (2011) no quadro seguinte, acerca desse processo de forjar a identidade discente no cotidiano escolar. Neste anexo, apresentamos alguns materiais que apresentam o processo de construção do sentimento de pertencimento dos alunos fundadores das unidades criadas (Realengo, Niterói e Duque de Caxias) pela expansão dos Anos 2000.



Figura 65 - Emblema do uniforme dos alunos da UNED CPIX Caxias.
Extraída de Halac (2011, p. 110).

(...) os alunos saem de lá após três anos como se tivessem vivido 30, é um amor pelo Colégio, uma paixão. Acho que quando você coloca o uniforme do Pedro II, sua alma se transforma, você tem uma transformação total na tua vida, e a gente não tem tanta dificuldade assim pra criar esse pertencimento (NOGUEIRA, 2020).

Quadro 3 – Construção do sentimento de pertencimento nas UNEDs

REALENGO	<p>Cantamos todas as quartas-feiras, às 18 horas em ponto, sob a regência da Professora Liziléa Drumond, o Hino Nacional e o Hino do Colégio Pedro II no pequeno pátio da Escola Municipal, sempre concluídos com o grito de guerra dos alunos. Zelamos pela pontualidade, pelo uso correto do uniforme, pela compostura em sala e pelo fiel cumprimento das normas didático-pedagógicas emanadas pela Secretaria de Ensino. Procedemos com a certeza que a Unidade cresceria em poucos anos e que os alunos fundadores deveriam ter um perfil que servisse de exemplo aos que viriam (<i>idem</i>, p. 41).</p>
NITERÓI	<p>Como se tratava da instalação da primeira Unidade do Colégio fora do Município do Rio tomamos todos os cuidados necessários para passar aos alunos a nossa dinâmica educacional. Todas as quartas-feiras os alunos e professores eram convidados para o canto do Hino Nacional no pátio da UNED. Era naqueles momentos que dedicávamos, eu e a Denise Mattos, alguns minutos para inculcar em suas consciências o valor e o papel social do aluno do Colégio Pedro II. Considerávamos, na verdade, ser um dos mais importantes objetivos a serem alcançados por uma equipe fundadora de uma nova Casa do Imperial Colégio. Sem isto obtido não haveria uma natural inserção de novos alunos no contexto do Colégio Pedro II e apenas ocorreria a implantação física de mais um educandário como tantos outros (<i>idem</i>, p. 61).</p>
DUQUE DE CAXIAS	<p>[Os alunos] sabiam que o sacrifício deles era por uma boa causa – o de concorrer para o fortalecimento da instalação do Colégio Pedro II em Duque de Caxias e garantir a sua existência plena até a construção definitiva de sua Sede permanente. Apesar do prédio inadequado, mas bem localizado e com salas refrigeradas, nunca recebi qualquer tipo de queixa oriunda da comunidade interna ou dos pais dos alunos. Muito menos destes. (...) Pareciam alunos oriundos do Ensino Fundamental do Colégio, como ocorrera nas instalações de Realengo e Niterói, dada a facilidade de adaptação que demonstraram. Foram sempre dignos de um comportamento condizente com aquele requerido para um aluno do mais que sesquicentenário Colégio (<i>idem</i>, p.75-76).</p>

Quadro elaborado pela pesquisadora, conforme relatos de Halac (2011).

Marcelos Caldeira (Diretor-Geral do Campus Niterói)

"Quando os alunos chegam ao Pedro II Niterói, eles passam por duas mudanças consideráveis: uma de estar indo para o Ensino Médio e a outra de ingressar numa nova instituição de ensino com o peso de uma tradição. O Pedro II é diferente de outras escolas por conta dessa tradição. Não que ele seja melhor ou pior que as outras, mas ser uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil, mantendo um padrão de qualidade no ensino, tem um peso diferente.



Alunos e Servidores do Campus Niterói na Aula Inaugural 2015.

"Procuramos na Aula ambientar os alunos recém-chegados, contando um pouco da história do Colégio e do Campus Niterói. Apresentamos a equipe de profissionais que irá acompanhá-los durante o Ensino Médio e mostramos os resultados obtidos nos vestibulares e em outros concursos e eventos. Mas tão importante quanto os resultados é o valor que se dá à heterogeneidade na escola. No Pedro II há estudantes de todas as classes sociais e origens, não se fazendo nenhum tipo de distinção entre eles. Eu costumo dizer que

aqui se leciona e se estuda sem saber quem é filho de fulano ou de beltrano; estando uniformizado, não há diferença, pois todos são acolhidos da mesma forma. Creio que esse acolhimento é o melhor dos trotes.

Figura 66 - Trecho da postagem blog do CPEI Niterói, sobre a Aula Inaugural do *campus* em 2015, em que o Diretor Prof. Caldeira comenta sobre a questão do pertencimento. Disponível em: ecp2niteroi.blogspot.com/2015/03/aula-inaugural-campus-niteroi.html.